

Política

REVISTA DE SOCIOLOGIA POLÍTICA

& Sociedade

V. 18 | Nº 42
Maio-Agosto de 2019

Dossiê: Sistemas Partidários e Partidos Políticos Brasileiros:
Diagnósticos e Perspectivas

Política & Sociedade

REVISTA DE SOCIOLOGIA POLÍTICA

Política & Sociedade é uma publicação quadrimestral do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina (Florianópolis, Brasil), com edições em janeiro-abril, maio-agosto e setembro-dezembro. Destinada à divulgação de artigos, resenhas, traduções e ensaios bibliográficos inéditos sobre temas e problemas de Sociologia Política e de disciplinas afins, a revista orienta-se pelos critérios da qualidade acadêmica e da relevância social do conteúdo de suas publicações. Preza também o pluralismo e o intercâmbio de idéias, sendo bem-vindas contribuições de pesquisadores das comunidades acadêmicas nacional e internacional, associados às mais diversas tradições intelectuais das Ciências Sociais e aos diferentes programas de pesquisa no âmbito da Sociologia Política.

Política & Sociedade está presente nos seguintes indexadores: EBSCO – Information Services, CLASE – Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades, LIVRE – Portal de Conhecimento Nuclear, Portal de Periódicos – CAPES, ProQuest – Physical Education Index, Sistema Pergamum, vLEX – Base de Dados da Área de Direito. Qualis Capes: B1.

Editores

Luís Felipe Guedes da Graça

Luiz Gustavo da Cunha de Souza

Bolsista

Marina Schneider Camilo

Endereço eletrônico: ppgsocpol@contato.ufsc.br

Portal eletrônico: <http://ppgsp.posgrad.ufsc.br/>

Editores associados

Ernesto Seidl, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Brasil.

Marcia Grisotti, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Brasil.

Marcia da Silva Mazon, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Brasil.

Conselho Editorial

Adriano Nervo Codato, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, Brasil

Brasílio Sallum Junior, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, Brasil

Carlos Alba Vega, El Colegio de México, Cidade do México, México

Celi Regina Jardim Pinto, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Brasil

Cesar Barreira, Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, Brasil

David Samuels, University of Minnesota, Minneapolis, Estados Unidos

Dieter Plehwe, Das Wissenschaftszentrum Berlin für Sozialforschung (WZB) (The Social Science Research Center Berlin), Berlin, Alemanha

Eli Diniz, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Brasil

Elisa Maria da Conceição Pereira Reis, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Brasil

Eugênia Rosa Cabral, Universidade da Amazônia (UNAMA), Belém, Brasil

Fábio Wanderley Reis, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Brasil

Franz Josef Bruseke, Universidade Federal de Sergipe (UFS), Aracaju, Brasil

Ilse Scherer-Warren, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Brasil

Jessé Jose Freire de Souza, Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, Brasil

José Maria Carvalho Ferreira, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, Portugal

José Vicente Tavares dos Santos, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Brasil

Luís Felipe Miguel, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, Brasil

Marcelo Gantus Jasmin, Pontifícia Universidade Católica (PUC-RJ), Rio de Janeiro, Brasil

Mark E. Warren – The University of British Columbia (UBC), Vancouver, Canadá

Maria Arminda do Nascimento Arruda, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, Brasil

Maria da Glória Gohn, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, Brasil

Paulo Henrique Martins, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, Brasil

Philippe Steiner, Universidade de Paris IV – Sorbonne, Paris, França

Regina Celia Reyes Novaes, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Brasil

Ricardo Luiz Coltro Antunes, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, Brasil

Silke Weber, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, Brasil

Timothy Power, University of Oxford, Oxford, Reino Unido

Vicente Antonio Palermo, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, Argentina

Yan de Souza Carreirão, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Brasil

Política & Sociedade

REVISTA DE SOCIOLOGIA POLÍTICA

ISSNe: 2175-7984 | V. 18 | N° 42 | Mai.-Ago. de 2019

<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/politica>



Florianópolis

2019

Copyright © Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política

Todos os direitos reservados.



Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política
Universidade Federal de Santa Catarina
Caixa Postal 476 – Trindade
88040-900 Florianópolis – Santa Catarina – Brasil
Fone 55 (48) 3721-9253
<http://www.sociologia.ufsc.br>
E-mail: ppgsopol@contato.ufsc.br

Coordenação
Ernesto Seidl

Vice-coordenação
Julian Borba

Secretaria
Janete Eloí Guimarães

Bolsista
Marina Schneider Camilo

Projeto Gráfico
Quorum Comunicação

Diagramação
André Luiz Dias – Ed. Tribo da Ilha

Revisão
Marcia Regina Pereira Sagaz

Dados internacionais de catalogação na fonte

Política & Sociedade: Revista de Sociologia Política / Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. – v. 18. n. 42. (2019) – . – Florianópolis, Brasil: UFSC, 2019 – v. ; 23 cm

Quadrimestral (Semestral até 2011)
ISSNe: 2175-7984

I. Sociologia Política – Periódicos. I. Universidade Federal de Santa Catarina.
Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política.

CDU: 316.334.3

SUMÁRIO

DOSSIÊ TEMÁTICO “SISTEMAS PARTIDÁRIOS E PARTIDOS POLÍTICOS BRASILEIROS: DIAGNÓSTICOS E PERSPECTIVAS”

Organizadores: Maria do Socorro Braga (UFSCar) e Tiago Borges (UFSC).

Apresentação

Maria do Socorro Braga e Tiago Borges 7

Pequenos Partidos e as disputas eleitorais no Brasil – Uma análise de desempenho do período 1998-2014

Leonardo da Silveira Ev 11

O surgimento do PSD e o sistema partidário brasileiro

Sergio Simoni Jr, Ricardo Mendes Ribeiro 54

Conhecendo o vazio: congruência ideológica e partidos políticos no Brasil

Bruno Bolognesi, Flávia Roberta Babireski, Ana Paula Maciel 86

Partidos políticos importam na definição de carreiras políticas no Brasil?

Vitor Eduardo Veras de Sandes Freitas, Diarlison Lucas Silva da Costa 117

Prosopografia dos deputados federais peessedebistas e petistas eleitos em 1994 e 2002

Guilherme Leite Ribeiro, Maria Celina Soares D’Araujo 151

Competição intrapartidária nas eleições para deputado federal: Um estudo exploratório sobre São Paulo em 2014

Cíntia Pinheiro Ribeiro de Souza, Luís Felipe Guedes da Graça 181

Estabilidade na mudança: famílias de partidos e a hipótese do congelamento do sistema partidário no Brasil (1982-2018)

Fernando Guarnieri 224

ARTIGOS LIVRES

Variações de classe social na relação professor-aluno

Howard Becker 250

**A formação política de uma comunidade de imigrantes alemães no sul do Brasil:
o caso de Santa Cruz do Sul (da I República ao Regime Militar, 1889-1965)**

Andrius Estevam Noronha 266

RESENHA

BROWN, Wendy. Undoing the Demos: Neoliberalism's Stealth Revolution.

New York: Zone Books, 2015

Alexandre Marinho Pimenta 297

**Será a distribuição dos horários de trabalho uma categoria significativa
para a teoria do valor?**

Maria Crisneilândia Bandeira de Oliveira 304

APRESENTAÇÃO

Sistemas Partidários e Partidos Políticos Brasileiros: diagnósticos e perspectivas

Maria do Socorro Sousa Braga¹

Tiago Daher Padovezi Borges²

Atualmente, qualquer parágrafo sobre o funcionamento dos nossos partidos políticos deve vir acompanhado com algumas ressalvas a respeito do momento que estamos atravessando. Sobre o período após as eleições de 2018 – que teve como vitorioso para o cargo presidencial um candidato de um pequeno partido, o Partido Social Liberal (PSL), e que contou com a renovação de parte significativa de nosso Congresso –, Jairo Nicolau (2018, [s. p.]) assim afirma em um artigo da Revista Piauí: “Realmente, estamos diante de um fenômeno eleitoral diferente de tudo que eu já tinha visto”. No mesmo texto, ao relatar a percepção geral entre os especialistas, o autor acrescenta tons dramáticos nas percepções que sucederam as eleições: “Restava falar da velha ordem política também com imagens de destruição. O sistema partidário estaria ‘em escombros’, ‘em ruínas’, teria vindo ao chão diante de uma ‘hecatombe’ de renovação” (NICOLAU, 2018, [s. p.]).

¹ Professora e Pesquisadora da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), msbraga@ufscar.br

² Professor e Pesquisador da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), tiagodaher@gmail.com.



Direito autoral e licença de uso: Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra, forneça um link para a licença, e indicar se foram feitas alterações.

Esse estado de pânico se justificava por dois acontecimentos: a eleição de Jair Bolsonaro (PSL), o crescimento do seu partido e de outros partidos menores nas casas legislativas. Trata-se de um resultado que rompe a usual polarização entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), que vivenciávamos desde 1994 e que conferia certa previsibilidade em nossas eleições nacionais. A centralidade dessa transformação é assim destacada por Sérgio Abranches (2019, p. 13): “O fim do ciclo PT-PSDB na presidência da República e a hiperfragmentação das bancadas desorganizaram completamente o jogo político-partidário que assegurou a estabilidade democrática e o funcionamento do presidencialismo de coalizão por quase um quarto de século”. Logo, embora amenizando os tons de pânico que sucederam as eleições, é inegável que estamos experimentando um momento de mudança, que tem implodido com algumas regularidades que estávamos identificando.

Este dossiê foi produzido durante essa profunda transformação do nosso sistema político. E seus esforços de investigação foram calcados em dinâmicas e padrões que antecederam 2018. De certo modo, é possível afirmar que, apesar de 2018 ter surpreendido, ele não veio “do nada”. Nesse sentido, os artigos aqui contidos tratam de questões centrais do funcionamento de nossos partidos políticos, envolvendo a discussão sobre as suas diferenças ideológicas, o modo como esses têm selecionado candidatos e incluído determinados grupos e as persistências e transformações na competição eleitoral. Assim, trata-se de um volume que agrega contribuições de diferentes “faces” do funcionamento de nossos partidos, que tocam em questões de extrema relevância para compreender nosso sistema político.

De maneira geral, tanto mudanças quanto regularidades são contempladas nos artigos aqui reunidos. Em relação às “movimentações”, os artigos “Pequenos Partidos e as disputas eleitorais no Brasil: uma análise de desempenho do período 1998-2014”, de Leonardo da Silveira Ev, e “O surgimento do PSD e o sistema partidário brasileiro”, de Sérgio Simoni Jr., Ricardo Mendes Ribeiro, tratam da criação de novos partidos e seus impactos no sistema partidário brasileiro. Já no trabalho “Conhecendo o vazio: congruência ideológica e partidos políticos no Brasil”, de Bruno Bolognesi, Flávia Roberta Babireski e Ana Paula Maciel apontam uma importante persistência nesse processo: a ausência de nítidas diferenças ideológicas

entre os partidos brasileiros. Ou seja, apesar da criação de novos partidos, há reduzida diferença no posicionamento dos partidos, tanto quando se olha para os programas partidários quanto para a opinião dos especialistas.

Pensando nas regularidades, é importante destacar que alguns trabalhos aqui reunidos apresentam evidências que os principais partidos políticos brasileiros usufruíam de certa centralidade nas carreiras dos deputados, como demonstram Vítor Eduardo Veras de Sandes Freitas, Diarlison Lucas Silva da Costa, em “Partidos políticos importam na definição de carreiras políticas no Brasil?”. Já “Prosopografia dos deputados federais peessedebistas e petistas eleitos em 1994 e 2002”, de Guilherme Leite Ribeiro, Maria Celina Soares D’Araujo, destaca as diferenças de trajetórias dos candidatos dos mais centrais partidos políticos até então. Portanto, tais estudos mostram que, embora existissem embasadas desconfianças em relação ao funcionamento de nossos partidos, alguns deles se mostravam relevantes na escolha dos atores políticos.

Contrariando algumas expectativas de que nosso sistema eleitoral promoveria disputa entre candidatos de um mesmo partido, os autores Cíntia Pinheiro Ribeiro de Souza, Luís Felipe Guedes da Graça, em “Competição intrapartidária nas eleições para deputado federal: Um estudo exploratório sobre São Paulo em 2014”, identificam que a esperada competição intrapartidária não ocorre de maneira pronunciada e sinalizam a existência de uma heterogeneidade de estratégias por parte dos candidatos e partidos políticos. Ou seja, é possível afirmar que o quadro identificado aponta que a competição eleitoral brasileira estava longe de ser caótica e individualizada, existindo diferentes estratégias, nas quais os partidos políticos tinham relevância no cálculo dos candidatos.

E, finalmente, no original artigo “Estabilidade na mudança: famílias de partidos e a hipótese do congelamento do sistema partidário no Brasil (1982-2018)”, Fernando Guarnieri verifica se a clássica hipótese de Lipset e Rokkan (1967), segundo a qual o sistema partidário europeu havia se congelado em clivagens políticas, se aplicaria ao caso brasileiro. Para isso, classifica os partidos em famílias conforme sua ideologia e origem. Guarnieri conclui que essa hipótese se aplica também ao Brasil, onde identifica que houve relativa estabilidade das famílias ideológicas. E essa constatação

revela o quão relevantes têm sido os nossos partidos na estruturação de vínculo programático entre eleitor e liderança política.

Como podemos perceber, as contribuições deste dossiê são muito importantes para conhecermos ainda mais o funcionamento dos nossos partidos políticos contemporâneos e nos motivam – considerando essas circunstâncias de mudança de ciclo político comandado por outro grupo ideológico – a pensar em novas agendas de pesquisa para avaliarmos como as organizações partidárias e os agentes políticos conseguirão se adaptar aos novos tempos.

Boa leitura a todos!

Referências

ABRANCHES, S. Polarização radicalizada e ruptura eleitoral. *In*: ABRANCHES, S. (Org.). **Democracia em Risco?** 22 ensaios sobre o Brasil hoje. São Paulo: Cia das Letras, 2019. p. 11-32.

NICOLAU, J. O triunfo do bolsonarismo. **Revista Piauí**, [s. l.], n. 146, [s. p.], nov. 2018. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-triunfo-do-bolsonarismo/>. Acesso em: 10 set. 2019.

O pequenos partidos e as disputas eleitorais no Brasil – uma análise de desempenho entre 1998-2014

Leonardo da Silveira Ev¹

Resumo

Este artigo visa a contribuir com o estudo dos pequenos partidos brasileiros por meio da análise de seus desempenhos em eleições e de suas características organizacionais. Discutem-se possíveis critérios de como estabelecer quais são as pequenas legendas dentre os quais se escolhe um e OPTANDO-SE POR UM a partir do qual se selecionam os casos. Analisam-se dados eleitorais referentes às disputas para executivo e legislativo nos três níveis federativos do grupo de partidos selecionados, relacionando os desempenhos dos pequenos partidos às suas características organizacionais. A análise aponta que os partidos que apresentam maior capilaridade e menor institucionalização de seus diretórios subnacionais têm melhor performance no período analisado.

Palavras-chave: Pequenos partidos. Eleições. Sistema partidário.

Introdução

Ao longo dos últimos anos, os estudos sobre partidos brasileiros têm voltado sua atenção a um tipo particular de legenda que, tradicionalmente sempre ocupou um espaço marginal na literatura: os pequenos partidos (DANTAS; PRAÇA, 2004, 2010; LACERDA; MOURA, 2010; EV; MELO, 2014; CALVO, GUARNIERI; LIMONGI, 2015; EV, 2015; NASCIMENTO *et al.*, 2016; SILVA *et al.*, 2016; PAIVA, ALVES; BENEDITO, 2017). Em boa medida, o interesse por estes atores decorre

1 Doutorando no Programa de Pós-Graduação em de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCP-UFMG). E-mail: leo.se1987@gmail.com



Direito autoral e licença de uso: Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra, forneça um link para a licença, e indicar se foram feitas alterações.

do aprofundamento do processo de fragmentação do sistema partidário², cujos principais responsáveis são os pequenos partidos. Com efeito, tomando-se como referência a primeira eleição para o Congresso após o fim do bipartidarismo, realizada em 1982 ainda sob a vigência do regime militar, o sistema partidário brasileiro atual tem sete vezes mais partidos.

Boa parte das novas legendas partidárias pode ser considerada como pequena quando se leva em consideração sua capacidade de obter votos e eleger candidatos relativamente aos demais partidos. Ev e Melo (2014) calculam que cerca de 60% dos partidos brasileiros estão entre aqueles de menor porte e afirmam que estes têm apresentado aumento progressivo de sua participação no total de votos em eleições. Tal crescimento – tanto em termos quantidade, quanto em votação – tem implicações para a democracia brasileira no que se refere à estruturação da competição eleitoral, à representação política e às dinâmicas de governo no âmbito do presidencialismo de coalisão.

Nessa perspectiva, a maioria dos estudos com foco nos pequenos partidos procura analisar como estes se inserem no sistema político mediante suas estratégias de competição política. O ponto de partida, *grosso modo*, é que, em virtude de suas dimensões reduzidas, os pequenos partidos teriam maiores dificuldades de disputar e conquistar votos e cargos, de sorte que se veem obrigados a lançar mão de estratégias específicas para conseguirem ser eleitoralmente bem-sucedidos. Assim, as costuras de coligações eleitorais dos pequenos partidos e os seus resultados efetivos têm sido objeto de grande interesse (DANTAS; PRAÇA, 2004, 2010; CALVO, GUARNIERI; LIMONGI, 2015; SILVA *et al.*, 2016; PAIVA, ALVES; BENEDITO, 2017). Outra abordagem procura entender como algumas características dos partidos – tais como a capilaridade, a centralização decisória e o perfil ideológico – determinam sua capacidade de lançar candidaturas competitivas e maximizar suas chances de vitória (LACERDA; MOURA, 2010; EV; MELO, 2014; EV, 2015). Há também análises que demonstram o papel que os pequenos partidos têm nas eleições e no sistema partidário em termos de seu impacto na volatilidade e na fragmentação (NASCIMENTO *et al.*, 2016).

2 Atualmente existem 35 partidos com registro no Tribunal Superior Eleitoral, de acordo com informações do órgão: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/registrados-no-tse>.

Longe de corroborar a ideia de que os pequenos partidos são um grupo de legendas genéricas cuja única ambição é aproveitar as brechas e facilidades existentes no arranjo institucional brasileiro, o quadro que emerge dos estudos mostra que estes têm atuado de forma estratégica e, em certos casos, eficiente. Algumas siglas lograram crescer ao longo das últimas décadas e expandir sua influência na política. Elas têm protagonizado dinâmicas importantes na política nos âmbitos regional e nacional e se tornaram atores que não podem ser ignorados pelos grandes partidos.

Por essas razões, o estudo dos pequenos partidos tenderá a ser cada vez mais importante na agenda de pesquisa da ciência política brasileira. O presente artigo é uma contribuição ao entendimento desses atores. A análise empreendida aqui apresenta o desempenho dos pequenos partidos selecionados em todos os níveis de competição (municipal, estadual e nacional) para cargos legislativos e executivos entre 1998 e 2014. Relacionamos os distintos resultados ao perfil dos pequenos partidos de acordo com a tipologia proposta por Ev (2015) para explicá-los.

O artigo está dividido em seis seções. A primeira seção, após a introdução, discute o problema da definição de pequenos partidos, bem como apresenta a que é utilizada neste estudo e os casos analisados. Na segunda etapa, são descritos os resultados eleitorais dos partidos no período de análise. Em seguida, a terceira e quarta seções relacionam os resultados aos perfis distintos dos pequenos partidos e às suas capacidades organizacionais. Finalmente, a última parte traça perspectivas de evolução desses partidos no futuro.

A contribuição que o artigo busca proporcionar é a de relacionar uma tipologia de pequenos partidos às suas distintas capacidades de desenvolvimento e indicar o impacto que estas têm sobre o desempenho desse conjunto de legendas. Trata-se de tema ainda não investigado pela ciência política brasileira, a qual ainda não procurou fazer distinções qualitativas entre as pequenas legendas, tampouco compreender com maior profundidade porque algumas delas são mais bem-sucedidas eleitoralmente do que as demais.

Pequenos partidos: em busca de uma definição

O que faz um partido ser pequeno? Esta é uma pergunta para a qual não há, até agora, uma resposta consensual na literatura. Tendo-se em vista que se trata de uma medida relacional, isto é, um partido somente é pequeno quando comparado a partidos maiores, os estudos que analisam esse conjunto de legendas têm adotado uma ampla gama de indicadores e procedimentos para estabelecer um limiar de corte (PAIVA; ALVES; BENEDITO, 2017). Assim, pode-se argumentar em favor de uma série de indicadores de grandeza, cada um enfatizando uma dimensão específica dos partidos, tais como: a quantidade de filiados, o grau de capilaridade, o nível de financiamento, a quantidade de votos e cargos, a presença em coalizões de governo, sua notoriedade na esfera pública, dentre outros. Entretanto, uma dimensão tem prevalecido sobre as demais nos estudos feitos até o momento: a capacidade de obtenção de votos.

A votação para a Câmara dos Deputados tem sido o principal critério utilizado pela literatura para distinguir os partidos brasileiros de acordo com sua relevância na política nacional e identificar quais deles poderiam ser considerados como pequenos, conforme constatam Nascimento *et al.* (2016). Tal opção salienta aquela que é a principal característica de partidos políticos, qual seja a disputa por cargos eletivos (DOWNS, 1999). Dessa forma, partidos relevantes são aqueles capazes de influenciar o jogo político ocupando as posições de poder no estado. Os critérios de Sartori (1976), que definem a relevância de um partido pelo seu potencial de chantagem ou por sua capacidade de ser um ator pivotal, são um ponto de partida para o estabelecimento de um critério de corte. Entretanto, o autor não define uma operacionalização específica.

Diante da falta de uma definição universalmente aceita, os estudiosos têm utilizado a votação obtida pelos partidos como um indicador do que seria sua relevância dentro do sistema político. Afinal, é pela competição por cargos eleitorais que um partido se promove e mobiliza apoio da sociedade e é com a conquista de cargos que eles exercem seu quinhão de poder. Desta feita, o nível de apoio eleitoral é tomado como um indicador aproximativo de quanto poder os partidos é capaz de mobilizar.

Dantas e Praça (2004) definem os pequenos partidos como aqueles que: i) não elegeram candidatos para a legislatura de 1999-2003; ii) cujos eleitos abandonaram a sigla; iii) obtiveram menos de 1% dos votos nas eleições de 1998 para a Câmara dos Deputados; iv) que obtiveram menos de 1% do fundo partidário distribuído em 2000. Em uma análise posterior, os autores mantêm esse patamar de votos como critério, mas estendem sua aplicação às eleições de 2002 e 2006, exigindo que tal patamar se verifique em pelo menos duas delas (DANTAS; PRAÇA, 2010). Em ambos os estudos, o grupo de partidos definidos como pequenos é muito similar, exceção feita ao PV – que deixa de ser considerado pequeno no estudo mais recente – e aos partidos extintos entre as duas publicações.

Um percentual fixo de votação também é utilizado por Ev e Melo (2014) para delimitar o grupo das pequenas legendas. Os autores consideram como pequenos aqueles partidos que obtiveram votação inferior a 2,5% dos votos válidos em pelo menos duas eleições, considerando-se a votação para a Câmara dos Deputados nos anos de 1998, 2002, 2006 e 2010. A aplicação desta linha de corte classifica 15 partidos como sendo pequenos, os mesmos identificados por Ev (2015), que adota o mesmo patamar de votos, mas eleva sua exigência para três pleitos no mesmo intervalo. O mesmo percentual de votos para a Câmara dos Deputados é utilizado por Paiva, Alves e Benedito (2017), que ampliam a série de eleições incluindo a de 2014 e mantêm a exigência de três pleitos com votação inferior a 2,5 por cento. Com a extensão da série temporal, 19 partidos são classificados como sendo de pequeno porte, os mesmos 15 de Ev e Melo (2014) e Ev (2015) acrescidos de quatro legendas surgidas após 2014.

Duas abordagens mantêm o critério eleitoral para a definição, mas não adotam o procedimento de fixar um patamar de votação (SILVA *et al.*, 2016; NASCIMENTO *et al.*, 2016). Em ambas, a definição de pequenos partidos é dada por meio de análise de *cluster*, que distribui os casos analisados em grupos e maximiza a homogeneidade das observações dentro dos grupos e a heterogeneidade entre grupos. Para tanto, os autores consideram o percentual de votação dos partidos brasileiros para a Câmara dos Deputados entre 1998 e 2014 em cada uma das Unidades da Federação. A divisão dos partidos em *clusters* feita para cada Unidade da Federação (UF)

classifica-os entre pequenos, médios ou grandes a partir dos percentuais de votação obtidos por eles nestas arenas. Dessa forma, um partido que é pequeno em um estado, pode ser médio ou grande em outro e todas as legendas com registro no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) são passíveis de ser consideradas como um partido pequeno em alguma UF.

Dois outros estudos (LACERDA; MOURA, 2010; CALVO, GUARNIERI; LIMONGI, 2015) não especificam um critério de distinção dos pequenos partidos em relação aos demais. Lacerda e Moura (2010) abordam exclusivamente os pequenos partidos de esquerda – Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido da Causa Operária (PCO), Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) e Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) – identificados pelos autores como “esquerda radical”. Já Calvo, Guarnieri e Limongi (2015) não explicitam quais partidos formam o grupo de pequenos, limitando-se a indicar que são partidos LEGENDAS que rebem parcelas menores de votos nos distritos em que concorrem e nas suas coalizões, de modo que não fazem uma definição *a priori*, mas condicionada à votação relativa dos partidos incluídos.

E, qualquer que seja a estratégia de classificação empregada, existem vantagens e desvantagens em qualquer uma das estratégias de classificação empregadas UM DOS MÉTODOS EMPREGADOS. Os autores que escolhem fixar uma quota de votos a ser obtida pelos partidos, tendo como referência os pleitos para a Câmara dos Deputados, chegam a resultados muito parecidos em termos de quais partidos seriam considerados pequenos³. Essa perspectiva enfatiza as legendas como organizações e sua grandeza em comparação com as demais no nível nacional agregado. Trata-se de um procedimento simples e de fácil operacionalização que indica claramente quais partidos compõem o grupo de pequenos.

Entretanto, críticos desse procedimento afirmam que a simples fixação *a priori* de um patamar de votos é um critério demasiadamente aleatório e que não é capaz de traduzir a real grandeza das legendas em termos da disputa eleitoral nos verdadeiros distritos, os estados. Nascimento *et al.* (2016)

3 A maior variação entre os estudos é fruto da entrada e saída de partidos do sistema partidário, que ocorre ao longo dos diferentes anos das distintas publicações.

comparam as definições realizadas a partir desse critério com sua própria, feita através da análise de *cluster* com a votação de todas as legendas em cada estado. Eles apontam, através de teste-T e de ANOVA, que sua definição produz categorias com maior homogeneidade interna e maior heterogeneidade externa em relação aos demais estudos. Com efeito, esse tipo de procedimento tem o mérito de abarcar melhor a complexidade da disputa eleitoral para a Câmara dos Deputados ao acessar a arena na qual elas ocorrem. Entretanto, o método usado pelos autores não produz um grupo coeso de legendas consideradas pequenas. Como a força eleitoral dos partidos varia muito a depender dos estados, as legendas que são consideradas pequenas em um, podem ser de médio ou grande porte em outro; além disso, partidos que dificilmente seriam considerados pequenos quando tomados nacionalmente – como PT, PMDB ou PSDB – são, em alguma medida, pequenos segundo os resultados obtidos por esse método.

As distinções apontadas revelam que os dois tipos de procedimento enfatizam dimensões diferentes para medir a grandeza de um partido. A fixação de um patamar de votos considera as legendas como um todo e pensa a ideia de sua relevância em termos de sua DA capacidade de exercer poder no plano nacional, decorrente de eleger bancadas na Câmara dos Deputados. A lógica subjacente é bastante simples: partidos pouco relevantes são aqueles que obtêm votação residual frente aos demais e elegem bancadas comparativamente pequenas incapazes de influência significativa nas decisões políticas importantes. Trata-se de uma perspectiva em sintonia com os já referidos critérios de Sartori (1976), que enfatizam a capacidade de um partido exercer influência sobre o poder político. A análise da votação feita em cada distrito, por outro lado, conquanto metodologicamente mais refinada e meticulosa empiricamente, acaba por perder de vista a dimensão mais integrativa do sistema partidário. Ao tratar cada nível subnacional como uma arena independente, essa abordagem não considera que as legendas brasileiras são organizações nacionais que se coordenam nos diferentes níveis e que é no nível federal que se situa seu centro decisório. Assim, embora tal método seja adequado para medir o impacto que os pequenos partidos têm na competição dentro do distrito eleitoral, ela não necessariamente indica a relevância dessas mesmas legendas em termos substantivos, sobretudo em nível nacional.

Dessa forma, a opção feita no âmbito deste artigo, em sintonia com outros estudos (EV; MELO, 2014; EV, 2015; PAIVA, ALVES; BENEDITO, 2017), é a de considerar como pequenos os partidos que obtiveram votação inferior a 2,5% para a Câmara dos Deputados em pelo menos três das quatro eleições do período 1998-2014. Esta opção delimita um grupo claro de legendas, apresentadas no Quadro 1, que terão seu desempenho eleitoral analisado na próxima sessão.

Quadro 1 – Pequenos partidos analisados*

Sigla	Nome	Registro
PCB	Partido Comunista Brasileiro	09/05/1996
PCO	Partido da Causa Operária	30/09/1997
PHS	Partido Humanista da Solidariedade	20/03/1997
PMN	Partido da Mobilização Nacional	25/10/1990
PRB	Partido Republicano Brasileiro	25/08/2005
PRP	Partido Republicano Progressista	29/10/1991
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro	18/02/1997
PSC	Partido Social Cristão	29/03/1990
PSDC	Partido Social Democrata Cristão	05/08/1997
PSL	Partido Social Liberal	02/06/1998
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade	15/09/2005
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado	19/12/1995
PT do B	Partido Trabalhista do Brasil	11/10/1994
PTC	Partido Trabalhista Cristão	22/02/1990
PTN	Partido Trabalhista Nacional	02/10/1997

* Dados extraídos do Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/registrados-no-tse>. Acessado em: agosto de 2018

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

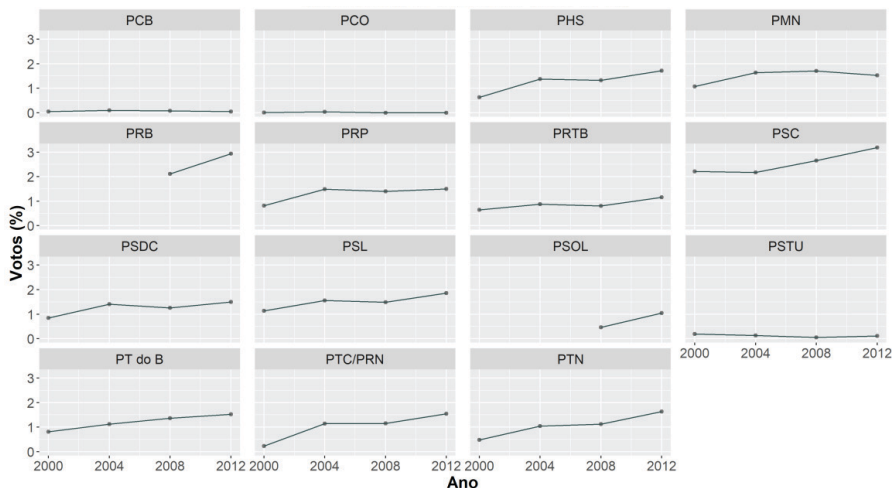
Os pequenos partidos nas eleições 1998 - 2014

Nesta seção, serão analisados os dados relativos à votação e à quantidade de candidatos eleitos pelos pequenos partidos nas eleições municipais e nacionais no período entre 1998 e 2014. Como a grande maioria dos partidos incluídos na análise obteve seu registro definitivo no período entre 1995 e 1997, optou-se por excluir os pleitos anteriores a 98 mesmo que alguns dos partidos estudados já existissem desde a década de 1980, como é o caso de PSC e PTC. Dessa forma, o período analisado compreende os pleitos nos quais a grande maioria dos pequenos partidos participou, as únicas duas exceções tardias são PSOL e PRB, que surgiram em 2005 e 2006 respectivamente. A intenção é ver a evolução dos pequenos partidos e identificar as variações entre eles ao longo do tempo no que se refere à ampliação de sua votação e ao número de candidatos eleitos, o que produz, assim, um diagnóstico de sua performance.

Para fins de análise, retomaremos a tipologia específica para pequenos partidos criada por Ev (2015) que classifica as legendas abordadas em três grupos de acordo com suas características distintivas. Assim, os pequenos partidos são divididos entre as categorias “pequenos partidos de esquerda”, “pequenos partidos personalistas” e “pequenos partidos confessionais”. Integram o primeiro grupo o PCB, o PCO, o PSTU e o PSOL. Os partidos personalistas são compostos por PHS, PMN, PRP, PRTB, PSL, PTdoB, PTC e PTN. Por fim, os partidos confessionais são compostos por PSC, PRB e PSDC.

O uso destas categorias permite ganhos analíticos ao aglutinar as legendas em grupos que sintetizam características que os definem e distinguem e a partir das quais é possível compreender suas distintas performances eleitorais. Conforme apontam Ev (2015) e Ev e Melo (2014), as dimensões de capilaridade e institucionalização variam consideravelmente entre estes partidos em função das características dos três grupos e condicionam, em parte, seu desempenho em pleitos. Como será argumentado ao longo deste artigo, ser um pequeno partido de esquerda, personalista ou confessional condiciona as perspectivas de desenvolvimento da legenda, o que influenciando INFLUENCIA sua capilaridade e sua institucionalização, estas que AS QUAIS, por sua vez, estão relacionadas ao grau de sucesso eleitoral.

Gráfico I – Votação para as Câmaras Municipais nos Municípios Brasileiros (2000-2012)*



Dados extraídos do Tribunal Superior Eleitoral.

Fonte: Elaborado pelo autor (2019-2018).

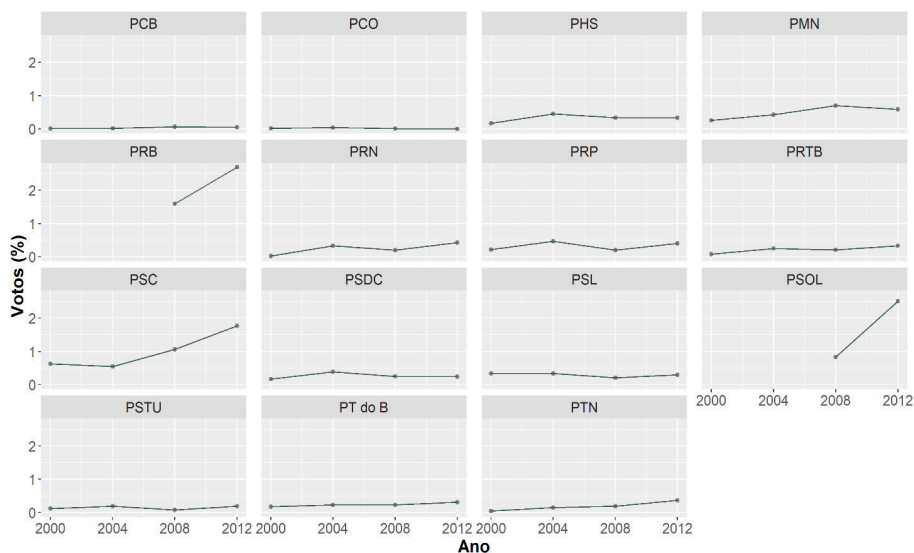
As eleições municipais são, dentre todos os pleitos realizados no país, aquelas com maior permeabilidade aos partidos. Os menores municípios possuem magnitude de nove cadeiras, o que significa que o partido que obtiver pouco mais de 11% dos votos consegue eleger um representante, valor este que pode ser menor, dependendo da votação de outros partidos. Ademais, os custos das campanhas para prefeito e vereador são comparativamente menores, sobretudo se considerarmos que quase 90% dos municípios brasileiros têm até 50 mil habitantes⁴. Outro fator a ser considerado é a incipiência dos sistemas partidários municipais que, exceção feita a algumas poucas capitais e cidades mais populosas, raramente guardam qualquer semelhança com o sistema nacional, tampouco gozam de grande estruturação. Assim, o local onde os pequenos partidos têm, em teoria, maiores chances de sucesso é nos municípios.

4 Conforme dados do Censo Brasileiro de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), disponíveis em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9673&t=destaques>.

Como se pode ver no Gráfico 1, as legendas analisadas tiveram votação relativamente baixa nas disputas para os legislativos municipais no Brasil, durante o período analisado. Somente dois pequenos partidos confessionais, PRB e PSC superaram a marca de 3% dos votos, ambos no pleito de 2012. Os demais partidos apresentam desempenho estável, oscilando entre 1 e 2% aproximadamente. Os pequenos partidos de esquerda obtiveram votação praticamente residual, não superando 1%; exceção feita ao PSOL, que é o único expoente desta categoria que incrementa sua votação no período. Os pequenos partidos personalistas, juntamente com o PSDC, têm desempenho comparativamente mediano, com algumas destas legendas, aumentando marginalmente sua votação ao longo do período. Ainda que apresentem individualmente votações pouco expressivas, é importante salientar que o total agregado de votos obtidos por estas legendas nos pleitos analisados evoluiu de 9,14% nas eleições de 2000 para 21,31% em 2012.

Na esfera municipal, os pequenos partidos também disputaram cargos para o executivo e seu desempenho pode ser visto nos dados do Gráfico 2. Novamente, os confessionais PRB e PSC se destacam como casos de legendas que obtêm votação comparativamente maior e que mostram tendência de crescimento ao longo do tempo. A estes se junta uma pequena legenda de esquerda, o PSOL, o qual tem o maior incremento de votos nas duas eleições analisadas. Todos os pequenos partidos personalistas, juntamente com as legendas de esquerda – PCB, PCO e PSTU – e a confessional PSDC, têm votação baixa e estável ao longo do período.

Gráfico 2 – Votação para Prefeito (200-2012)*



* Dados extraídos do site do Tribunal Superior Eleitoral.

Fonte: Elaborado pelo autor (2019 2018).

No entanto, a proporção de votos obtida pelos pequenos partidos não traduz as diferenças entre eles em termos de conquista de prefeituras, pois alguns deles podem obter votação expressiva em municípios muito populosos e ainda assim não ganhar a prefeitura. Em 2012 o PSOL, por exemplo, obteve 914.082 votos no primeiro turno da disputa pela prefeitura do Rio de Janeiro, mais do que outros 12 pequenos partidos obtiveram em todos os municípios que disputaram e, no entanto, elegeu apenas dois prefeitos. Dado o caráter majoritário da disputa, não há relação direta entre votos obtidos agregados nacionalmente e proporção de prefeituras conquistadas. Assim, a variação nas quantidades de cargos conquistadas é alta entre os partidos analisados, o que aponta a relevância da capacidade de coordenação deles quanto ao lançamento de candidatos e a estratégias de interseção eleitoral, como será argumentado adiante. Os dados da Tabela 1 ilustram esse efeito ao mostrar o percentual de sucesso das candidaturas lançadas por eles aos executivos municipais nas

quatro eleições analisadas. Particularmente legendas personalistas, como o PRP, o PHS, o PSL e o PMN logram obter aproveitamentos superiores ao PSOL e a outras legendas com maior votação agregada. Este quadro é evidenciado também pelo fato de que os dois partidos eleitoralmente mais bem-sucedidos em termos de votação, PRB e PSC, têm aproveitamento semelhante ou inferior em alguns casos.

Tabela I – Candidaturas, prefeituras conquistadas e percentual de sucesso (2000-2012)*

Partido	2000			2004			2008			2012		
	Candidatos	Eleitos	%	Candidatos	Eleitos	%	Candidatos	Eleitos	%	Candidatos	Eleitos	%
PCB	4	0	0,0	12	0	0,0	40	0	0,0	36	0	0,0
PCO	12	0	0,0	28	0	0,0	9	0	0,0	5	0	0,0
PHS	52	6	11,5	125	26	20,8	96	13	13,5	119	16	13,4
PMN	79	14	17,7	141	31	21,9	168	42	25,0	177	42	23,7
PRB	-	-	-	-	-	-	261	54	20,6	299	79	26,4
PRP	78	16	20,5	134	37	27,6	91	17	18,6	134	23	17,1
PRTB	52	4	7,6	73	12	16,4	96	11	11,4	100	16	16,0
PSC	166	33	19,8	162	26	16,0	248	57	22,9	309	82	26,5
PSDC	66	8	12,1	116	12	10,3	92	8	8,7	88	10	11,3
PSL	100	26	26,0	116	25	21,5	95	15	15,7	112	23	20,5
PSOL	-	-	-	-	-	-	280	0	0,0	348	2	0,5
PSTU	48	0	0,0	85	0	0,0	34	0	0,0	60	0	0,0
PT do B	48	6	12,5	90	23	25,5	87	8	9,2	107	25	23,3
PTC	29	3	10,3	85	16	18,8	93	13	13,9	90	19	21,1
PTN	24	2	8,3	64	5	7,8	96	16	16,6	80	12	15,0
Total	758	118		1.231	213		1.786	254		2.064	349	

* Dados extraídos do site do Tribunal Superior Eleitoral.

Fonte: Elaborada pelo autor (2019 2018).

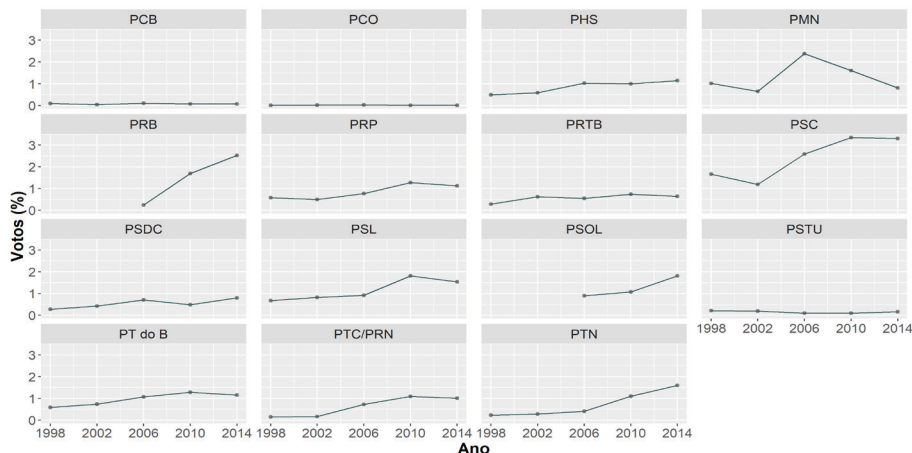
A comparação entre os resultados obtidos nas disputas para o legislativo e executivo municipais evidenciam que o maior desafio, em termos de obtenção de votos, para os pequenos partidos, encontra-se nos pleitos majoritários, nos quais eles têm maiores dificuldades em enfrentar as grandes legendas. Entretanto, este fato não tem sido um impedimento para que tais legendas elejam candidatos para as prefeituras, levando-se em conta as taxas de aproveitamento crescentes e em patamar razoável de algumas delas quando se considera o número de candidaturas lançadas. Trata-se de um dado importante, sobretudo quando se leva em consideração OBSERVA que a ocupação de cargos na esfera municipal serve de plataforma e tem impacto sobre o desempenho de uma legenda nos pleitos estaduais e federal, realizados com diferença de dois anos em relação às eleições locais (MELO, 2013).

Também é possível constatar, no Gráfico 3, que os pequenos partidos têm obtido votações agregadas mais elevadas para os legislativos estaduais nos cinco pleitos analisados, em relação àquelas obtidas nas eleições municipais. Com exceção de três pequenos partidos de esquerda – PCB, PCO e PSTU –, todas as demais legendas superaram pelo menos uma vez o patamar de 1% do total nacional de votos. Ademais, além de PRB e PSC, que, tal como na arena municipal, são aqueles com melhor desempenho na disputa pelo legislativo, um número maior de legendas foi capaz de aumentar sua votação, casos como o pequeno partido de esquerda PSOL e dos personalistas PRP, PTN e PSL. As curvas de votação dos partidos mostram que o crescimento de alguns deles foi mais acelerado em relação à sua performance nos municípios, além de ser possível ver mais nuances na trajetória, como o caso do PMN, que cresce consideravelmente em 2006, mas não consegue manter o patamar de votação nas eleições seguintes.

Juntos, os pequenos partidos cresceram em termos de votação para deputados estaduais entre 1998 e 2014, tendo obtido mais de 17% de todos os votos para as Assembleias Estaduais nesse último pleito, mas essa trajetória não foi constante. Como no caso da disputa para os legislativos municipais, os incrementos no percentual total de votos obtidos variam muito entre os quadriênios. Os pequenos partidos ganharam terreno nas disputas pelo legislativo estadual no período, mas há dois momentos

distintos. Entre 1998 e 2002, eles mantêm um patamar baixo de votação; em 2006, ocorre um salto no total de votos obtidos, muito em virtude da entrada de dois partidos competitivos no jogo, PRB e PSOL. A partir daí o cenário se estabiliza nas eleições de 2010 e 2014 em torno de 17%.

Gráfico 3 – Votação para Deputado Estadual em todas as UFs (1998-2014)*



* Dados extraídos do site do Tribunal Superior Eleitoral.

Fonte: Elaborado pelo autor (2019 [2018]).

A comparação dos dados do Gráfico 3 com aqueles contidos na Tabela 2 retrata em que medida a votação obtida pelos pequenos partidos políticos resultou na conquista de assentos nos legislativos estaduais. O aumento de cadeiras obtidas é proporcional ao incremento na votação dos partidos, isto é, a quantidade de deputados que eles elegem em todo o Brasil é muito próxima da proporção dos votos que recebem. Além de demonstrar a proporcionalidade do sistema no nível agregado, esse fato sugere que os pequenos partidos não têm se beneficiado das coligações eleitorais para os pleitos estaduais, pois não conseguem eleger uma proporção de candidatos muito superior à sua votação isolada. Os casos excepcionais são o PMN, que obteve 2,08% dos assentos com 1,63% dos votos em 2010, e o PRB, que conquistou 3,02% das cadeiras em disputa com 2,54% da votação nacional no pleito de 2014. No total, a proporção de assentos que estes

partidos ocuparam nas Assembleias Legislativas é, também, proporcional ao total de votos obtidos. Há um aumento expressivo no decorrer do período analisado. Em 1998, o grupo dos pequenos partidos detinha apenas 4,4% dos assentos nessa arena; e esse número aumentou nas eleições sucessivas, culminando em 17,85% no pleito de 2014.

Tabela 2 – Deputados estaduais e distritais eleitos*

Partido	1998		2002		2006		2010		2014	
	Eleitos	%	Eleitos	%	Eleitos	%	Eleitos	%	Eleitos	%
PCB	0	0,00	0	0,00	1	0,09	0	0,00	0	0,00
PCO	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PHS/PSN	1	0,09	2	0,19	5	0,47	7	0,66	11	1,04
PMN	9	0,85	9	0,85	27	2,55	22	2,08	8	0,76
PRB	-	-	-	-	3	0,28	18	1,70	32	3,02
PRP	3	0,28	6	0,57	6	0,57	13	1,23	12	1,13
PRTB	2	0,19	4	0,38	6	0,57	10	0,94	10	0,94
PSC	15	1,42	13	1,23	23	2,17	34	3,21	35	3,31
PSDC	3	0,28	6	0,57	5	0,47	8	0,76	9	0,85
PSL	9	0,85	13	1,23	7	0,66	18	1,70	17	1,61
PSOL	-	-	-	-	2	0,19	4	0,38	12	1,13
PSTU	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PT do B	5	0,47	7	0,66	14	1,32	17	1,61	14	1,32
PTC/ PRN	0	0,00	1	0,09	4	0,38	8	0,76	11	1,04
PTN	0	0,00	3	0,28	6	0,57	13	1,23	18	1,70
Total	47	4,44	64	6,04	109	10,29	172	16,24	189	17,85

* Dados extraídos do site do Tribunal Superior Eleitoral.

Fonte: Elaborada pelo autor (2019 2018).

Os dados agregados nacionalmente não revelam, contudo, um panorama completo do desempenho dos pequenos partidos. Para além do número agregado de cadeiras obtidas, é preciso saber a distribuição delas no território nacional e entender se as conquistas estão dispersas entre as unidades federativas ou se estão concentradas em alguns deles em particular. Os dados da Tabela 3 mostram que há grandes diferenças entre os partidos

estudados. O PSC se destaca como sendo um partido presente em um bom número de estados desde o início da série; mas, a quantidade de distritos onde consegue eleger candidatos oscila ao longo do tempo. O PRB apresenta uma expansão muito expressiva: em apenas três eleições, o número de unidades da federação onde ganhou cadeiras saltou de três para 18. Os demais partidos personalistas e o PSOL apresentam padrão mais moderado, com presença ainda frágil no território nacional, crescimento discreto e oscilações ao longo do período. Outro dado relevante é que no pleito de 2014 muitos partidos com expansão crescente diminuíram sua presença nos legislativos subnacionais, fruto do impacto dos novos partidos criados após 2012⁵. Tais legendas, além de aumentarem a oferta eleitoral e a concorrência com os pequenos partidos, também absorveram alguns de seus quadros, o que teve impacto em sua votação e conquista de cargos.

Outro padrão identificável diz respeito à quantidade de candidatos eleitos em cada UF. Na grande maioria deles, os partidos elegem um ou dois candidatos, sendo relativamente poucos os casos em que um desses partidos logrou obter mais de três cadeiras em uma mesma UF, de modo que o quadro prevalente entre os partidos analisados é de bancadas com um ou dois nomes em cada estado em que obtiveram cadeiras. Outra característica recorrente é o dinamismo com que eles conquistam e perdem cadeiras nos legislativos subnacionais entre um pleito e outro. Com frequência, a derrota e consequente ausência em um estado é compensada com a entrada em outro, de forma que certos partidos conseguem manter sua presença em um número igual ou maior de estados mesmo sofrendo derrotas.

5 Partido Pátria Livre (PPL), Partido Ecológico Nacional (PEN), Partido Republicano da Ordem Social (PROS) e Solidariedade (SD).

Tabela 3 – Número de estados onde o partido elegeu deputados estaduais/distritais*

Partido	1998	2002	2006	2010	2014
PCB	0	0	1	0	0
PCO	0	0	0	0	0
PHS/PSN	1	1	5	5	8
PMN	5	6	12	15	8
PRB	-	-	3	13	18
PRP	2	6	6	9	8
PRTB	1	3	6	8	5
PSC	10	9	13	17	15
PSDC	2	4	4	6	6
PSL	5	8	7	12	12
PSOL	-	-	2	3	6
PSTU	0	0	0	0	0
PT do B	4	3	11	15	9
PTC/PRN	0	1	3	7	7
PTN	0	2	4	8	10

*Dados extraídos do site do Tribunal Superior Eleitoral.

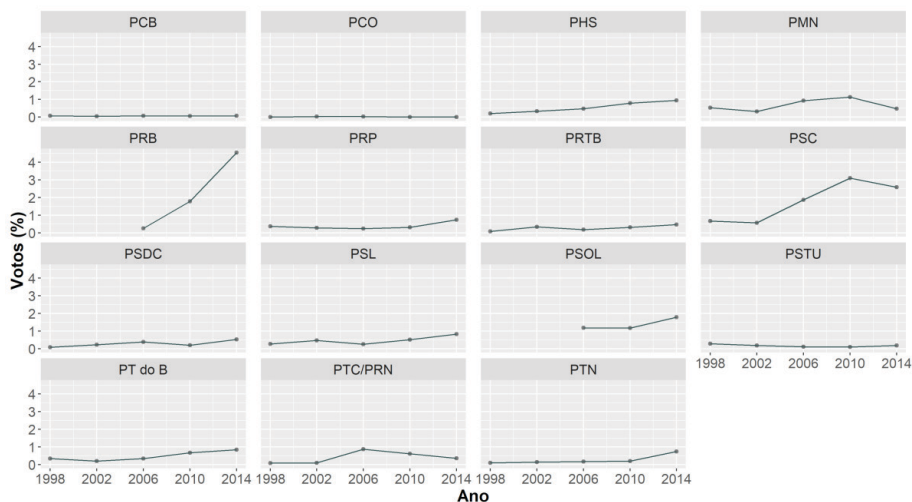
Fonte: Elaborada pelo autor (2019 2018).

Além da quantidade de cadeiras conquistadas nas diversas UFs, a distribuição dessas conquistas nas distintas regiões é desigual. De modo geral, os pequenos partidos têm maior facilidade em eleger candidatos nos estados do Norte e do Nordeste, onde têm tido presença constante desde o início do intervalo estudado. Com efeito, as primeiras vitórias dos pequenos partidos quase sempre ocorrem em estados da região Norte. A única exceção a este padrão é o PSOL, que elegeu seus primeiros representantes estaduais no Rio de Janeiro e em São Paulo e somente depois se expandiu para os estados do Norte e Nordeste. Os estados do Sudeste, Sul e Centro-Oeste têm sido arenas comparativamente menos permeáveis para os pequenos partidos, visto que elegem pequenas bancadas e não mantêm grande constância. Em que pese o desempenho obtido pelo PSC no Paraná

em 2014⁶, a região Sul se apresenta como a mais difícil para eles, com apenas três representantes eleitos no Rio Grande do Sul e nenhum em Santa Catarina. No Sudeste, os pequenos partidos conseguem aceder aos legislativos com maior ênfase somente a partir de 2006, o mesmo ocorrendo nos estados do Centro-Oeste.

Nas eleições gerais, os deputados federais também são eleitos por seus respectivos estados e Distrito Federal, competindo, portanto, na mesma arena dos candidatos aos legislativos estaduais. A estratégia de vincular as candidaturas nos dois níveis, prática conhecida como dobradinha, é comum e frequente no Brasil, e pretende aumentar as chances de vitória de ambos os candidatos vinculados. Assim, dois candidatos, um em cada nível, além de pedirem votos para si, orientam seus eleitores a escolher seu aliado, que compete no outro nível. Com a possibilidade de realizar coalizões eleitorais, não raramente a dobradinha é praticada entre candidatos de partidos distintos pertencentes a uma mesma coligação.

Gráfico 4 – Votação para Deputado Federal (1998-2014)*



* Dados extraídos do site do Tribunal Superior Eleitoral.

Fonte: Elaborado pelo autor (2019/2018).

6 O PSC elegeu 12 deputados para a Assembleia Legislativa do Estado neste pleito.

O Gráfico 4 mostra que, de fato, os pequenos partidos têm obtido uma proporção de votos para o pleito nacional semelhante àquela verificada no nível estadual. De maneira análoga ao que se verificou nas eleições para outros níveis da federação, apenas três pequenos partidos demonstraram ter capacidade de expandir sua votação durante o período analisado. PRB, PSC e PSOL são os únicos partidos que superaram a barreira de 1% de votos agregados nacionalmente e cuja curva tem trajetória ascendente. No caso do PRB, a ascensão é bastante expressiva, já que, no intervalo de três eleições, o partido aumentou em 1712% sua votação e superou o PSC, este que até o pleito de 2010 era o pequeno partido mais exitoso nessa arena. Os demais partidos possuem votação baixa, inferior ou igual a 1% do total nacional ao longo do período, com pequenas oscilações nos casos do PMN e do PT do B.

O panorama que emerge dos dados relativos à disputa pela câmara baixa do Congresso aponta que o nível federal é um desafio maior para os pequenos partidos. Além dos três pequenos partidos de esquerda cuja capacidade de conquista de votos permaneceu baixa em todos os níveis, também os pequenos partidos personalistas e um confessional, o PSDC, apresentam performance praticamente irrisória em pleitos para esta esfera. Do ponto de vista agregado, contudo, o grupo de pequenos partidos analisados aumentou consideravelmente o apoio que recebe em pleitos para a Câmara dos Deputados. Nas eleições de 1998 eles respondiam, juntos, por apenas 3,11% do total de votos para Deputado Federal. Nos pleitos seguintes, esta parcela aumentou paulatinamente para 3,74% em 2002, 7,37% nas eleições de 2006, 10,98% no pleito de 2010 e, finalmente, atingiu 15,13% em 2014. Este crescimento, em termos de votos, foi, em boa medida, traduzido em presença na Câmara, conforme é possível ver na Tabela 4.

Tabela 4 – Deputados federais eleitos e percentual de cadeiras (1998 - 2014)*

Partido	1998		2002		2006		2010		2014	
	Eleitos	%	Eleitos	%	Eleitos	%	Eleitos	%	Eleitos	%
PCB	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PCO	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PHS/PSN	0	0,00	0	0,00	2	0,39	2	0,39	5	0,97
PMN	2	0,39	1	0,19	3	0,58	4	0,78	3	0,58
PRB	-	-	-	-	1	0,19	8	1,56	21	4,09
PRP	0	0,00	0	0,00	0	0,00	2	0,39	3	0,58
PRTB	0	0,00	0	0,00	0	0,00	2	0,39	1	0,19
PSC	2	0,39	1	0,19	9	1,75	17	3,31	13	2,53
PSDC	0	0,00	1	0,19	0	0,00	0	0,00	2	0,39
PSL	1	0,19	1	0,19	0	0,00	1	0,19	1	0,19
PSOL	-	-	-	-	3	0,58	3	0,58	5	0,97
PSTU	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PT do B	0	0,00	0	0,00	1	0,19	4	0,78	2	0,39
PTC/ PRN	0	0,00	0	0,00	3	0,58	1	0,19	2	0,39
PTN	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	4	0,78
Total	5	0,97	4	0,78	22	4,29	44	8,58	62	12,09

*Dados extraídos do site do Tribunal Superior Eleitoral.

Fonte: Elaborada pelo autor (2019 2018).

Ao longo do período incluído neste estudo, os únicos pequenos partidos que não foram capazes de eleger nenhum candidato para a Câmara dos Deputados pertencem ao grupo de legendas de esquerda – PCB, PCO e PSTU. As demais lograram ocupar cadeiras na Casa em pelo menos uma ocasião. Destas, quatro – PMN, PRB, PSC e PSOL – nunca deixaram de eleger pelo menos um representante para o legislativo federal. Os percentuais de candidatos eleitos são muito semelhantes aos votos obtidos nacionalmente pelas legendas, ilustrando a alta proporcionalidade do sistema brasileiro. A única exceção parcial é o PSOL, que obteve sempre proporções menores de cadeiras em relação à proporção nacional de votos. Em geral, o aumento no número de cadeiras conquistadas também refletiu o crescimento que esses partidos obtiveram em suas votações. Em 1998, os

pequenos partidos ocupavam apenas cinco assentos na Casa, ou seja, pouco menos de 1%. Já em 2014, esta quantidade saltou para 62 cadeiras, ou 12,09%. Para efeitos de comparação, se fossem um só partido, os pequenos teriam a terceira maior bancada da legislatura 2015-2018, atrás apenas do PT, com 70, e do PMDB, com 66 assentos. A comparação aponta que alguns desses pequenos partidos podem, em vista de seu crescimento na Câmara, tornar-se atores relevantes para o jogo político e para as negociações de governo. É o caso de PRB e PSC, em particular, visto que, na referida legislatura, chegaram a ter presidentes de comissões na casa.

Nas eleições majoritárias nos níveis estadual e federal, os pequenos partidos têm apresentado uma atuação muito incipiente. Com exceção dos pequenos partidos de esquerda que lançam com frequência candidatos ao Senado, Governos Estaduais e à Presidência, com o objetivo de realizar propaganda de cunho ideológico, os demais partidos competem para estes cargos apenas ocasionalmente e com desempenhos, em geral, muito modestos. Alguns partidos merecem destaque nessa perspectiva: PMN e PSL elegeram um governador, cada, nos estados do Amazonas e de Roraima em 2010 e 2002, respectivamente. Em ambos os casos, os candidatos eleitos eram políticos conhecidos em seus estados – tendo ocupado as prefeituras de suas capitais antes de se tornarem governadores – e utilizaram as siglas como veículo eleitoral, abandonando-as no curso do mandato.

PSOL e PSC, por sua vez, elegeram um Senador cada em 2010, enquanto o PRTB fez o mesmo em 2006. Nos dois primeiros casos, os candidatos eleitos, Randolfe Rodrigues e Eduardo Amorim, já haviam sido deputados em seus estados por partidos maiores (PT e DEM, respectivamente). No caso do PRTB, trata-se de Fernando Collor, figura de grande capital político em seu estado, além de ter sido deputado federal, governador e presidente da república. Em termos de candidaturas para a presidência da República, somente o PSOL foi capaz de receber uma votação expressiva no período analisado, ainda que não tenham faltado candidatos concorrendo pelos pequenos partidos. Ainda assim, o partido apenas se saiu bem em sua primeira eleição, quando Heloísa Helena recebeu 6,85% dos votos. Em 2010, o PSOL lançou Plínio de Arruda Sampaio à presidência e obteve votação de 0,87%, enquanto em 2014 disputou com Luciana

Genro, recebendo 1,55% dos votos. De todos os partidos analisados, somente PRB e PTC não lançaram candidatos ao cargo máximo e nenhum deles recebeu mais de 1% dos votos.

O quadro que emerge da análise das trajetórias eleitorais dos pequenos partidos mostra que eles não podem ser tomados como um grupo homogêneo no que tange à sua capacidade de obtenção de apoio eleitoral. Nesse sentido, a categoria tipológica proposta para sua análise, que os divide em três grupos – esquerda, personalistas e confessionais – É ÚTIL para identificar os motivos destas diferenças. Os partidos que mais se destacam, tendo expandido consideravelmente sua votação para o legislativo em todos os níveis da federação e também para os executivos municipais, são os confessionais PRB e PSC, que se tornaram atores relevantes no cenário político nacional. O outro partido que se destaca é o PSOL, de esquerda, que, apesar de ter desempenho inferior aos dois primeiros em termos de votos e cargos, apresentou trajetória ascendente superior aos demais partidos tanto de esquerda quanto personalistas. As legendas pertencentes a este último grupo, por sua vez, têm trajetória homogênea e estável de obtenção de votos e cargos, abaixo dos três partidos de melhor desempenho, porém melhor do que as demais legendas de esquerda. A performance do PSDC é semelhante à deste grupo de legendas, de modo que é a única expoente do grupo de confessionais que não logra expandir o apoio obtido de maneira mais expressiva. Por fim, os demais pequenos partidos de esquerda mantêm uma trajetória bastante esqualida ao longo do período analisado em todos os níveis e estes atores não obtêm acesso de forma relevante a cargos eletivos.

As razões para essas dinâmicas exclusivas podem ser buscadas nos fatores que diferenciam estes partidos entre si. O desempenho dos partidos políticos decorre de seus objetivos como organizações, das estratégias adotadas (ambos os aspectos influenciados pela dimensão ideológico-programática) e de sua capacidade efetiva de perseguir tais objetivos e implementar as estratégias definidas (o que diz respeito à dimensão organizacional). Nas próximas seções, serão analisadas estas duas dimensões, com foco nas distinções entre os três grupos distintos para obter uma melhor compreensão de suas trajetórias eleitorais.

Objetivos e estratégias dos pequenos partidos

A distinção mais marcante entre as legendas aqui analisadas se encontra nos perfis ideológicos que elas apresentam, podendo ser agrupadas em três categorias: partidos de esquerda de inspiração leninista, partidos personalistas e partidos confessionais. Uma das implicações mais profundas destas distinções diz respeito à definição dos objetivos que o partido irá perseguir. Trata-se de uma decisão crucial na trajetória da organização e em geral está vinculada ao momento de sua gênese, quando se definem os eixos em torno dos quais ela se estruturará e atuará. Estes objetivos guardam estreita relação com a ideologia, pois ela é a responsável por fornecer aos membros e simpatizantes do partido aquilo que Panebianco (2005) denomina como a “causa comum” que motiva a existência da legenda.

Dentre os partidos analisados, há uma grande variação na centralidade do aspecto ideológico para a organização. As pequenas legendas de esquerda são aquelas que dão maior ênfase às mensagens ideológicas e onde esse aspecto mais influi nas decisões, estratégias e na própria organização⁷. Disso decorre que, para eles, a função do partido não reside na obtenção de cargos públicos *per se*, mas antes na transformação do atual modelo de sociedade visando a efetivar a causa pela qual o partido luta; neste caso, trata-se da causa proletária ou socialista, o que pressupõe buscar profundas mudanças na estrutura social e econômica do país. Diante disso, a competição eleitoral ganha um significado estratégico de veículo para a divulgação da mensagem do partido, isto é, passa a ser vista como um meio de disseminação dos ideais e da doutrina do partido. Isso explica, em parte, a insistência dessas legendas em lançarem candidatos aos cargos executivos e, particularmente, à presidência. São eles que garantem maior visibilidade à mensagem do partido. Essa perspectiva ajuda a entender também a persistência dessas organizações ao longo do tempo. Uma análise que pretendesse enquadrá-las na premissa segundo a qual partidos são maximizadores de votos (DOWNS, 1999) não conseguiria explicar por que insistir por tanto tempo diante de tão baixo retorno em termos de votos.

7 PCB, PCO e PSTU trazem em seus estatutos menções ao conceito de centralismo democrático formulado por Lênin (1902) como um princípio segundo o qual estes partidos se organizam funcionam.

Outro aspecto estratégico que decorre de sua ideologia é o pequeno número de coligações eleitorais que realizam. Dantas e Praça (2010), ao analisarem as coligações dos pequenos partidos nas eleições municipais entre 2000 e 2008, constatam que os pequenos partidos de esquerda são os que realizam o menor número de coligações nos pleitos estudados, mas que há grande diferença no percentual de coligações entre eles. No caso do PCB, o percentual de municípios com coligações ultrapassa os 90% em duas eleições. Já PCO nunca realizou coligações em mais de 30% dos municípios onde concorreu no período, e o PSTU oscila entre 4% e 60%, sem demonstrar algum padrão.

O PSOL, embora também de esquerda, apresenta um padrão muito diferente, com um patamar de votação mais próximo aos demais partidos competitivos. Embora ele adote uma política de coligações igualmente restrita nos pleitos em que concorre, aliando-se somente a outros pequenos partidos de esquerda, ele possui duas características que o distinguem dos demais: i) sua origem parlamentar lhe garantiu membros com algum capital político-eleitoral já consolidado, bem como uma orientação mais *vote-seeking*⁸; ii) sua variante ideológica é muito mais calcada no eurocomunismo do que nas correntes mais ortodoxas leninistas e trotskistas que orientam as demais legendas de esquerda. Não se trata, portanto, de um partido “revolucionário”, interessado apenas em utilizar taticamente as eleições para efeito de propaganda. O PSOL quer crescer por dentro da democracia representativa. Ele é um partido “desafiante”, porém sistêmico. Sua situação corresponde ao quadro descrito por Downs (1999); isto é, quando um partido que domina um dos polos do espectro ideológico se move em direção ao centro para ampliar seu eleitorado, outros partidos surgem para ocupar o espaço deixado por ele e disputar seu antigo eleitorado. Esse é o caso do PSOL, que disputa o eleitorado de esquerda do PT.

Os partidos confessionais concedem comparativamente menor centralidade à sua ideologia, ainda que ela permeie as mensagens de seus membros e candidatos em suas manifestações individuais. Uma razão da relativa moderação por parte dessas legendas decorre do fato que elas reúnem

8 Perfil tipológico de partidos orientados principalmente para a maximização de votos.

membros de vertentes diferentes do cristianismo e, portanto, procuram se ater aos aspectos comuns a elas.

Um posicionamento diferente é aquele de seus membros, em particular dos que detêm mandados eletivos, alguns dos quais têm se destacado pela defesa de dogmas e princípios conservadores do cristianismo e tentando promover políticas públicas baseadas neles. Se os partidos de esquerda almejam a transformação radical da sociedade, os confessionais visam à manutenção de uma série de políticas e normas com as quais se identificam em virtude de seus valores religiosos, tais como a proibição do aborto, do casamento entre pessoas do mesmo sexo, da pesquisa com células-tronco embrionárias, dentre outras. Sua estratégia visa, justamente, a ocupar os cargos e posições que lhes permitam atuar para a promoção desses objetivos, de sorte que a conquista de votos e cargos é crucial para eles. Portanto, os partidos confessionais têm muitos incentivos para adotar estratégias que lhes permitam expandir sua votação e suas bancadas, pois é, por meio delas, que eles têm condições de promover sua causa.

Eles frequentemente realizam coligações e não tendem a ser muito seletivos em termos dos partidos maiores com os quais se associam nas eleições. Conferem ligeira preferência aos grandes partidos de direita, de cujas agendas e posições são mais afins, mas também se coligam com frequência quase igual a legendas de centro e de esquerda (DANTAS; PRAÇA, 2010), o que revela seu pragmatismo voltado para a maximização de suas chances. Outra estratégia muito frequente é o uso dos títulos religiosos por seus candidatos, tais como pastor, bispo, ou ministro, como forma de aumentar sua interlocução com parcelas do eleitorado de determinados segmentos religiosos. Com frequência os slogans utilizados nas campanhas também contêm mensagens de cunho religioso.

Essa conduta tem sido parcialmente responsável pela ascensão de PSC e PRB nos últimos pleitos, mas não tem surtido o mesmo efeito para PSDC, cujo desempenho eleitoral está muito abaixo de seus congêneres. Uma explicação possível para esse fato decorre dos fortes vínculos que PSC e PRB possuem com instituições religiosas evangélicas, em particular a Assembleia de Deus e a Igreja Universal do Reino de Deus, respectivamente. Essas organizações funcionam, muitas vezes, como verdadeiras instituições

informais destes dois partidos. Freidenberg e Levitsky (2006) apontam que muitos dos partidos latino-americanos parecem organizações fracamente institucionalizadas quando se analisa sua estrutura formal, isto é, aqueles órgãos que integram a estrutura legalmente reconhecida dos partidos, mas muitas vezes possuem vastas redes “informais” de vínculos com instituições que atuam em outras esferas sociais. Este parece ser o caso destas duas legendas. Muitos de seus membros e candidatos são vinculados a essas duas instituições religiosas, alguns inclusive na condição de sacerdotes, de modo que sua atuação política e religiosa converge e eles dispõem de um importante “palanque informal” nos templos e nos demais locais de culto religioso. Isto lhes garante exposição para além do período das candidaturas políticas, pois, dada a natureza perene das atividades religiosas, os membros de partido que nelas atuam continuam em evidência na condição de sacerdotes ou lideranças na comunidade de fiéis. O PSDC, por ser vinculado à Igreja Católica, tem, em tese, menor espaço para que seus membros se aproveitem de seus vínculos para fins eleitorais. Isto se dá, em primeiro lugar, porque existe a proibição de que os sacerdotes católicos disputem cargos políticos e, em segundo, porque os católicos não constituem comunidades de vínculos tão fortes quanto os evangélicos.

Essa distinção é corroborada pelos dados da pesquisa “Trajetórias, Perfis e Padrões de Interação de Legisladores em Doze Unidades da Federação”, realizada pelo Centro de Estudos Legislativos da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)⁹. Uma das questões perguntava ao deputado se ele recebeu algum apoio de sua Igreja ou denominação religiosa. A Tabela 5 traz os dados das respostas obtidas nas duas rodadas dessa pesquisa. É possível notar que um percentual muito superior de deputados evangélicos declarou receber apoio de suas instituições religiosas em relação aos deputados que professam outras religiões. A comparação com os católicos é especialmente relevante: enquanto quase dois terços dos evangélicos ouvidos declararam ter recebido apoio das instituições religiosas das quais participam, somente um quarto dos católicos foi apoiado por suas

9 A pesquisa entrevistou os deputados estaduais nas Assembleias de 12 estados brasileiros: três no Sudeste (SP, MG, RJ), dois no Sul (RS e PR), três no Nordeste (PE, BA e CE), dois no Centro-Oeste (GO e MT) e dois no Norte (PA e TO), em duas legislaturas 2007-2010 e 2011-2014.

igrejas. Considerando os vínculos que PSC e PRB possuem com instituições evangélicas, esse dado é central para a compreensão da evolução de seu desempenho eleitoral e de seu sucesso relativamente aos demais pequenos partidos.

Pequenos partidos personalistas posicionam-se no extremo oposto aos partidos de esquerda em termos da importância dada à ideologia. Em certa medida, é possível afirmar que tais partidos não possuem um conteúdo ideológico-programático bem definido e adotam aquilo que Baquero e Vasconcelos (2013) apontam como “ideologia híbrida”; isto é, um perfil que não “catalisa identidades coletivas fortes”.

Tabela 5 – Percentual de deputados estaduais que recebem apoio de suas igrejas ou denominações*

		Para estar na política tem apoio de sua igreja ou denominação?			
		Sim	Não	Total	
Religião do Deputado	Católica	N	168	524	692
		%	24,30%	75,70%	100%
	Evangélica	N	80	42	122
		%	65,60%	34,40%	100%
	Espírita	N	0	20	20
		%	0%	100%	100%
	Outra	N	3	15	18
		%	16,70%	83,30%	100%
	Total	N	251	601	852
		%	29,50%	70,50%	100%

* Dados extraídos do Centro de Estudos Legislativos da Universidade Federal de Minas Gerais.

Fonte: Elaborada pelo autor (2019).

Sendo personalistas, estas legendas contam com o carisma e o capital político de suas lideranças como principal meio para obter apoio eleitoral. Nesse sentido, suas campanhas são focadas na personalidade de seus membros com mensagens destinadas a exaltar qualidades genéricas de seus candidatos. O foco dos partidos personalistas não é necessariamente expandir seu eleitorado e obter um amplo apoio da sociedade, tampouco

promover determinadas causas ou políticas. Sua orientação primária é por cargos. Portanto, a competição política é encarada apenas como um meio de garantir que suas lideranças obtenham acesso aos postos na estrutura estatal, pela via eleitoral ou ocupando cargos por indicação política. Assim, sua meta eleitoral primária é obter os votos necessários para eleger uma quantidade de candidatos que garanta algum poder de barganha após a eleição junto aos partidos maiores. Isso se traduz em um comportamento bastante pragmático no que se refere à realização de coligações eleitorais privilegiando aquelas que aumentem suas chances de obter cadeiras nas disputas legislativas.

Quando lançam campanhas para cargos no executivo, em especial para a Presidência da República, estas legendas se apresentam sempre com o mesmo candidato que, com frequência, é também seu presidente e fundador. Ainda que tenham desempenho insignificante no pleito nacional, tal estratégia lhes garante visibilidade e, sobretudo, a possibilidade de inserir a legenda entre os grandes partidos a fim de fazer acordos futuros com estes, negociando seu apoio aos candidatos que disputam o segundo turno e aos vencedores. O desempenho mediano que apresentam nos dados analisados é reflexo de seu foco na obtenção de cargos para suas lideranças. Uma vez garantido o acesso a um mínimo de cargos, não há grandes incentivos para que o partido se expanda. A persistência de alguns partidos no pleito para o Executivo nacional, a despeito do baixo patamar recorrente de votos obtidos por eles, é sintomática do domínio que essas personalidades têm sobre a legenda. Essa persistência é ilustrada pela recorrência na apresentação dos mesmos candidatos, como é o caso do PRTB com Levy Fidelix, ou do PSDC com Eymael. Muito mais do que entidades orgânicas com certo nível de interação sistêmica entre seus membros, os partidos personalistas são plataformas para projeção de carreiras políticas. Melo (2004), analisando a migração partidária entre 1985 e 2001, mostra que os pequenos partidos são aqueles que apresentam taxas mais altas de deserções. No caso dos partidos personalistas, denominados pelo autor como pequenos partidos de direita, a proporção de abandono chegou a 60% dos deputados entre 1985 e 2001, tendência esta que se mantém até os dias de hoje. Verifica-se um padrão no qual os candidatos utilizam a legenda para se elegerem e a abandonam após a posse, de modo que somente a principal liderança

permanece no partido. Isso demonstra o problema de institucionalização destas legendas, que não chegam a se tornar “fins em si mesmos”, conforme previra Panebianco (2005), a propósito do processo de institucionalização, e permanecem como constelações de políticos agindo de forma autônoma sem grandes vínculos organizacionais.

Estrutura e máquina eleitoral

Grande parte das dificuldades enfrentadas pelos pequenos partidos políticos se deve à incipiência de suas máquinas eleitorais. Para conseguir disputar eleições, um partido deve dispor de bases organizacionais que lhe permitam atuar de acordo com a escala em que os pleitos ocorrem. No caso brasileiro, isso significa estar presente no maior número de municípios possível, pois os diretórios municipais são a dimensão mais elementar dos partidos brasileiros¹⁰. É na arena municipal que os partidos se encontram mais próximos da sociedade e, sobretudo, é a partir dela que mobilizam eleitores e militantes, e que recrutam as lideranças e os candidatos.

Melo (2013), ao analisar o PMDB, ressalta a existência de uma correlação entre as votações das prefeituras comandadas pelo partido e a origem dos votos que este conquista para a Câmara dos Deputados, e afirma que o nível municipal é a dimensão-chave para o desempenho dos partidos nos demais pleitos no país.

Presumimos que as eleições municipais são a porta de entrada dos partidos no jogo eleitoral. As disputas para os cargos estaduais e federais são organizadas a partir das bases municipais e, nesse sentido, quanto mais apoio os partidos e candidatos conseguirem nos municípios, maior a probabilidade de terem êxito nas outras esferas. (MELO, 2013, p. 18-19).

Segundo o autor, a construção de uma rede de organizações municipais nos estados parece ter sido o segredo do PMDB para se fortalecer e consolidar como um dos partidos mais fortes no período da Nova República. É nos municípios que o partido angaria votos que o fortalecem na dimensão local, a partir da qual ele se projeta nos níveis estaduais e federal. É razoável supor que essa dinâmica não seja apenas uma particularidade

¹⁰ Exceção feita aos pequenos partidos de esquerda que se organizam em células partidárias como elemento mais básico de sua estrutura.

do PMDB, mas uma espécie de regra para a sobrevivência e consolidação dos partidos no Brasil. Dessa forma, um aspecto central para os pequenos partidos é a sua expansão e radicação no território nacional. Isto é, se seguirmos a definição segundo a qual partidos são agentes maximizadores de votos, o grande desafio das pequenas legendas brasileiras consiste em expandir tanto quanto possível sua presença nos municípios brasileiros. Isso lhes daria, ao longo do tempo, o acúmulo de capital humano e político necessário para se tornarem competitivos.

De acordo com Panebianco (2005), a expansão territorial de um partido pode ocorrer essencialmente de duas formas: por penetração ou difusão. O primeiro caso ocorre quando um “centro decisório” controla, estimula e dirige o desenvolvimento da “periferia”, isto é, a formação das instâncias locais e intermediárias do partido. O segundo ocorre em contextos nos quais o desenvolvimento se dá por “germinação espontânea”, visto que as elites locais se reúnem e constroem associações partidárias que somente depois são aglutinadas no nível nacional. Ainda segundo o autor, os partidos tenderão a apresentar ambas as formas de expansão, mas uma será predominante sobre a outra (PANEBIANCO, 2005). Legendas que se desenvolvem por difusão têm seu processo de formação de lideranças mais tormentoso e complexo devido à existência de núcleos consideráveis de líderes locais. Estes, que surgiram de maneira autônoma, controlam suas próprias instâncias partidárias locais e, portanto, podem aspirar à liderança nacional do partido. Por outro lado, legendas onde predomina a penetração tendem a ser muito mais coesas e manejáveis, pois o protagonismo do “centro” tende a garantir o controle da instância nacional sobre a local, o que se traduz em maior margem de manobra por parte da primeira em face da segunda.

No Brasil, a literatura tem voltado sua atenção para esta dimensão das agremiações partidárias. Braga e Silveira (2012) analisam a presença territorial de todos os partidos brasileiros a partir de dados do TSE coletados em 2011. O estudo aponta uma diferença no perfil de expansão das bases locais entre há partidos grandes e médios de um lado, e os pequenos, de outro. Enquanto os do primeiro grupo tiveram uma expansão da cobertura territorial mais rápida que a expansão no número de filiados, os demais apresentam uma trajetória quase linear em que a expansão territorial e o aumento do número de filiados avançam *pari passu*.

Isso evidencia a forte dependência de trajetória dos elementos que separam partidos grandes e médios dos partidos pequenos. Ademais, o estudo aponta a existência de grandes diferenças organizacionais entre esses partidos. Os grandes tendem a ser mais descentralizados e consolidados, ao passo que os pequenos partidos são mais centralizados e menos institucionalizados. Na mesma linha, Guarnieri (2011) chama atenção para a “fraqueza” organizacional dos partidos brasileiros. Ele analisa a proporção de comissões provisórias municipais (CPs) por diretórios municipais das principais legendas e revela que a maioria prefere manter as precárias comissões a institucionalizá-las em diretórios. Isso garante aos dirigentes partidários nacionais um grande controle sobre os braços locais de suas legendas. Perspectiva que vai ao encontro do que afirma Rodrigues (1995, p. 89):

As implicações disto [o elevado número de comissões provisórias] para o controle partidário são claras: como são os dirigentes partidários que controlam as comissões provisórias, são eles também que escolhem os delegados às convenções. Quando comissões provisórias formam parte significativa dos órgãos partidários, esses dirigentes possuem grande controle sobre as convenções, pois controlam parte significativa dos votos.

Para além do controle dos votos, as comissões provisórias são também mais facilmente manipuláveis, pois os diretórios estaduais ou nacionais podem, caso queiram, nomear interventores ou mesmo dissolvê-las. Assim, a proporção de comissões provisórias por diretórios é um bom indicador do grau de fragilidade organizacional de um partido e do quão centralizado é o seu processo decisório interno. A Tabela 6 mostra a quantidade de organizações que os pequenos partidos analisados possuíam no âmbito municipal, identificando o número de comissões provisórias e interventoras e o número de diretórios. Os dados são referentes ao mês de maio de 2014. Os dados da tabela explicitam as diferenças entre os pequenos partidos do ponto de vista organizacional.

Tabela 6 – Organização territorial dos pequenos partidos brasileiros – 2014*

Partido	CPs+Cls**	Diretórios	Total	Percentual de CPs+Cls
PCB	105	2	107	98,1
PCO	31	12	43	72,1
PHS/PSN	883	170	1.053	83,9
PMN	1.458	19	1.477	98,7
PRB	2.891	6	2.897	99,8
PRP	1.567	42	1.609	97,4
PRTB	607	7	614	98,9
PSC	3.003	252	3.255	92,3
PSDC	380	111	491	77,4
PSL	1.140	214	1.354	84,2
PSOL	423	133	556	76,1
PSTU	18	70	88	20,5
PT do B	1.615	152	1.767	91,4
PTC/PRN	826	26	852	96,9
PTN	1.502	17	1.519	98,9
Total	1.6449	1.233	17.682	

* Dados extraídos do Tribunal Superior Eleitoral.

** Somatório de comissões provisórias e comissões interventoras.

Fonte: Elaborada pelo autor (2019).

É possível perceber que as legendas que apresentam melhor desempenho eleitoral – PRB e PSC – são também aquelas que possuem maior densidade organizacional nos municípios, quer sejam diretórios, quer sejam comissões provisórias/interventoras; ademais, elas são as duas únicas legendas do grupo estudado presentes em mais da metade dos municípios brasileiros. Há que se ressaltar, no entanto, que essa não é uma relação automática, isto é, o crescimento eleitoral não é diretamente vinculado à presença do partido em um número maior de municípios. Alguns partidos personalistas, como PT do B, PRP e PMN, apresentam capilaridade comparativamente alta em relação às demais legendas. No entanto, essa diferença não se traduziu em um desempenho melhor. Por outro lado, o PSOL se tornou tão

ou mais competitivo nas arenas estadual e federal mesmo com um número relativamente baixo de órgãos. Isso sugere que a capilaridade no território nacional é uma condição necessária; porém, não é suficiente para que um pequeno partido expanda sua votação e aumente suas chances de eleger candidatos e de adquirir maior relevância no jogo político.

Fixar-se em muitos municípios garante, à legenda, a prerrogativa de disputar um número maior de pleitos, o que lhe fornece as bases para recrutar membros e candidatos bem como para angariar recursos. Porém, transformar esse capital organizativo em capital eleitoral não é um processo automático; e, como sugere o contraste entre os dados da Tabela 6 e os resultados eleitorais verificados anteriormente nos gráficos, esse processo está sujeito a outros fatores condicionantes. Um segundo aspecto que emerge na Tabela 6 diz respeito ao grau de institucionalização destes partidos. Somente os pequenos partidos de esquerda parecem ter efetuado algum esforço para consolidar suas comissões em diretórios ao longo do tempo; mesmo assim, apresentam proporções muito altas de CPs. O único partido dentre eles que apresenta mais de 50% de diretórios é o PSTU, que tem desempenhos mais fracos em eleições. Os demais partidos de esquerda situam-se na faixa dos 70% de CPs. As legendas personalistas e confessionais têm níveis muito baixos de institucionalização, nunca apresentando percentual de CPs inferior a 80%. A única exceção a este padrão é o PSDC, que tem padrão semelhante aos pequenos partidos de esquerda, com cerca de 77% de CPs, mas também é um dos partidos com desempenho eleitoral baixo. Além disso, o partido tem em comum com as pequenas legendas de esquerda o baixo número de estruturas organizacionais.

Os dados da Tabela 6 sugerem, em sintonia com a premissa de Panebianco (2005), que essas legendas operam com alto grau de liberdade no sistema político, pois seus diretórios nacionais são soberanos e podem interferir nas decisões relativas ao jogo político-eleitoral municipal com grande autonomia. Além disso, como atesta Guarnieri (2011), partidos mais centralizados têm maior probabilidade de formar coalizões em detrimento de lançar candidaturas próprias com poucas chances de vitória, o que explicaria o desempenho relativamente pior nas disputas para cargos executivos. As implicações disso são significativas e indicam que os pequenos partidos podem atuar de maneira extremamente estratégica e

flexível no contexto político brasileiro, utilizando-se dessa autonomia para maximizar votos e cargos de acordo com seu diagnóstico do cenário eleitoral. Os grandes partidos, por possuírem maior quantidade de recursos e maior máquina eleitoral, se estruturam de forma a garantir que esses sejam potencializados. Os pequenos partidos, por outro lado, devem levar em conta sua escassez de recursos e menor capilaridade, o que torna relevante a necessidade de exercer maior controle sobre suas subunidades, visando a garantir maior eficiência de suas estratégias e de seu comportamento.

Outro aspecto que merece ser ressaltado diz respeito ao que Braga e Silveira (2012) observam acerca da importância das bases territoriais para os jogos de poder internos dos partidos políticos. Os autores afirmam que os órgãos locais, além de serem eventualmente mobilizados por líderes e/ou facções partidárias nas disputas internas das legendas, também servem como mecanismos de articulação de alianças no nível local, almejando objetivos nos níveis estaduais ou nacional. Isso poderia explicar, em parte, o fato de que pequenos partidos personalistas têm capilaridade relativamente alta, mas desempenho mediano. Para esses partidos, a presença em um número grande de municípios se justifica na medida em que expande as possibilidades de realização de coalizões e acordos com legendas maiores, já que podem oferecer o apoio de suas bases locais em troca de acordos que lhes beneficiem em outras esferas eleitorais, ou mesmo na indicação para cargos políticos após a eleição.

Perspectivas para o futuro

Ao fim e ao cabo, os órgãos municipais são a base a partir da qual os partidos constroem as máquinas eleitorais que lhes possibilitarão expandir sua votação e o número de cargos conquistados. Essa é uma dimensão particularmente relevante nas disputas pelos legislativos estaduais e federal. Quanto maior for a presença de um partido nos municípios de um estado, maiores serão suas bases de campanha e maior será o número de candidatos de que ele irá dispor para lançar em suas listas, uma vez que cada novo órgão pressupõe o alistamento de novos membros. Ao aumentar o número de candidatos, o partido passa a obter uma quantidade maior de votos “no varejo”, pois as votações obtidas por eles, conquanto pequenas, se acrescentam àquela do partido com base na qual é realizado o cálculo eleitoral.

Quando complementada com a costura de coligações competitivas nos distritos eleitorais, essa estratégia pode aumentar o número de postos obtidos pelos pequenos partidos e, por conseguinte, aumentar sua relevância no jogo político.

O imperativo da expansão territorial convive de forma tensa com a necessidade que muitas lideranças têm de controlar a legenda. Nesse sentido, a baixa institucionalização, ilustrada pela prevalência de comissões provisórias e interventoras, sugere que a direção nacional – e em alguns casos ela é exercida *de facto* por um único indivíduo – tem grande margem de ingerência nos órgãos subordinados, podendo controlar até mesmo a expansão territorial do partido. Como o desenvolvimento organizacional da legenda pode, em alguns casos, ser conflitante com os objetivos imediatos destas lideranças, as perspectivas de que os pequenos partidos se expandam e adquiram maior relevância são incertas.

Isso é especialmente verdade no caso dos pequenos partidos personalistas, que servem muitas vezes apenas como máquinas eleitorais para um número restrito de quadros políticos e seguem os desígnios de seus presidentes. Para este grupo de partidos, o foco na conquista de cargos acaba sendo um estímulo contrário à sua institucionalização, pois eles precisam operar apenas com uma base mínima necessária para promover um número reduzido de candidatos. Por não disporem de um projeto político para o país, é pouco provável que estas legendas adotem estratégias para a ampliação de suas bases territoriais e de seu número de filiados. Estas tenderão a se ampliar apenas de forma lenta e na medida em que o partido se instalar em municípios onde também recrutará candidatos. Assim, é pouco provável que os partidos personalistas adquiram maior relevância no cenário político brasileiro. A tendência é que eles sigam apresentando um desempenho fraco com aumento esporádico de bancadas, mas não a ponto de se consolidarem e se expandirem.

Os pequenos partidos de esquerda partilham da mesma perspectiva; mas, por motivos muito diferentes. Este grupo de legendas é pautado pela promoção de um conjunto de ideais cujo fim último é a transformação radical da sociedade. Dessa forma, concebem a si mesmos como instituições de vanguarda no âmbito da sociedade, cujo papel é servir de guia do povo na luta pela implementação de um sistema socialista. Esta visão, formulada

por Lênin (1961), requer destes partidos um trabalho intenso e permanente de mobilização dos eleitores, o que explica a ênfase dada aos órgãos de base. As eleições são vistas sob uma lógica puramente estratégica de promoção da mensagem do partido e a maximização de votos e conquista de cargos não fazem parte do horizonte destas legendas. Em tese, este perfil gera muitos incentivos para que o partido expanda suas bases e se desenvolva organizacionalmente. Contudo, conforme os dados apontam, isso não tem ocorrido e estas legendas não possuem número grande de filiados, órgãos partidários e, conseqüentemente, apoio eleitoral. Em boa medida, esse fato pode ser creditado ao radicalismo de sua mensagem ideológica, que, sobretudo após o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), tornou-se anacrônica no mundo contemporâneo. Assim, apesar de todo esforço de mobilização realizado pelos pequenos partidos de esquerda, é o conteúdo de sua mensagem e o radicalismo com que eles a difundem que acaba por limitar suas chances de sucesso.

Situação diferente é aquela vivida pelo PSOL, um partido de origem parlamentar que tem conseguido crescer e ampliar sua presença e influência na política brasileira. Ao contrário de seus congêneres, o PSOL opera dentro do jogo democrático e se coloca como um partido desafiante pela esquerda do espectro ideológico. Assim, as eleições e a conquista de cargos são vistos como forma legítima e eficaz de perseguir os objetivos do partido. Isso determina um perfil mais flexível por parte de seus membros. Enquanto os demais partidos de esquerda pregam a ortodoxia, o PSOL adota um discurso em sintonia com os movimentos sociais e as novas pautas da esquerda, de natureza pós-materialista. Suas perspectivas, portanto, são mais positivas. A tendência é que o partido cresça e se desenvolva organizacionalmente, ampliando sua presença no território e seu número de filiados.

As legendas confessionais têm apresentado o melhor desempenho entre os pequenos partidos, mas também é possível identificar divisões entre elas. Um primeiro grupo é formado por PRB e PSC, partidos de origem parlamentar que ampliaram consideravelmente suas bancadas nos legislativos municipais, estaduais e federal, além de terem obtido número crescente de prefeituras. Essa trajetória é fruto tanto de sua expansão e desenvolvimento organizacional – são os partidos com maior número de filiados

e órgãos partidários – quanto de sua estratégia de inserção social. Como visto, a relação dos partidos com organizações religiosas é tal que elas funcionam muitas vezes como instituições informais (FREIDENBERG; LEVITSKY, 2006) por meio das quais eles obtêm apoio para seus candidatos e estabelecem vínculos sociais importantes. Ademais, adotam políticas de aliança bastante eficientes. O PRB, por exemplo, integrou a coligação mais forte em São Paulo, com o PSDB, mesmo fazendo parte da base aliada do PT no âmbito nacional.

A atuação de seus membros eleitos tem ganhado bastante visibilidade, tanto que estes partidos formaram um dos grupos mais influentes no Congresso: a bancada evangélica. Isso certamente lhes garante ainda mais capital político e eleitoral. As duas legendas equilibram as dimensões *policy seeking*¹¹ e *vote seeking*, pois, para elas, a obtenção dos objetivos programático-ideológicos se efetiva pela atuação de seus membros nas instituições representativas e de governo. Assim, as eleições são vistas como meio eficaz para a promoção das políticas que eles defendem.

O PSDC, por outro lado, é uma das legendas menos desenvolvidas, com número pequeno de filiados e de órgãos partidários. Em parte, isso se deve ao forte controle exercido por seu presidente e fundador José Maria Eymael, que faz com que o partido opere na mesma lógica das legendas personalistas, a despeito de seu conteúdo ideológico-programático religioso. Outro fator que explica seu desempenho fraco é seu vínculo com a Igreja Católica, que não lhe garante o mesmo apoio e uma capacidade de mobilização e criação de vínculos similar àquela obtida junto a instituições evangélicas. Dessa forma, enquanto PRB e PSC tendem a se consolidar e expandir sua influência na política brasileira, o PSDC terá trajetória semelhante àquela dos pequenos partidos personalistas, ou seja, desempenho fraco e poucos incentivos ao desenvolvimento e expansão.

Considerações finais

Este artigo se propôs a traçar um panorama dos pequenos partidos brasileiros mediante a análise de sua trajetória eleitoral e do uso de

11 Perfil tipológico de partidos orientados principalmente para a implementação de determinados tipos de políticas públicas.

categorias tipológicas (EV, 2015) que os definem para explicar suas distintas performances. Discutiu-se o problema de como definir o tamanho dos partidos e as distintas estratégias encontradas na literatura para classificar as legendas brasileiras quanto à sua relevância. A opção feita no âmbito deste trabalho foi por adotar um limiar percentual de votos para a Câmara dos Deputados no período delimitado (1998-2014), a partir do qual se identificou um conjunto de 15 legendas consideradas pequenas relativamente às demais.

A partir da definição das legendas, a análise empreendida reportou os dados relativos à performance eleitoral dos pequenos partidos em eleições para o legislativo e o executivo nos níveis municipal, estadual e nacional. Em seguida, explorou-se em que medida as distinções ideológicas e organizacionais entre os pequenos partidos poderiam explicar seus variados desempenhos eleitorais. Por fim, foram projetadas as chances de sucesso futuro dos distintos grupos de legendas e indicadas aquelas com maior potencial de ascenderem a patamares de maior relevância no sistema político brasileiro.

Dessa forma, espera-se ter contribuído para o estudo deste grupo de atores do sistema partidário que, até o momento, continua sendo pouco conhecido da ciência política brasileira. A análise aqui empreendida visa a fomentar o debate e ulteriores estudos acerca dos pequenos partidos. Procurou-se introduzir uma nova dimensão de análise destas legendas para além do viés mais comum de análise, em geral focado em como elas se beneficiam da estratégia de coalizões eleitorais. Argumenta-se que a expansão territorial e o grau de controle sobre os níveis subnacionais também podem estar relacionados ao sucesso ou não de seus esforços eleitorais.

Referências

BAQUERO, M.; VASCONCELOS, C. Crise de representação política, o surgimento da antipolítica e os movimentos antipartidarismo no Brasil. *In: ENCONTRO DO COMPOLÍTICA*, 5., 8-10 maio 2013, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: COMPOLÍTICA, 2013. p. 1-21.

BRAGA, M. S.; SILVEIRA, R. Organización, Territorio Y Sistema Partidario: Difusion Territorial De La Organización De Los Partidos Y Sus Potenciales Impactos Sobre La Estructura Del Sistema Partidario En Brasil. **America Latina Hoy**, v. 62, p. 15-45, 2012.

CALVO, E.; GUARNIERI, F.; LIMONGI, F. Why Coalitions? Party system fragmentation, small party bias, and preferential voting in Brazil. **Electoral Studies**, n. 39, p. 219-229, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.electstud.2015.03.012>. Acesso em: 11 ago. 2018.

DANTAS, H.; PRAÇA, S. Pequenos partidos nas coligações eleitorais para prefeituras em 2000. **Leviathan**, São Paulo, n. 1, p. 181-200, 2004.

DANTAS, H.; PRAÇA, S. Pequenos partidos no Brasil: uma análise do posicionamento ideológico com base nas coligações municipais de 2000 a 2008. In: KRAUSE, S.; DANTAS, H.; MIGUEL, L. F. (Ed.). **Coligações partidárias na nova democracia brasileira: perfis e tendências**. São Paulo: Ed. Unesp. p. 99-133.

DOWNS, A. **Uma Teoria Econômica da Democracia**. São Paulo: Edusp, 1999.

DUVERGER, M. **Os Partidos Políticos**. São Paulo: Zahar, 1980.

EV, L. S. **Quem são e pelo que competem os pequenos partidos brasileiros?** Orientador: CARLOS RANULFO FÉLIX DE MELO 2015. 150 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

EV, L. S.; MELO, P. V. De onde vem e como sobrevivem os nanicos? Análise da votação dos pequenos partidos brasileiros. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS – ANPOCS, 38., Caxambu. **Anais eletrônicos [...]**. Caxambu: ANPOCS, 2014. Disponível em: <http://opiniaopublica.ufmg.br/site/files/biblioteca/EV-e-MELO-De-onde-vem-e-como-sobrevivem-os-nanicos-ANPOCS1.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2018.

FREIDENBERG, F.; LEVITSKY, S. Informal Institutions and Party Organization in Latin America. In: HELMKE, G.; LEVITSKY, S. (Org.). **Informal Institutions and Democracy**. Lessons from Latin America. Baltimore: The Johns Hopkins University Press. 2006. p.178-200?

GUARNIERI, F. A força dos partidos 'fracos'. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 1, p. 235-258, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2010**. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9673&t=destaques>. Acesso em: 2 jul. 2018.

LACERDA, D. F.; MOURA, P. As Razões da Esquerda Radical: eleições e organização partidária em um extremo ideológico. In: VII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA – ABCP 2010, 7., ? . **Anais [...]**. : RECIFE ABCP, 2010.

MELO, C. R. **Retirando as Cadeiras do Lugar**: migração partidária na Câmara dos Deputados (1985/2002). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

MELO, P. V. T. P. **O PMDB e sua Manutenção no Centro do Jogo Político: de *catch-all* a cartel.** Orientador: ?HELICIMARA DE SOUZA TELLES 2015. 00 205 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

NASCIMENTO, W.; SILVA JÚNIOR, J. A.; PARANHOS, R.; SILVA, D.; FIGUEIREDO FILHO, D. B. Does size matter? Electoral performance of small parties in Brazil. **Brazilian Political Science Review**, v. 10, n. 2, p. 1-26, 2016.

PAIVA, D.; ALVES, V. S.; BENEDITO, S. M. As coligações proporcionais e os pequenos partidos nas eleições para a Câmara dos Deputados 1998-2014. *In*: KRAUSE, S.; MACHADO, C.; MIGUEL, L. F. (Org.) **Coligações e Disputas Eleitorais na Nova República: Aportes teórico-metodológicos, tendências e estudos de caso.** Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer/São Paulo: Editora Unesp, 2017. p.321-364

PANEBIANCO, A. **Modelos de Partido.** São Paulo: Martins Fontes, 2005.

RODRIGUES, L. M. As Eleições de 1994: Uma Apreciação Geral. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 1, p.?, 93-106.1995.

SARTORI, G. **Partidos e Sistemas Partidários.** Brasília: Editora UNB, 1976.

SILVA, L.; DOMINGOS, A.; CUNHA, M.; TORRES, M.; NASCIMENTO, W. Altruístas ou oportunistas? Uma análise dos pequenos partidos nas coligações eleitorais (1998-2014). **E-Legis - Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados**, [S. l.], p. 45-61, dez. 2016. Disponível em: <http://e-legis.camara.leg.br/cefor/index.php/e-legis/article/view/274/365>. Acesso em: 11 ago. 2018.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE).

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). **Partidos políticos registrados no TSE.** 2018. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/registrados-no-tse>. Acesso em: 15 ago. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG). **Centro de Estudos Legislativos.**

Small Parties and electoral disputes in Brazil: a performance analysis between 1998 and 2014

Abstract

This article aims to contribute to the study of small Brazilian parties by analyzing their performances in elections and their organizational characteristics. It presents the discussion of possible criteria of how to establish which are the small parties and proposes one according to which the cases are selected. Electoral data on executive and legislative disputes at the three federative levels of the selected party group are analyzed and the different performances of the small parties are related to their organizational characteristics. The analysis shows that the parties with the greatest capillarity and less institutionalization of their sub-national directories have performed better in the analyzed period.

Keywords: Small Parties; Elections; Party System

Recebido em 31/08/2018

Aprovado em 26/08/2019

O surgimento do PSD e o sistema partidário brasileiro¹

Sergio Simoni Jr²

Ricardo Mendes Ribeiro³

Resumo

O que explica a volta do fenômeno de formação de novos partidos relevantes no Brasil? Como isto se relaciona com a institucionalização do sistema partidário ou a estrutura da competição? Avançamos nessa discussão a partir da análise do Partido Social Democrata (PSD). Reconstituímos seu processo de formação, sublinhando atores, estratégias e conjunturas; analisamos o comportamento legislativo na Câmara dos Deputados dos parlamentares que migraram para o partido e exploramos seu desempenho eleitoral em 2012 e 2014, ressaltando lançamento de candidaturas e o perfil local de votação no partido. Chamamos atenção para o fato de que a estrutura da competição partidária federal e local conferem lógica aos fenômenos analisados. Além disso, defendemos que são centrais para entender a formação e força do PSD, e dos demais novos partidos, as decisões e interpretações do Poder Judiciário sobre as leis partidário-eleitorais, elemento não previsto nas teorias comparadas de formação de novos partidos.

Palavras-chave: Partidos políticos. Institucionalização do sistema partidário. Novos partidos. Sistema de partido multinível.

Introdução

Em texto de balanço após a eleição de 2014, Avelino (2015) sentenciou: “Brasil, o maior NEP [Número efetivo de partidos] do mundo!”.

1 Agradecemos os comentários de Bruno Bolognesi e demais participantes do III Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política a uma versão anterior do trabalho, e a Joyce Luz pelo acesso aos dados legislativos. Sergio Simoni Junior agradece ainda a bolsa de pós-doutorado conferida pelo INCT “Instituto da Democracia e da Democratização da comunicação”, no âmbito do CESOP/UNICAMP.

2 Professor do Programa de Políticas Públicas e do Programa de Ciência Política da UFRGS. E-mail: sergiojr_ssj@yahoo.com.br

3 Doutor em Ciência Política pelo DCP-USP. Analista político MCM Consultores. E-mail: ricardomribeiro@uol.com.br



Direito autoral e licença de uso: Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra, forneça um link para a licença, e indicar se foram feitas alterações.

Essa percepção não é recente. Há cerca de 25 anos, o famoso brasilianista Thomas Skidmore declarou, em uma entrevista, que “o sistema partidário [brasileiro é] o mais fragmentado de qualquer democracia no mundo” (NICOLAU; SCHIMITT, 1995, p. 129).

Esse diagnóstico, muitas vezes inserido em uma discussão maior sobre institucionalização do sistema partidário, é um dos principais temas de pesquisa da Ciência Política brasileira (NICOLAU, 2010). Diversos trabalhos defendem que os partidos nacionais são pouco institucionalizados, têm ideologia fluida e não possuem sólidas raízes societárias (MAINWARING, 1999; MAINWARING; TORCAL, 2005; KINZO, 2004). Alguns mecanismos institucionais são apontados como causas desse cenário, notadamente: o sistema eleitoral de lista aberta com magnitude elevada, a possibilidade de coligações eleitorais, e, pontos que nos interessam sobremaneira neste texto, a migração partidária (de magnitude elevada até 2007, antes de sofrer regulamentações do Poder Judiciário), e o federalismo robusto, que fortalece a arena local.

Um conjunto de trabalhos, ainda que com assertividades diferentes, tem defendido uma visão alternativa (LIMONGI; CORTEZ, 2010; MELO, 2010; MELO; CÂMARA, 2012; BRAGA, 2010; CORTEZ, 2009; LIMONGI; VASSELAI, 2018). Para esses autores, o sistema partidário teria uma lógica de funcionamento “simples e inteligível” (LIMONGI; CORTEZ, 2010, p. 22). Ressaltam que, embora a fragmentação impere nas eleições legislativas proporcionais, nas disputas majoritárias – as mais importantes para os políticos e para os eleitores –, observa-se uma concentração em poucas legendas. Nos pleitos presidenciais, a proeminência do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) é clara de 1994 a 2014. Alguns desses autores argumentam que esses partidos replicariam sua hegemonia também nas disputas estaduais.

Dentro dessa linha de argumentação, Melo e Câmara (2012) ressaltam que a saída de várias legendas do jogo presidencial e mesmo nos pleitos para governador não implicaria sua irrelevância no sistema político, pois, no presidencialismo de coalizão multipartidário, bancadas legislativas representam um importante ativo de poder. Assim, algumas legendas traçariam estratégias de modo a maximizar sua força nesta arena.

O quadro de estabilidade proposto por esses autores não ficou imune a críticas. Carreirão (2014), por exemplo, apresenta uma posição contrária. Dentre outros argumentos, o autor destaca que “[...] a criação do PSD [...] parece mostrar que aquela tendência à estabilidade talvez não tenha sido tão duradoura” (CARREIRÃO, 2014, p. 265). É a partir desse ponto que este trabalho se desenvolve.

De fato, após 2011, assiste-se ao retorno da formação de novos partidos relevantes. Dentre estes, destaca-se o Partido Social Democrático (PSD)⁴, que, no momento da formação, atraiu cerca de 10% da Câmara dos Deputados (tornando-se o terceiro maior partido na Câmara dos Deputados, abaixo de PT e PMDB), dois governadores, dois senadores e seis vice-governadores (em São Paulo, Bahia, Mato Grosso, Rio Grande do Norte, Paraíba, Tocantins).

Como explicar esse fenômeno? Novas clivagens surgiram na política brasileira; choques externos abalaram o sistema; uma reforma política foi aprovada? Afinal, o sistema partidário brasileiro não teria uma estrutura organizadora?

Apresentamos dois principais argumentos neste texto. O primeiro é que, antes de demonstrar sua inadequação, o processo de formação do PSD pode ser explicado precisamente pela tese da estrutura da competição, embora demandando refinamentos analíticos. O cerne do processo político de formação do partido diz respeito a movimentações da elite política em busca de maximizar sua força congressional e local. Generalizando, defendemos que o retorno da relevância do processo de criação de novos partidos é compreensível no bojo da interdição à migração partidária. E, como demonstraram os estudos sobre a lógica deste fenômeno, deve ser analisada dentro de uma perspectiva multinível, ou seja, de uma determinação recíproca entre os níveis nacionais e locais do sistema partidário.

O nosso segundo argumento busca contribuir para as teorias de formação de novos partidos. Argumentamos que uma das principais variáveis que influenciaram a formação e a força do PSD foram decisões do Poder

4 O Partido Republicano da Ordem Social (PROS) e o Solidariedade (SD) são outros partidos novos relevantes que, acreditamos, também podem ser explicados segundo a lógica exposta neste artigo.

Judiciário. É uma variável que não decorre de alteração explícita de regras, seja da Constituição ou da legislação partidária ou eleitoral. É resultado de entendimentos e interpretações do Judiciário sobre as regras vigentes.

Apresentamos neste artigo uma “narrativa analítica” (BATES *et al.*, 1998) da formação do PSD. Do ponto de vista qualitativo, narramos seu surgimento a partir de dissensões internas do DEM, bem como as decisões judiciais que incentivaram e fortaleceram esse movimento. Do ponto de vista quantitativo, apresentamos dados sobre os partidos e estados de origem do grupo de deputados federais fundadores do PSD, e também seu grau de apoio ao governo em votações na Câmara dos Deputados. Outra vertente de investigação empírica consiste na análise do lançamento de candidaturas, no padrão de coligações e de desempenho eleitoral em 2012 e 2014.

A formação do PSD e, extrapolando, de outros novos partidos relevantes, não pode ser tida simplesmente como uma expressão da fragilidade do sistema partidário brasileiro, nem como um movimento em direção à coalizão governante. Tal processo, a nosso ver, deve ser compreendido como um mecanismo de ajuste entre forças políticas nacionais e locais inseridas em um sistema de competição aninhado, mas extremamente complexo, com diversos níveis federativos e regras eleitorais.

O artigo segue da seguinte forma: na próxima seção, apresentamos a discussão sobre o sistema partidário brasileiro e sua lógica de funcionamento, chamando atenção para o fenômeno da migração partidária e para as teses recentes sobre estrutura da competição; em seguida, apresentamos a literatura teórica sobre formação de novos partidos, ressaltando, de um lado, como o PSD não se enquadra nas principais explicações, e de outro, como o estudo deste caso pode contribuir para avançar os modelos vigentes; a análise empírica, que vem adiante, consiste na apresentação de uma narrativa da formação do partido a partir de dissidências do DEM; para, depois, ser feita uma análise quantitativa do comportamento parlamentar e do desempenho do PSD nas eleições de 2012 e 2014. Nas conclusões finais, apresentamos uma recapitulação do artigo.

Arcabouço teórico

Estrutura do sistema partidário brasileiro

Tradicionalmente, o sistema partidário brasileiro é considerado pouco ou nada institucionalizado, e a fragmentação partidária seria uma das evidências desse fenômeno. Parte do número excessivo de partidos foi causada pela troca de partidos por parlamentares, conhecida como migração partidária. Melo (2000) calculou que cerca de 30% dos deputados federais mudaram de partido ao menos uma vez entre 1982 a 1998. Qual é a explicação para esse fenômeno?

A literatura costuma destacar que esse comportamento é decorrente de decisões estratégicas do político que busca maximizar sua força política e eleitoral. As variações observadas são fruto de diferentes constrangimentos a depender do partido de origem, do estado da federação e da base eleitoral do parlamentar (MELO, 2000; DESPOSATO, 2006). Um mecanismo explicativo em particular para o fenômeno da migração interessa ao presente artigo. Trata-se da competição eleitoral estadual. Como se sabe, os deputados federais no Brasil são eleitos em distritos estaduais. Freitas (2012) sugere que as migrações são resultado das dissonâncias entre as forças partidárias estaduais de cada parlamentar e as forças partidárias nacionais, levantando a hipótese de que a migração pode ser uma estratégia conjunta de parlamentares e partidos para se fortalecerem nos diferentes estados.

Ou seja, ao invés de ser um fenômeno errático, não padronizado e debilitador do sistema partidário, a migração de parlamentares consistiria em uma instância adicional da competição entre os partidos, regida pela relação entre os níveis nacional e local do sistema federativo brasileiro.

Parte da literatura generaliza essa posição e afirma que o sistema partidário brasileiro apresenta uma estrutura de competição e mecanismos de coordenação que passam pela dinâmica nacional-local (CORTEZ, 2009; LIMONGI; CORTEZ, 2010; MELO, 2010). Esses autores argumentam que a lógica da estabilidade da disputa presidencial entre PSDB e PT (até 2014) encontra na estrutura da competição nos estados um elemento crucial: esses partidos coordenam com seus aliados a participação nas disputas

para governador, aninhando-as com o pleito para presidente. Em contraste com a fragmentação do Congresso, esse mecanismo implicaria concentração partidária nos pleitos majoritários.

Essa linha de argumentação condiz com uma abordagem em ascensão na literatura comparada, a qual defende a importância de análises multiníveis para a compreensão dos sistemas partidários (DOSEK; FREIDENBERG, 2013; CHHIBBER; KOLLMAN, 2004; LAGO; MONTERO, 2009). O ponto consiste em apontar a insuficiência de análises focadas apenas na dinâmica do nível central do Estado, ressaltando a necessidade de considerar o quadro partidário no plano local, bem como a relação de influência mútua que se estabelece entre os níveis.

Em termos gerais, de acordo com essa visão, os partidos devem ser analisados como organizações formadas e modeladas de modo a atender aos interesses dos políticos, dados os constrangimentos institucionais (ALDRICH, 1995). A partir do trabalho de Samuels e Shugart (2016), que ressaltam a importância dos incentivos gerados pelo sistema de governo para a estrutura partidária, consideramos que, no caso do presidencialismo de coalizão brasileiro, ocorre uma espécie de “divisão do trabalho”: partidos com “vocação executiva” se organizam e lanam mão de determinadas estratégias diversas das adotadas pelas legendas que buscam maximizar suas bancadas legislativas.

Nesse sentido, neste artigo, argumentamos que uma explicao adequada do processo de criao do PSD deve conter elementos tanto do nível nacional e do nível local do sistema político brasileiro quanto levar em considerao a estrutura da competio partidária em um sistema presidencialista multipartidário. Refinando visões correntes, nossas evidências mostram que devemos levar a sério a análise multinível: ao invés de uma determinao unidirecional do nacional sobre o local, ou do local sobre o nacional, afirmamos que existem importantes relaes r cprocas entre os níveis.

Quanto à estrutura do sistema do partidário, sublinhamos a afirmao de Melo e Câmara (2012) de que “[...] tomar como prioritária [...] a eleio de boas bancadas no Congresso não implica uma saída do jogo presidencial” (MELO; CÂMARA, 2012, p. 84). Os autores se referem

especificamente a um grupo de partidos (PMDB, PP, PTB e PR) que, mesmo não participando do pleito nacional, ainda assim se mantêm relevantes para o funcionamento do presidencialismo de coalizão. Ou seja, embora ocorra uma disputa em distritos estaduais, as eleições para o Congresso têm implicações para o funcionamento do sistema político nacional. Os autores denominam esse grupo de partidos “disponíveis”, pois eles não teriam restrições a se aliar a qualquer dos dois polos que lideraram as disputas presidenciais: o bloco PT-PSB-PCdoB-PDT e o bloco PSDB-DEM-PPS.

Nessa tipologia, entendemos que o PSD se soma ao grupo de partidos “disponíveis”. Um episódio corrobora a inclusão do PSD nesse grupo. Em maio de 2013, um de seus mais importantes quadros, Guilherme Afif Domingos, assumiu a Secretaria da Micro e Pequena Empresa, sem abrir mão do cargo de vice-governador de São Paulo, estado-fortaleza, por assim dizer, do PSDB, que o governa desde 1995. Ou seja, o PSD se manteve próximo tanto do PT quanto do PSDB.

Teorias de formação de novos partidos

Existem muitas teorias e hipóteses sobre formação e força de novos partidos. De modo geral, elas ressaltam a importância do surgimento de novas clivagens, de choques externos ao sistema partidário, e de mudanças deliberadas de regras institucionais. No entanto, argumentamos que elas são insuficientes para compreender o processo de formação do PSD. Seguimos o caminho apontado por Marchetti (2008) acerca do modelo de governança eleitoral do caso brasileiro, e apontamos que as interpretações do Poder Judiciário sobre a legislação partidária e eleitoral incentivaram e fortaleceram o PSD.

Com o exercício contínuo da competição eleitoral, espera-se o surgimento de um equilíbrio entre o mercado eleitoral e a capacidade de os partidos existentes atenderem às diferenciadas demandas desse mercado (COX, 1997). Se o sistema partidário está consolidado, o custo esperado de entrada no sistema partidário deveria superar o benefício esperado de vencer eleições e obter cargos. Nessa situação, novos partidos, quando formados, tendem a ser irrelevantes no sistema político.

No entanto, mesmo em democracias antigas, com sistemas partidários vistos como consolidados, novos partidos surgem, e alguns deles ganham relativa expressão. O equilíbrio pode ser quebrado quando um novo *issue* ganha importância política e os partidos já existentes não estão preparados para lidar com ele (HARMEL; ROBERTSON, 1985). Lago e Martínez (2011, p. 7) relacionam o surgimento de novos partidos a falhas do mercado eleitoral que ocorrem quando “*significant number of individuals are left dissatisfied by the partisan choices available to them*”. Isso acontece quando os partidos ou candidatos existentes não conseguem ler corretamente as preferências do eleitor por desconhecimento ou por incapacidade de se adaptarem a mudanças sociais inesperadas que afetam as preferências. Um exemplo típico é o meio ambiente, que ganhou relevância a partir dos anos 1980 e favoreceu o surgimento de diversos partidos verdes mundo afora (POGUNTKE, 1987).

As instituições eleitorais são outra variável importante. Tavits (2006) e Hug (2000) indicam que partidos viáveis tendem a surgir com mais frequência quando o arcabouço institucional que regulamenta a criação de legendas é mais permissivo. A literatura aponta que sistemas proporcionais propiciam mais oportunidade a novos partidos (HARMEL; ROBERTSON, 1985). Além do arranjo do sistema eleitoral, os estudos também incorporam em conta o número de assinaturas requeridas para registro das legendas e a existência ou não de um fundo partidário público.

Chhibber e Kollman (2004), por sua vez, ao analisarem a nacionalização de partidos locais, concluem que, quanto menor o grau de centralização política e econômica, mais incentivos existem para que os partidos busquem se fortalecer no nível local, o que amplia oportunidades para novos partidos.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a configuração do caso brasileiro é permeável ao surgimento de novos partidos viáveis. O sistema eleitoral proporcional com alta magnitude (MAINWARING, 1999), o federalismo robusto (SAMUELS, 2003), a exigência comparativamente pequena quanto ao número de assinaturas necessárias para registro de partidos (SU, 2015), a existência de fundo partidário público, além de taxas não elevadas de identificação partidária (CARREIRÃO; KINZO, 2004) e alta

volatilidade (CARREIRÃO, 2014) concorreriam para estímulo à formação de novos competidores..

No entanto, mesmo nesse cenário propício, entre 2001 e 2010 apenas dois partidos relevantes se constituíram no Brasil – PSOL e PRB. O que explicaria o surgimento do PSD e demais novos partidos (como SD e PROS) depois desse período? Novas clivagens e *issues* surgiram no eleitorado? Ocorreram mudanças institucionais?

Defendemos que atos do Judiciário – portanto, mudanças institucionais oriundas de decisões exógenas ao sistema partidário – foram essenciais para estímulo e o fortalecimento do PSD.

Marchetti (2008) argumenta que o arranjo da governança eleitoral brasileira implica considerável judicialização da competição partidária. A estrutura, o vínculo institucional e a composição do tribunal eleitoral possibilitam que as regras e as normas eleitoral-partidárias estejam sujeitas até mesmo a reinterpretções de dispositivos constitucionais.

Para o presente caso, destacamos três decisões do Judiciário, expostas com mais detalhes adiante. A primeira foi a regulamentação e a restrição à migração partidária, em 2007. A segunda e terceira dizem respeito à concessão ao PSD, em 2012, do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) e da quota do Fundo Partidário de acordo com sua bancada fundadora, apesar de o partido não ter participado da eleição de 2010.

Assim, o PSD não constitui expressão de uma nova clivagem ou ideologia que demandaria representação. No entanto, antes que uma anomalia ou um fenômeno tipicamente brasileiro, cabe notar a análise de Sikk (2012), que argumenta que a maioria dos novos partidos em diversas democracias apresenta notável indistinção ideológica⁵. Contrário à ênfase excessiva na busca por explicação com base na ideologia, o autor aponta que apenas o qualificativo de “novo” pode ser suficiente para essas legendas atraírem votos.

5 Cabe lembrar a famosa declaração de Gilberto Kassab ao jornal O Estado de S. Paulo, em 29 de março de 2011, a respeito da inclinação ideológica do PSD. Segundo Kassab, o PSD não seria “de direita, de esquerda, nem de centro”.

O caso do PSD pode contribuir teoricamente para essa literatura por ressaltar que um dos fatores que incentivam a formação de novos partidos são mudanças exógenas nas interpretações das regras vigentes.

A partir da próxima seção, apresentamos a análise empírica do artigo. Iniciamos com uma narrativa do processo de formação do PSD.

Análise empírica

Formação do PSD⁶

Para a compreensão qualitativa do processo de formação do PSD, cabe lançar mão de Panebianco (2005). Afinal, segundo o autor, para a dinâmica partidária, é essencial a disputa entre seus dirigentes com vistas ao domínio das “zonas de incerteza”, que são as dimensões que estabelecem as linhas de autoridade dos partidos, como o saber especializado no manejo das relações internas e externas do partido, o controle das regras organizativas, as fontes de financiamento e de recrutamento político etc.

Nesse sentido, o PSD é uma decorrência direta do fracasso do projeto de refundação do PFL, que culminou, em 2007, na troca do nome da legenda para Democratas, ou simplesmente DEM, como passou a ser conhecida.⁷

A operação, cujo artífice principal foi o ex-senador Jorge Bornhausen, então presidente do partido, partiu da avaliação de que o PFL tendia a encolher após ter rumado para a oposição em consequência da eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para a Presidência da República em 2002. Além da troca do nome, ocorreu também a ascensão de uma nova geração de políticos aos postos de comando do partido, processo estimulado pelos antigos dirigentes. Quando o PFL se transformou em DEM, Jorge Bornhausen cedeu a presidência do partido ao deputado federal Rodrigo Maia, então com 37 anos. Ao mesmo tempo, Gilberto Kassab assumiu a presidência do Conselho Político do partido, órgão concebido por Bornhausen

6 Parte da narrativa aqui exposta foi-nos relatada em entrevista concedida por Saulo Queiros, experiente político, fundador e um dos principais operadores do PSD.

7 Sobre a transformação do PFL em DEM, ver Ribeiro (2014).

com poderes de decisão a respeito da formação de coligações e indicação de candidatas a presidente e a vice-presidente da República.

A refundação do PFL, contudo, fracassou de maneira retumbante. A operação não foi capaz de revitalizar o partido nem de impedir que continuasse a encolher em virtude do mau desempenho eleitoral e por causa do êxodo de políticos em direção, na maioria dos casos, a siglas próximas ao campo petista em nível federal.

Diante das previsíveis dificuldades que o DEM enfrentou na eleição de 2010, surgiram na imprensa especulações a respeito da possibilidade de o DEM, ou de parte substancial do partido, se juntar a outra legenda. PSDB e PMDB eram os mais citados⁸. Começaram a aparecer também notícias a respeito de desentendimentos entre dois grupos importantes dentro do partido, um liderado por Gilberto Kassab e Jorge Bornhausen e outro pelos Maia: Rodrigo Maia, Cezar Maia e José Agripino Maia⁹. A causa primária da desavença, dizia a imprensa política, estava relacionada à disputa que se desenrolava no PSDB entre José Serra e Aécio Neves pela candidatura presidencial tucana em 2010. Os Maia preferiam Aécio Neves. Já Kassab e Bornhausen estavam mais alinhados a José Serra. Pouco depois do pleito, contudo, surgiram os primeiros sinais de que, mais do que preferências e afinidades políticas com ou outro candidato do PSDB, o que estava de fato em jogo no confronto entre os dois grupos era a disputa pelo controle do partido.

Passada a eleição, Gilberto Kassab acusou Rodrigo Maia de, sem consultar outros membros da cúpula partidária, ter alterado o estatuto do partido a fim de reduzir as atribuições do Conselho Político, retirando-lhe o poder de decisão a respeito de candidaturas. A manobra executada por Rodrigo Maia passou a ser utilizada por Gilberto Kassab como argumento para justificar as desavenças entre os dois grupos.

Para os Maia, contudo, a razão principal da dissidência construída por Kassab era o desejo de se aproximar do governo Dilma então

8 Conforme publicado em O Estado de São Paulo, de 17 de novembro de 2010. <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20101117-42764-nac-9-pol-a9-not>.

9 Apesar do mesmo sobrenome, José Agripino não é parente de Rodrigo e Cezar Maia.

recém-iniciado. A desavença em torno da alteração estatutária seria apenas uma desculpa para precipitar o racha. Em favor dessa interpretação a respeito da disputa do poder dentro do partido pesa o fato de que a limitação ao poder do Conselho Político ocorreu em dezembro de 2007. Não é crível que Kassab somente a tenha notado em 2010. Os conflitos entre os dois grupos ganharam intensidade crescente no começo de 2011. A eleição de Antônio Carlos Magalhães Neto para a liderança do DEM na Câmara dos Deputados em janeiro daquele ano, com apoio dos Maia, acentuou as rivalidades internas. Houve uma tentativa de acordo com base no encurtamento do mandato de Rodrigo Maia na presidência do DEM, o qual expirava em dezembro de 2011. Porém, não foi possível chegar a um nome de consenso entre os dois grupos. Kassab e seus aliados defendiam Kátia Abreu para a presidência do partido. Agripino Maia era o candidato do grupo rival e acabou sendo eleito em março de 2011 sem precisar enfrentar um concorrente, pois, ciente do favoritismo do senador potiguar, Kátia Abreu sequer oficializou sua candidatura. A essa altura, o grupo liderado por Kassab já estava decidido a deixar o DEM para criar um novo partido.

Os atritos internos que precipitaram a cisão do DEM transcorreram em um momento, em 2010 e 2011, no qual o cenário de permanência do PT no poder para além de 2014 parecia bastante provável. Em primeiro lugar, porque a presidente Dilma Rousseff teria a possibilidade de disputar a reeleição em 2014 com boas chances de continuar no poder dada a vantagem que o incumbente, em condições normais, dispõe frente à oposição. E, no caso de fracasso de sua administração, Dilma poderia ser substituída por Lula em 2014, que deixou a presidência com aprovação superior a 80%, de acordo com pesquisas de opinião, como candidato presidencial petista.

Se Lula e o PT se fortaleceram, a oposição saiu mais combatida da disputa eleitoral. O PSDB enfrentou problemas parecidos aos do DEM, embora em escala menor. As bancadas do PSDB na Câmara dos Deputados e no Senado diminuíram em 2010 e a terceira derrota seguida do PSDB para o PT reativou as desavenças entre tucanos paulistas e mineiros.

Ainda no campo político, a ampla coligação que sustentou a candidatura Dilma formada por dez partidos – PT, PMDB, PSB, PDT, PR,

PCdoB, PRB, PTN, PSC e PTC – indicava que a nova presidente disporia de expressivo apoio no Congresso, maior até do que o desfrutado por Fernando Henrique Cardoso e por Lula.

Condições socioeconômicas também ajudaram a compor um ambiente favorável à aposta de que a hegemonia petista poderia durar bastante tempo. No plano econômico, a despeito da crise econômica internacional, a economia brasileira cresceu 7,5 em 2010. A ascensão da chamada nova classe média (NERI, 2010) somada ao alcance do programa Bolsa Família, que beneficiava mais de 11 milhões de famílias de baixa renda, complementaram o quadro socioeconômico favorável à continuidade do PT no poder.

No entanto, como mostraremos nas próximas análises empíricas, não se pode sobredimensionar as movimentações em direção ao governo federal petista nem as considerar como determinantes únicas para a formação do PSD. Outros elementos importantes se somaram para a constituição do partido.

Legislação e Judiciário

Ao redor do mundo, existem diversas formas de se organizar a governança eleitoral, entendendo por esse termo a responsabilidade pela definição das regras para a eleição, a administração do jogo partidário e do contencioso eleitoral. Marchetti (2008) ressalta que o caso brasileiro se destaca por conceder ênfase exclusiva a membros do Judiciário a administração do pleito e o contencioso eleitoral. Defendemos que decisões emanadas do Judiciário incentivaram a formação do PSD e contribuíram para seu fortalecimento, impulsionando, assim, a formação de outros novos partidos.

Tida como uma das principais causas da fragmentação partidária no Brasil, a migração partidária foi objeto de decisão judicial em 2007¹⁰. Em março daquele ano, o TSE respondeu a uma consulta formulada pelo então PFL. O partido indagou: “Os partidos e coligações têm o direito de preservar a vaga obtida pelo sistema eleitoral proporcional, quando houver pedido de cancelamento de filiação ou de transferência do candidato eleito

10 Para um balanço da questão, consultar Silva e Santos (2013).

por um partido para outra legenda?”. Por seis votos contra um, o tribunal respondeu afirmativamente.

A questão chegou ao STF por meio de mandatos de segurança. A Suprema Corte Brasileira revisou sua própria decisão tomada em 1989 e referendou a decisão do TSE, sacramentando o entendimento de que os mandatos eletivos de ocupantes de cargos do poder executivo ou parlamentares pertencem aos partidos¹¹, incumbindo-o de emitir uma resolução regulamentada a questão.

Essa medida foi editada em outubro de 2007¹², estabelecendo as condições nas quais políticos poderiam mudar de partido sem ficar sujeitos à perda de mandato. De acordo com o § 1º do art. 1º da Resolução, justas causas para migração partidária seriam a “[...] incorporação ou fusão do partido, a *criação de novo partido*, a mudança substancial ou o desvio reiterado do programa partidário vigente no momento da eleição e a grave discriminação pessoal ocorrida no interior do partido” (grifos nossos).

Esta decisão do Poder Judiciário acabou por, de fato, estancar o fluxo da migração partidária. Mas, como efeito inesperado, criou um incentivo institucional à formação de novos partidos, pois este foi um dos caminhos autorizados para a migração partidária. Sugerimos, dessa forma, que a formação do PSD e de alguns outros novos partidos depois dele ocorre como uma espécie de equivalente funcional à migração partidária. As regras do jogo se alteraram, mas não sua lógica de funcionamento. Propriamente, uma lógica multinível entre o nacional e o local. Retornaremos a isso adiante.

O ponto a ser ressaltado aqui é que essa alteração de um dos incentivos institucionais essenciais de regulamentação da vida partidária no Brasil se deveu a decisões e interpretações judiciais e não a deliberações e decisões dos atores partidários, como presente nas teorias de formação de novos partidos.

11 Em maio de 2015, o STF, no julgamento da ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) nº 5081, restringiu a proibição aos eleitos pelo sistema proporcional, ou seja, vereadores e deputados estaduais e federais.

12 Resolução-TSE nº 22.610, de 25.10.2007. <http://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/normas-editadas-pelo-tse/resolucao-nb0-22.610-de-25-de-outubro-de-2007-brasilia-2013-df>

A importância do Judiciário ainda se manifesta em outras duas decisões, em junho de 2012, após a formação do PSD. Elas se referiram à distribuição do HGPE e do Fundo Partidário a novas legendas.

À época, a legislação vigente (Lei nº 9.096/95) estabelecia as seguintes regras a respeito do Fundo Partidário, em seu art. 41-A:

Art. 41-A. Do total do Fundo Partidário:

- 5% (cinco por cento) do total do Fundo Partidário serão destacados para entrega, em partes iguais, a todos os partidos aptos que tenham seus estatutos registrados no Tribunal Superior Eleitoral;
- 95% (noventa e cinco por cento) do total do Fundo Partidário serão distribuídos a eles na proporção dos votos obtidos na última eleição geral para a Câmara dos Deputados.

No que se refere ao HGPE, o art. 47, parágrafo segundo, terceiro e quarto da Lei nº 9.504/97 estabeleciam que:

§ 2 Os horários reservados à propaganda de cada eleição, nos termos do parágrafo anterior, serão distribuídos entre todos os partidos e coligações que tenham candidato e representação na Câmara dos Deputados, observados os seguintes critérios:

I – um terço, igualmente;

II – dois terços, proporcionalmente ao número de representantes na Câmara dos Deputados, considerado, no caso de coligação, o resultado da soma do número de representantes de todos os partidos que a integram.

§ 3º Para efeito do disposto neste artigo, a representação de cada partido na Câmara dos Deputados é a resultante da eleição.

§ 4º O número de representantes de partido que tenha resultado de fusão ou a que se tenha incorporado outro corresponderá à soma dos representantes que os partidos de origem possuíam na data mencionada no parágrafo anterior.

Os dois julgamentos, um no STF e outro no TSE, que favoreceram o PSD na distribuição do tempo de propaganda eleitoral gratuita e dos recursos do Fundo Partidário ocorreram na mesma data, 29 de junho de 2012, último dia antes do recesso de meio de ano do Judiciário. Em julho, os partidos realizariam suas convenções para a definição de alianças e candidaturas com vistas à eleição municipal daquele ano. Tendo isso em conta, STF e TSE decidiram deliberar tempestivamente, isto é, antes do início de julho, a respeito de ações que questionavam o regramento legal para distribuição do tempo de propaganda e do Fundo Partidário.

No STF, a decisão favorável aos interesses do PSD foi suscitada pela ADI 4.795¹³, apresentada pelo DEM, PMDB, PSDB, PPS, PR, PP e PTB.¹⁴ Nessa ADI, os partidos mencionados solicitavam ao STF que afastasse “[...] qualquer intelecção que (viesses) a estender às agremiações político-partidárias que não elegeram representantes na Câmara dos Deputados o direito de participar do rateio proporcional de dois terços do tempo reservado à propaganda eleitoral gratuita no rádio e na TV”.

O relator da ADIs, ministro Dias Toffoli, apresentou voto contrário às demandas do PHS e do DEM, PMDB, PSDB, PPS, PR, PP e PTB. Toffoli consignou a interpretação de que os partidos fundados após a eleição parlamentar de 2010 poderiam participar da divisão proporcional de dois terços do tempo de propaganda levando em conta o número total de deputados federais que se filiaram ao partido quando de sua fundação. Luiz Fux, Rosa Weber, Ricardo Lewandowski, Gilmar Mendes, Celso de Mello e Ayres Brito acompanharam o voto do ministro Toffoli. A ministra Cármen Lúcia e os ministros Joaquim Barbosa, Cezar Peluso e Marco Aurélio Mello divergiram.

A decisão do STF deu ao PSD a possibilidade de contar com pelos menos 1 minuto e 59 segundos em cada bloco de 30 minutos no HGPE destinado às candidaturas próprias ou alianças para a eleição municipal de 2012 e para a eleição geral de 2014.

No TSE, a discussão foi a respeito da divisão dos recursos do Fundo Partidário. Neste caso, o próprio PSD suscitou a discussão por meio de uma petição (PET 174.793) encaminhada ao TSE em 16 de novembro de 2011. Na petição, o PSD solicitou que fosse incluído no grupo de partidos que tinham direito a dividir a parcela de 95% do Fundo Partidário tendo

13 <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4257995>.

14 No mesmo julgamento, estava em discussão outra ADI, a de número 4.430, apresentada pelo Partido Humanista da Solidariedade (PHS), na qual o partido solicitava aos ministros do STF decisão favorável a que o tempo de propaganda eleitoral fosse dividido igualmente entre todos os partidos que viessem a disputar a eleição municipal de 2012. O relator Dias Toffoli deu procedência parcial à demanda. Excluiu do § 2º do art. 47 da Lei Eleitoral (Lei nº 9.504/97) a expressão “e representação na Câmara dos Deputados”. Foi acompanhado pela maioria dos ministros do STF. Assim, a divisão igualitária de um terço do tempo de propaganda passou a valer para todos partidos e não apenas para os que tivessem representação na Câmara dos Deputados. Ao mesmo tempo, Toffoli sancionou a distribuição desigual de dois terços do tempo segundo o critério do tamanho proporcional das bancadas eleitas para a Câmara dos Deputados.

como parâmetro os votos recebidos pelos partidos na eleição para a Câmara dos Deputados.

O processo foi distribuído inicialmente ao ministro Marcelo Ribeiro, que deu provimento à demanda do PSD. Além do relator, os ministros Marco Aurélio, Dias Toffoli e Nancy Andrichi votaram favoravelmente ao pleito. Já a então presidente do TSE, ministra Cármen Lúcia, e o ministro Arnaldo Versiani rejeitaram o pedido da legenda.

Em consequência dessa decisão favorável ao PSD, a parcela mensal que partido recebia do Fundo Partidário passou de R\$ 39.762,29, em agosto, para R\$ 2.244.420,98 em setembro. Em 2013, o PSD recebeu R\$ 17.619.266,53¹⁵ provenientes do Fundo Partidário.

Assim, ressaltamos que as decisões do Judiciário sobre o HGPE e sobre a distribuição do fundo público fortaleceram sobremaneira o PSD, e, dessa forma, criaram incentivos para outras empreitadas de formação de novos partidos.

Os primeiros políticos do PSD

Nesta seção, apresentaremos dados acerca do tamanho, da origem e do comportamento legislativo dos deputados fundadores do PSD, e do desempenho do partido nas eleições de 2012 e 2014. As informações serão analisadas tendo em vista a importância da relação entre os níveis nacional e local na conformação do partido, e seu comportamento legislativo como de uma agremiação que se situa na posição tipológica de Melo e Câmara (2012) como “à disposição”.

Deputados Federais

No âmbito da Câmara Federal, o partido que mais forneceu quadros ao PSD foi o DEM. Dos 51 deputados fundadores do PSD¹⁶, 17 (33%) vieram do antigo PFL. Os demais migraram de uma miríade de partidos, como mostra a Tabela 1.

¹⁵ Em valores correntes.

¹⁶ Adotamos como critério os parlamentares considerados como formadores do PSD pelo TSE e STF em suas decisões sobre o HGPE e o Fundo Partidário (TSE, 2012).

Um dos governadores do PSD, Raimundo Colombo, de Santa Catarina, também foi eleito pelo DEM, bem como a senadora Kátia Abreu (TO). Omar Azis, o outro governador pessedista era filiado ao PMN, mesmo partido do segundo senador do PSD, Sérgio Petecão (AC).

No entanto, a prominência do DEM com partido de origem dos parlamentares do PSD não deve ocultar uma constatação igualmente relevante: a grande maioria, precisamente 77%, dos deputados do partido conduzido por Kassab não migraram a partir dessa legenda. Além disso, se somarmos os políticos oriundos de agremiações identificadas claramente com a oposição ao governo do PT (PSDB e PPS, além do DEM), não se chega à metade da bancada do Partido Social Democrático. Um dos parlamentares inclusive teve como origem o PT.

Tabela I – Partidos de origem de deputados federais

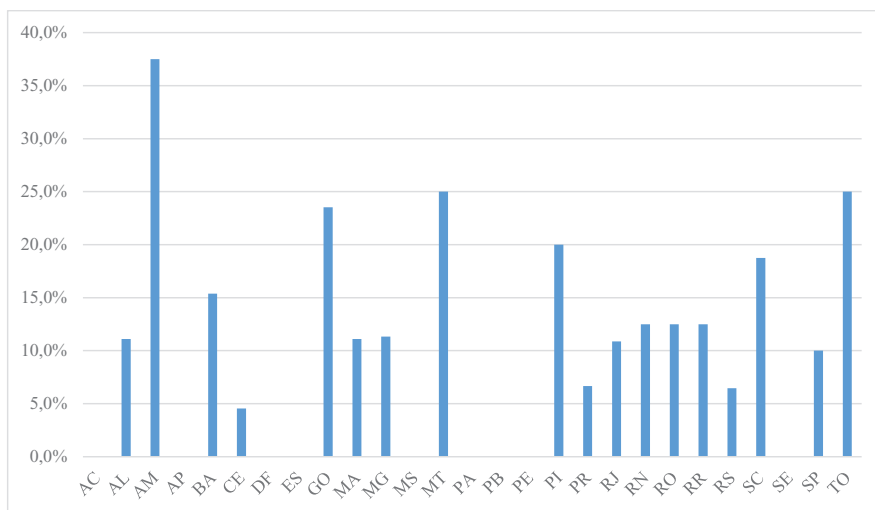
DEM	17	33%	PP	2	4%
PPS	4	8%	PSDB	2	4%
PR	4	8%	PTB	2	4%
PMDB	4	8%	PCdoB	1	2%
PV	3	6%	PHS	1	2%
PSC	3	6%	PSB	1	2%
PMN	3	6%	PT	1	2%
PDT	3	6%			
			Total	51	

Fonte: Câmara dos Deputados

Ou seja, é incorreto afirmar que se trata simples e cabalmente de um partido formado por antigos opositores com intenção de se aproximar da coalizão de Dilma Rousseff. Outros determinantes parecem também importantes.

De forma a avançar a análise, o Gráfico 1 mostra a distribuição desses deputados por UF. Destaca-se o Amazonas, onde 37,5% da bancada migrou para o PSD, e Goiás, Mato Grosso, Piauí e Tocantins, estados nos quais 20% ou mais dos deputados federais fundou o PSD. Na Bahia e em Santa Catarina, esse número alcançou pouco mais de 15%.

Gráfico I – Deputados federais fundadores PSD (% bancada dos estados)



Fonte: Câmara dos Deputados

Considerando os estados nos quais o partido tinha governador ou vice-governador (SC, AM, SP, BA, TO, MT, RN, PB), a média da bancada federal filiada ao PSD era 18%. Nas demais unidades da federação, era 7%. Assim, tem-se uma relação clara entre penetração no executivo estadual e migração da bancada de deputados federais. Ou seja, mais um indício da lógica multinível na formação do partido.

Por fim, como forma de matizar o argumento de que a única lógica subjacente à criação do PSD foi a de aproximar políticos de oposição ao governo de Dilma Rousseff, particularmente em contextos regionais nos quais o PT era forte, cabe ressaltar que dos 17 deputados que se transferiram a partir DEM apenas seis eram de estados nordestinos.

O comportamento dos deputados federais do PSD na Câmara dos Deputados

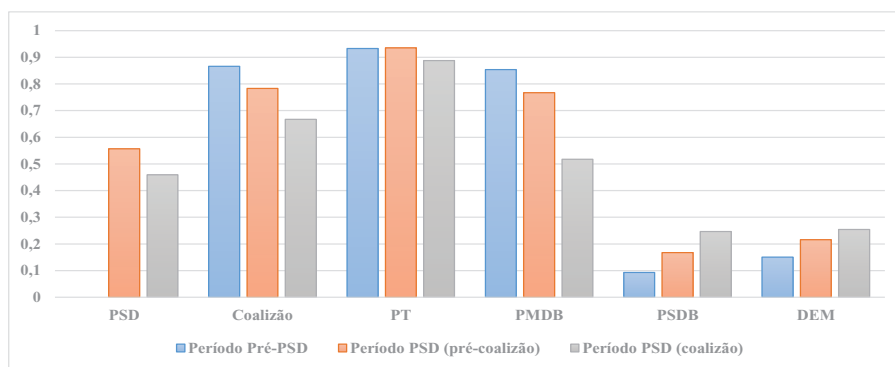
Qual é o nível de apoio ao governo dos parlamentares fundadores do PSD nas votações nominiais da Câmara dos Deputados? Teria o PSD se alinhado no Congresso aos interesses do Executivo? A incorporação ao

governo por meio de uma secretaria com *status* de ministério alterou o comportamento da bancada do PSD?

Para realizar essa análise, consideramos dados de apoio ao governo em votações nominais na Câmara dos Deputados¹⁷. Dividimos a análise em três períodos: (I) do começo de 2011 até a fundação do PSD, em setembro de 2011; (II) de setembro de 2011 ao ingresso do PSD na base do governo, por meio da nomeação de Afif Domingos, em maio de 2013; e (III) de maio de 2013 até dezembro de 2014¹⁸.

Para efeito de precisar as evidências, procedemos a uma comparação do comportamento do PSD com o apoio que o governo obteve da sua coalizão e dos três principais partidos brasileiros: PT, PSDB e PMDB. Como a maioria dos políticos constituintes do PSD foi proveniente do DEM, este partido também será levado em conta na análise comparativa. O gráfico 2, a seguir, apresenta os dados.

Gráfico 2 – % de apoio ao governo de deputados federais presentes na votação



Fonte: Banco de Dados Legislativos do CEBRAP

Os resultados mostram que o apoio geral que o governo obteve na Câmara dos Deputados declinou com o passar do tempo. A disciplina

17 Utilizamos o Banco de Dados Legislativo do Cebrap. Consideramos todas as deliberações de qualquer matéria (projeto de lei, proposta de emenda constitucional, medida provisória, destaques etc.) em plenário que ocorreram por votação nominal, que foram válidas e não unânimes (segundo o critério de Figueiredo e Limongi, 1999), e que tiveram indicação de voto do líder do governo.

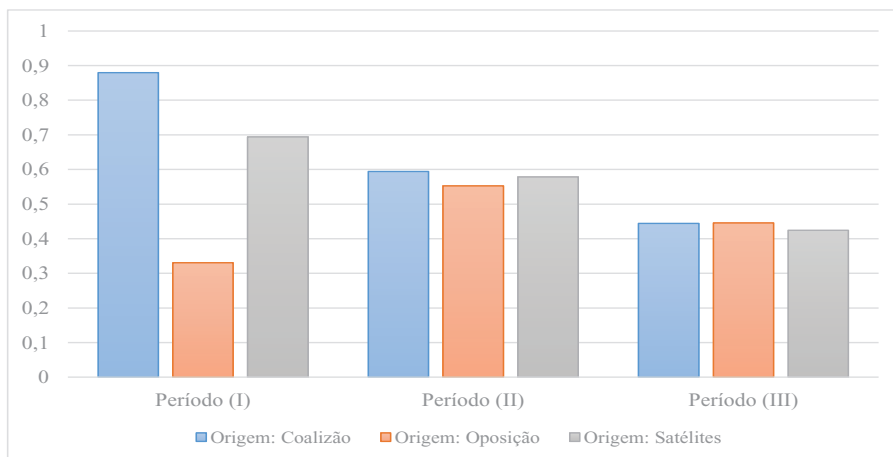
18 O número de votações em cada período foi: 31, 51 e 73, respectivamente.

da coalizão passou de 87% no período anterior à formação do PSD, para 78% no período seguinte e chegou a 67% entre maio de 2013 e o final da legislatura. São notáveis as diferenças internas à coalizão: enquanto o PT apresentou apenas uma leve queda, o PMDB despencou de 85% a 52%.

Os partidos da oposição tiveram comportamento inverso: aumentaram seu apoio com o correr dos três períodos. O PSD, por sua vez, no período anterior à sua entrada na coalizão apoiou o governo em média na ordem de 55%. Acompanhando os movimentos da coalizão, o partido apresentou uma queda após seu ingresso no gabinete, apoiando o governo em 46% em média.

Para melhor compressão do comportamento do partido, procedemos a uma desagregação dos parlamentares do PSD em três grupos de acordo com o partido de origem: (1) os que se transferiram de partidos da base do governo (PR, PP, PMDB, PDT, PCdoB, PSB); (2) os que tiveram origem na oposição (DEM, PPS e PSDB) e (3) aqueles que anteriormente pertenciam a partidos que podemos chamar de satélites (PTB, PMN, PSC, PV, PHS e PSL), que são partidos pequenos (à exceção do PTB), que muitas vezes apoiam o governo mesmo sem possuir pastas ministeriais. Observamos o comportamento em relação ao governo desses três grupos, nos três períodos delimitados. Essa estratégia analítica permite verificar o impacto da formação do PSD no comportamento legislativo dos parlamentares. Os resultados são os seguintes:

Gráfico 3 – % de apoio ao governo de deputados federais presentes na votação – PSD, de acordo com origem



Fonte: Banco de Dados Legislativos do CEBRAP

Salta aos olhos o processo de similaridade no comportamento legislativo que ocorre nos três grupos a partir do momento da formação do PSD. E o mais interessante: esse processo ocorreu tanto por meio do aumento da taxa de apoio do grupo cuja origem são os partidos da oposição, como também por meio da diminuição da taxa de apoio dos deputados que se transferiram de partidos da base do governo e de partidos satélites.

Duas conclusões podemos tirar desses resultados. A primeira conclusão é que observamos o processo de criação efetiva de um partido, onde as diferenças de origem no comportamento de seus parlamentares foram minimizadas. Isso se choca com a ideia de que partidos no Brasil são entidades fluidas. A segunda conclusão que deve ser matizada é a afirmação de que o PSD representa simplesmente um movimento em direção ao governo federal. O partido sempre apresentou níveis de apoio inferiores aos da coalizão, e considerando o grupo heterogêneo que o formou, o resultado líquido dos movimentos que garantiram a coesão partidária acabou por diminuir o apoio obtido pelo governo.

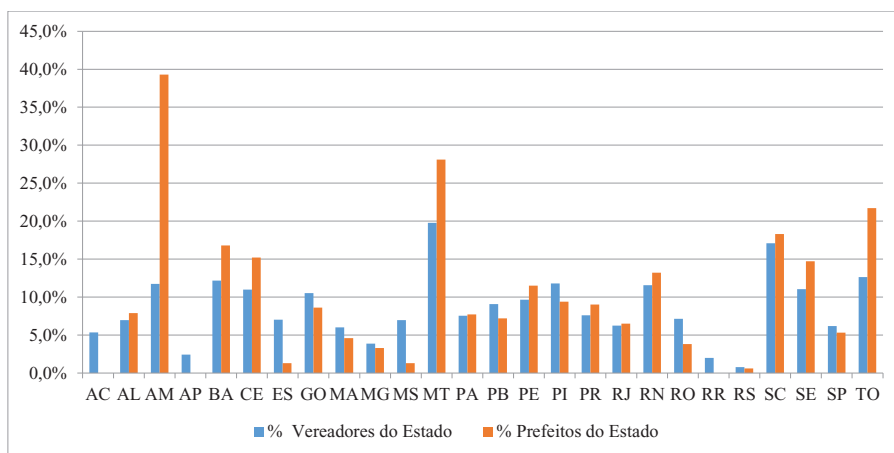
Reforça-se, assim, a tese de que o PSD se constitui como um partido “à disposição”, na caracterização elaborada por Melo e Câmara (2012), e que diversos fatores estiveram presentes na determinação de sua formação.

Prefeitos e vereadores

O PSD estreou com relativo sucesso nas urnas em 2012. Elegeu 4.664 vereadores e 497 prefeitos, sendo um deles em uma capital de estado (Florianópolis). Considerando o número de prefeitos, tornou-se o quarto maior partido brasileiro, atrás apenas do PMDB, PSDB e PT

Em termos absolutos, a Bahia foi o estado que mais contribuiu para esse total, com 70 prefeitos e 553 vereadores eleitos. Há destaque também para Santa Catarina, com 54 prefeitos e 489 vereadores. Em termos relativos, contudo, como mostra o gráfico 4 a seguir, o Amazonas e o Mato Grosso se sobressaem: o PSD venceu a eleição em quase 40% do total de municípios amazonenses e conquistou mais de 28% das cadeiras legislativas municipais no estado da região centro-oeste.

Gráfico 4 – % de vereadores e prefeitos eleitos – PSD (2012)



Fonte: TSE

O desempenho do partido foi ainda melhor nos estados cujo governador ou vice pertenciam ao PSD. No âmbito das prefeituras, a legenda saiu

vencedora em 18,7% das cidades e conquistou 12,5% das cadeiras de vereador. Nos demais estados, elegeu 5,9% dos prefeitos e 6,9% dos vereadores.

Ou seja, a mesma relação entre níveis que identificamos no caso de deputados federais se aplica aos cargos municipais. Mais do que isso, Krause e Gerardi (2014) mostram que o mesmo padrão ocorre com os prefeitos que migraram para o PSD em 2011. Além disso, os autores também ressaltam que a saída de mandatários municipais do DEM em direção ao PSD se deu mais fortemente no Sul e Sudeste e menos no Nordeste, o que mais uma vez matiza a tese do governismo em regiões lulistas.

O PSD na eleição de 2014

O PSD conseguiu eleger dois governadores em 2014. Raimundo Colombo foi reeleito em Santa Catarina no primeiro turno com 51,3% dos votos. Robinson de Faria venceu no Rio Grande do Norte no segundo turno com 54,4% dos votos. Assim, o PSD logrou manter o comando do governo de dois estados. Trocou o Amazonas pelo Rio Grande do Norte e continuou com Santa Catarina.

Além de Colombo e Faria, o PSD lançou mais dois candidatos a governador em 2014. Foram Luiz Cantuária Barreto (AP) e Janete Gomes Riva (MT). Ambos ficaram em terceiro lugar. O fato de o PSD ter lançado apenas quatro candidatos a governador, apesar de ter nascido como um dos principais partidos do país, reforça o diagnóstico da literatura a respeito da especialização dos partidos brasileiros. PT e PSDB privilegiam a eleição presidencial. PMDB investe nas eleições estaduais e legislativas. O PSD, por sua vez, mostrou na sua primeira eleição nacional que o principal foco do partido era a eleição parlamentar.

Impossibilitado de disputar a reeleição, Omar Aziz (AM), o outro governador além de Colombo que aderiu ao PSD quando de sua fundação, candidatou-se ao Senado. Foi eleito com 58,5% dos votos válidos. O segundo senador eleito foi Otto Alencar (BA), que ocupava o cargo de vice-governador do estado antes de se desincompatibilizar do cargo para tentar chegar ao Senado. Com Aziz, Alencar e Sérgio Petecão (AC), cujo mandato terminaria apenas em 2018, o PSD conseguiu manter três cadeiras no Senado.

O PSD elegeu 36 deputados federais em 2014. Sendo assim, perdeu 15 cadeiras na Câmara dos Deputados, considerando o tamanho da primeira bancada do partido formada a partir da migração de parlamentares de outras legendas para o PSD. O PSD perdeu mais deputados federais em Minas Gerais e em São Paulo, três em cada um deles. Mas as perdas foram desconcentradas nos estados. Em nenhum ente federativo houve queda acentuada.

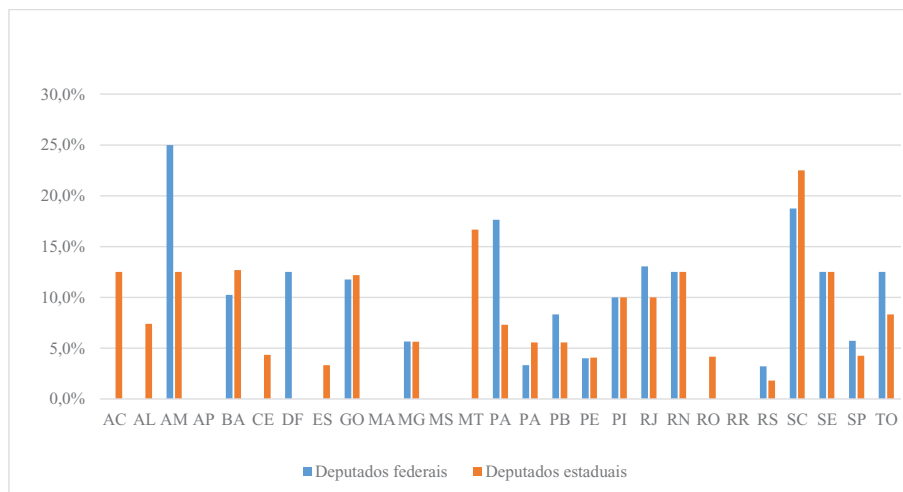
O índice de correlação entre o peso percentual estadual dos deputados federais fundadores e dos eleitos em 2014 é de 0,43, valor relativamente baixo. Isso mostra alguma descontinuidade entre a organização do partido feita quando da fundação da legenda e o resultado obtido na primeira eleição nacional na qual o PSD participou. Mesmo assim, cabe ressaltar que o PSD conseguiu melhores resultados em Santa Catarina e no Amazonas, justamente os estados de seus dois primeiros governadores.

Em termos absolutos, o Rio de Janeiro foi o estado que mais elegeu deputados federais pessedistas. Foram seis. Em termos relativos, considerando o tamanho das bancadas em cada estado, os destaques foram Amazonas, onde o PSD conseguiu conquistar 25% das cadeiras estaduais, e Santa Catarina (18,8%).

O PSD elegeu também 75 deputados estaduais, 7,1% do total de cadeiras disponíveis em Assembleias Legislativas no país, percentual muito próximo ao alcançado na Câmara dos Deputados (7,0%). Santa Catarina foi o estado no qual o PSD conseguiu o melhor desempenho na eleição para deputado estadual, tanto em termos absolutos como relativos. O PSD conquistou nove cadeiras na Assembleia Legislativa de Santa Catarina (22,5% do total). Em seguida, vieram Bahia (oito cadeiras, 12,7% do total) e Amazonas (três cadeiras, 12,5% do total).

O gráfico 5 a seguir mostra o desempenho relativo do PSD nas eleições para deputado federal e estadual em cada estado. O índice de correlação entre as duas variáveis é de 0,54.

Gráfico 5 – Deputados federais e estaduais eleitos pelo PSD em 2014 (% bancada dos estados)



Fonte: TSE

Os estados de desempenho mais positivo tanto na eleição para deputado federal quanto estadual foram Santa Catarina (2º no ranking de deputados federal e 1º no de deputados estaduais), Amazonas (1º e 5º, respectivamente) e Rio Grande do Norte (6º em ambos).

Nesses três estados, o PSD obteve resultados positivos nas eleições para governador e para o Senado. Fez os governadores de Santa Catarina e do Rio Grande do Norte. No Amazonas, elegeu o senador Omar Aziz, que até abril daquele ano era governador do estado. São informações que reforçam a ideia da lógica multinível do PSD.

No que diz respeito às coalizões na eleição para governador, se considerarmos o conjunto dos estados, não é possível destacar um aliado preferencial para o PSD. Entre as legendas relevantes, as que participaram com mais frequência de coalizões ao lado do PSD foram PSDB (14 estados), PP, PR e PPS (13 estados), PMDB (12 estados) e DEM (11 estados).

Levando em conta os estados nos quais o PSD lançou candidato próprio a governador (SC, RN, AP e MT), tampouco é possível indicar um

aliado preferencial. Neste caso, a dispersão de parcerias é ainda mais ampla. Nenhum partido apoiou candidatos a governador pelo PSD em mais de dois estados.

Contudo, há dois nítidos aliados mais usuais quando a perspectiva é inversa, ou seja, quando o PSD apoiou candidatos a governador de outras legendas. Neste caso, dois partidos se sobressaem: PSDB e PMDB. O PSD apoiou oito candidatos a governador de cada um desses partidos e apenas quatro do PSB, dois do PT e um do PROS.

Vale notar que o PSD compôs a coligação da candidata a presidente petista, Dilma Rousseff, ao lado de PMDB, PDT, PC do B, PP, PR, PROS, PRB e, claro, do próprio PT. O PT, no entanto, não foi aliado frequente do PSD nos estados. Somente dois candidatos petistas a governador foram apoiados pelo PSD: Camilo Santana (CE) e Rui Costa (BA). Por outro lado, Robinson de Faria (RN) foi o único candidato a governador do PSD apoiado pelo PT.¹⁹ Além disso, no geral, o PT esteve junto com o PSD em apenas sete estados. As informações sobre a participação do PSD em coalizões nas disputas para o governo de estado estão na tabela 2 a seguir.

A heterogeneidade das coligações nas quais o PSD participou e, principalmente, o fato de o partido ter se aliado ao PT na eleição presidencial e apoiado o PSDB em oito estados reforça a condição do PSD como um “partido disponível”, usando a terminologia de Melo e Câmara (2012).

¹⁹ Note-se que todos esses candidatos (Rousseff, Santana, Costa e Faria) foram eleitos.

Tabela 2 – Coalizões entre o PSD e demais partidos na eleição para governador em 2014

	Participaram em coalizões com o PSD	Apoiaram os candidatos do PSD	Candidatos foram apoiados pelo PSD
PTdoB	15	1	0
PEN	14	2	0
PMN	14	0	0
PSDB	14	1	8
PP	13	1	0
PPS	13	0	0
PR	13	1	0
PSC	13	1	0
PSDC	13	1	0
SD	13	2	0
PHS	12	0	0
PMDB	12	1	8
PSL	12	0	0
PTB	12	1	0
PTC	12	2	0
PTC	12	0	0
DEM	11	2	0
PRB	11	1	0
PV	11	1	0
PDT	10	1	0
PROS	10	1	1
PRTB	10	2	0
PCdoB	9	2	0
PSB	9	0	4
PTN	9	0	0
PRP	7	0	0
PT	7	1	2
PPL	4	0	0

Fonte: TSE

Considerações finais

O debate sobre a estrutura do quadro partidário anima a Ciência Política brasileira. Neste artigo, buscamos contribuir para a literatura levantando dados e elementos analíticos sobre a fundação e relevância de um novo partido, o PSD, normalmente visto como expressão da fragilidade e fragmentação do sistema partidário, e da tendência de atração centrípeta emanada do Executivo federal.

A argumentação que apresentamos busca ressaltar que um entendimento adequado sobre a formação e o papel exercido por este novo partido relevante deve se apoiar também em outras lógicas. Particularmente, a interferência do Poder Judiciário nas regras da competição partidário-eleitoral e a importância da coordenação multinível no sistema partidário brasileiro.

Defendemos que a formação do PSD, e de outros partidos novos relevantes, deve ser compreendida à luz da interdição da migração partidária efetuada pelas Cortes brasileiras. Ao buscar coibir esse comportamento,

STF e TSE determinaram que uma das justas causas para mudança de partido é a formação de nova legenda, incentivando, como consequência não esperada, a proliferação de novos partidos. O Poder Judiciário também teve importância central ao determinar que o HGPE e o Fundo Partidário fossem distribuídos aos novos partidos de acordo com o número de parlamentares fundadores, mesmo estes sendo eleitos por outras legendas. Assim, as elites políticas tiveram de se adaptar às mudanças institucionais exogenamente determinadas, variável essa desconsiderada nas teorias sobre formação de novos partidos.

Mas qual é a lógica que movimenta essas elites políticas? Defendemos neste artigo que, antes que demonstrar a impertinência das interpretações sobre o sistema partidário que ressaltam estruturas estáveis de competição e coordenação, o processo de formação do PSD somente é possível de ser compreendido adequadamente se lançarmos mão dessa perspectiva, ainda que não sem alguns refinamentos.

Em sistema presidencialista multipartidário e federativo como o brasileiro, os partidos estão envolvidos em um sistema de competição extremamente complexo, com ampla extensão territorial, diversos níveis de competição e regras eleitorais. Nesse cenário, é racional que as legendas desenvolvam estratégias de “especialização” em determinados cargos e níveis de competição. Alguns partidos buscam, por exemplo, maximizar bancadas legislativas, as quais são um ativo importante no funcionamento do presidencialismo de coalizão.

O ponto que nos interessa ressaltar é que, visto que os parlamentares federais são eleitos em distritos estaduais, o sistema partidário brasileiro tem fortes componentes multiníveis, ou seja, de determinação recíproca entre os níveis nacionais e locais do sistema partidário. Essa lógica foi utilizada para explicar a migração partidária e, semelhantemente, apresentamos uma série de dados que indicam que no PSD existe um fenômeno semelhante.

Dessa forma, ressaltamos que a disputa pelo poder dentro do DEM e o desejo de parte da oposição a de se aproximar do governo federal não são causas suficientes para explicar a formação e principalmente a força do PSD. Também devem ser levadas em consideração estruturas gerais do sistema político brasileiro, estruturas estas que também permitem seu funcionamento estável.

Referências

- ALDRICH, J. **Why Parties?** The origin and transformation of political parties in America. Chicago: The University of Chicago Press. 1995.
- AVELINO, G. **Reforma Política:** Brasil, o maior NEP do mundo! 2015. Disponível em: <https://cepesp.wordpress.com/2015/05/13/reforma-politica-brasil-o-maior-nep-do-mundo/>. Acesso em: 20 nov. 2018.
- BATES, R. H.; GREIF, A.; LEVI, M.; ROSENTHAL, J-L. *Analytic Narratives*. Princeton: Princeton University Press. 1998.
- BRAGA, M. Eleições e democracia no Brasil: a caminho de partidos e sistema partidário institucionalizados. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 4, p. 43-73, jul./dez. 2010.
- CARREIRÃO, Y. O sistema partidário brasileiro: um debate com a literatura recente. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 14. p. 255-295, maio/ago. 2014.
- CARREIRÃO, Y e KINZO, M. D. Partidos políticos, preferência partidária e decisão eleitoral no Brasil (1989/2002). **Dados**. v. 47, n. 1, p.131-167, 2004.
- CHHIBBER, P e KOLLMAN. K. **The Formation of National Party Systems: Federalism and Party Competition in Canada, Great Britain, India, and the United States**. Princeton: Princeton University Press. 2004.
- CORTEZ, R. **Eleições majoritárias e entrada estratégica no sistema partidário eleitoral brasileiro**. Tese de doutorado em Ciência Política. Doutorado (Doutorado em Ciência Política). Universidade de São Paulo, 2009.
- COX, G. **Making Votes Count: Strategic Coordination in the World's Electoral Systems**. Cambridge: Cambridge University Press. 1997.
- DESPOSATO, S. Parties for rent? Ambition, ideology and party-switching in Brazil's Chamber of Deputies. **American Journal of Political Science**, v. 50, n. 1, p.62-80, 2006.
- DOSEK, T.; FREIDENBERG, F. La congruencia de los partidos y los sistemas de partidos multinivel em América Latina: conceptualización y evaluación de algunas herramientas de medición. **Politai: Revista de Ciencia Política**, Ano 4, n. 7, p. 161-178, 2013.
- FIGUEIREDO, A.; LIMONGI, F. **Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional**. Rio de Janeiro: Ed. FGV. 1999.
- FREITAS, A. Migração partidária na Câmara dos Deputados de 1987 a 2009. **Dados**, v. 55, n. 4. p. 951-986, 2012.
- HARMEL, R.; ROBERTSON, J. Formation and Success of New Parties. **International Political Science Review**, v. 6: p. 501-523, 1985.
- HUG, S. Studying the Electoral Success of New Political Parties: A Methodological Note. **Party Politics**, v. 6, n. 187, p. 187-197, 2000.

KINZO, M. D. Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 19, n. 54, p. 23-40, 2004.

KRAUSE, S.; GERARDI, D. A. Executivo estadual faz diferença? A estreia eleitoral do PSD nas eleições municipais de 2012. **Paper apresentado no IX Encontro da ABCP**. 2014.

LAGO, I.; MARTÍNEZ, F. Why new parties? **Party Politics**, v. 17, n. 1, p. 3-20, 2011.

LAGO, I.; MONTERO, J. R. Coordination between electoral arenas in multilevel countries. **European Journal of Political Research**, v. 48, issue 2, p. 176-203, 2009.

LIMONGI, F.; CORTEZ, R. As eleições de 2010 e o quadro partidário. **Novos Estudos Cebrap**, n. 88, p. 21-37, 2010.

LIMONGI, F.; VASSELAI, F. Entries and Withdrawals: Electoral Coordination across Different Offices and the Brazilian Party Systems. **Brazilian Political Science Review**, vol.12, n.3, 2018.

MAINWARING, S. **Rethinking Party Systems in the Third Wave of Democratization: The Case of Brazil**. Stanford University Press. 1999.

MAINWARING, S.; TORCAL, M. Teoria e institucionalização dos sistemas partidários após a terceira onda de democratização. **Opinião Pública**, v.11, n. 2, p. 249-286, 2005.

MARCHETTI, V. Governança eleitoral: o modelo brasileiro de justiça eleitoral. **Dados**, v. 51, n. 4, p. 865-893, 2008.

MELO, C. R. Partidos e Migração Partidária na Câmara dos Deputados. **Dados**, v. 43, n. 2, 2000.

MELO, C. R. Eleições Presidenciais, jogos aninhados e sistema partidário no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 4, p.13-41, 2010.

MELO, C. R.; CÂMARA, R. Estrutura da Competição pela Presidência e Consolidação do Sistema Partidário no Brasil. **Dados**, v. 55, n. 1, p. 71-117, 2012.

NERI, M. **A Nova Classe Média: o lado brilhante da base da pirâmide**. São Paulo: Saraiva. 2010.

NICOLAU, J. Partidos e sistemas partidários: 1985-2009. *In*: MARTINS, C. B.; LESSA, R. (Org.) **Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: Ciência Política**. São Paulo, 2010.

NICOLAU, J.; SCHMITT, R. Sistema eleitoral e sistema partidário. **Lua Nova**, n. 36, p. 129-147. 1995.

O ESTADO DE S. PAULO, 17 nov. 2010, pg A9. <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20101117-42764-nac-9-pol-a9-not>

O ESTADO DE S. PAULO, 29 mar. 2011. <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20110329-42896-nac-7-pol-a7-not>.

PANEBIANCO, A. **Modelos de partidos**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

POGUNTKE, T. New politics and party systems: The emergence of a new type of party? **West European Politics**, v. 10, n.1, p. 76-88, 1987.

RIBEIRO, R. Decadência longe do poder: refundação e crise do PFL. **Revista de Sociologia e Política**, v. 22, n. 49, jan./mar 2014.

SAMUELS, D. **Ambition, federalism, and legislative politics in Brazil**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

SAMUELS, D.; SHUGART, M. Presidents, Parties, and Prime Ministers: How the Separation of Powers Affects Party Organization and Behavior. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.

SIKK, A. Newness as a winning formula for new political parties. **Party Politics**, v. 18, n; 4, p. 465-486, 2012.

SILVA, A.; SANTOS, P. O princípio da fidelidade partidária e a possibilidade de perda de mandato por sua violação – Uma análise segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. **Revista do Instituto de Hermenêutica Jurídica**, n. 14, p. 13-34, jul./dez. 2013.

SU, Y. P. Party registration rules and party systems in Latin America. **Party Politics**, v. 21, n. 2, p. 295-308, 2015.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Resolução nº 22.610, 25 out. 2007.

TAVITS, M. Party System Change, **Party Politics**, v. 12, p. 99-119, 2006.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **TSE fixa bancada de deputados federais para cálculo do tempo de propaganda**. 9 ago. 2012. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2012/Agosto/tse-fixa-bancada-de-deputados-federais-para-calculo-do-tempo-de-propaganda>.

The emergence of PSD and the Brazilian party system

What does explain the resurgence of new relevant political parties in Brazil? How is it related to the institutionalization of party system or the structure of electoral competition? We address this issue through the of analysis of PSD (Partido Social Democrata). We expose its historical formation process, highlighting actors, strategies and conjunctures; we analyze the legislative behavior of deputies that have moved to PSD in Lower Chamber and we explore its electoral performance in 2012 and 2014, stressing the PSD strategic entry and its local electoral bases. We argue that both the federal and local structure party competition are connected to the formation and strength of PSD. Furthermore, we argue that some decisions of Judiciary Branch related to electoral and party legislation, a variable that is not included in comparative theories of new relevant party formation, are also central to this phenomenon.

Keywords: political party; party system institutionalization; new parties; multilevel party system.

Recebido em 26/11/2018

Aprovado em 20/05/2019

Conhecendo o vazio: congruência ideológica e partidos políticos no Brasil¹

Bruno Bolognesi²

Flávia Roberta Babireski³

Ana Paula Brito Maciel⁴

Resumo

As classificações ideológicas dos partidos políticos brasileiros são periodicamente atualizadas a fim de captar mudanças e tendências. Contudo, usualmente apenas grandes partidos nacionais são escolhidos em detrimento do sistema partidário como um todo. Tal escolha reduz a compreensão que temos sobre a representação política no país, na medida em que cada dia mais a fragmentação partidária se eleva e partidos pequenos passam a ocupar posições antes reservadas aos grandes. Assim, nosso objetivo aqui é mensurar e validar a medida em relação a um conjunto de partidos que é frequentemente ignorado pela literatura. Para tanto, selecionamos oito agremiações menos classificadas pelos cientistas políticos no eixo esquerda-direita. A classificação foi realizada utilizando *web based survey* com a comunidade de *experts* brasileiros e brasilianistas. A fim de testar a validade, mensuramos a congruência com estudos anteriores e com os programas e manifestos partidários destes oito desconhecidos.

- 1 Os autores agradecem a Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) pela colaboração e apoio na condução do campo da pesquisa aqui apresentada em resultados parciais, aos colegas Adriano Codato e Ednaldo Ribeiro e aos pareceristas anônimos que melhoraram substancialmente este trabalho. Os erros e equívocos remanescentes são de inteira responsabilidade dos autores.
- 2 Cientista político, professor na Universidade Federal do Paraná (UFPR), coordenador do Laboratório de Partidos e Sistemas Partidários (LAPeS) (www.lapesufpr.com.br). Editor associado da Revista de Sociologia e Política (www.scielo.br/rsocp), pesquisador do Núcleo de Estudos dos Partidos Políticos Latinoamericanos (NEPLA/UFSCar) e professor visitante na University of Oxford, e-mail: brunobolognesi@gmail.com.
- 3 Doutoranda em Ciência Política na Universidade Federal do Paraná. Pesquisadora do Laboratório de Partidos e Sistemas Partidários - LAPeS/UFPR, e editora chefe da Revista Eletrônica de Ciência Política, e-mail: flaviababireski@gmail.com.
- 4 Doutoranda em Ciência Política na Universidade Federal do Paraná. Pesquisadora no Laboratório de Partidos e Sistemas Partidários - LAPeS/UFPR e editora assistente da Revista Eletrônica de Ciência Política, e-mail: anapaulabmaciel@gmail.com.



Direito autoral e licença de uso: Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra, forneça um link para a licença, e indicar se foram feitas alterações.

Nossa hipótese é que estes partidos são pouco classificados porque possuem posições ideológicas latentes e não salientes. Os resultados apontam no sentido da confirmação da hipótese, ainda que fatores contextuais e sistêmicos tenham peso na dificuldade da comunidade científica em classificar nossas legendas partidárias.

Palavras-chave: Partidos políticos. Ideologia partidária. Congruência ideológica. Manifestos partidários.

Introdução

Com 35 partidos políticos registrados, 30 destes representados na Câmara dos Deputados, o Brasil não é somente um caso patológico de fragmentação partidária mas também um desafio metodológico para encontrar padrões e regularidades que nos ajudem a traduzir nosso sistema partidário. Não são poucos os esforços em tentar classificar as legendas brasileiras (COPPEDGE, 1997; RODRIGUES, 2002a e 2002b; KINZO, 2005; CARREIRÃO, 2006; BRAGA, 2007; WIESEHOMEIER; BENOIT, 2007; ZUCCO JR., 2009; POWER; ZUCCO JR., 2009; DANTAS; PRAÇA, 2010; MADEIRA; TAROUCO, 2011; DIAS; MENEZES; FERREIRA, 2012; TAROUCO; MADEIRA, 2013a e 2013b; MELO, 2015; BERLATTO; CODATO; BOLOGNESI, 2016; SCHEEFFER, 2016). Ainda assim, com o surgimento de novas legendas, a chegada ao governo de partidos antes dados como “nanicos” e a perda de peso das agremiações tradicionais as tarefas de debater e classificar nossos partidos necessitam ser constantemente revisitadas.

Apesar de necessárias, as novas classificações tendem a atualizar as colorações ideológicas dos partidos brasileiros sem trazer alternativas palpáveis e viáveis para resolver um problema recorrente (COPPEDGE, 1997; TAROUCO; MADEIRA; 2015): como classificar partidos pouco conhecidos por eleitores e analistas? Há um set de legendas que sempre ficam de fora das classificações canônicas por ausência de fontes confiáveis, por falta de confiabilidade do dado coletado ou simplesmente porque são organizações dadas como pouco relevantes. Usualmente, são partidos pequenos que não possuem bancadas expressivas – quando eles as têm – no legislativo nacional, governam apenas uma ou outra cidade e suas ideias e programa são desconhecidos pela maioria.

Com o crescimento desses partidos na Câmara dos Deputados a cada eleição, parece fazer sentido conhecer não somente os grandes partidos brasileiros – Partido dos Trabalhadores (PT), PSDB, Movimento Democrático Brasileiro (MDB), Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Democratas (DEM), Partido Progressista (PP) –, mas também o grupo de partidos que ocupa hoje mais de metade das cadeiras do Congresso Nacional e representa, por intermédio de seus deputados e senadores, grossa fatia da população. Para isso, nós selecionamos os oito partidos políticos que apresentaram as menores taxa de retorno na aplicação de um *expert survey* com cientistas políticos brasileiros e brasilianistas. Estes partidos representam o quartil inferior no que se refere à taxa de resposta. MDB, Partido Republicano Trabalhista Brasileiro (PRTB), Partido da Mulher Brasileira (PMB), Partido Humanista da Solidariedade (PHS), Partido da Mobilização Nacional (PMN), Partido Verde (PV), Rede Sustentabilidade (REDE) e Avante (AVANTE) foram os partidos que os cientistas políticos brasileiros mais deixaram de classificar quanto à ideologia. Em média 14,01% dos entrevistados deixaram de posicionar estas legendas em uma escala de zero a dez, onde zero representava o ponto mais à esquerda e dez mais à direita. Um total de 519 indivíduos, 88 deles deixaram de apontar a posição do PMB, o partido com menor taxa de resposta, enquanto 57 não classificaram o PRTB, sendo o partido com maior taxa de resposta entre nossa seleção. Esses oito partidos políticos são os 25% menos classificados de nosso universo, são as legendas que os *experts* entrevistados preferiram não marcar nenhuma opção para sua classificação ideológica.

Este artigo tenta dimensionar as diferenças entre técnicas de classificação ideológica distintas e propor um exercício de *validity* do tipo *test-retest* (FINK, 2003, p. 49; FRANZMANN; KAISER, 2006, p. 176). Nosso objetivo é oferecer realizar um teste de congruência entre a classificação resultado de nosso *survey*⁵ com outras classificações possíveis. Nossa hipótese de trabalho é que a análise de não resposta revelará que tais partidos deixam de ser classificados não por um completo desconhecimento por parte

5 Os autores agradecem à Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) que deu apoio na fase cadastral e na etapa de campo e também à comunidade de cientistas políticos que se dispuseram a responder ao questionário.

dos *experts*, mas sim porque são partidos que possuem ideologia pouco manifesta. Para testar nossa hipótese, estabelecemos a mensuração e o teste de validade em duas fases: *test-retest* e congruência ideológica. O primeiro se refere à reaplicação da mesma escala ideológica utilizada por Tarouco e Madeira (2015) e a mesma população, ainda que não se trate de um estudo de painel, mas sim de tendência (JOHNSTON, 2009). O segundo implica mensurar a congruência ideológica a partir da análise dos programas destes partidos, estabelecendo uma conexão, ou falta dela, entre o que os partidos políticos afirmam defender e como isso os aproxima ou os afasta da percepção dos cientistas políticos.

A pesquisa e este trabalho são frutos da aplicação de *web based survey* com a comunidade de cientistas políticos brasileiros. Foram aplicados um total de 781 questionários; mas, para efeito de controle, estão considerados aqui apenas aqueles respondentes que possuíam no mínimo titulação de mestre. A coleta de dados aconteceu durante os meses de junho e julho de 2018. Entre outras perguntas, os cientistas políticos foram instados a classificar em uma escala posicional – não numérica – todos os partidos políticos do Brasil entre esquerda e direita. Ou seja, os *experts* não conseguiam determinar, ao menos não poderiam ter certeza, a posição numérica na escala de um a dez, somente posicionar os partidos mais próximos ou mais distantes dos polos de esquerda ou direita. Em uma escala desta dimensão, o centro estava disponível para posicionar as legendas.

O artigo está dividido em cinco partes. Inicialmente, apresentamos o debate teórico e metodológico sobre os principais problemas e as vantagens em posicionar os atores políticos espacialmente. Em seguida, abordamos a questão da classificação ideológica dos partidos políticos brasileiros. Na terceira parte, apresentamos os argumentos para realizarmos um estudo de congruência ideológica. Em seguida, mostramos como os dados se comportaram e quais foram os principais achados da proposta aqui trabalhada. Por fim, encerramos com a discussão dos resultados, propondo uma explicação contextual e institucional.

Posições espaciais e partidos políticos

Não há classificação espacial que tente localizar atores políticos em uma dada *policy* que não sofra de problemas metodológicos⁶. Alternativas para contornar o problema com uma estratégia frequentemente acarretam outras dificuldades. Contudo, os percalços não podem ser tomados como um convite ao abandono do problema. Estabelecer se um partido político pertence ou se encontra no campo da direita, da esquerda ou do centro oferece algumas vantagens. A primeira é que podemos analisar a trajetória de uma legenda de forma comparada de modo que os conceitos possam viajar no tempo, para usar a terminologia de Sartori (1994). Em segundo lugar, a classificação dos partidos políticos a partir de sua coloração ideológica nos permite entender determinadas posições abstratas que não seriam captadas a não ser pelo conhecimento extensivo sobre uma ou todas as organizações de um dado sistema, ou seja, estabelecer um atalho cognitivo aumenta nossa capacidade de compreensão. Outra vantagem é poder estabelecer tendências de direção na competição e nas alianças em um dado sistema partidário ou comparando diferentes sistemas (MAIR, 1999, p. 3). Além disso, as categorias de esquerda e direita ou de liberal e conservador ainda servem como forma de entender a *realpolitik*, sendo possível estabelecer relações causais e demonstrar mecanismos que apontam para a relação entre visão de mundo e decisões atitudinais (LAYER, 2001b). Por fim, posicionar os partidos deste modo nos permite perceber a relação entre as expectativas dos eleitores e a representação política dos partidos nos governos – sendo situação ou oposição – facilitando a relação de *accountability* em situações mediadas por partidos.

Por outro lado, a classificação dos partidos políticos em qualquer que sejam as categorias reduz a especificidade e pode esconder traços mais importantes da vida de uma organização que não estejam ligados necessariamente à ideologia (EPSTEIN, 2009). Classificações a partir da família partidária (ENNSER, 2010), a partir da genética organizacional (DUVERGER, 1951) ou por modelos de partido (HARMEL, 2002) são sujeitas à passagem do tempo e à fragmentação e mudança dos sistemas partidários.

6 Para um debate sobre posições espaciais que não ideológicas, ver: Laver, 2001a (chap. 1).

Não que o conceito de ideologia não esteja sujeito a tais efeitos, mas como um conceito elástico – para continuarmos nas sugestões sartorianas – é comparável longitudinalmente no tempo e no espaço. De outro modo, a classificação ideológica dos partidos políticos tende a ser unidimensional e limitada pela fonte. A unidimensionalidade pode ser uma vantagem para comparação, contudo um partido político pode ser classificado a partir da posição de seus representantes eleitos (DESPOSATO, 2006; POWER; ZUCCO JR., 2009; ZUCCO JR., 2011), por seus manifestos (TAROUÇO; MADEIRA; 2013b; BABIRESKI, 2014a, 2014b), por suas alianças eleitorais (LAVER; SCHOFIELD, 1998; CARREIRÃO, 2006), por sua composição social (RODRIGUES, 2002a, 2002b), pela percepção dos estudiosos no tema (WIESEHOMMEIER; BENOIT, 2007) e até mesmo por suas propostas quanto à políticas públicas (ENNSER, 2010). Ou seja, pedir coerência dos partidos em todas as arenas de atuação seria complicado para os atores políticos e para os analistas. Ainda, ao olharmos um partido político em cada uma destas distintas arenas poderíamos encontrar organizações muito diferentes em si. Um partido político pode se comportar de forma hierárquica e ativa em sua atuação parlamentar, sem que ele se mostre com a mesma verve em sua face eleitoral (PEREIRA; MUELLER, 2003).

Mas qual a melhor solução? Não temos uma resposta pronta. A classificação espacial de atores políticos tem de ser trabalhada com cautela redobrada (MAIR, 1999). Contudo, no caso brasileiro, esta é uma das poucas opções para uma investida no entendimento da totalidade de nossos partidos políticos. Com 35 legendas em atividade, são muitas aquelas que não possuem representantes eleitos em nível nacional (como PCO, PSTU, DC, PMB e PMN). São poucos os partidos que controlam posições executivas e que possuem linearidade em suas políticas públicas. Com elevados graus de fisiologismo (MAINWARING; MENEGUELLO; POWER, 2000; EPSTEIN, 2009) e personalismo legislativo e eleitoral (SAMUELS, 1999; BAKER *et al.*, 2016) as eleições são águas turbulentas para o entendimento da relação espacial na competição partidária. De modo que, ainda que de forma parcial e com validade questionável, a opinião de *experts* e o uso de manifestos partidários são duas alternativas concretas se desejamos explicar além dos grandes partidos que circundam a disputa presidencial.

Posicionando ideologicamente os partidos políticos brasileiros

Se há uma complexidade na conceituação da dicotomia esquerda e direita, o mesmo se repete – ou mesmo se intensifica – quando a tentativa é classificar os partidos políticos brasileiros nesse diapasão ideológico. Classificar a posição dos partidos políticos brasileiros no espectro ideológico tem sido feito com métodos empíricos variados (DALTON; MCALLISTER, 2014), tais como análise de opinião pública, avaliação de especialistas, manifestos e programas partidários (MADEIRA; TAROUÇO, 2011; TAROUÇO; MADEIRA; 2013b), autoposicionamento de elites partidárias e comportamento parlamentar em votações e propostas.

Classificar os partidos políticos em uma escala ideológica apresenta desafios inerentes ao contexto de cada país e seu histórico, como variações no significado dos conceitos, cultura política, além das perspectivas teóricas e normativas dos analistas (MAIR; MUDDE, 1998). Quando falamos do Brasil, especificamente, surgem algumas peculiaridades. De acordo com Tarouco e Madeira (2013b), as razões para as dificuldades são diversas e a própria conceituação dos termos esquerda e direita se torna um obstáculo devido às transformações que sofrem no decorrer da história.

Temos um complexo processo de transformação na estrutura dos partidos ao longo do tempo. Desde a abertura política, muitas legendas sofreram alterações de nomenclatura ou foram extintas para a criação de novas; mas, mantiveram a mesma base legal e institucional (GIMENES; BORBA, 2017). O país atende pelo maior número efetivo de partidos legislativos do mundo (GALLAGHER, 2015), o que, em conjunto com a articulação governativa por meio do presidencialismo de coalizão (FIGUEIREDO; LIMONGI, 2008), dificulta a distribuição dos partidos no espectro ideológico.

De acordo com Downs (1999), os partidos canalizam suas preferências com o intuito de ganharem votos; por esse motivo, buscam evidenciar diferenças com relação ao outro e se movem no espectro ideológico. Ou seja, o que realmente prevalece é a prospecção de votos conforme as preferências dos eleitores médios. Permeia no Brasil um debate que aponta uma

indiferenciação das legendas partidárias; logo, os partidos de esquerda, centro e direita acabam não diferenciando suas bandeiras na disputa eleitoral.

Apesar de termos no Brasil 35 partidos políticos registrados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o número efetivo de partidos está próximo de 14 (RIBEIRO; BOLOGNESI, 2017), o que não significa que somos um país interpartidariamente competitivo; ao contrário, a miríade de organizações confunde o eleitor que passa a escolher seu representante com base na competição personalista (BALMAS *et al.*, 2012).

Conforme destacam Ribeiro e Bolognesi (2017), os partidos políticos podem demarcar seus espaços frente aos eleitores com base em dois elementos: configuração do sistema eleitoral e estrutura da organização partidária. O sistema eleitoral é determinante na estruturação da competição partidária e relaciona o número de partidos que estão na disputa de uma corrida eleitoral e seus respectivos pesos. Ser majoritário ou proporcional reflete diretamente nas possíveis diferenciações programáticas entre os partidos políticos que competem uma corrida eleitoral, impactando nas estratégias destes, os quais buscam se diferenciar programática e ideologicamente dos seus concorrentes. A organização partidária, por sua vez, é capaz de mobilizar bases sociais, contratar profissionais, servir como atalho cognitivo, selecionar e financiar candidatos, pôr em marcha o programa do partido e coordenar as atividades governativas. Contudo, nenhuma destas dimensões foi capaz de diferenciar os partidos políticos brasileiros (PEREIRA; MUELLER, 2003; RIBEIRO, 2014). Ou seja, nosso sistema eleitoral contribui para a indiferenciação e as organizações partidárias não possuem diferenças quando agregadas a partir de cortes ideológicos.

Em uma tentativa de classificação e compreensão, diversos enfoques têm sido dados à análise de posicionamento ideológico dos partidos políticos brasileiros. Embora o sistema composto por um grande número de partidos resulte nas dificuldades de diferenciação dos partidos, estudos recentes apontam a necessidade de relativização da noção de homogeneização dos partidos, ao menos no âmbito federal. Um dos trabalhos que comprovam tal hipótese é o do Scheeffer (2016), que verificou quão compatíveis foram os votos dos parlamentares federais da 14ª legislatura quando comparados ao campo ideológico em que seus respectivos partidos

políticos estão localizados. O autor aponta que existe a prevalência de ideologia e coerência em relação aos posicionamentos no parlamento.

Olhando para políticas públicas, a importância de localizar os partidos políticos dentro do *continuum* esquerda-direita, relaciona-se tanto com as análises de gastos dos governos quanto com resultados macroeconômicos, conforme destacam Tarouco e Madeira (2013a). Os autores apontam que governos de direita tendem a ter gastos destinados a políticas redistributivas, ao passo que governos de centro e direita tendem a focar em políticas de ajuste.

Outra abordagem possível é sondar diferentes categorias de entrevistados sobre o posicionamento dos partidos no eixo esquerda-direita, como Tarouco e Madeira (2015), visto que estes comparam a classificação dos eleitores, de especialistas e da própria elite política. Os autores investigaram a hipótese de que os partidos em geral não têm ideologia definida comparando os resultados de dois *experts surveys* desenvolvidos em 2007 e 2010. O primeiro refere-se ao projeto desenvolvido por Wiesehomeier e Benoit (2007); o segundo, à coleta de dados desenvolvida no encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) em 2010, em que os pesquisadores das áreas temáticas relacionadas a eleições, à representação política e às instituições foram convidados a classificar os partidos políticos brasileiros no espectro esquerda-direita. Os resultados apontaram que os próprios especialistas tiveram dificuldades com a classificação de parte dos partidos políticos. Outro risco possível é que os especialistas usam seus conhecimentos sobre as preferências ideológicas dos eleitores para estimar também a posição do partido, o que pode influenciar nos resultados para que haja uma alta congruência (ANDEWEG, 2011).

Trabalhos como o de Dias, Menezes e Ferreira (2012) classificam os partidos políticos brasileiros na escala esquerda-direita com base em uma análise de conteúdo dos projetos de lei apresentados pelo líder de cada bancada às assembleias legislativas e à Câmara Federal, durante o período da 51ª legislatura (2003 a 2006). A partir da coleta e classificação dos projetos, os autores distribuíram os partidos no eixo esquerda-direita, identificando a existência de valores pós-materialistas e identificação do público-alvo de cada partido. A partir disso, concluíram que existe uma aglomeração dos partidos no centro da escala e nenhum partido ficou à direita. Uma das

justificativas deste resultado diz respeito à associação da direita ao apoio ao regime militar, pois esta se permeava no ideário de que o militarismo ocorreu para conter uma possível ameaça vindo do comunismo. Durante um longo período pós-redemocratização, pesquisas de opinião pública e com elites políticas demonstraram que poucos indivíduos se autocalificavam próximos à direita, pois esta estaria associado ao autoritarismo. Esse fenômeno ficou conhecido como “direita envergonhada” (PIERUCCI, 1987).

Rodrigues (2002) analisou a composição sócio-ocupacional dos parlamentares e identificou uma correlação entre a composição social dos seis maiores partidos brasileiros (PT, PSDB, MDB, PROGRE, DEM e PDT) e suas orientações ideológicas em uma escala esquerda-direita. Partidos mais à esquerda (PDT e PT) apresentavam ocupações oriundas do magistério e poucos empresários, partidos de centro (MDB e PSDB) apresentavam parlamentares com ocupações de profissionais liberais e partidos mais à direita (Progressistas e DEM) com grande número de empresários e cargos de confiança.

Para resumir o debate: ainda que haja incentivos sistêmicos para que as agremiações partidárias se comportem de forma pouco coesa, diversas análises apontam para uma possível proximidade dentro dos polos ideológicos e distância entre estes. As classificações dos partidos políticos, seja uni ou multidimensionalmente, em escalas ideológicas nos possibilita entender, em sentidos mais específicos, a competição partidária e suas dinâmicas; avaliar a formação de coalizões entre partidos e até que ponto a ideologia e política se relacionam com processos políticos da *realpolitik*; e comparar sistemas partidários entre países e ao longo do tempo em relação ao papel das ideologias na formação de alianças entre partidos. O problema aparece quando olhamos para o sistema partidário como um todo e percebemos que a classificação ideológica e a congruência interpartidária têm sucesso apenas quando falamos de grandes partidos, o que exclui em alguns casos 80% dos partidos políticos brasileiros.

A congruência partidária e a ideologia

A localização de partidos dentro de um espaço comum nos permite avaliar até que ponto as diferenças são importantes e relevantes para os

resultados das políticas dos governos, no recrutamento de seus quadros, na forma como os partidos se coligam eleitoralmente; além disso, ajudar-nos a compreender o funcionamento e a eficácia de um governo representativo. Os partidos políticos, nesse sentido, são uma instituição que representa a canalização de demandas e comunicação entre os representantes e os representados (SARTORI, 1980).

De acordo com Carreirão (2015), a literatura tem mostrado a importância de vínculos programáticos e ideológicos entre representantes e cidadãos para uma efetiva *accountability* e até mesmo para a confiança dos cidadãos no sistema. Estudos sobre representação política verificam em torno de qual eixo os regimes políticos democráticos giram, sendo duas as abordagens teóricas predominantes: a análise de representação por meio de eleições e a análise dedicada a verificar em que medida os políticos correspondem às preferências dos cidadãos, chamada de congruência política (OTERO FELIPE; ZEPEDA, 2010).

De acordo com Converse e Pierce (1986), identificar o posicionamento das elites políticas, partidos e cidadãos é uma questão central nos estudos de representação, visto que, por meio das análises, podemos observar em que medida os representantes consideram as opiniões e preferências daqueles que representam. Isso posto, congruência não pode ser considerada como sinônimo de representação, embora uma maior ou menor correspondência entre as opiniões dos cidadãos e seus representantes sejam um indicador de *responsividade* dos governos às demandas dos governados.

Nos termos de Piquet e Moisés (2015), a abordagem que discute qualidade da democracia estabelece que a eficácia da representação política depende dos modos específicos que os partidos políticos estruturam sua relação com a sociedade, especialmente com os eleitores. Ou seja, conhecer as ideias, propostas e debates nos quais o partido está inserido é importante para garantir representação política. Organizações dotadas de baixa programaticidade não oferecem previsibilidade e tornam-se imunes a qualquer processo de *accountability*, na medida em que não “prometem” nada para seus eleitores.

Diversos estudos teórico-normativos debatem a respeito da democracia representativa; porém, as discussões normalmente se voltam para a problemática de que os eleitores/cidadãos nem sempre são efetivamente

representados pelos partidos políticos e parlamentares eleitos. É possível, dentro dos estudos de congruência, verificar se os partidos representam ideologicamente os seus eleitores e se há conformidade nos posicionamentos em relação a políticas públicas específicas (CARREIRÃO, 2015). Como é de nosso interesse, conforme exposto, buscamos identificar se os partidos políticos apresentam congruência com uma parcela específica de analistas, capacitados para inferir, a partir de sua formação profissional, se os partidos representam aquilo que afirmam em seus documentos.

Podemos dividir os estudos de congruência política em dois tipos: i) por meio da comparação entre preferências dos eleitores com as preferências dos representantes ou programas/manifestos dos partidos políticos e; ii) por meio da comparação entre preferências dos eleitores com políticas efetivamente aprovadas. Independentemente do tipo de congruência analisada, há sempre a tendência de compreender a representação como um processo, pois se deve avaliar a congruência como modelos dinâmicos de representação. Nesse sentido, tentamos apontar de que modo a percepção dos *experts* muda ao longo do tempo, captando tendências sistêmicas em relação à congruência ideológica. Em seguida, buscamos mensurar a congruência da percepção dos *experts* em relação aos documentos partidários, remetendo este trabalho ao primeiro tipo de estudos de congruência.

O método para medir preferências dos eleitores é normalmente por meio de *surveys*, em uma escala geral de esquerda-direita ou questões específicas que mensuram o conteúdo ideológico de uma organização como valores, cultura política ou defesa de determinadas pautas que separam a diáde ideológica. Comumente não são medidas de forma direta, mas considera-se a opção partidária revelada, uma vez que os eleitores “assumem” estar de acordo com o manifesto do seu partido (ANDEWEG, 2011).

As preferências dos representantes são, em alguns casos, medidas por meio da análise de conteúdo dos manifestos e programas partidários, assumindo o ideal de que todos os representantes de um partido estão de acordo com todas as propostas do manifesto do partido ao filiarem-se a este. Para abordar o manifesto, é importante considerarmos termos de políticas específicas, medindo a ênfase que se dá a cada questão e o posicionamento do partido; por isso, apresentamos tais pontos logo a seguir.

Nos métodos, há a adversidade de que o eleitorado, as elites e/ou os partidos políticos não são atores unitários; assim, muitas vezes é necessário comparar as tendências centrais. O reducionismo final é comparar a posição do eleitor mediano com a posição do legislador mediano. Dessa forma, uma dimensão possível para as medidas consiste em calcular a distância entre a posição média – ou mediana – da posição do partido e a posição dos eleitores do partido ou a diferença entre o cidadão comum e o governo ou legislador. As duas medidas indicam que, quanto maior for a distância, menor será a congruência entre representantes e constituintes e vice-versa. A congruência ideológica pode, portanto, ser calculada de diferentes maneiras, conforme o modo em que ela for conceituada e medida. As abordagens do estudo desse fenômeno podem ser diferenciadas de acordo com as unidades que estão sendo analisadas, tais como indicadores, medidas e temas analisados. Nossa opção neste estudo foi por analisar a partir da média das posições dadas aos respectivos partidos. Esse reducionismo é necessário para captar a percepção agregada. Na Tabela 1 apresentamos os resultados e seus desvios em referência aos oito partidos aqui selecionados, de acordo com o *survey* conduzido com os profissionais.

Tabela 1 – Posição média na classificação ideológica dos partidos 25% menos classificados

Partido	Missing	Média ideologia	Sd	CV
PMB	88	6,9	2,033	0,294638
PV	84	5,29	1,789	0,338185
PHS	76	6,96	1,936	0,278161
PMN	75	6,88	2,097	0,304797
AVANTE	68	6,32	2,266	0,358544
REDE	68	4,77	1,718	0,360168
MDB	66	7,02	1,664	0,237037
PRTB	57	7,45	1,976	0,265235

Fonte: expert survey ABCP (2018).

Em primeiro lugar, observamos que, com exceção de PV, classificado como centro e REDE, como centro-esquerda, todos os demais partidos são classificados como pertencentes ao campo da centro-direita ou

direita⁷. Isso chama atenção principalmente porque o principal movimento dos especialistas quando desconhecem um determinado partido é classificá-lo ao centro da escala (MAIR, 2001). Ainda que a quantidade de *missig data* seja significativa, algum indicador que seja capaz de classificar tais partidos é melhor do que nenhum. Nesse sentido, o fato de partidos com pouca ou nenhuma representação (como PHS, PMB, PMN e REDE) serem classificados pela maioria dos respondentes oferece pistas importantes para compreendermos a razão do posicionamento médio destas legendas.

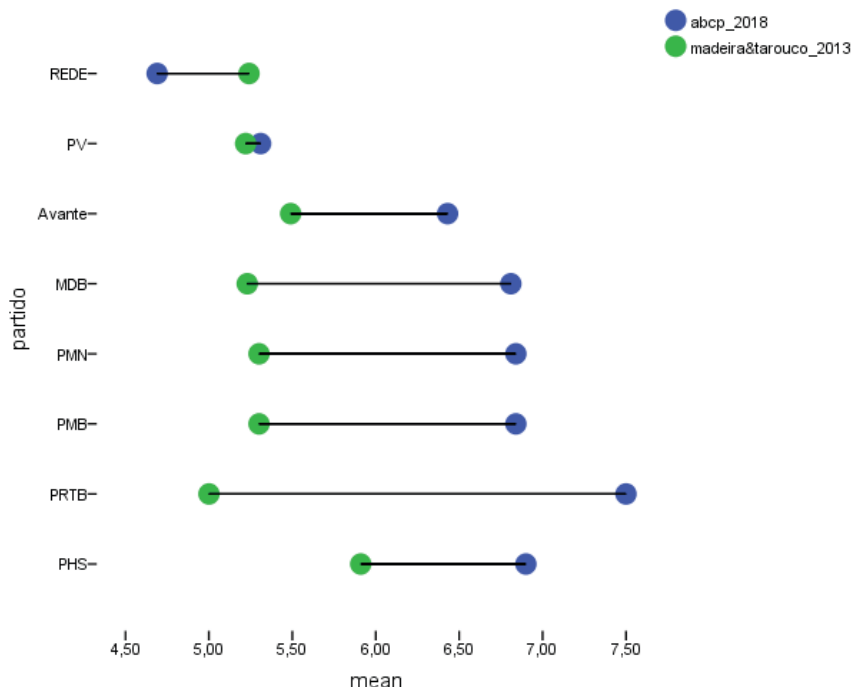
Em segundo lugar, observa-se que o coeficiente de variação (CV, na última coluna) é bastante razoável. Outros partidos de nosso levantamento apresentam coeficientes muito maiores até para agremiações com posições ideológicas manifestas e extremas como o Partido da Causa Operária (PCO), média de 0,9 com CV de 1,832 ou o Partido Comunista Brasileiro (PCB), média ideológica de 0,56, com 1,35 de variação. Isso mostra que, apesar da quantidade de pessoas que deixaram de classificar os partidos da Tabela 1, os que classificaram apontaram maior precisão do que outros onde se esperaria uma classificação bastante homogênea.

Salienta-se que, entre os partidos menos classificados, encontram-se novas agremiações (como REDE e PMB), partidos tradicionais (MDB, PV) e legendas tratadas por alguns autores como pequenos partidos fisiológicos (BRAGA, 2007). Por outro lado, o MDB, por exemplo, é um partido apontado frequentemente como pertencente a esta categoria, ainda que não seja um pequeno partido. Talvez a combinação entre partidos recentemente criados, o fisiologismo e o nanismo sejam a razão para deixar de marcar na escala a posição destas organizações específicas. O que não responde, por outro lado, a associação com a direita – ponto que retomaremos com a análise dos programas e manifestos partidários.

Não obstante, tais partidos tiveram sua classificação e, por consequência, sua posição ideológica média alterada pelos especialistas? O Gráfico 1 mostra a mudança na ideologia apontada por Madeira e Tarouco (2013) antes de nossa investida comparada aos nossos resultados.

7 Para fins de classificação assumimos que partidos que estivessem entre 0 e 1,9 em média, seriam classificados como partidos de extrema esquerda; partidos entre 2 e 4,9 como centro-esquerda; partidos entre 5 e 5,9 como de centro; entre 6 e 8,9 como de centro direita e; entre 9 e 10 como extrema-direita.

Gráfico 1 – Classificação ideológica (média) dos partidos políticos selecionados comparando Madeira e Tarouco (2013) e o expert survey ABCP 2018



Fonte: Madeira e Tarouco (2013) e expert survey ABCP (2018) | $r = .078$

A pesquisa conduzida por Madeira e Tarouco teve sua fase de campo realizada em 2010, oito anos antes da que embasa este resultado comparado. São dois mandatos presidenciais e, entre eles, um processo de impeachment. Com exceção do REDE, todos os demais partidos caminham para a direita na avaliação da comunidade de *experts* consultada. O interessante é que a maioria dos partidos estava posicionado no centro do espectro ideológico na ocasião do levantamento de dados de Madeira e Tarouco (2013); ademais, no interím entre um e outro levantamento, o movimento foi passar a classificar tais partidos como direita. Como mencionamos, embora não sejam as mesmas pessoas que responderam ao mesmo levantamento, a população como um todo percebe que estes partidos migraram para um ponto mais à direita na escala ideológica. Isso pode estar relacionado com o

fator contextual do impeachment ocorrido no início de 2016 quando um partido de centro-esquerda, o PT foi alijado do governo em um processo liderado pelo MDB. Além disso, o MDB contou com apoio de vários pequenos partidos fisiológicos presentes aqui, como PV – único que não mudou de posição, PHS e AVANTE (antigo Partido dos Trabalhadores do Brasil, PTdoB). Por outro lado, ainda que o REDE tenha apoiado o impedimento do governo petista, não figurou entre os que caminharam para a direita. Outros partidos, como PMN, PRTB e PMB não possuíam deputados eleitos e foram colocados na vala comum da direita.

Por fim, cabe notar que a correlação entre uma classificação e outra é bastante baixa ($r = .078$) e, para estes partidos, mostra como a passagem do tempo faz com que a percepção sobre a ideologia se altere por fatores que imaginamos encontrem-se na atuação política destas legendas, como no caso do PRTB que sustentou uma candidatura à presidência declaradamente conservadora e neoliberal em 2018, o que aumenta a percepção deste como legenda de direita.

Já que não há padrão ou o fator contextual não é capaz de explicar na totalidade o movimento de seis de oito legendas para a direita, testamos a hipótese de que os manifestos e programas partidários poderiam oferecer lastro para posicionar estas legendas onde estão.

Na análise de manifestos, a finalidade é apresentar resultados comparativos de mensuração do posicionamento ideológico dos partidos; assim, nosso recorte para análise foram documentos de natureza programática dos partidos brasileiros: manifestos, programas, ideários, doutrina. O foco não está precisamente na nomenclatura dada pelo partido ao seu documento e sim no conteúdo específico desejado. Outros documentos, como estatutos e programas eleitorais, não são metodologicamente precisos para esse tipo de análise, visto que os estatutos tratam de regras procedimentais e da estrutura funcional dos partidos e que os programas eleitorais são frutos de uma criação coletiva da coligação que disputa o pleito; desse modo, não é possível identificar e diferenciar os posicionamentos ideológicos específicos de cada legenda em seu conteúdo.

Assim os documentos analisados foram:

Quadro 1 – Partidos e documentos analisados

Partido	Documento	Páginas	Fonte
Partido da Mulher Brasileira	Programa partidário	5	Site do partido
Partido Verde	Programa partidário	14	Site do partido
Partido Humanista da Solidariedade	Doutrina	14	Site do partido
Partido da Mobilização Nacional	Manifesto/programa	2	Livro 'Partidos políticos brasileiros'
Avante	Manifesto/programa	2	Livro 'Partidos políticos brasileiros'
Rede Sustentabilidade	Manifesto	5	Site do partido
Movimento Democrático Brasileiro	Programa partidário	18	Site do partido
Partido Renovador Trabalhista Brasileiro	Programa partidário	1	Site do partido

Fonte: Elaborado pelos autores (2019)

Objetivo foi utilizar o documento mais atual disponibilizado pelos partidos. O primeiro caminho de coleta foram os *websites* dos partidos; e obtivemos sucesso em seis casos: PMB, PV, PHS, REDE, MDB e PRTB. No PMN, o site da legenda não contém nenhum texto que seja da natureza que procuramos. O mesmo se repetiu com o AVANTE. No caso específico do AVANTE, como houve a troca do nome da legenda em 2018, entramos em contato com o partido, via telefone e e-mail, e a resposta que nos foi dada é que os documentos que o partido possui são os disponibilizados no site do TSE; porém, no referido para todos os partidos há apenas o estatuto. Considerando que no AVANTE ocorreu apenas troca da nomenclatura, já que informações e notícias sobre o antigo PTdoB ainda permanecem no site, entendemos que não houve uma ruptura programática na legenda a ponto de alterarem seu posicionamento político. Assim, a alternativa para os dois partidos, PMN e AVANTE, foi utilizar os manifestos publicados no livro: Partidos políticos brasileiros: programas e diretrizes doutrinárias (BRASIL, 2014).

A metodologia que empregamos é amplamente difundida internacionalmente, lançada em 1979 com a finalidade de traçar um comparativo

entre o conteúdo dos programas eleitorais dos partidos europeus. O inicialmente designado Manifesto Research Group, hoje Manifesto Project (MAPOR), conta atualmente com 4.476 documentos de 1.172 partidos de 753 eleições (MANIFESTO PROJECT DATABASE, 2019).-

A metodologia do MAPOR consiste na classificação das *quasi-sentence*, ou quase-sentença, que são os trechos, podendo ser menores que uma frase, que versem sobre algum tema, em uma das 56 categorias predeterminadas. As categorias são agrupadas em sete *domínios*, que são grandes eixos temáticos (relações exteriores; liberdade e democracia; sistema político; economia; *welfare state* e qualidade de vida; estrutura da sociedade; e grupos sociais). Além da classificação por eixos temáticos, a metodologia apresenta indicadores para mensuração do posicionamento dos partidos sobre temas específicos como mercado (*markeco*), planejamento econômico (*planeco*), ideologia (*rile*), *welfare state* (*welfare*) e paz (*intpeace*) (KLIGEMANN *et al.*, 2006).

A vantagem analítica da técnica é permitir o desmembramento do texto em unidades menores que uma frase, ganhando em precisão classificatória, e ao mesmo tempo mantendo o significado interpretativo do texto. Detalhes que não seriam possíveis de serem obtidos em análises qualitativas automatizadas, ou pela presença de palavras, ou mesmo pela classificação de frases e parágrafos inteiros. Por ser uma metodologia consagrada, com protocolos procedimentais e banco de dados de longo período, há outro ganho, que é a possibilidade de estudos comparativos, entre partidos e países longitudinal ou transversalmente.

Outro ponto de destaque é que esta permite a adaptação das categorias para contextos específicos. Partidos latino-americanos passaram a constar oficialmente na base de dados a partir de 2018; para esses países, foram criadas subcategorias analíticas específicas, por exemplo, sobre a transição dos períodos ditatoriais. No Brasil, a aplicação da metodologia iniciou-se com Tarouco (2007) em estudo comparativo sobre o posicionamento ideológico dos programas partidários com os projetos de emendas constitucionais apresentados por deputados e senadores de 1988 a 2006. Posteriormente, surgiram outros sobre os partidos brasileiros empregando a metodologia desenvolvida pelo MAPOR (TAROUCO; MADEIRA; 2013b; BABIRESKI, 2014a e 2014b; BOLOGNESI; BABIRESKI, 2018).

Munidos desse ferramental, passamos a determinar a posição ideológica dos oito partidos segundo os documentos analisados. Para isso, utilizamos a escala Rile (*right-left scale*) adaptada para o caso brasileiro.

A partir da incorporação de partidos latino-americanos pelo MAPOR, o índice Rile para a América Latina sofreu uma adaptação das suas categorias específicas para esses países. Para a América Latina, o índice passou a contar com 38 categorias; algumas se mantiveram originais e outras foram sendo desmembradas destas.

Em Partidos, programas e o debate sobre a esquerda e direita no Brasil, Tarouco e Madeira (2013b) propuseram uma adaptação no índice, alterando as categorias que o compõe. Os autores consideraram algumas questões peculiares, como o posicionamento das legendas durante o período ditatorial e o liberalismo econômico da década de 1990. Nesse trabalho, além do índice Rile para a América Latina, também demonstraremos as categorias no índice Rile adaptado por Tarouco e Madeira comparado com o resultado do survey com cientistas políticos. No quadro abaixo estão as categorias utilizadas no índice.

Quadro 2 – Composição da escala direita-esquerda para análise de documentos partidários

	Direita	Esquerda
Tarouco e Madeira (2013b)	Forças Armadas: positivo	Regulação do mercado
	Livre iniciativa	Planejamento econômico
	Ortodoxia econômica	Economia controlada
	Limitação do <i>Welfare State</i>	Análise marxista
	Classe média ou grupos profissionais: positivo	Expansão do <i>Welfare State</i>
	Classes trabalhadoras: positivo	
Índice Rile para América Latina	Forças Armadas: positivo	Anti-imperialismo: Estado central
	Liberdade	Anti-imperialismo: influência financeira estrangeira
	Direitos humanos	Forças Armadas: negativo
	Constitucionalismo: positivo	Paz: positivo
	Autoridade política: competência partidária	Internacionalismo: positivo
	Autoridade política: competência pessoal	Democracia geral: positivo
	Autoridade política: governo forte	Democracia geral: negativo
	Transição elites pré-democráticas: positivo	Democracia representativa: positivo
	Transição elites pré-democráticas: negativas	Democracia direta: positivo
	Transição reabilitação e compensação	Regulação do Mercado
	Livre iniciativa	Planejamento econômico
	Incentivos	Protecionismo: positivo
	Protecionismo: negativo	Economia controlada
	Ortodoxia econômica	Nacionalização: positivo
	Limitação do <i>Welfare State</i>	Expansão do <i>Welfare State</i>
	Modo de vida nacionalista: positivo	Expansão da educação: positivo
	Modo de vida nacionalista – imigração: negativo	Classes trabalhadoras: positivo
	Moralidade tradicional: positiva	
	Lei e ordem: positivo	
Lei e ordem: negativa		
Harmonia social: positivo		
Harmonia social: ativismo		

Fonte: Tarouco e Madeira (2013b) e MAPOR (2018).

O valor final do índice é dado pelo resultado da subtração da proporção de texto nas categorias de direita da proporção de esquerda. O resultado tem uma variação +100 à -100, onde hipoteticamente o documento apresentasse a totalidade de seus trechos classificados nas categorias de direita ou esquerda, respectivamente. Para fins comparativos com a escala utilizada no *survey*, os resultados aqui demonstrados foram normalizados na escala de zero a dez.

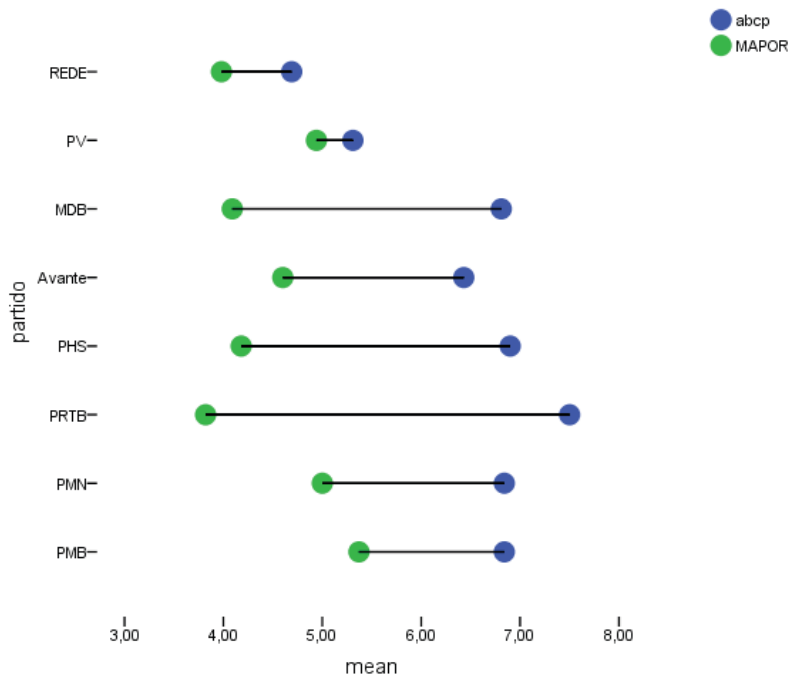
Como podemos ver no Gráfico 2, logo a seguir, os resultados apontam para uma inversão em relação ao primeiro gráfico. Quando analisamos os manifestos, as doutrinas e os programas partidários, encontramos os partidos políticos posicionados entre o centro e a centro-esquerda. PMB, PMN, AVANTE e PV posicionam-se no centro da escala Rile, enquanto que MDB, REDE, PHS e PRTB estão na posição centro-esquerda.

O primeiro ponto que observamos é que o PV é o único partido político que se mantém solidamente no centro em qualquer classificação ideológica que aqui apresentamos. É a única legenda em que qualquer método apresenta consenso em torno de sua posição. Talvez isso esteja ligado à natureza mais programática e menos ideológica do partido e ao fato de manter uma conduta de alianças eleitorais flexível ao longo dos seus 33 anos de vida.

A evidência de que todos os partidos políticos se apresentam em seus documentos como legendas de centro ou de centro-esquerda enquanto que a classificação por parte da comunidade de politólogos os coloca como de centro-direita está relacionada a dois fatores suplementares. O primeiro fator é que a posição de um dado partido político em uma dimensão da escala posicional ocorre em função da relevância daquela posição para o partido político em si (MAIR, 1999, p. 12). Ou seja, uma legenda que não faz questão de enfatizar que se posiciona à esquerda não será lembrada como tal. O segundo fator é que os partidos políticos brasileiros parecem possuir postura incongruente entre aquilo que inserem em seus manifestos e a percepção que o público faz de sua atuação política e representativa. Isso está ligado ao arranjo institucional brasileiro que é bastante permissivo para o surgimento de novas legendas (BARBOSA; SCHAEFER; RIBAS, 2017) por permitir que partidos perdurem sem elegerem um representante sequer e sigam custeados pelos recursos públicos.

Esse quadro dá espaço para legendas de aluguel ou legendas que pertencem a um grupo ou família específica sem necessariamente possuírem programaticidade política ou base social (BOLOGNESI, 2016). Tais legendas não apresentam saliência em questões que normalmente dividem ideologicamente as percepções; por outro lado, elas se posicionam de forma pouco saliente em todos os pontos, polarizando o documento sem que isso chegue até o eleitorado ou aos *experts*. O fato de que aparecem em seus manifestos posições mais à esquerda repete o encontrado por Franzmann e Kaiser (2006, p. 183) em relação à Alleanza Nazionale, oriundo do MSI, partido de suporte do regime fascista na Itália, classificado como de direita pelos *experts* e como de centro a partir de seu manifesto.

Gráfico 2 – Classificação ideológica (média) dos partidos políticos selecionados comparando os programas partidários e o expert survey ABCP 2018



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral, sites dos partidos e *expert survey* ABCP (2018) | $r = -.016^8$

Ainda, seguindo o que sugere Mair (2001, p. 23), o constante aumento na fragmentação partidária brasileira faz com que, ao longo do tempo, os *experts* passem a ocupar mais as diferentes posições das escalas para diferenciar os partidos políticos entre si. Isso significa que, quanto mais partidos são solicitados para classificação, maior será a chance de que polarizações antes não existentes surjam. Contudo, é importante que examinemos a dimensão representada pelos círculos verdes no Gráfico 2, os manifestos e programas partidários para entendermos o descompasso.

8 O uso de testes de correlação para testes de validade externa é utilizado por Franzmann e Kaiser (2006).

Além das 56 categorias de análise do MAPOR, há uma específica destinada aos trechos que não se enquadram em nenhuma das categorias analíticas, nomeada de “não codificável”. De modo geral, essa categoria é destinada à apresentação da história do partido, ou dos seus membros ilustres; porém, contempla também trechos textuais que não apresentem posicionamento sobre algum tema. Na Tabela a seguir, trouxemos os valores da proporção dos textos dos oito partidos que puderam ser classificados em alguma das categorias; para ilustrar a comparação, a mesma análise foi realizada em seis grandes partidos de direita⁹ brasileiros.

Tabela 2 – Proporção de trechos classificáveis nos documentos (%)

Partidos		Grandes partidos de direita	
PRTB	58,84	PP	86,75
PMN	69,7	PR	87,41
MDB	73,09	DEM	88,02
REDE	73,81	PSD	90,52
AVANTE	78,44	PSC	91,25
PHS	79,94	PRB	95,35
PV	86,48		
PMB	96,98		
Média	77,16	Média	89,88

Fonte: Elaboração dos autores e adaptada de Bolognesi e Babieski (2018).

O que chama atenção é a proporção de trechos que não se enquadram nas categorias de análise. Entre os oito partidos, seis apresentam mais de 20% do seu documento programático na categoria *não classificável*, ou seja, o conteúdo textual não trata de temas e posicionamentos políticos e ideológicos, o que não era esperado por conta da natureza do documento. O maior destaque é o PRTB, pois é o partido em que mais trechos do seu documento não são categorizáveis, passando de 40%.

9 Poderíamos trazer os grandes partidos de esquerda. Contudo, nestes a manifestação ideológica é ainda mais contundente o que tornaria nossa comparação evidentemente pouco calibrada.

Comparativamente o quantitativo categorizável desses seis partidos se apresentam abaixo do esperado. Em outro estudo, de Bolognesi e Babireski (2018), utilizando o recorte de partidos de direita, as duas menores taxas de trechos codificados foram do PP com 86,75% e 87,41% do Partido da República (PR). Os oito partidos aqui selecionados, com exceção do PMB, são econômicos em suas posições. O PMB, por seu turno, é um partido com dez anos de vida, o que não o faz exatamente um novato. Por outro lado, nestes dez anos, o partido serviu apenas como esteira para deputados personalistas e a pauta que pretende defender esteve mais ligada a partidos da esquerda e centro-esquerda, como PT, Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e, mais recentemente, ao PDT.

Os partidos que apresentaram as maiores taxas de não resposta no *survey* com cientistas políticos, também são partidos que, nos seus manifestos partidários, a ausência de conteúdo programático é alta, o que é considerado um comportamento característico de partidos fisiológicos. Não é apenas a dinâmica do sistema partidário que leva à polarização mais intensa em relação aos partidos em geral, mas também o fato de que estes partidos em específico possuem menor quantidade informacional para que possamos identificar suas posições.

Considerações para pesquisas futuras

Retomamos o ponto de que alguma medida é melhor do que nenhuma. É importante reforçarmos este ponto na medida em que os pequenos partidos ganham espaço no cenário político nacional – ocupando inclusive a presidência e a vice-presidência da República – e não podem ser sistematicamente ignorados pela Ciência Política. É a política que costuma agendar os temas de estudo da academia e não o inverso.

Em segundo lugar, precisamos lembrar que *expert surveys* devem ser tratados como aquilo que são e não como uma representação fiel das posições partidárias ou da competição entre legendas. Dito isso, a primeira vantagem em usar esse tipo de procedimento é poder conceder legitimidade à pesquisa; afinal, especialistas tendem a ser mais bem informados e a possuírem, entre seus interesses, proximidade com a literatura sobre partidos políticos. A segunda vantagem é o presenteísmo da avaliação, já

que os *experts* tendem a avaliar a situação atual dos partidos e não o que estes fizeram no passado. Por fim, tratar com cientistas políticos confere precisão e rapidez na classificação, o que torna a pesquisa comparável ao longo do tempo sem que precisemos nos preocupar com idiosincrasias na compreensão de perguntas, escalas, mensurações ou atalhos para aumentar o entendimento do questionário. Apesar destas vantagens, especialistas baseiam suas avaliações nas mesmas fontes que devemos olhar de forma complementar para entender o posicionamento de atores políticos, como: a atuação das elites, as políticas públicas, os manifestos, o comportamento legislativo e a atuação eleitoral.

Nesse sentido, a tentativa de realizarmos dois testes de validade de nossos resultados mostrou que há um descompasso entre aquilo que os partidos políticos defendem e a percepção que se têm deles por parte dos cientistas políticos. A congruência ideológica nesse sentido é baixa. O que confirma a hipótese de que os partidos políticos oferecem elementos de baixa qualidade para que possamos classificá-los. Em relação à validade entre *expert surveys*, seria preciso examinar se partidos que oferecem maiores condições de mensuração (programas e manifestos mais claros, por exemplo) aumentam a correlação entre nossa classificação e anteriores. Apesar de reconhecermos o ponto de Mair (2001) sobre a relação entre fragmentação e polarização, alguns partidos, como REDE e PV, demonstram consistência.

Ainda que não se trate de um estudo definitivo, a comparação de diferentes fontes traz elementos para pensarmos quais seriam as melhores alternativas em nossas pesquisas e escolhermos estratégias mais precisas para analisarmos o sistema partidário brasileiro. Embora parcial e limitada, nossa contribuição espera colaborar com o debate sobre diferentes estratégias para a análise de um quadro de agremiações cada vez mais confuso e que frequentemente exige a combinação de métodos para seu entendimento.

Referências

ANDEWEG, R. B. Approaching perfect policy congruence: measurement, development, and relevance for political representation. *In*: ROSEMA, M.; DENTERS, B.; AARTS, K. (Ed.). **How democracie works**. Political representation and policy congruence in modern societies. Essays in honour of Jacques Thomassen. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2011. p. 39-52

BABIRESKI, F. As diferenças entre a direita do Brasil, Chile e Uruguai: análise dos programas e manifestos partidários. **Paraná Eleitoral**, v. 3, n. 1, p. 171-198, 2014a.

BABIRESKI, F. **A direita no Brasil, Chile e Uruguai**: estudo dos programas e manifestos partidários. Orientadora: Luciana Fernandes Veiga. 2014. 114 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014b.

BAKER, A.; AMES, B.; SOKHEY, A. E.; RENNO, L. R. The dynamics of partisan identification when party brands change: the case of the Workers Party in Brazil. **ECPR Joint sessions**, v. 78, n. 1, p. 197-2013, jan. 2016.

BALMAS, M.; RAHAT, G.; SHEAFER, T.; SHENAHV, S. Two routes to personalized politics: Centralized and decentralized personalization. **Party Politics**, v. 20, n. 1, p. 37-51, 2012.

BARBOSA, T. A. L.; SCHAEFER, B. M.; RIBAS, V. de L. Novos competidores no Brasil? Candidatos e eleitos pela REDE, PMB e NOVO. **Newsletter**. Observatório de elites políticas e sociais do Brasil, Curitiba, v. 4, n. 3, p. 1-17, 2017.

BERLATTO, F.; CODATO, A.; BOLOGNESI, B. Da polícia à política: explicando o perfil dos candidatos das forças repressivas de Estado à Câmara dos Deputados. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 21, p. 77-120, 2016.

BOLOGNESI, B. Dentro do Estado, longe da sociedade: a distribuição do Fundo Partidário em 2016'. **Newsletter**. Observatório de elites políticas e sociais do Brasil, v. 3, n. 11, p. 1-15, 2016.

BOLOGNESI, B.; BABIRESKI, F. Posicionamentos ideológicos dos partidos políticos de direita no Brasil. In: PECCININ, L. E. (Org.). **Direito Partidário**. Belo Horizonte: Fórum, 2018. p. 89-105.

BRAGA, M. do S. S. O processo político-partidário brasileiro e as eleições de 2006. **Política & Sociedade**, v. 6, n. 10, p. 53-90, 2007.

BRASIL. Senado Federal. **Partidos políticos brasileiros**: Programas e diretrizes doutrinárias. Brasília: Senado Federal, 2014.

Brasileira, P. da M. (2018) Programa do partido, PMB. Disponível em <http://www.pmb.org.br/o-programa-do-pmb/> Acesso em: 01 out. 2018.

Brasileiro, M. D. (2018) Programa partidário, MDB. Disponível em: <https://www.mdb.org.br/conheca/programa-partidario/> Acesso em: 01 out. 2018.

Brasileiro, P. R. T. (2018) Programa, PRTB. Disponível em: <http://prt.org.br/2016/10/30/programa/> Acesso em: 01 out. 2018.

CARREIRÃO, Y. DE S. Ideologia e partidos políticos: um estudo sobre coligações em Santa Catarina. **Opinião Pública**, v. 12, n. 1, p. 136-163, 2006.

CARREIRÃO, Y. DE S. Representação política como congruência entre as preferências dos cidadãos e as políticas públicas. **Opinião Pública**, v. 21, n. 2, p. 393-429, 2015.

CONVERSE, P. E.; PIERCE, R. **Political representation in France**. Cambridge: Harvard University Press, 1986.

COPPEDGE, M. **A Classification of Latin American Political Parties, Working Paper**. 244. EUA: The Helen Kellogg Institute for International Studies, 1997.

DALTON, R. J.; MCALLISTER, I. **Continuity and Change in the Left-Right Positions of Political Parties**. 2014. Disponível em: <https://openresearch-repository.anu.edu.au/bitstream/1885/14336/2/Dalton%20and%20McAllister%20Continuity%20and%20Change%202015.pdf>. Acesso em: 10 set. 2019.

DANTAS, H.; PRAÇA, S. Pequenos partidos no Brasil: uma análise do posicionamento ideológico com base nas coligações municipais de 2000 a 2008'. In: KRAUSE, S.; DANTAS, H.; MIGUEL, L. (Ed.). **Coligações partidárias na nova democracia brasileira: perfis e tendências**. Rio de Janeiro; São Paulo: Konrad-Adenauer-Stiftung; Ed. Enesp, 2010. p. 99-133.

DESPOSATO, S. W. Parties for Rent? Ambition, Ideology, and Party Switching in Brazil's Chamber of Deputies. **American Journal of Political Science**, v. 50, n. 1, p. 62-80, 2006.

DIAS, M. R.; MENEZES, D. B.; FERREIRA, G. da C. "A quem serve o Graal?". Um estudo sobre a classificação ideológica dos partidos políticos através de seus projetos de lei. **Civitas**, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 209-235, maio/ago. 2012.

DOWNS, A. **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo: Edusp, 1999.

DUVERGER, M. **Les partis politiques**. Paris: Armand Colin, 1951.

ENNSER, L. The homogeneity of West European party families: the radical right in comparative perspective. **Party Politics**, v. 18, n. 2, p. 151-157, 2010a.

EPSTEIN, D. J. Clientelism Versus Ideology: Problems of Party Development in Brazil. **Party Politics**, v. 15, p. 335-355, 2009.

FIGUEIREDO, A.; LIMONGI, F. **Política orçamentária no presidencialismo de coalizão**. Rio de Janeiro; São Paulo: Editora FGV; Fundação Konrad-Adenauer, 2008.

FINK, A. **The Survey Handbook**. Thousand Oaks: Sage Publications, 2003.

FRANZMANN, S.; KAISER, A. Locating Political Parties in Policy Space: A Reanalysis of Party Manifesto Data. **Party Politics**, v. 12, n. 2, p. 163-188, 2006.

GALLAGHER, M. Election indices dataset. *Comparative Political Studies*, 2015. Acesso em: 30 jan. 2019.

GIMENES, É. R.; BORBA, J. **Poder legislativo e cultura política**. Valores, atitudes, trajetória e comportamento político dos vereadores e vereadoras do Estado de Santa Catarina. Curitiba: CPOP, 2017.

HARMEL, R. Party organizational change: competing explanations?. *In*: LUTHER, K. R.; MÜLLER-ROMMEL, F. (Ed.). *Political parties in the New Europe: political and analytical challenges*. Oxford: Oxford University Press, 2002. p. 391.

JOHNSTON, R. Survey Methodology. *In*: BOX-STEFFENSMEIER, J. M.; COLLIER, D.; BRADY, H. E. **The Oxford Handbook of Political Methodology**. Oxford: Oxford University Press, 2009. p. 384-403.

KINZO, M. D. A. **Os partidos no eleitorado**: percepções públicas e laços partidários no Brasil, 20. 2005.

KLIGEMANN, H.; VOLKENS, A.; BARA, J.; BUDGE, I.; MCDONALD, M. D. **Mapping policy preferences II**: Estimates for parties, electors, and governments in Eastern Europe, European Union and OECD 1990-2003. Oxford: Oxford University Press, 2006.

LAYER, M. **Estimating the Policy Positions of Political Actors**. London: Routledge, 2001a.

LAYER, M. Why should we estimate the policy positions of political actors? *In*: LAYER, M. **Estimating the policy positions of political actors**. New York: Routledge, 2001b. p. 3-9.

LAYER, M.; SCHOFIELD, N. **Multiparty government**: the politics of coalition in Europe. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1998.

MADEIRA, R. M.; TAROUÇO, G. da S. Esquerda e direita no Brasil: uma análise conceitual. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 8, n. 15, p. 1-25, 2011.

MAINWARING, S.; MENEGUELLO, R.; POWER, T. **Partidos conservadores no Brasil contemporâneo**: quais são, o que defendem, quais são suas bases. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MAIR, P. Searching for the positions of political actors: a review of approaches and an evaluation of expert surveys in particular. **ECPR Joint Sessions**, mar. 1999. Disponível em: https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Fmn4_2Nk8XIJ:https://ecpr.eu/Filestore/PaperProposal/fb463aa5-49d2-4ba6-8b88-aecca865ac475.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acesso em: 10 set. 2019.

MAIR, P. Searching for the positions of political actors: a review of approaches and a critical evaluation of expert surveys. *In*: LAYER, M. (Org.). **Estimating the policy positions of political actors**. New York: Routledge, 2001. p. 10-30.

MAIR, P.; MUDDE, C. The Party Family and its study. **Annual Review of Political Science**, p. 211-228, jan. 1998.

MANIFESTO PROJECT (MAPOR). 2019 Disponível em: <https://manifesto-project.wzb.eu>. Acesso em: 30 jan. 2019.

MELO, C. R. Avaliando vínculos entre partidos e deputados nas Assembleias Legislativas brasileiras. **Opinião Pública**, v. 21, n. 2, p. 365-392, 2015.

OTERO FELIPE, P.; ZEPEDA, J. A. R. Measuring political representation in Latin America: a study of the ideological congruence between parties and voters. **American Political Science Association**, Washington, p. 1-39, 2010.

Partido Humanista da Solidariedade. **Doutrina partidária**, PHS. Disponível em: <http://phs.org.br/institucional/doutrina-partidaria/> Acesso em: 01 out. 2018.

PEREIRA, C.; MUELLER, B. Partidos fracos na arena eleitoral e partidos fortes na arena legislativa: a conexão eleitoral no Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 4, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/dados/v46n4/a04v46n4.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2012.

PIERUCCI, A. F. As bases da nova direita. **Novos Estudos Cebrap**, v. 19, p. 26-45, 1987.

PIQUET, G.; MOISÉS, J. Á. Sobre o enraizamento dos partidos políticos na sociedade brasileira, Interesse Nacional. 2015. Disponível em: <http://interessenacional.com.br/2015/01/08/sobre-o-enraizamento-dos-partidos-politicos-na-sociedade-brasileira/>. Acesso em: 30 ago. 2012.

POWER, T. J.; ZUCCO JR., C. Estimating Ideology of Brazilian Legislative Parties, 1990–2005. **Latin American Research Review**, v. 44, n. 1, p. 218-246, 2009.

RIBEIRO, E.; BOLOGNESI, B. Ideologia e representação: valores e atitudes dos legisladores municipais. In: GIMENES, É. R.; BORBA, J. (Ed.). **Poder legislativo e cultura política**. Valores, atitudes, trajetória e comportamento políticos dos vereadores e vereadoras do Estado de Santa Catarina. Curitiba: CPOP, 2017. p. 131-181.

RIBEIRO, P. F. Em nome da coesão: parlamentares e comissionados nas executivas nacionais dos partidos brasileiros. **Revista de Sociologia e Política**, v. 22, n. 52, p. 121-158, 2014.

RODRIGUES, L. M. Partidos, ideologia e composição social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 48, 2002a.

RODRIGUES, L. M. **Partidos, ideologia e composição social**: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados. São Paulo: Edusp, 2002b.

SAMUELS, D. J. Incentives to Cultivate a Party Vote in Candidate-centric Electoral Systems: Evidence from Brazil. **Comparative Political Studies**, v. 32, n. 4, p. 487-518, 2019.

SARTORI, G. **Partidos y sistemas de partidos**. Madrid: Alianza Editorial, 1980.

SARTORI, G. Comparación y método comparativo. In: SARTORI, G.; MORLINO, L. (Ed.). **La Comparación en las Ciencias Sociales**. Madrid: Alianza Editorial, 1994. p. 29-50.

SCHEEFFER, F. **Ideologia e comportamento parlamentar na Câmara dos Deputados**: faz sentido ainda falar em esquerda e direita? Orientador: Yan de Souza Carreirão. 2016. 291 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

Sustentabilidade, R. (2018) **Manifesto**, REDE. Disponível em: Acesso em: 01 out. 2018.

TAROUCO, G. D. S. **Os Partidos e a Constituição: ênfases programáticas e propostas de emenda.** Orientador: Jairo Nicolau. 2007. 161 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

TAROUCO, G. D. S.; MADEIRA, R. M. Esquerda e direita no sistema partidário brasileiro: análise de conteúdo de documentos programáticos. **Revista Debates**, v. 7, n. 2, p. 93-114, 2013a.

TAROUCO, G. DA S.; MADEIRA, R. M. Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 21, n. 45, p. 149-165, 2013b.

TAROUCO, G. DA S.; MADEIRA, R. M. Os partidos brasileiros segundo seus estudiosos. Análise de um expert survey. **Civitas**, v. 15, n. 1, p. 24-39, 2015.

VERDE, P. **Programa do partido**, PV, 2018. Disponível em: http://pv.org.br/wp-content/uploads/2016/06/programa_web.pdf Acesso em: 01 out. 2018.

WIESEHOMEIER, N.; BENOIT, K. **Parties and Presidents in Latin America: Data from Expert Surveys in 18 Latin American Countries, 2006-2007.** Konstanz; Dublin: University of Konstanz; Trinity College Dublin, 2007.

ZUCCO JR., C. Ideology or What? Legislative Behavior in Multiparty Presidential. **The Journal of Politics**, v. 71, n. 3, p. 1076-1092, jul. 2009.

ZUCCO JR., C. Esquerda, direita e governo: a ideologia dos partidos políticos brasileiros. *In: POWER, T. J.; ZUCCO JR., C. (Ed.). O Congresso por ele mesmo: autopercepções da classe política brasileira.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 37-60.

Knowing the void: ideological congruence and political parties in Brazil

Abstract

Brazilian political parties are periodically reclassified regarding their ideological colours in order to depict changes and trends. However, most scholars only use the major parties instead of entire party system. This choice hinders Brazil's political representation understanding, insofar as party fragmentation gets higher and small parties became relevant actors making themselves into major parties' position. Thus, our aim is to validate the ideological measure of a set of political parties usually ignored by literature. Therefore, we chose eight less graded political parties on left-right axis. Left-right classification was made through a web-based survey within Brazilianist and Brazilian political science community. In order to validate, we associate the output from experts' survey with previous classifications and with parties' manifestos. Our hypothesis states lack of grading is due to low programmatic levels in these eight parties and latent ideological positions of them, instead of salient. Results points out to an agreement with main hypothesis, even if contextual and systemic issues may hamper the scientific corpus capacity to ideologically rank our political parties.

Keywords: Political parties. Party ideology. Ideological congruence. Party manifestos.

Recebido em 03/02/2019

Aprovado em 20/05/2019

Partidos políticos importam na definição de carreiras políticas no Brasil?

Vitor Eduardo Veras de Sandes-Freitas¹

Diarlison Lucas Silva da Costa²

Resumo

Este artigo tem como objetivo verificar se os partidos políticos são importantes na definição da escolha de carreira política dos deputados federais brasileiros. Para tanto, este trabalho parte das contribuições sobre carreira política que têm demonstrado que o principal padrão de carreira apresentado pelos deputados federais é o estático, ou seja, a busca por reeleição (PEREIRA; RENNÓ, 2013). A explicação apontada é a de que essa escolha é a mais segura eleitoralmente, independentemente dos partidos aos quais eles são filiados. Entretanto, outros autores têm chamado a atenção para a necessidade de se verificar a importância de fatores que diferenciem os deputados para uma análise mais desagregada das carreiras políticas como a participação na coalizão de governo ou nos grupos de oposição (BORGES; SANCHES FILHO, 2016), assim como as diferenças apresentadas dentro dos distritos (COSTA, 2018; CORRÊA, 2016). Além disso, a variável partidária pode ser um fator importante para a definição das carreiras, devido às diferenças ideológicas dos partidos (MARENCO; SERNA, 2007) e aos interesses estratégicos dos partidos nas disputas para Prefeito nas grandes cidades (GRAÇA; SOUZA, 2014). Assim, este artigo visa a testar se a variável partidária importa para a escolha de carreira de deputados federais, assim com as demais variáveis retratadas pela literatura. Os resultados encontrados mostram que os deputados de partidos de esquerda e da coalizão de governo têm maior probabilidade de concorrer à reeleição e a prefeituras do que os de direita e de centro.

Palavras-chave: Carreiras políticas. Partidos políticos. Deputados federais.

1 Professor Adjunto de Ciência Política – Universidade Federal do Piauí (UFPI). Coordenador do Grupo de Pesquisa sobre Partidos Políticos (GEPOL-UFPI). E-mail: vitorsandes@ufpi.edu.br

2 Atualmente, cursa doutorado em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail: diarlison.lucas2@gmail.com



Direito autoral e licença de uso: Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra, forneça um link para a licença, e indicar se foram feitas alterações.

Introdução

O debate sobre a construção de carreiras políticas no Brasil tem enfatizado, em grande medida, a relação entre as regras eleitorais e as escolhas dos políticos. No que se refere aos deputados federais, o argumento principal é o de que o legislativo brasileiro não apresenta um nível significativo de institucionalização e conseqüentemente de profissionalização da carreira legislativa; por este motivo, não há interesse dos deputados em nutrir o desejo pela permanência neste cargo (SAMUELS, 2003, 2011). Os estudos que desenvolvem este argumento levam em consideração a ambição individual dos deputados e não focam sua atenção na relação que eles mantêm com seus partidos nem em como a sua afiliação partidária pode afetar sobre suas decisões de carreira.

Um problema de pesquisa comum que permeia grande parte dos estudos sobre carreiras políticas se refere à explicação da direção que os políticos escolhem seguir ao concluírem seus mandatos, se pretendem avançar a cargos mais atrativos, buscar estender o atual mandato ou disputar cargos mais baixos. Grande parte das explicações para esses tipos de decisões toma como ponto de partida a ambição individual dos políticos observada como fenômeno determinado, primordialmente, pelo seu desejo de sobreviver politicamente (PEREIRA; RENNÓ, 2013; LEONI; PEREIRA; RENNÓ, 2015).

A ideia comum que transita nesses trabalhos é a de que, uma vez eleito, um político trabalhará com o intuito de buscar meios para a manutenção de sua carreira política, seja tentando permanecer em seu atual cargo, seja buscando outros cargos que permitam sua sobrevivência política ou ascensão na carreira. A segunda ideia é que, se for oferecido um cargo mais atrativo a um político sem que haja custos envolvidos na disputa, este certamente o aceitará (ROHDE, 1979; KIEWIET; ZENG, 1993). Ou seja, as atividades exercidas pelos políticos são função de sua ambição política, por exemplo, um deputado com a intenção de concorrer ao Senado tenderia a ampliar a atuação legislativa, tentaria angariar mais recursos para suas bases, e investiria na imagem pessoal frente ao seu eleitorado. De outro lado, um deputado mais vulnerável, por exemplo, um que estivesse envolvido em um escândalo de corrupção, que não enxergasse a possibilidade

de concorrer a cargos mais competitivos, tenderia a buscar a sobrevivência, ou permanecendo no mesmo cargo ou se candidatando a um cargo menos atrativo, como o de deputado estadual. Entretanto, não é possível afirmar que a vontade individual *per se* é o único motivo para as decisões dos políticos ao decidirem concorrer novamente (COSTA, 2018).

A teoria da ambição política apresenta um modelo formal importante para pesquisas sobre carreira política ao tipificar as escolhas de cargos por “ambições”, e pela teorização do cálculo de utilidade realizado pelos políticos (SCHLESINGER, 1966; BLACK, 1972; ROHDE, 1979; ABRAMSON; ALDRICH; ROHDE, 1987). Entretanto, mapear as ambições individuais e os fatores que as condicionam é uma tarefa que acarreta muitas dificuldades; e, para contornar esse problema, grande parte dos pesquisadores tenta encontrar fatores que tenham relação com as escolhas feitas sobre os cargos que os políticos buscam ao final de seus mandatos (COSTA, 2018). Captar as ambições é um empreendimento muito difícil por se tratar de um aspecto subjetivo e não mensurável.

Para encontrar explicações sobre as escolhas de carreiras, os estudos enfatizam o comportamento dos políticos em duas arenas principais: na arena eleitoral e na arena de atuação no Estado, seja no Executivo ou no Legislativo. No que se refere aos deputados, federais ou estaduais, é comum a ideia de que a atuação legislativa, seja na proposição de leis, relatoria de projetos, ou *trade for pork*, está relacionada com os prospectos de carreira de cada político (SAMUELS, 2000; 2003; PEREIRA; RENNÓ, 2013; LEONI; PEREIRA; RENNÓ, 2015). Outra forma comum de se analisar as escolhas de carreira dos deputados é observar sua atuação eleitoral dentro do distrito, seja pela busca de ampliação de sua base eleitoral, ou através de *credit claiming* por políticas defendidas ou pelos *porks* (na forma de emendas orçamentárias) direcionados a uma circunscrição territorial.

Os estudos sobre esse tema no Brasil seguem a perspectiva da construção de campanhas personalizadas. Carey e Shugart (1995) observaram que as regras do sistema eleitoral brasileiro influenciam nos tipos de campanha que os deputados realizam; ou seja, nas eleições proporcionais, as campanhas são focadas na imagem dos candidatos e não na dos seus partidos. Esse fato seria explicado pela possibilidade de atuação de muitos partidos

em distritos de grandes proporções, com alta magnitude, e sob um sistema de lista aberta, fatores que, quando combinados, engendrariam um alto nível de competitividade dentro e fora da lista do partido ou da coligação. Dessa forma, as campanhas eleitorais dependeriam quase inteiramente da figura do candidato e do seu potencial de agregar votos.

De maneira diversa ao que acontece em sistemas de lista fechada, em que os candidatos são selecionados para a formação da lista e todos os votos são recebidos pelo partido, no sistema de lista aberta os candidatos não figuram em uma lista fixa, eles são selecionados e disputam as cadeiras com todos os demais candidatos no distrito, e contra os seus colegas de chapa. Esse fato leva ao aumento da competição, pois o candidato precisa se sobressair a todos os outros (CAREY; SHUGART, 1995). Contudo, essa perspectiva observa os efeitos do sistema eleitoral como formatador do comportamento eleitoral e considera constantes as características dos partidos. Por esse caminho, a explicação do comportamento dos candidatos desvia o ângulo de observação de fatores que não as regras do sistema eleitoral como as características das unidades subnacionais e dos partidos políticos (SAMUELS, 1997).

Dessa forma, em um cenário político regido pelo sistema de lista aberta que favorece a campanha centrada no candidato, seria de se esperar que os cálculos feitos por ele levassem em consideração sua performance e o seu histórico eleitoral. Ou seja, a escolha de carreira seria uma função da ponderação de fatores, por exemplo: a votação já obtida, o seu potencial em arrecadar financiamento para a campanha, já ter ocupado um alto cargo anteriormente, ser incumbente, o tipo de votação obtida, se esta é concentrada ou dispersa, entre outros (PEREIRA; RENNÓ, 2013; COSTA, 2018).

Seguindo essa perspectiva, muitos estudos sobre carreiras políticas desenvolvidos no Brasil observaram o potencial eleitoral dos candidatos como os fatores determinantes de suas escolhas de carreira (PEREIRA; RENNÓ, 2013). Apesar de essas abordagens sobre as performances individuais terem apresentado importantes resultados para o entendimento dos comportamentos dos políticos e de suas carreiras, ainda restam questões sobre como essas variáveis são influenciadas por fatores externos aos indivíduos

como as características contextuais e institucionais distintivas de seus distritos, e pela sua afiliação a partidos de tamanhos e ideologias diferentes (BOTERO; RENNÓ, 2007).

Apesar das variáveis referentes aos candidatos, como sua capacidade de agregação de votos, serem primordiais para a sua escolha de carreira, elas não explicam por inteiro as trajetórias por eles seguidas. É necessário observar como os interesses dos partidos políticos convergem com os interesses de carreira dos candidatos. Os diferentes partidos apresentam interesses e características específicas que possibilitam aos atores individuais oportunidades diferentes. Dependendo do acesso a recursos que uma agremiação partidária dispõe, de sua posição em relação ao governo e sua definição ideológica, a formação da lista pode variar para atender a interesses coletivos diversificados. Os políticos apresentam seus anseios sobre a disputa eleitoral, mas são os líderes partidários os responsáveis pela designação da lista, que será definida de acordo com o contexto da competição e de acordo com o potencial eleitoral de cada candidato.

Nesse sentido, o objetivo do artigo é verificar se os partidos políticos são importantes na definição da escolha de carreira política dos deputados federais brasileiros, no período de 2006 a 2014. Para tanto, o artigo foi estruturado em três seções, além desta introdução e da conclusão. Na primeira seção, é apresentada a literatura sobre carreira política no Brasil, com foco nos deputados federais, trazendo contribuições sobre como os partidos políticos podem afetar a construção de diferentes padrões de carreira entre os parlamentares brasileiros. Na segunda, apresentam-se as escolhas metodológicas para a realização dos testes propostos para este artigo. Por fim, a última seção apresenta os resultados dos testes estatísticos e a discussão desses resultados.

Carreiras políticas e estrutura de oportunidades

Uma das formas de controle partidário sobre as candidaturas está na avaliação do potencial dos candidatos para a formação das listas. O sistema eleitoral permite que os partidos apresentem até uma vez e meia a quantidade de cadeiras disponíveis no distrito; em caso de coligação, podem apresentar até o dobro de candidatos, mas esse número varia de acordo

com a quantidade de cadeiras que o distrito disponha. Segundo Braga e Amaral (2013), apesar de os partidos terem a possibilidade de apresentar o total de candidatos permitidos, são poucos os que o fazem, pois preferem lançar candidaturas estratégicas capazes de concentrarem votos e se alçarem ao topo da lista, como o caso dos “puxadores de votos”, o que garante um relativo controle dos líderes partidários sobre a seleção para o alcance de objetivos específicos.

Além do lançamento estratégico de candidatos, os partidos também se valem de distribuição diversificada socialmente de candidaturas no interior da lista como forma de reduzir a competição intralista e atingir diversos tipos de composições sociais do eleitorado (BRAGA; AMARAL, 2013). A literatura já demonstra que os partidos têm controle sobre a formação geral da lista de candidatos, mas não se sabe ao certo em que medida os políticos já eleitos são selecionados para disputar os cargos disponíveis no período eleitoral. Dessa forma, surge o seguinte problema: é possível afirmar que os partidos tenham algum controle relativo sobre as decisões de carreira dos deputados federais incumbentes? Qual o papel dos incumbentes na formação da lista partidária?

Samuels (2003) observou que a influência da estrutura partidária sobre os incumbentes é mínima e que o contexto institucional presente no Brasil é marcado pelo alto nível de personalização das campanhas nas eleições proporcionais. Portanto, a busca do voto pessoal seria um dos fatores mais pungentes que caracterizariam o momento da escolha dos deputados que apresentariam constante ambição progressiva, e atuariam no Congresso na medida de suas ambições.

Um dos resultados aos quais chegou Samuels (2003), é que o cargo legislativo é pouco profissionalizado no Brasil, e a explicação para esse fato está na conformação institucional dada pela Constituição de 1988 que garante ao presidente grande poder de agenda e aos líderes partidários, no Congresso, grande poder de controle sobre suas bancadas. A pouca possibilidade de autonomia na atuação legislativa, principalmente no sistema de comissões, diminuiria o desejo pela construção de carreiras legislativas longevas, e, por conseguinte, a um diminuto intuito em fortalecer a Instituição. As eleições em grandes distritos com magnitudes variáveis tam-

bém são um fator que dificultaria a consolidação de carreiras legislativas na Câmara por dificultar, em grande medida, a reeleição. Portanto, os políticos, ao analisarem um contexto muito arriscado e competitivo para um cargo com baixo nível de profissionalização, tenderiam a alimentar o desejo por cargos executivos no nível subnacional, pois esses cargos proveem maiores recursos que podem ser utilizados em disputas futuras, para si e para seus partidos.

Embora a explicação de Samuels (2000) para o alto nível de renovação dos quadros da Câmara dos Deputados ter como um dos principais elementos a propensão de os políticos buscarem cargos mais atrativos, um fenômeno ainda chama a atenção: em média 74% dos deputados federais concorrem à reeleição; destes, cerca de dois terços apenas conseguem se reeleger. Embora o percentual de reeleição não seja tão alto, a quantidade dos que se reapresentam ainda é alta. Segundo Pereira e Rennó (2013), apesar de o cargo de deputado federal não ter alto nível de profissionalização, a explicação para o alto percentual de tentativa de reeleição seria porque essa é a alternativa mais segura para os deputados. Ao avaliarem sua situação e projetarem potencial de alcance de cargos mais altos, a maioria dos deputados tenderia a se reapresentar para o mesmo posto como forma de sobreviver politicamente.

Leoni, Pereira e Rennó (2015) afirmam que os partidos têm pouca influência sobre as decisões de carreiras individuais, porque o processo de formação da lista se dá dentro dos partidos estaduais descentralizados e não em uma estrutura partidária nacional centralizada. Cada candidato teria, assim, de buscar alianças estaduais ou municipais para garantir sua eleição e centralizar em si o alvo dos votos. Isso não só dificultaria o controle partidário nacional sobre as candidaturas dos incumbentes como também faria com que estes priorizassem o atendimento de clientelas como forma de nutrir sua carreira posterior.

Embora a literatura considere que os partidos escolhem os deputados possuidores de maior potencial eleitoral para as disputas mais concorridas (BRAGA, AMARAL 2013), ainda restam questões sobre os padrões de competição entre os deputados, e sobre como partidos diferentes podem moldar padrões de carreira divergentes em seus afiliados. Por este motivo,

o objetivo deste trabalho é verificar se é possível constatar variações nas escolhas de carreiras dos deputados federais brasileiros no que se refere à sua alocação em partidos com diferentes posições ideológicas e com diferentes tamanhos e formas de organização.

Nesse trabalho advogamos que, para se entender com relativa profundidade as escolhas dos deputados, é necessário um maior entendimento sobre os fatores externos que influenciam nessas decisões. A estrutura de carreiras, o sistema partidário e as características dos distritos necessitam ser analisadas para a concretização desse objetivo. Por conseguinte, enfatizamos, neste estudo, como os partidos influenciam nas decisões de carreiras dos deputados federais brasileiros.

Em primeiro lugar, a estrutura de oportunidades institucionais no Brasil proporciona uma grande possibilidade de cargos e direções de carreira para os políticos (BORCHERT, 2009, 2011). No período das eleições gerais, os deputados federais podem optar por diversos cargos; mas, a escolha depende de sua inclinação pessoal, dos seus atributos políticos, e a sua capacidade de congregar votos é um dos principais fatores que explicam escolha de sua posição na lista do partido.

Essa estrutura complexa de oportunidades engendra também uma grande dificuldade em mapear os padrões de carreira no Brasil por permitir muitos movimentos em diversas direções. Essa idiosincrasia do sistema eleitoral brasileiro levou Borchert (2011) a denominar a estrutura de carreiras no país de “integrada”. Essa tipologia se refere à estrutura desenvolvida pelos diversos movimentos de carreira dos políticos que não é conformada em padrões imediatamente identificáveis, nem com uma direção unilinear.

Segundo Borchert (2009, 2011), as estruturas de carreiras em países com sistema federativo são caracterizadas pela sua possibilidade de movimentação entre os níveis nacional e subnacional, e podem apresentar um padrão de ascensão do local ao nacional ou por movimentos variados entre essas esferas. No Brasil, essa estrutura é caracterizada pela escolha de direções opostas. Não há uma ascendência estrita do nível local para o nacional como há em outros países. Esse fato é explicado pela alta atratividade dos cargos executivos e pela baixa profissionalização dos cargos legislativos (deputado Federal e Estadual – o cargo de senador é caracterizado como

cargo mais alto e mais atrativo), que tem como consequência alto percentual de tentativa de retorno dos deputados federais às bases estaduais para manutenção da vida política. Assim sendo, o tipo integrado é caracterizado pela falta de fronteiras bem delimitadas entre os níveis de governo, com uma hierarquia de cargos é praticamente inexistente e, por permitir muitas direções de carreira, admite grandes chances de um político permanecer no jogo político.

O cargo de deputado federal, como um cargo no nível nacional, ainda apresenta grande atratividade pelo nível de visibilidade que pode oferecer quando comparado a outros cargos como o deputado estadual e vereador. Entretanto, como observou Samuels (2003), esse cargo ainda tem o potencial de ser um trampolim para outros, principalmente para prefeituras. É um cargo importante tanto para o político quanto para o partido, pois possibilita o acesso a muitos recursos, como acesso a repasses do governo federal, e a execução de emendas orçamentárias (a execução de emendas não é realizada pelos parlamentares que a conseguem, mas pelo chefe do executivo para onde elas são destinadas).

Essa característica da Câmara como uma “casa de passagem” pode ser constatada pelo baixo percentual de mandatos consecutivos que os deputados detêm. A média de mandatos exercidos pelos deputados federais na nossa amostra³ é de 2,45, ou seja, a maioria dos deputados não tenta construir carreiras duradouras no Legislativo. Uma explicação para isso é que muitos desses deputados buscam candidatar-se a outros cargos, e outros ocupam o mandato apenas como forma de se manterem no jogo político e retornarem a disputar os cargos antes ocupados, como é o caso de prefeitos que concluem o limite de dois mandatos, tentam a disputa para a Câmara e, dois anos depois, tornam a disputar a prefeitura antes ocupada.

No que se refere ao sistema partidário, o diagnóstico comum é que os partidos brasileiros se constituem de organizações com estruturas nacionais fracas; por esse motivo, o processo de formação das listas acontece no nível subnacional. Dessa forma, as lideranças partidárias estaduais deteriam

3 Nossa amostra é composta por 1463 deputados federais titulares dos partidos PT, PSB, PMDB, PSDB, DEM e PP, entre 2002 e 2014.

maior poder sobre as candidaturas. Esse fato levaria à emergência de bancadas heterogêneas na Câmara dos Deputados (MAINWARING, 1991). Contudo, apesar de o processo de seleção acontecer no nível estadual, os partidos ainda teriam problemas em controlar as candidaturas dado o perfil de campanha engendrado pelo sistema eleitoral (SAMUELS, 2008).

A disposição dos partidos entre situação ou oposição de governo também é um fator que ajuda a explicar diferentes padrões de carreiras no Brasil. De acordo com Borges e Sanches Filho (2016), os deputados federais de partidos que estão na coalizão de governo em nível nacional e estadual apresentam maior probabilidade de concorrer à reeleição, pois detêm maior possibilidade de obter recursos políticos e, assim, maior segurança quanto a concorrer novamente. Por outro lado, os deputados de oposição têm maior probabilidade de concorrer a cargos no executivo, pois não encaram os mesmos riscos que os de situação e não têm níveis altos de disputa interna nos partidos. Fato que pode ser explicado pelo perfil anterior dos candidatos e dos partidos.

Partidos com orientações ideológicas e tamanhos diferentes necessitam conseguir cargos, mas o seu acesso a recursos é variado. Partidos menores não têm o mesmo potencial em lançar candidaturas a disputas majoritárias em grande quantidade e por esse motivo é comum se esperar que integrem coalizões com outros partidos a fim de maximizar seu resultado eleitoral (BORGES; SANCHES FILHO, 2016). Esse e outros fatores podem levar os integrantes desses partidos a apresentarem padrões diversificados de carreira tendo em vista a sua probabilidade de êxito e a determinação dos líderes partidários.

Supomos que, uma vez que partidos pequenos consigam postos legislativos, a sua intenção será maximizar esse ganho e manter seus deputados na disputa à reeleição, e que partidos maiores com acesso a recursos mais robustos tenderão a apresentar candidatos a cargos mais altos, e, ainda, que a orientação ideológica e a disposição dos partidos em relação aos governos também influenciariam as candidaturas a depender do partido que ocupe o cargo no Executivo.

Um dos primeiros pontos a ser destacado é o curto carreirismo legislativo no Brasil. Apesar de termos uma complexa e grande estrutura de

oportunidades, o objetivo de construir carreiras longevas no Legislativo não é o objetivo primeiro dos políticos no país. A explicação para este fato já é apontada pela literatura que relaciona a menor possibilidade de acesso a recursos que os cargos legislativos dispõem em comparação com os cargos executivos (SAMUELS, 2000, 2003). Devido à possibilidade que os deputados têm de concorrer a cargos executivos em meio ao mandato (o cargo de prefeito) sem a necessidade de renunciar ao seu cargo, essa escolha torna-se muito atrativa e de baixo risco aos que tentam (KLANJA; TITIUNIK, 2017; COSTA, 2018). Esse é um passo muito comum tomado por deputados. De fato, 16% dos deputados presentes em nossa amostra decidiram concorrer a prefeituras durante seus mandatos.

A Câmara dos Deputados gera poucos incentivos para que os deputados federais possuam ambição estática, pela forma centralizada como o Legislativo é organizado no Brasil, ou seja, centrado nos líderes partidários (FIGUEIREDO; LIMONGI, 2004). O desenho institucional do Legislativo gera poucos incentivos para que os deputados federais construam carreiras fortes junto às comissões, em razão da centralização dos trabalhos legislativos nos líderes. Assim, uma parte pequena dos deputados federais possui relevância política dentro dos partidos para poder pleitear cargos de maior ambição: Prefeituras, Senado, Governos estaduais e Presidência da República. Deputados federais que possuem “ambição progressiva”, portanto, necessitariam ter as condições para progredir individualmente e, uma delas, seria ter projeção junto ao partido, o que poderia atrair recursos do partido e financiadores para alavancar suas candidaturas a cargos mais altos.

O argumento de Samuels (2000) sobre este ponto é que a alta competitividade geraria incentivos para que deputados federais menos relevantes tentem a reeleição, ou seja, mantendo a ambição estática. No entanto, conforme Leoni, Pereira e Rennó (2015, p. 64), não é possível afirmar que a ambição estática seja desejada apenas por deputados federais menos relevantes. Nas palavras dos autores: “[...] a maioria absoluta dos políticos que detêm uma posição poderosa na Câmara prefere permanecer nessa casa”. Assim, não se pode atribuir somente aos indivíduos a motivação de se optar por uma ambição estática ou progressiva. Os partidos políticos podem ter potencial de atuação no sentido de incentivar a ambição progressiva

(considerando a relevância dos cargos em disputa, como Prefeituras e Governos estaduais) ou a ambição estática (reforçando as bancadas do partido no Legislativo). Se as escolhas de carreira dos deputados federais podem afetar o espaço político ocupado pelos partidos, é possível que elas não sejam escolhas puramente individuais, mas também partidárias.

Sobre isso, Graça e Souza (2014) argumentam que os partidos possuem menor controle sobre as escolhas dos deputados federais que disputam cargos proporcionais. No entanto, isso não se aplicaria às cidades maiores, já que

[...] a decisão sobre a candidatura de um prefeito numa cidade média ou grande é uma escolha importante para o partido, que é tomada algumas vezes, inclusive, pelo diretório nacional. Para o partido, lançar um nome para a prefeitura é uma decisão que depende, entre outras coisas, de negociá-lo com outros partidos quando se participa de uma coligação eleitoral, por exemplo. Por isso, podem existir custos para o partido que permite a um deputado ou outro candidato qualquer se lançar numa disputa em determinada circunstância. Pouco se sabe sobre a estratégia adotada para realizar a escolha dos nomes que disputam as eleições municipais. Parece razoável imaginar que as lideranças escolham os nomes com mais chances de sucesso. (GRAÇA; SOUZA, 2014, p. 343).

Talvez isso não se restrinja somente às grandes cidades, pois cidades médias, por exemplo, podem ter capacidade de arrecadação maiores do que de muitas cidades grandes, tornando-as estratégicas para os partidos. Em suma, um deputado federal pode buscar ser eleito prefeito nos municípios também por incentivo dos partidos, não somente por razões puramente individuais. O custo, em teoria, seria baixo para os políticos, pois não perdem seus mandatos ao concorrerem às eleições municipais, visto que elas ocorrem no meio do mandato. O risco maior pode estar envolvido em deixar de concorrer à reeleição para tentar um cargo maior: Governo do Estado, Senado e Presidência. Nesses casos, é possível que os partidos tenham menor gerência sobre as decisões dos deputados federais, pois envolvem custos muito altos aos políticos, porque a quantidade de vagas em disputa, no caso de ambição progressiva, é muito menor do que de cadeiras para a Câmara dos Deputados. Ainda assim, é relevante testar as diferenças entre os partidos no padrão de escolhas de carreiras de deputados federais (se pela ambição estática ou progressiva), principalmente nas eleições para Prefeito.

Graça e Souza (2014) observam que a opção em concorrer à prefeitura durante o mandato tem efeitos eleitorais positivos no pleito subsequente para aqueles que não logram êxito na campanha. Esse fato pode ser um indicativo de que os candidatos e os partidos usem esse processo como forma de proporcionar a busca por resultados melhores em outro momento, como nas eleições seguintes, pois abriria um leque maior de oportunidades que podem ser pleiteadas por esses indivíduos, como a reeleição ou cargos maiores.

Além do foco na conquista de grandes cargos e na manutenção de outros estratégicos, os partidos políticos também podem interferir, em alguns casos, no sentido de pressionar que um filiado se lance a cargos menores ou mesmo que se aposente, considerando situações em que a escolha pela ambição estática seja danosa ao partido pelo fato de esse candidato ter uma alta chance de derrota eleitoral.

O que podemos afirmar até o momento é que, apesar de ser muito difícil apreender as ambições individuais e seus determinantes, assim como as formas de influência da estrutura partidária sobre os incumbentes em um sistema multipartidário, os interesses individuais e coletivos são intercambiáveis; logo, é necessária uma abordagem que consiga entender, conjuntamente, as motivações individuais e partidárias do processo de construção de carreiras políticas no Brasil.

Para que um partido tenha sucesso em formar uma bancada numerosa e alçar a cargos executivos, ele precisa lançar seus candidatos com maior potencial competitivo em eleições que têm sido muito disputadas. São muitos os partidos e os candidatos que disputam as eleições em seus respectivos distritos eleitorais, no caso brasileiro, nos estados. Esse fato torna o nível de competitividade política um dos principais fatores para que os partidos busquem diferentes formas de formação das listas (COSTA, 2018).

A pressão partidária para que um candidato concorra a um determinado cargo é de difícil mensuração e demandaria um trabalho qualitativo em profundidade. Entretanto, observamos que os partidos possuem interesses específicos com as candidaturas. Sabemos que os partidos de esquerda no Brasil, antes de 2002, lançavam muitos de seus deputados federais bem conhecidos a cargos executivos como forma de ampliar sua capacidade de

votação nos municípios. O caso que mais chama atenção é o do Partido dos Trabalhadores (PT) que, em 1998, lançou 36% de seus deputados incumbentes a cargos mais altos e apenas 56% à reeleição para a Câmara. A partir de 2006, o PT passou a adotar outra estratégia; então, o percentual de seus incumbentes que concorreram à reeleição naquele ano foi de 88% passando a 74% em 2010 e a 76% em 2014.

Sobre essas diferenças entre os partidos, Marengo e Serna (2007), analisando os casos do Brasil, Chile e Uruguai, verificaram que os padrões de carreira dos políticos não são homogêneos, tendo diferenciações entre os partidos, conforme suas vinculações ideológicas. Os autores partem do pressuposto que “[...] o eixo ideológico esquerda/direita é uma dimensão relevante na organização do sistema e dos partidos políticos dos três sistemas multipartidários” (MARENCO; SERNA, 2007, p. 64); por isso, analisar as escolhas de carreira somente a partir das variáveis individuais, a partir de um cálculo de custo-benefício centrado somente em interesses puramente individuais não tem ressonância na realidade política, em que os partidos possuem diferentes padrões de recrutamento político, conforme seu posicionamento ideológico.

Olhando somente para o caso brasileiro, foco deste artigo, as agremiações analisadas pelos autores foram: o Partido Progressista Brasileiro (PPB) – atual Partido Progressista (PP), o Partido da Frente Liberal (PFL) – atual Democratas (DEM), à direita; o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), ao centro; e o Partido dos Trabalhadores (PT), à esquerda. Estes têm sido os principais partidos brasileiros desde a redemocratização, que têm conduzindo governos, participando de coalizões e, conseqüentemente, ocupando importantes postos ministeriais, controlando as maiores bancadas do Congresso, elegendo governadores e prefeitos nas grandes cidades brasileiras.

Marengo e Serna (2007, p. 108) encontraram que os deputados dos partidos conservadores (e, neste caso, eles incluíram o PMDB, além do PFL e do PPB) têm carreiras “[...] apoiadas em estruturas mais flexíveis, partidos do tipo *catch-all* [...] e com trajetórias partidárias iniciadas tardiamente e menos contínuas”; já os políticos de partidos à esquerda (neste

caso, o PT) possuem carreiras baseadas “[...] em longas trajetórias e na fidelidade partidária, apoiada em estruturas do tipo profissional eleitoral”.⁴

As carreiras políticas em partidos de direita seriam projetadas pelo próprio prestígio e recursos individuais que os políticos possuem. Com isso, “[...] detendo recursos próprios – como prestígio, renda e relações estabelecidas pela ocupação profissional, os candidatos não dependem do aval partidário, podendo ignorá-lo com menor risco para o ingresso ou a continuidade em sua carreira” (MARENCO; SERNA, 2007, p. 109). Por outro lado, em partidos de esquerda, o controle partidário das carreiras políticas é muito sólido, o que indicaria que estariam propensos a seguir as orientações das lideranças partidárias e, conseqüentemente, as estratégias da organização.

Em consonância com esses achados e fazendo um balanço da produção sobre recrutamento e carreiras políticas, Marengo (2013, p. 44) afirma que os partidos de esquerda são caracterizados como organização com “[...] maior diversificação social na composição social dos seus eleitos, bem como vínculos partidários mais duráveis e prévios ao início da carreira política”. Já os partidos de direita, ou partidos tradicionais, “[...] recrutam seus candidatos com capital eleitoral pessoal e carreiras construídas prévia e externamente a vínculos partidários estáveis” (MARENCO, 2013, p. 44). Assim, definitivamente, a variável “partido político” parece importar para compreendermos as escolhas de carreira dos políticos.

Ainda sobre os partidos políticos brasileiros, é importante considerar que entre 1994 e 2014 preponderou um padrão de disputas presidenciais na política brasileira que influenciou a dinâmica político-partidária do país: a polarização entre PT e PSDB. Devido ao alinhamento das eleições nacionais, presidentes, governadores, senadores, deputados federais e estaduais passaram a ser escolhidos no mesmo pleito, o que foi um grande incentivo institucional para o alinhamento entre as candidaturas presidenciais e estaduais. As disputas nos estados, principalmente dos governadores,

4 É importante fazer uma ressalva à citação dos autores. Não é possível afirmar que os partidos de direita seriam menos programáticos do que os partidos de esquerda. É possível que os partidos de esquerda flexibilizem seus discursos para abarcar um eleitoral mais moderado, o que também poderia os aproximar de um modelo catch-all. Os partidos de direita podem ser programáticos, mesmo que os vínculos dos políticos com os partidos sejam frágeis.

tenderam a ser impactadas por essa dinâmica bipolarizada entre PT e PSDB (BRAGA, 2006; MELO, 2007; CORTEZ, 2009; LIMONGI; CORTEZ, 2010; MENEGUELLO, 2010; MELO; CÂMARA, 2012; SANDES-FREITAS, 2015).

Em torno do PT e do PSDB, foi possível identificar a formação de dois blocos claros: de um lado, o PT, o Partido Socialista Brasileiro (PSB), o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), e, do outro, o PSDB, o DEM e o Partido Popular Socialista (PPS), conforme Melo e Câmara (2012). Os autores ainda destacam a existência de um bloco formado por PMDB, PP, PTB e PR, composto por partidos que estariam dispostos a participar de governos por razões estratégicas e não ideológicas. Sandes-Freitas (2015) destaca que dos dois blocos polarizados, apresentado por Melo e Câmara (2012), PSB e PCdoB seriam mais fiéis ao PT e o DEM, ao PSDB.

Sobre o PMDB, é válido destacar que a organização passou de um partido com pretensões nacionais nos anos 1980, principalmente por sua atuação na transição à democracia, a um partido com forte vocação governista e regional (BIZZARRO-NETO; 2013; FERREIRA, 2002; MACIEL, 2014). Devido à sua grande heterogeneidade interna, o partido não tem conseguido viabilizar uma candidatura presidencial com chances reais de vitória. As últimas foram de Orestes Quécia em 1994, que obteve 4,4% dos votos válidos, e Henrique Meirelles, em 2018, que teve apenas 1,2% da preferência dos eleitores, apesar de este ter o controle da presidência da República naquele ano. Assim, é um partido que busca construir bancadas amplas para poder ser um *player* importante no processo de formação de governos.

Pensando a variável partidária como importante para a compreensão das escolhas de carreira dos deputados federais brasileiros, analisaremos se os partidos com “vocação presidencial”, como PT e PSDB – nos termos de Melo e Câmara (2012) – buscariam cargos de maior relevância nas eleições municipais, que ocorrem em anos não coincidentes às eleições nacionais. Para tanto, esses partidos poderiam estar lançando mais deputados federais como candidatos às Prefeituras do que partidos como o PMDB, estes que, apesar de historicamente lançarem muitos candidatos à prefeitura,

tendem a focar sua atenção em municípios menores (SANDES-FREITAS, 2013), o que pode não ser estratégico para deputados federais. O mesmo caso pode ser pensado para outro partido relevante nacionalmente, o PP (ex-PDS, PPR e PPB), que passou de uma organização central na transição democrática para um partido governista e com desempenho eleitoral desigual regionalmente (KERBAUY, 2009), com força destacada na região Sul do país (SANDES-FREITAS, 2013).

Nesse sentido, tomamos os argumentos apresentados pela literatura para pensar as escolhas de carreira dos deputados federais brasileiros. A questão colocada é: em que medida as variáveis partidárias explicam a escolha de carreira ao longo do mandato do deputado federal no Brasil?

Metodologia, hipóteses e escolha de casos

Em consonância com o debate teórico, e conforme os propósitos do artigo, as hipóteses são as seguintes. A **hipótese 1** é: os deputados federais de partidos mais à direita e ao centro concorrem menos à prefeitura do que de partidos à esquerda, pois em partidos de direita há menor controle do partido sobre as escolhas dos políticos do que em partidos de esquerda, ou seja, estão mais suscetíveis às orientações nacionais do partido. Como a estratégia de ocupar prefeituras pode ser interessante aos partidos, do ponto de vista de ampliar sua força nacional, é possível que os deputados federais de partidos de esquerda busquem mais as prefeituras do que os de direita e de centro por controlarem mais a formação das listas.

Já a **hipótese 2** é: os deputados federais de partidos com vocação presidencialista (PT e PSDB) concorrem mais à prefeitura do que de partidos sem esta vocação, devido à pretensão de esses partidos ampliarem sua força política no país.⁵

5 É importante frisar que partidos como PT e PSDB também podem ceder à cabeça de chapa em eleições municipais para poder garantir o apoio de outros partidos em outras disputas eleitorais. Isto, no entanto, não contraria a tese da literatura de que os partidos com “vocação presidencial” buscam disputar eleições municipais de maior relevância, como das capitais dos estados. Por isso, hipotizamos que partidos com essa orientação teriam maior interesse em lançar seus deputados federais como candidatos a prefeitos do que os partidos sem vocação para disputas presidenciais.

Assim, conforme foi discutido anteriormente, as questões partidário-ideológicas são relevantes para se compreender carreiras políticas, considerando as diferenças entre os partidos de esquerda e direita e, também, suas vocações presidencialistas. Para tanto, selecionamos, para esta análise, partidos que são compreendidos pela literatura como os mais relevantes no sistema partidário brasileiro ao longo do tempo, desde a transição à democracia, seja pelo tamanho das bancadas no Congresso ou por terem sido centrais na composição de governos até 2014, sendo eles: PT, PSDB, PMDB, PSB, DEM e PP.

Esses seis partidos selecionados possuíam, juntos, em média, mais de dois terços das cadeiras na Câmara dos Deputados no período em estudo. Durante este período, os partidos presentes na amostra conseguiram eleger uma média de 367 deputados, sendo: 391 em 2002, 370 em 2006 e 340 em 2010. Em média, isso corresponde a 71,5% do total de parlamentares eleitos nessas três legislaturas. Essa amostra é composta por 344 (31,2%) deputados classificados como de esquerda (PT e PSB), 432 (39,2%) de centro (PSDB e PMDB), e 325 (29,5%) de direita (PP e DEM).

A Tabela 1 apresenta os percentuais de candidatura para todos os cargos eletivos disponíveis aos deputados federais. A escolha pela reeleição é a mais frequente em todos os partidos e apenas o PSDB apresentou um percentual abaixo da média dos outros partidos. Por outro lado, o PT apresentou um crescimento importante no período para este mesmo cargo. Uma das explicações para este crescente número é a estratégia partidária para manter apoio legislativo de sua bancada, por ser o partido que detinha o poder executivo nacional neste período. Antes da vitória do PT em 2002, o partido apresentava grandes percentuais de candidaturas a prefeituras e lançava uma média de 63% de incumbentes à reeleição, cerca de 20% a menos que os partidos de direita.⁶

6 Informação extraída do nosso banco de dados referente às escolhas de carreira dos deputados federais do PT em 1998 e 2002.

Tabela 1 – Percentual de cargos disputados pelos deputados federais por partidos entre 2006 e 2014*

Cargo	DEM	PMDB	PP	PSB	PSDB	PT	Total
Deputado Federal	70,9	78,1	78,9	76,2	68,4	79,2	75,4
Retirou	10,4	7,0	8,2	3,6	10,0	8,1	8,2
Senador	6,3	3,3	3,8	5,9	3,7	5,0	4,5
Prefeito	3,1	2,9	0,8	9,5	6,8	3,5	4,0
Deputado Estadual	2,1	3,3	1,5	1,2	3,2	1,1	2,2
Vice-Governador	3,1	2,1	3,0	1,2	3,7	0,4	2,2
Governador	1,0	2,5	3,0	1,2	2,6	1,9	2,1
Suplente Senador	2,1	0,4	0,8	1,2	1,6	0,8	1,1
Vice-Presidente	0,5	0,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2
Vice-Prefeito	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1
Total	100	100	100	100	100	100	100

* Dados extraídos do Tribunal Superior Eleitoral.

Fonte: Elaborada pelos autores.

N: 1101.

Para pontuar as diferenças entre os partidos a serem analisados, elaboramos o Quadro 1 para poder apresentar os partidos, conforme a relação entre o tipo de vocação do partido quanto à disputa presencial e ao seu posicionamento ideológico, duas variáveis importantes extraídas da literatura apresentada na seção anterior.⁷

7 O quadro 1 foi elaborado com base em reflexões de Marengo e Serna (2007), Melo e Câmara (2012) e Sandes-Freitas (2015). Especificamente quanto ao PSB, é válido destacar que o partido foi categorizado como de "vocação regional e/ou governista". Neste caso, o partido pode ser compreendido com um partido de "vocação regional" ainda que tenha lançado candidaturas presidenciais em 2002 e 2014. A razão disso é que, além de ser um aliado frequente de candidaturas do PT para governador (que o coloca em posição de coadjuvante em relação ao PT), o partido tem força concentrada no Nordeste, principalmente em Pernambuco, base eleitoral de Eduardo Campos, candidato a presidente em 2014 pelo partido. Após o falecimento do candidato durante a campanha, foi substituído por Marina Silva, candidata a vice na chapa.

Quadro I – Classificação dos partidos para análise, conforme a relação entre vocação e posicionamento ideológico dos partidos

Tipo de vocação	Posicionamento ideológico		
	Esquerda	Centro	Direita
Vocação presidencialista	PT	PSDB	
Vocação regional e/ou governista	PSB	PMDB	PFL/DEM e PPB/PP

Fonte: Adaptado de Marenco e Serna (2007), Melo e Câmara (2012) e Sandes-Freitas (2015).

Para a análise aqui proposta, selecionamos três variáveis individuais dos candidatos e três partidárias que são importantes para sua escolha de carreiras: votação na eleição anterior, a despesa de campanha e a quantidade de mandatos já exercidos (a quantidade de mandatos é usada como *proxy* para a experiência do deputado), a posição ideológica do partido, a sua vocação presidencialista e a sua participação na coalizão de governo. A unidade de análise são as decisões de carreira que os deputados federais eleitos fizeram ao final do mandato de 2006 a 2014⁸. Os partidos são divididos em três grupos: de esquerda, centro e direita. Esperamos que os partidos de diferentes posições ideológicas apresentem incentivos de carreiras divergentes.

A variável dependente são as escolhas de carreira que os deputados fizeram ao final do mandato. Dividimos essa variável em duas para efetuar análises em duas etapas. Primeiramente, desenvolvemos uma análise dos efeitos das variáveis acima expostas sobre as escolhas dos deputados, congregadas nas categorias de ambição. Em seguida, verificamos a relação

8 Trabalhamos com os deputados federais eleitos a partir de 2002 pela disponibilidade de dados. Os dados disponíveis antes desse período apresentam ausência de algumas informações como os dados relativos ao financiamento de campanha. O segundo motivo para a escolha desse período é a possibilidade de se analisar a diferença entre deputados da coalizão de esquerda centralizada no PT. Dessa forma, analisamos as escolhas que os deputados eleitos em 2002 fizeram em 2006, e, na sequência, até as escolhas realizadas em 2014 pelos deputados eleitos em 2010.

entre os partidos e as disputas pelas prefeituras⁹ com as mesmas variáveis independentes. Essas escolhas foram classificadas em termos de “ambição”, seguindo a definição de Schlesinger (1966). Então, classificamos quatro tipos de ambição¹⁰: discreta, regressiva, estática e progressiva. Mantivemos as quatro categorias, de acordo com o que já vem sendo trabalhado na literatura, para permitir a comparação entre as alternativas, dado que a utilidade em se buscar um cargo está ligada à relação entre a utilidade e os custos de se buscar outro cargo. Selecionamos para este estudo apenas as escolhas por cargos eletivos como forma de verificar as estratégias dos candidatos e de seus partidos na arena eleitoral. Os deputados que assumiram postos não eletivos foram classificados na categoria ambição discreta.

Para a análise, propomos uma descrição dos dados, alguns testes de correlação para verificar se existem diferenças entre os partidos quanto às escolhas de carreira dos deputados e, por fim, uma regressão logística multinomial¹¹ e uma regressão logística binária com o modelo que incluirá as variáveis individuais acima listadas, além das variáveis relativas ao tipo de partido ao que o deputado federal é filiado.

Resultados e discussão

Para testar as hipóteses levantadas na seção anterior, construímos um banco de dados com base nas informações disponibilizadas pelo TSE, referentes às candidaturas de deputados federais eleitos de 2002 até as escolhas de carreira realizadas em 2014. As variáveis escolhidas são referentes a características individuais que podem ser levadas em conta no momento da escolha dos cargos eletivos, assim como sobre as características dos partidos

9 Concorrer ao cargo de prefeito também é apresentado pela literatura como ambição progressiva. Entretanto, o objetivo de nosso estudo é verificar esta opção de maneira mais desagregada para um maior esclarecimento das estratégias partidárias.

10 Grande parte dos estudos sobre carreiras políticas no Brasil tem seguido a divisão das escolhas em quatro categorias: ambição discreta, quando o político decide não disputar a nenhum cargo; ambição regressiva, quando o candidato escolhe concorrer a um cargo mais baixo do que o ocupado; ambição estática, a decisão por buscar a reeleição; e a ambição progressiva, a escolha por cargos mais altos (SCHLESINGER, 1966; LEONI; PEREIRA; RENNÓ, 2015; SAMUELS, 2003; PEREIRA, RENNÓ, 2013, BORGES; SANCHES FILHO, 2016).

11 Estudos anteriores trabalham com este modelo (PEREIRA; RENNÓ, 2013; BORGES; SANCHES FILHO, 2016). Apesar de este modelo não ser muito eficaz e flexibilizar o pressuposto de “Independence of Irrelevant Alternative” (IIA), ele foi escolhido para permitir maior comparação com os estudos já realizados.

políticos na amostra. De acordo com a Tabela 2, que classifica os tipos gerais de ambição que um político pode apresentar em relação aos cargos políticos, as escolhas mais frequentes realizadas pelos deputados federais são a reeleição e a busca por cargos mais altos.

Tabela 2 – Percentual de escolhas de cargos dos deputados federais por partido entre 2006 e 2014*

Tipo de ambição	Partidos						Total
	DEM	PMDB	PP	PSB	PSDB	PT	
Estática	70,8	78,1	80,0	76,2	68,4	79,2	75,4
Progressiva	16,7	11,6	12,0	19,0	18,4	11,5	14,2
Discreta	10,4	7,0	7,5	3,6	10,0	8,1	8,2
Regressiva	2,1	3,3	1,5	1,2	3,2	1,2	2,2
Total	100	100	100	100	100	100	100

* Dados extraídos do Tribunal Superior Eleitoral.

Fonte: Elaborada pelos autores.

N: 1101.

A primeira hipótese deste trabalho refere-se à probabilidade de os deputados de partidos diferentes apresentarem comportamentos diversos em relação à disputa por prefeituras. Esta hipótese baseia-se no pressuposto de que os partidos de esquerda buscam mais esse cargo que partidos de direita no período estudado. Na Tabela 3, é possível observar que os partidos de esquerda apresentaram um percentual maior para esse tipo de escolha do que as demais agremiações. Durante os governos do PT, os partidos de esquerda escolhidos para a análise (PT e PSB) foram os que lançaram maior percentual de seus deputados federais à reeleição e ao cargo de prefeito. Os testes de correlação (V de Cramer e qui-quadrado) foram significativos para esta associação.¹² Esse fato indica confirmação da primeira hipótese de que os partidos de centro e de direita têm menos propensão a apresentarem candidatos para as eleições municipais. No período estudado, o percentual de candidaturas para as prefeituras e à reeleição aumentou

12 p-valor menor do que 0,05.

nos partidos de esquerda, mostrou-se estável entre os de centro, e diminuiu nos partidos de direita.

Tabela 3 – Percentual de deputados federais candidatos a prefeito por ideologia partidária entre 2006 e 2014*

Disputou prefeitura	Ideologia Partidária					
	Esquerda		Centro		Direita	
	N	%	N	%	N	%
Não	272	79,1	367	85,0	283	87,1
Sim	72	20,9	65	15,0	42	12,9
Total	344	100	432	100	325	100

* Dados extraídos do Tribunal Superior Eleitoral.

Fonte: Elaborada pelos autores.

A segunda hipótese deste trabalho refere-se à probabilidade de os deputados de partidos com “vocação presidencialista” buscarem mais prefeituras do que os parlamentares de outros partidos, por razões estratégicas do PT e PSDB que focam ampliar o seu espaço político como forma de ampliar o suporte às suas candidaturas nas elei es presidenciais. Na Tabela 4,   possível observar que a diferença é pequena na porcentagem de deputados dos dois tipos de partidos, sendo que PT e PSDB concorreram um pouco mais a esses cargos do que os demais (17,1% a 15,7%). No entanto, os testes de correla o (V de Cramer e qui-quadrado) não foram significativos para esta associa o.¹³ Isso indica que não podemos confirmar a segunda hipótese de que os partidos de “voca o presidencialista”, no caso PT e PSDB, têm mais propensão a apresentarem candidatos para as elei es municipais do que os demais.

¹³ p-valor menor do que 0,05.

Tabela 4 – Percentual de deputados federais candidatos a prefeito por vocação presidencialista entre 2006 e 2014*

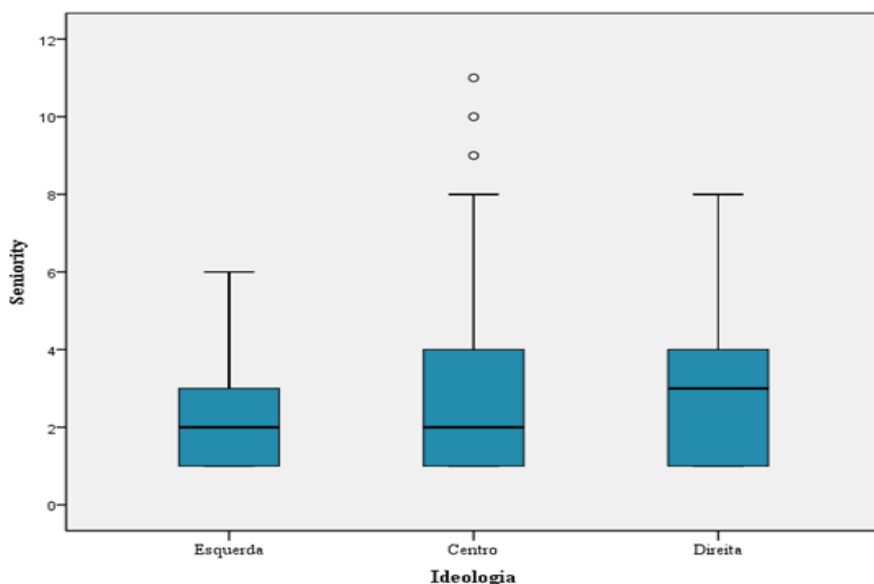
Concorreu à prefeitura	Vocação		Total
	Não	Sim	
Não	84,3	82,9	83,7
Sim	15,7	17,1	16,3
Total	100	100	100,0

* Dados extraídos do Tribunal Superior Eleitoral.

Fonte: Elaborada pelos autores.

Em relação à carreira legislativa, a literatura aponta que ela não é o principal foco dos deputados federais brasileiros (SAMUELS, 2003, 2008). Contudo, ao verificarmos a quantidade de mandatos exercidos pelos deputados por partido, é possível observar que, no período estudado, os deputados dos partidos de direita apresentaram média maior de mandatos, ou seja, os deputados desses partidos optaram por construir carreiras legislativas mais longevas como mostra o Gráfico 1. Analisamos isso a partir da observação da média de cargos exercidos por cada deputado e por ideologia partidária. Esse resultado não implica a inferência de que os deputados desses partidos buscam mais a reeleição, mas que essas agremiações privilegiam a manutenção de seus quadros no legislativo e promovem a permanência de seus políticos mais experientes.

Gráfico 1 – *Box plot* da quantidade de mandatos exercidos por deputado federal por ideologia partidária com referência as eleições de 2006 a 2014*



* Dados extraídos de Tribunal Superior Eleitoral.

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Uma observação que pode ser aventada sobre esse fato é que os partidos de direita, por estarem na oposição durante o período em estudo, optaram por uma estratégia de “menor dano”, isto é, por ter menor acesso a recursos, enquanto oposição. A estratégia menos arriscada para os candidatos e para os partidos é a manutenção de seu quadro de incumbentes, que teriam maior probabilidade de ganhar eleições menos arriscadas (comparadas a busca por cargos maiores) (BORGES; SANCHES FILHO, 2016). Dessa forma, é possível observar que fazer parte da coalizão de governo é um dos fatores mais relevantes para a decisão de carreira definida pela avaliação dos riscos da disputa pelos candidatos e por seus partidos.

Considerando a relação entre a determinação partidária e a escolha de carreira dos deputados federais brasileiros, aplicamos testes de correlação entre a variável ambição e a ideologia do partido, sua vocação

presidencialista e a sua participação na coalizão de governo. Tomadas essas características gerais dos partidos, não é possível observar grande influência nas decisões de carreiras; afinal, os valores para o teste V de Cramer não resultaram significativos como mostra a Tabela 5, exceto quando analisamos a relação entre a variável coalizão de governo e ambição. O que podemos depreender do resultado da Tabela 5 é que a participação na coalizão de governo no nível federal é um fator importante para as escolhas de carreiras dos deputados federais. É certo que o controle das listas e as escolhas das candidaturas estão relacionados com a posição dos partidos, mas ainda é preciso encontrar quais fatores influenciam nesses resultados.

Tabela 5 – Correlações entre ideologia, vocação, coalizão e tipos de ambição dos deputados federais entre 2006 e 2014 (Teste V de Cramer)*

Variáveis	p-value
Ideologia/ambição	0,422
Vocação/ambição	0,883
Coalizão/ambição	0,015

N: 1101

* Dados extraídos do Tribunal Superior Eleitoral.

Fonte: Elaborada pelos autores.

A partir da observação de que os partidos detêm o controle sobre as listas apresentadas nos anos eleitorais, e que os deputados avaliam o peso político de sua agremiação no momento de decidir qual cargo disputar, desenvolvemos dois modelos de regressão logística com as variáveis dependentes já apresentadas.

**Tabela 6 – Regressão logística multinomial
(VD: ambição: estática vs. progressiva)***

	Discreta	Regressiva	Progressiva
Votação	-0,00* (0,00)	0,00 (0,00)	0,00* (0,00)
Despesa	0,00* (0,00)	0,00 (0,00)	0,00 (0,00)
Seniority	-0,61 (0,077)	-0,25 (0,18)	0,03 (0,06)
Concorreu à prefeitura	-0,93* (0,45)	-19,9 (0,00)	0,90** (0,21)
Idade	0,05** (0,01)	-0,01 (0,02)	0,00 (0,01)
Ideologia	0,15 (0,38)	-1,15 (0,78)	0,16 (0,29)
Coalizão	-0,50 (0,31)	0,12 (0,57)	-0,61* (0,24)
Vocação	0,08 (0,29)	0,34 (0,59)	-0,15 (0,29)
Constante	-5,016 (0,69)	-1,90 (1,10)	-2,14 (0,50)
N: 1101			
Pseudo R²: 0,10			

* $p < 0,05$, ** $p < 0,01$

Categoria de referência: ambição estática.

* Dados extraídos do Tribunal Superior Eleitoral.

Fonte: Elaborada pelos autores.

Os resultados da regressão logística dispostos na Tabela 6 mostram que, quanto maior é a votação obtida pelo deputado na eleição anterior, maior será a sua probabilidade de buscar um cargo mais atrativo e menos a

probabilidade de se aposentar¹⁴. A probabilidade de aposentar-se está diretamente relacionada com a idade. Os deputados que concorreram à prefeitura nas eleições de 2004, 2008 e 2012 (antes de sua (re)eleição para deputado federal) e não alcançaram o objetivo da eleição, tiveram aumentadas as suas probabilidade de concorrerem a um cargo maior, e diminuídas as de se retirarem do jogo político.

Ser membro da coalizão também é um fator que aumenta a probabilidade de um deputado buscar a reeleição em relação a cargos mais altos. Segundo Borges e Sanches Filho (2016), os deputados pertencentes à coalizão de governo têm maior propensão de concorrer à reeleição devido ao alto nível de disputa intrapartidária para a formação da lista, o que é diferente nos partidos de oposição (no período, coincidiram com os partidos de direita) que não têm o mesmo nível de competitividade interna e privilegiam os candidatos com maior potencial de campanha. Os resultados do modelo de regressão da Tabela 6 mostram que as variáveis *seniority*, ideologia e vocação não foram estatisticamente significantes para explicar a escolha de cargos que os deputados federais concorreram no período em estudo.

O segundo modelo testado toma como variável dependente a decisão do deputado em concorrer à prefeitura no meio do mandato. Os resultados dispostos na Tabela 7 mostram que os deputados com maior votação na eleição anterior e com maior *seniority* tiveram maior probabilidade em concorrer à prefeitura. Os deputados pertencentes a partidos da coalizão tiveram, significativamente, 2,3 vezes mais chances de concorrer a este cargo do que os deputados de oposição. Esse fato pode ser explicado pelo maior acesso a recursos que esses políticos detêm junto ao Executivo e aos líderes de seus partidos. Já os deputados de centro e de direita apresentaram probabilidade menor que os de esquerda em buscar prefeituras. Por fim, os deputados dos partidos com vocação presidencialista, PT e PSDB, têm maior probabilidade de disputarem esse cargo do que os demais, com 1,9 vezes mais chances de realizarem essa escolha. No entanto, é válido destacar que este resultado desse ser lido, de forma cautelosa, já que, nos testes

14 Lembramos que a categoria de referência é reeleição, ou ambição estática.

de correlação realizados e apresentados na Tabela 4, não houve diferença significativa entre a vocação do partido e o fato de disputarem ou não prefeituras.

**Tabela 7 – Regressão logística binária
(VD: ambição: concorrer à prefeitura)***

Variáveis	Coefficiente	Erro
Votação	0,000*	0,000
Despesa	0,000	0,000
Seniority	0,126*	0,061
Coalizão	0,822**	0,275
Ideologia (centro/esquerda)	-0,904**	0,256
Ideologia (direita/esquerda)	-1,501**	0,391
Vocação	0,629*	0,249
Constante	-1,599**	0,21
N: 987		
Pseudo R²: 0,046		

* $p < 0,05$, ** $p < 0,01$

* Dados extraídos do Tribunal Superior Eleitoral.

Fonte: Elaborada pelos autores.

Quando se incluem todas as escolhas realizadas pelos deputados federais nas eleições nacionais (Tabela 6), os partidos parecem não importar, visto que se candidatar à reeleição é a opção mais segura, individualmente, para os deputados federais. Já na Tabela 6, o modelo apresentou resultados que corroboram com as hipóteses apresentadas neste artigo, pois sabemos que o cargo de deputado federal é fundamental para os partidos pelo seu alto nível de capital político. Por este motivo, é de se esperar que os partidos busquem deputados federais para disputas municipais importantes, já que estes apresentam grande probabilidade de sucesso; ademais, ressalta-se que isso tem mais relevância em partidos de esquerda do que de centro e de direita, dado o controle que os primeiros podem exercer sobre as escolhas dos deputados.

Considerações finais

Qual o papel dos partidos políticos na definição das carreiras de seus filiados? Os estudos sobre carreira política têm privilegiado as variáveis individuais em detrimento de variáveis exógenas ao político, como o partido político. O propósito deste artigo foi incluir essa variável na análise das escolhas de carreira de deputados federais brasileiros, como forma de testar se partidos políticos têm importância nessas escolhas. O que observamos é que elas não são tão idiossincráticas como poderiam parecer, pois elas se diferenciam, conforme o tipo de partido a que eles pertencem, principalmente quando se considera a variável ideologia.

No entanto, é válido destacar que os resultados atribuem esse peso da variável partidária somente nas escolhas dos deputados ao concorrerem às prefeituras, visto que, nas eleições nacionais, os deputados federais – tanto de esquerda quanto de direita – tendem, em geral, a escolher a reeleição, por ela oferecer menores custos individualmente e haver o peso da escolha individual dos parlamentares. A escolha pela ambição progressiva em eleições nacionais levaria o deputado federal a concorrer a cargos de senador, governador e presidente da República, o que, evidentemente, tem um número de vagas em disputa muito menor do que para deputado federal.

Este artigo, portanto, apresenta a relevância da variável partidária para a escolha dos deputados em concorrer ou não às prefeituras. Ainda que essa estratégia tenha sido tomada, igualmente, por partidos relevantes nas disputas presidenciais ou não, o tipo de partido quanto à sua ideologia, definitivamente, parece nos ajudar a entender que essa escolha é importante para os partidos de esquerda que buscam mais esses cargos do que os que os partidos de centro e de direita. Esse achado vai ao encontro com o argumento presente na literatura de que os partidos de centro e de direita dão muito mais autonomia aos seus políticos do que os partidos de esquerda.

Enfim, este artigo contribui com a literatura de carreiras políticas, conectando-a à de partidos políticos, sendo importante para entender que as escolhas de carreira realizadas pelos parlamentares devem ser compreendidas a partir da organização partidária à qual eles pertencem, e demonstrando que a ideologia é uma variável importante para se considerar em estudos futuros sobre a temática.

Referências

- ABRAMSON, P. R.; ALDRICH, J. H.; ROHDE, D. W. Progressive ambition among United States Senators: 1972-1988. **The Journal of Politics**, v. 49, p. 1-35, 1987.
- BRAGA, M. S. **O processo partidário-eleitoral brasileiro**: padrões de competição política (1982-2002). São Paulo: Associação Editorial Humanitas/Fapesp, 2006.
- BRAGA, M. S. S.; AMARAL, O. E. M.; implicações do processo de seleção de candidatos na competição partidária: o caso brasileiro. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, n. 46, p. 33-43 jun. 2013.
- BIZZARRO-NETO, F. A. **PMDB**: organização e desenvolvimento em São Paulo (1994-2010). Orientadora: Rachel Meneguello. 2013. 199 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.
- BLACK, G. S. A Theory of Political Ambition: Career Choices and the Role of Structural Incentives. **American Political Science Review**, v. 66, n. 1, p. 144-159, 1972.
- BORCHERT, J. Ambition and Opportunity in Federal Systems: The Political Sociology of Political Career Patterns in Brazil, Germany, and the United States. **APSA 2009 Toronto Meeting Paper**, p. 21, 2009.
- BORCHERT, J. Individual Ambition and Institutional Opportunity: A Conceptual Approach to Political Careers in Multi-level Systems. **Regional & Federal Studies**, v. 21, n. 2, p. 117-140, maio 2011.
- BORGES, A.; SANCHES FILHO, A. O. Federalismo, coalizões de governo e escolhas de carreira dos deputados federais. **Opinião Pública**, v. 22, n. 1, p. 1-27, 2016.
- BOTERO, F.; RENNO, L. Career Choice and Legislative Reelection: Evidence from Brazil and Colombia. **Brazil Political Science Review**, v. 1, p. 102-125, 2007.
- CAREY, J. M.; SHUGART, M. Incentives to Cultivate a Personal Vote: a Rank Ordering of Electoral Formulas. **Electoral Studies**, v. 14, n. 4, p. 417-439, 1995.
- CORTEZ, R. **Eleições majoritárias e entrada estratégica no sistema partidário-eleitoral brasileiro (1989-2006)**. Orientador: Fernando Limongi. 2009. 163 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- COSTA, D. L. S. **Análise multinível dos padrões de carreira política dos deputados federais brasileiros**: 2010-2014. Orientador: Vítor Eduardo Veras de Sandes Freitas. 108 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2018.
- FERREIRA, D. P. **PFL x PMDB**: marchas e contramarchas (1982-2000). Goiânia: Alternativa, 2002.

FIGUEIREDO, A. C.; LIMONGI, F. Modelos de Legislativo: o Legislativo Brasileiro em Perspectiva Comparada. **Revista Plenarium – Câmara dos Deputados**, v. 1, p. 41-56, 2004.

GRAÇA, L. F. G.; SOUZA, C. P. R. Uso estratégico de eleições alternadas? Efeitos da candidatura para prefeito sobre a votação dos concorrentes ao cargo de deputado federal no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v. 20, n. 3, p. 326-345, dez. 2014.

KERBAUY, M. T. M. As eleições municipais de 2008: federações partidárias ou partidos nacionais. **Perspectivas**, São Paulo, v. 35, p. 15-33, 2009.

KIEWIET, D. R.; ZENG, L. An Analysis of Congressional Career Decisions, 1947-1986. **American Political Science Review**, v. 87, n. 4, p. 928-941, 1993.

KLASNJA, M; TITIUNIK, R. The incumbency curse: weak parties, term limits, and unfulfilled accountability. **American Political Science Review**, v. 111, n. 1, p. 129-148, 2017.

LEONI, E; PEREIRA, C.; RENNÓ, L. Estratégias para sobreviver politicamente: escolhas de carreiras na Câmara de Deputados do Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v. 9, n. 1, 2015.

LIMONGI, F.; CORTEZ, R. As eleições de 2010 e o quadro partidário. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 88, p. 21-37, dez. 2010.

MACIEL, N. **Velhas raposas, novos governistas**: o PMDB e a democracia brasileira. Orientador: Gláucio Ary Dillon Soares. 2014. 225 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

MAINWARING, S. Políticos, partidos e sistemas eleitorais: o Brasil numa perspectiva comparada. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 29, p. 34-58, mar. 1991.

MARENCO, A. O que podemos explicar estudando carreiras políticas? *In*: MARENCO, A. (Org). **Os eleitos**: representação e carreiras políticas em democracias [online]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013. p. 31-51.

MARENCO, A.; SERNA, M. Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 22, n. 64, p. 93-113, jun. 2007.

MELO, C. R. Nem tanto ao mar, nem tanto a terra: elementos para uma análise do sistema partidário brasileiro. *In*: MELO, C. R.; SÁEZ, M. A. (Org.). **A democracia brasileira**: balanço e perspectivas para o século 21. Belo Horizonte: UFMG, 2007. p. 267-302.

MELO, C. R.; CÂMARA, R. Estrutura da competição pela Presidência e consolidação do sistema partidário no Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 55, n. 1, p. 71-117, 2012.

MENEGUELLO, R. Alguns aspectos da lógica de coalizões partidárias. **Textos para Discussão CEPAL/IPEA**, Brasília, n. 8, p. 9-45, 2010.

PEREIRA, C.; RENNÓ, L. “Should I Stay or Should I Go?”: explaining political ambition by electoral success in Brazil. **Journal of Politics in Latin America**, v. 5, n. 3, p. 73-95, 2013.

ROHDE, D. Risk-Bearing and Progressive Ambition: The Case of Members of the United States House of Representatives. **American Journal of Political Science**, v. 23, n 1, p. 1-26, 1979.

SAMUELS, D. J. Determinantes do voto partidário em sistemas eleitorais centrados no candidato: evidências sobre o Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 3, p. 493-533, 1997.

SAMUELS, D. J. Ambition and Competition: Explaining Turnover in the Brazilian Chamber of Deputies. **Legislative Studies Quarterly**, v. 25, n. 3, p. 481-497, 2000.

SAMUELS, D. J. **Ambition, Federalism, and Legislative Politics in Brazil**. New York: Cambridge University Press, 2003.

SAMUELS, D. Political Ambition, candidate recruitment, and legislative politics in Brazil. *In*: SIAVELIS, P. M.; MORGENSTERN, S. (Org.). **Pathways to power**: political recruitment and candidate selection in Latin America. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 2008, p. 76-91.

SAMUELS, D. Ambición política, reclutamiento de candidatos y política legislativa en Brasil. **Postdata**, v. 16, n. 2, p. 281-307, 2011.

SANDES-FREITAS, V. E. V. Alianças contextuais ou nacionalizadas? Análise das coligações nas eleições para prefeitos em 2012. **Cadernos Adenauer**, Rio de Janeiro, v. XIV, n. 2, p. 147-165, 2013.

SANDES-FREITAS, V. E. V. **Alianças partidárias nos estados brasileiros**: das coligações às coalizões de governo. Orientador: Rachel Meneguello. 2015. 317 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

SCHLESINGER, J. **Ambition and politics**: political careers in the United States. Chicago: Rand MacNally and Company, 1966.

Do political parties matter in defining political careers in Brazil?

Abstract

This article aims to analyze whether political parties are important on the political career choices of Brazilian federal deputies. Therefore, this work is based on the theoretical contributions on political career that have shown that the main career pattern presented by congressmen is static, that is, seek for re-election (PEREIRA; RENNÓ, 2013). The explanation pointed out is that this choice is the safest, regardless of the parties to which they are affiliated. However, other authors have called attention to the need to verify the importance of factors that differentiate deputies in a more disaggregated analysis of political careers such as participation in the government coalition or opposition groups (BORGES; SANCHES FILHO, 2016), as well as the differences presented within the districts (COSTA, 2018; CORRÊA, 2016). In addition, the party variable can be an important factor in defining the careers due to ideological differences between the parties (MARENCO; SERNA, 2007) and the strategic interests of the parties in the elections for Mayor in the big cities. Thus, this article aims to test if the party variable matters for the career choice of federal deputies, as well as the other variables portrayed in the literature. The results show that deputies of leftist parties and the government coalition are more likely to run for reelection and the city hall than those of the right and center.

Keywords: Political career. Political parties. Federal deputies.

Experiência parlamentar e trajetórias dos deputados federais eleitos por PSDB e PT em 1994 e 2002: quebrando mitos

Guilherme Leite Ribeiro¹

Maria Celina Soares D'Araujo²

Resumo

Analisa-se as bancadas eleitas pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e pelo Partido dos Trabalhadores (PT) em 1994 e 2002 a partir de critérios sociais, políticos e econômicos. Na pesquisa, confirmam-se teses correntes de que os parlamentares petistas possuíam vínculos mais próximos a movimentos sindicais, eram menos educados e tinham ocupações mais variadas. Por outro lado, ao contrário do que usualmente se supõe, revela-se que grande parte dos deputados federais do PT, eleitos nesses dois anos, trazia em seu histórico maior experiência no Legislativo, contrariando a concepção de *outsider* do sistema político. Com isso, contradiz-se a tese de que o PT seria um *outsider* do sistema político. Comparando a bancada dessas agremiações nas duas eleições estudadas, e supondo que *experiência* faz diferença, defende-se a hipótese de que em 1994 essa *expertise* foi fundamental para o papel do PT como oposição ao governo Fernando Henrique, e em 2003 como sustentação do governo Lula da Silva.

Palavras-chave: Partido dos Trabalhadores. Partido da Social Democracia Brasileira. Experiência parlamentar. Composição social dos partidos.

1 Atualmente cursa doutorado em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Publicou o livro "Radicalização e crise: o protagonismo das frentes parlamentares no Governo João Goulart (1961-1964)" (Appris, 2017). É bolsista nota 10 da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). E-mail: guilhermeribeirohist@gmail.com

2 Doutora em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Professora do Departamento de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Entre outras obras, publicou "A elite dirigente do governo Lula" (FGV, 2009). Tem vários livros e artigos sobre partidos políticos, Era Vargas, ditadura militar, Forças Armadas e elites dirigentes. E-mail: mariacelina@daraujo.net



Direito autoral e licença de uso: Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra, forneça um link para a licença, e indicar se foram feitas alterações.

Introdução

Quando Fernando Henrique Cardoso foi eleito em 1994, encontrou o Partido dos Trabalhadores (PT) como principal bancada de oposição, formada por quadros experientes na política local e com alta militância de partido aparentemente antissistema. Estes parlamentares petistas foram as vozes mais retumbantes contra a maioria das medidas do governo e contribuíram para imprimir-lhe marca negativa que perdurou por décadas, tornando a sigla “FHC” um fardo para o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e para seus candidatos à Presidência da República: José Serra em 2002 e 2010, Geraldo Alckmin em 2006 e 2018, e Aécio Neves em 2014.

A bancada parlamentar do PSDB, eleita em 1994, por sua vez, expressava o que Duverger (1970) chamou de “partido de quadros” e contava com muita habilidade para fazer alianças congressuais. Quando o PT chegou à Presidência da República, em 2003, sua bancada havia praticamente dobrado, estava marcada por forte experiência e motivação política para inaugurar uma “nova era”. O PSDB, com menos deputados, primou, de início, por não fazer oposição às propostas do novo governo. Continuou como partido parlamentar sem defender seu passado e sem fazer oposição sistêmica. Ou seja, em 2003, Lula da Silva contou com condições mais favoráveis para governar e isso se deve em grande parte à oposição anódina feita pelo PSDB, e à aguerrida bancada petista, ainda mais experiente.

PT e PSDB polarizaram a disputa presidencial entre 1994 e 2014. Embora nenhum deles ocupe o primeiro lugar em número de filiados,³ ambos apresentam estrutura organizacional que cobre a maior parte do território brasileiro, com legisladores e cargos executivos em todos os níveis da federação e presença em quase todos os municípios.

Este trabalho investiga o perfil dos deputados federais eleitos em 1994 e em 2002 pelos dois partidos. O objetivo é analisar as principais características desses parlamentares nas eleições em que PSDB e PT chegaram à Presidência pela primeira vez. As questões que irão nortear o artigo, baseadas

3 Segundo levantamento no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o PMDB ocupa a primeira colocação, seguido por PT, e PSDB. Para mais informações, <http://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/filiados>.

em ideias correntes da bibliografia especializada, são as seguintes: 1) O PT representaria uma “novidade” do sistema partidário (MENEGUELLO, 1989; KECK, 2010), oferecendo maior visibilidade eleitoral para mulheres, operários e sindicalistas; 2) O PSDB, devido à sua origem parlamentar (ROMA, 2002; VIEIRA, 2012), seria integrado por deputados federais mais experientes, com maior renda e educação; 3) Os perfis dos parlamentares sufragados pelas legendas teriam mudado com o sucesso eleitoral dos partidos. Testaremos empiricamente essas questões, analisando os perfis dos deputados federais eleitos nos dois anos em que seus partidos foram, pela primeira vez, bem-sucedidos na campanha presidencial.

Assim, ao longo do trabalho, vamos analisar quatro conjuntos de parlamentares: (1) deputados peessedebistas eleitos quando seu partido ganhou a Presidência da República – 1994; (2) deputados petistas eleitos nessa data quando seu partido foi derrotado – 1994; (3) deputados peessedebistas eleitos quando o PSDB saiu do governo e foi para a oposição – 2002; (4) deputados petistas eleitos quando o PT se tornou governo – 2002. É mister enfatizar que estamos nos referindo aos parlamentares que foram eleitos, e não aos empossados no ano seguinte ao do sufrágio.

A Câmara dos Deputados foi escolhida como *locus* de investigação por dois motivos: é estratégica para delimitar as cotas dos fundos partidário e eleitoral e define a maior parte do tempo de televisão a que o partido tem direito no horário eleitoral gratuito. Ademais, é local privilegiado de produção de políticas públicas.

O trabalho divide-se em duas partes: na primeira parte, e mais breve, há um esforço de síntese para traçar as principais teses acerca das características dos dois partidos. Procuramos sintetizar as visões da literatura quanto às origens organizacionais das duas legendas, o perfil, e as bases sociais e políticas de seus quadros. Na segunda, faz-se uma análise exploratória dos deputados federais petistas e peessedebistas nos anos de 1994 e 2002. Para tal, elegemos sete variáveis: gênero, estados de origem, ocupação, formação acadêmica, passado sindical, experiências no Legislativo, experiência no Executivo.

Os dados foram compilados fundamentalmente a partir do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro do Centro de Pesquisa e Documentação de

História Contemporânea do Brasil (CPDOC-FGV), que apresenta os verbetes de todos os nomes pesquisados, e da seção “Conheça os Deputados”, do site oficial da Câmara dos Deputados, com grande parte das informações sobre as variáveis que selecionamos).⁴

Os dados coletados são incompletos para traçar um perfil mais acurado dos parlamentares, mas permitem pensar comparativamente os dois grupos de eleitos pelos dois partidos. A análise das biografias coletivas possibilitará a verificação empírica de teses correntes na literatura sobre as duas legendas, por exemplo, a associação do PT com a noção de políticos *outsiders*, enraizados em movimentos sociais sindicais, e a do PSDB com o conceito de partido de quadros experientes ligados a elites políticas e econômicas.

Origens e estruturas do PSDB e do PT

A literatura sobre o PSDB e o PT é assimétrica: enquanto temos uma vasta bibliografia, desde o final da década de 1980, sobre o PT, os trabalhos sobre o PSDB são exíguos e recentes. Esse desequilíbrio pode ser explicado pelo mito de origem dos dois partidos. O PT teria surgido como um instigante *outsider* ao sistema político, e o PSDB como partido parlamentar que não representava grande novidade. O PT teria vindo ungido pelo movimento sindical, especialmente o de São Paulo, por movimentos populares e Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) da Igreja Católica. Segundo Leôncio Martins Rodrigues (2014, p. 25), essa característica se adequaria às preferências políticas e ao “[...] perfil ideológico dos cientistas sociais, normalmente da intelectualidade de esquerda simpática ao PT”, mais atraídos a pesquisar o petismo.

De fato, as origens dos partidos e sua estrutura organizacional não podem ser vistas como algo menor dentro da lógica do sistema partidário (PANEBIANCO, 2005). Desde o início, o PSDB apresentou uma estrutura de decisão descentralizada, com autonomia de líderes e pouca participação de filiados, enquanto o PT apresentava uma estrutura hierárquica com ampla participação de filiados (ROMA, 2006).

4 Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa>.

Fundado em 1988 por dissidentes do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), o PSDB nasce como “partido de quadros”, nos dizeres de Duverger (1970). O novo partido teria buscado a criação de um nicho de centro-esquerda em meio aos trabalhos da Constituinte dominados por um Centrão conservador. Isso, contudo, não impediu que, para governar anos mais tarde, se aliasse ao PFL (ROMA, 2002, p. 71). Tanto Celso Roma (2002) quanto Soraia Marcelino Vieira (2012) trabalham com a tese questionável de que pragmatismo seria incompatível com posição ideológica, e fazem desse fator o parâmetro para entender o PSDB.

Do ponto de vista organizacional, o PSDB é lembrado por essa bibliografia como um partido sem grande participação de movimentos sociais. Internamente, há poucas instâncias de veto e são raríssimas as oportunidades de intervenção dos militantes partidários, uma vez que os encontros políticos somente acontecem perto das eleições (ROMA, 2002). Além disso, haveria falta de comunicação entre os diretórios do partido, o que facilitaria a centralização decisória na mão de poucos líderes (ROMA, 2006).

O PT, por sua vez, ainda suscita discussões sobre suas origens. Margaret Keck (2010) e Rachel Meneguello (1989) foram as primeiras cientistas políticas a estudá-lo, ainda na década de 1980. Ambas, embora com metodologias diferentes, trabalharam com a ideia de “novidade” para explicar a fundação do partido.

O título do livro de Keck, originalmente publicado em 1991, já indica a tônica de sua obra: *PT, A lógica da diferença*. Para a autora, seu trabalho é o estudo de uma “anomalia”; afinal, diferentemente de outros partidos, o PT tinha uma base sólida no operariado e em movimentos sociais (KECK, 2010, p. 14). Da mesma forma, Meneguello (1989, p. 15) começa sua obra anunciando que estudará uma “novidade” no sistema político brasileiro, entendida a partir da “ruptura com os padrões de organização partidária conhecidos no país”. Diferentemente do PSDB, sua origem estaria na sociedade e teria explícita marca classista. O cientista político Fábio Wanderley Reis (2010, p. 67) agrega a estas características a “militância aguerrida” com forte disciplina partidária, e o elemento populista associado à liderança de um líder carismático, Lula da Silva, principal figura do PT.

A designação de partido incomum seria contestada, em parte, por Leôncio Martins Rodrigues (2009). O autor apresenta o partido como representante de “um setor das classes médias” (RODRIGUES, 2009, p. 4), pelo fato de suas principais lideranças não serem oriundas do operariado, mas de setores organizados na estrutura sindical oficial e mais ligados ao estado. Ademais, o autor lembra o grande apoio de parte da Igreja Católica e os incentivos da alta intelectualidade, especialmente professores.

Para ratificar seu argumento, Rodrigues analisa os eleitos em 1986 e a Executiva Nacional eleita pelo partido em 1988, concluindo tratar-se de:

[...] partido de classe média assalariada, notadamente de profissionais liberais e outras profissões intelectuais, sendo minoritária tanto a proporção de trabalhadores manuais como a de membros das classes altas, e praticamente inexistente a de proprietários (pequenos, médios ou grandes). (RODRIGUES, 2009, p. 21).

O PT, *grosso modo*, segundo a maior parte das versões, nasceu como *outsider* do jogo político estabelecido, entrou em um processo de “normalização” nos anos 1990 e se tornou, nos anos seguintes, o principal polo da política brasileira.

PT e PSDB nas eleições legislativas para a Câmara dos Deputados: 1994 e 2002

No Legislativo, chama atenção a discrepância dos votos dados a um candidato de um determinado partido à Presidência e o número de votos recebidos, ao todo, pela mesma legenda na eleição. Um exemplo disso aconteceu em 2002, quando José Serra (PSDB) e Lula (PT) foram os candidatos mais votados no primeiro turno, recebendo quase 70% dos votos para presidente,⁵ e os dois partidos, juntos, alcançaram 17,7% da votação para a Câmara (MELO, 2015, p. 107). Devido à alta fragmentação partidária, fica evidente que, apesar dos repetidos sucessos na arena presidencial, PT e PSDB não expandiram substancialmente suas bancadas no Congresso (MELO, 2015).

5 Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2002/candidaturas-votacao-e-resultados/resultado-da-eleicao-2002>.

Na próxima Tabela, vemos como o número de peessedebistas e petistas na Câmara aumentou significativamente em 2002 se comparado a 1994.

Tabela 1 – Evolução do número de deputados federais eleitos por PT e PSDB, 1994-2002

PSDB			PT			TOTAL		
1994	2002	Crescimento	1994	2002	Crescimento	1994	2002	Crescimento
62	71	14,5%	49	91	85,7%	111	162	46%

Fonte: Dados extraídos do Tribunal Superior Eleitoral.

É claro que a Tabela 1 não é suficiente para afirmar se houve um crescimento linear das bancadas, uma vez que seria necessário olhar para os outros partidos e para o próprio PT e PSDB em 1998 – ano em que também houve eleições para deputado federal. No entanto, os dados mostram que o PT quase dobrou sua bancada de 1994 (49) para 2002 (91).

O crescimento eleitoral dos dois partidos vem acompanhado de alguma mudança substantiva em termos do perfil do conjunto dos eleitos, quer dentro de cada partido, quer quando se compara os dois? É isso que passaremos a analisar.

Em termos de gênero, a disparidade entre os eleitos é mais aguda no PSDB, o que reflete a recorrente realidade de exclusão da mulher na política. Em ambos os partidos, o número de mulheres sufragadas permaneceu baixo nos dois anos, com saldo mais negativo para o PSDB. Embora inexpressivo no conjunto dos eleitos, nota-se que o PT dobrou seu número de parlamentares mulheres (de sete para 14), denotando uma tendência de maior participação feminina em partidos mais localizados à esquerda e com participação social mais intensa.

Tabela 2 – Distribuição de parlamentares do PSDB e do PT por gênero

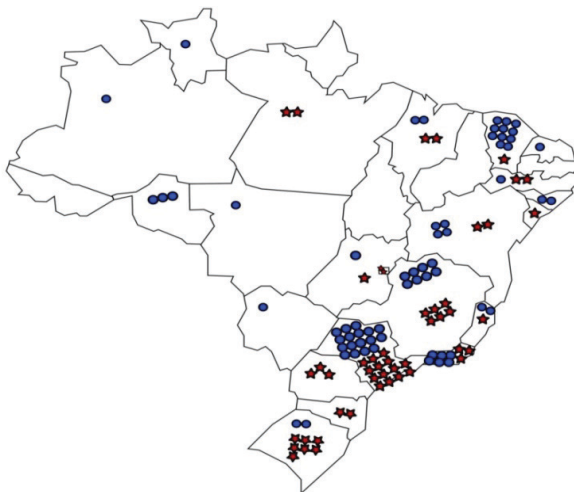
PSDB				PT											
1994		2002		1994		2002									
Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres								
N	%	N	%	N	%	N	%								
57	91,9	5	8,1	65	91,5	6	8,5	42	85,7	7	14,7	77	84,6	14	15,6

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

A questão regional é outra que mereceu nossa atenção; para tanto, verificamos a abrangência dos dois partidos em território nacional no que toca ao número de parlamentares eleitos em 1994 e 2002. Nos mapas que seguem, os pontos representam o PSDB e as estrelas, o PT. Ambos se nacionalizaram, com vantagem para o PT nesse quesito.

Mapa I – Distribuição estadual dos deputados federais eleitos pelo PT e pelo PSDB em 1994

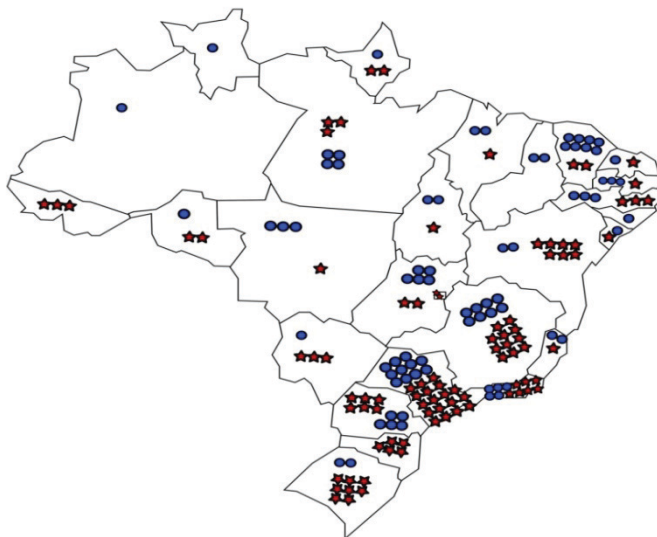
Brasil - 1994



Fonte: Elaborado pelos autores

Mapa 2 – Distribuição estadual dos deputados federais eleitos pelo PT e pelo PSDB em 2002

Brasil - 2002



Fonte: Elaborado pelos autores

A partir dos Mapas 1 a 2, chama inicialmente atenção a centralidade de São Paulo, de Minas Gerais e do Rio de Janeiro para os dois partidos. O crescimento da bancada do PT de 49 para 91 deputados é acompanhado por uma distribuição regional ampliada da agremiação, com forte presença também nos estados do Sul. Ademais, em 1994 o PT não elegeu parlamentares em oito estados; já em 2002 isso apenas não aconteceu em dois lugares (Amazonas e Roraima). O crescimento do PT nas duas eleições foi mais expressivo por duas razões: quase dobrou o número de eleitos e, além disso, ganhou capilaridade nacional. De toda forma, em 2002, todos os estados receberam pelo menos um deputado peessedebista ou petista, consequência das próprias estratégias internas de nacionalização eleitoral dos partidos.

Em 1994, ano em que o PSDB assumiu pela primeira vez a Presidência da República, o partido estava eleitoralmente mais nacionalizado do que o PT. Desde o início, o processo de nacionalização do PSDB foi mais fácil por já contar com parlamentares de vários estados em sua fundação (MAYER, 2011). Em 1994, o PT era extremamente fraco no Norte do país, possuindo representantes apenas no Pará. Àquela altura, São Paulo era o estado mais bem representado pelas duas forças, o que pode ser explicado, no caso do PSDB, pelos históricos nomes oriundos do antigo MDB no estado, como Fernando Henrique Cardoso, Franco Montoro e Mário Covas, e, no caso do PT, pela força sindical e trabalhista no estado.⁶ O estado sempre foi um polo da polarização entre os dois partidos, o que fica evidenciado também nas disputas a governador desde 1994, com a expressiva força eleitoral das duas legendas, repetindo o que ocorria em nível nacional (BRAGA; COSTA; FERNANDES, 2018). São Paulo tinha ainda o dobro de deputados no PT do que o Rio Grande do Sul (7), segundo estado mais bem representado pelos petistas. Já no PSDB, o Ceará ocupou o segundo lugar em termos de representação (11), bem perto de São Paulo (15), o que pode ser creditado à força das famílias Gomes e Jereissati, que controlavam esse estado do Nordeste.

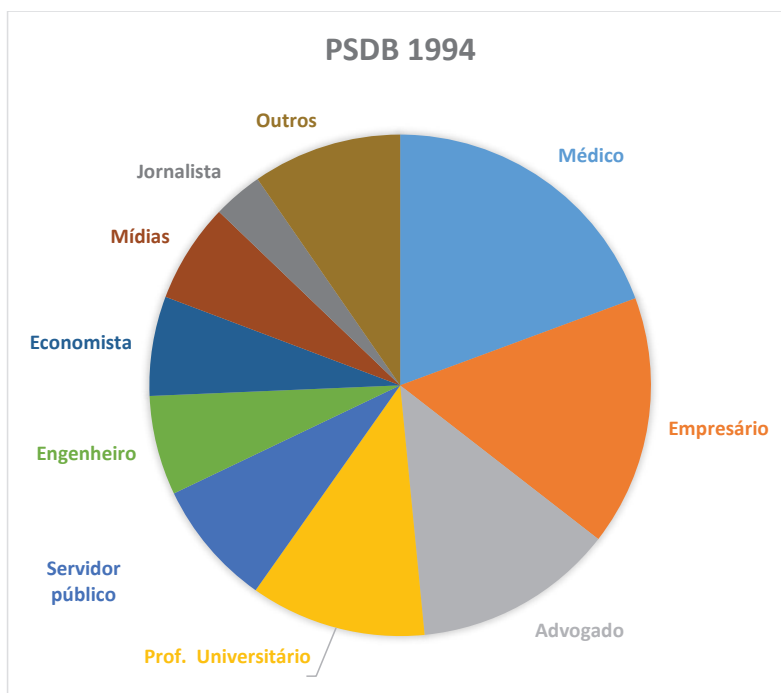
Em 2002, ano da eleição de Lula, o que chamou a atenção foi o salto de estrelas, com 23 estados representados ante 20 do PSDB. Ao contrário deste, o PT cresceu em todas as regiões do país, especialmente no Sudeste, visto que saltou de 24 deputados petistas, em 1994, para 37, em 2002 – única região em que o PSDB perdeu parlamentares, de 31 (1994) para 26 (2002). Um bom exemplo desse *boom* petista foi o Norte, que quintuplicou o número de deputados – de dois para dez. São Paulo continuou a ser o estado mais bem representado pelos dois partidos – no caso do PSDB, 11 parlamentares eleitos, e do PT, 18.

Considerando que as preferências eleitorais expressam valores e ideias, o que se pode concluir é que os dois partidos, nesses sufrágios, estão conectados com as regiões mais desenvolvidas do país, mais educadas, mais ricas e densamente mais povoadas.

6 Vale lembrar que o PT já tinha eleito uma prefeita na capital do estado em 1988 – Luiza Erundina, o que mostra a força do partido na região.

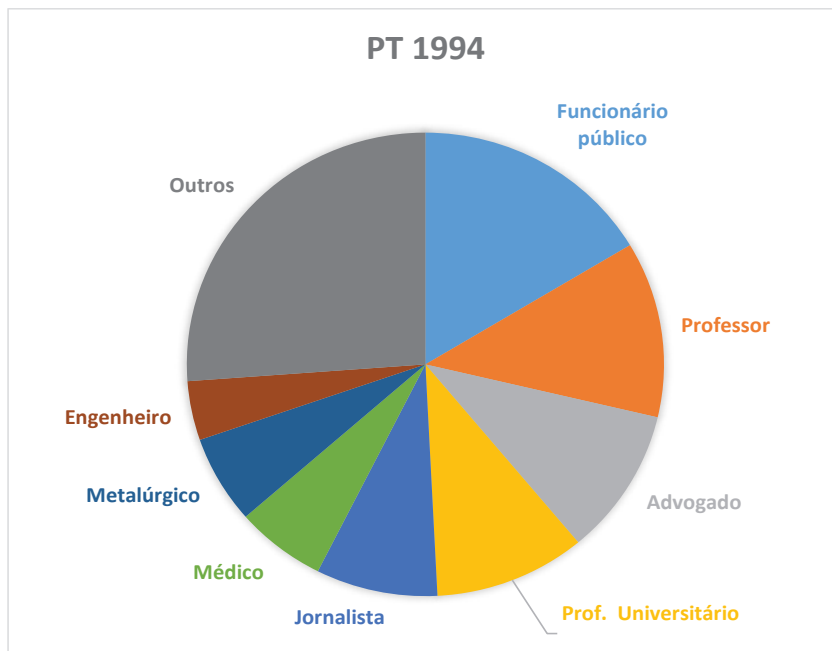
Do ponto de vista socioeconômico, podemos indagar se há similaridade na comparação entre as principais ocupações de peessedebistas e petistas em 1994 e 2002. Para melhores efeitos de cálculo, decidimos apontar apenas uma ocupação por deputado, mesmo sabendo que a maior parte do grupo passou por várias durante a vida. No entanto, escolhemos aquela que consideramos a mais importante a partir dos seguintes critérios, sendo o primeiro o mais importante: (1) ocupação que facilitaria a entrada do político na vida pública; (2) tempo de carreira; (3) ligação com o curso realizado na universidade, caso o tenha feito e (4) ocupação declarada no perfil elaborado pelo próprio deputado em seu repertório biográfico, no site da Câmara.

Gráfico IA – Ocupação de peessedebistas eleitos para a Câmara dos Deputados em 1994



Fonte: Elaborado pelos autores

Gráfico IB – Ocupação de petistas eleitos para a Câmara dos Deputados em 1994



Fonte: Elaborado pelos autores

Os gráficos apresentados são reveladores de que os parlamentares eleitos pelos dois partidos vêm de extrações socioeconômicas diferentes. No caso do PT, a categoria “outros” é a que recebe maior número em 1994 (13), seguida por funcionários públicos (oito) e professores de ensino médio e fundamental (seis). Colocamos no item “outros” as profissões que tiveram apenas um deputado, o que significa que, para além das oito ocupações representadas no gráfico do PT de 1994, existiram outras 13.

No caso do PSDB, como parte da literatura já constataria (RODRIGUES, 2002; ROMA, 2002; VIEIRA, 2012), o número de médicos (12) e empresários (dez), em 1994, é alto se comparado às outras ocupações. Além das profissões representadas no gráfico, há outras seis inclusas na categoria “outros”.

Analisando o perfil sócio-ocupacional de seis legendas na legislatura iniciada em 1999, Rodrigues confirma sua hipótese de que partidos considerados de direita tendiam a receber maior número de empresários e pessoas de renda mais alta, enquanto partidos de esquerda seriam preenchidos, em sua maioria, por classes médias e trabalhadoras, e os de centro, por “estratos sociais intermediários” (RODRIGUES, 2002, p. 33). Sem entrar no mérito de como definir partidos de esquerda e de direita, vemos, a partir dos nossos dados, que há uma ligação dos estratos mais baixos com o PT e de intermediários e altos com o PSDB. No entanto, considerando a grande presença de funcionários públicos entre os eleitos pelo PT, o vínculo classista deixa de ter muito rigor em termos de renda.

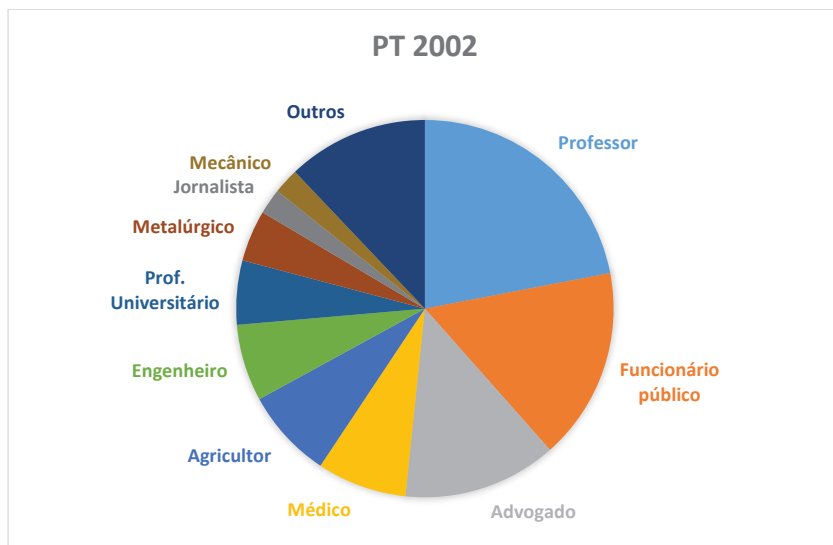
Para o ano de 2002, houve importantes mudanças nesse perfil para os dois partidos:

Gráfico 2A – Ocupação de peessedebistas eleitos para a Câmara dos Deputados em 2002



Fonte: Elaborado pelos autores

Gráfico 2B – Ocupação de petistas eleitos para a Câmara dos Deputados em 2002



Fonte: Elaborado pelos autores

Em 2002, vemos uma variedade de ocupações maior nos dois partidos, tornando-os mais convergentes. No PSDB, apesar de “médicos” ainda representarem a categoria com maior número de deputados (11), o número de professores universitários se iguala ao do PT. Já o de empresários cai bastante, chegando à metade do que era em 1994 (cinco). O número de advogados (dez) e de funcionários públicos (dez) também é significativo. Rodrigues lembra que as profissões intelectuais, como advogado, sempre foram mais presentes no PSDB do que as de empresários (RODRIGUES, 2002). Além das dez categorias representadas, ainda existiram sete outras. Chama atenção que em 2002 os dois partidos tenham ficado mais parecidos no quesito ocupacional: em ambos, quatro ocupações representam cerca de 60% dos parlamentares eleitos: advogados, funcionários públicos, médicos e professores.

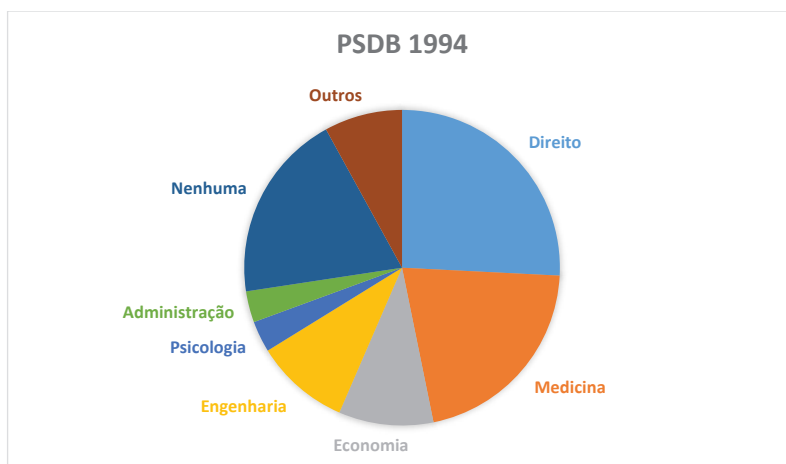
No caso do PT, a categoria que mais se destaca em 2002 é a dos professores de nível fundamental e médio. Havia nada menos que 20 desses

professores, representando 22% das ocupações da bancada. Logo em seguida, aparecem os funcionários públicos (15) e advogados (12). Esta última ocupação já mostra uma pequena mudança no perfil do PT. No entanto, vemos também quatro metalúrgicos e dois mecânicos – inexistentes no PSDB em 1994 e em 2002 – acrescentadas de outras 11 profissões inclusas como “outros”. De toda forma, no que se refere à ocupação, os dois partidos vão ficando mais parecidos.

Tal variedade ocupacional acompanhada de uma diminuição de profissões mais bem remuneradas nos dois partidos é tida por autores como Rodrigues (2014) como um sinal de “popularização” da Câmara de Deputados, que tem se notabilizado por deputados recrutados de camadas médias e baixas da sociedade, o que aconteceria em decorrência da maior democratização da vida política brasileira.

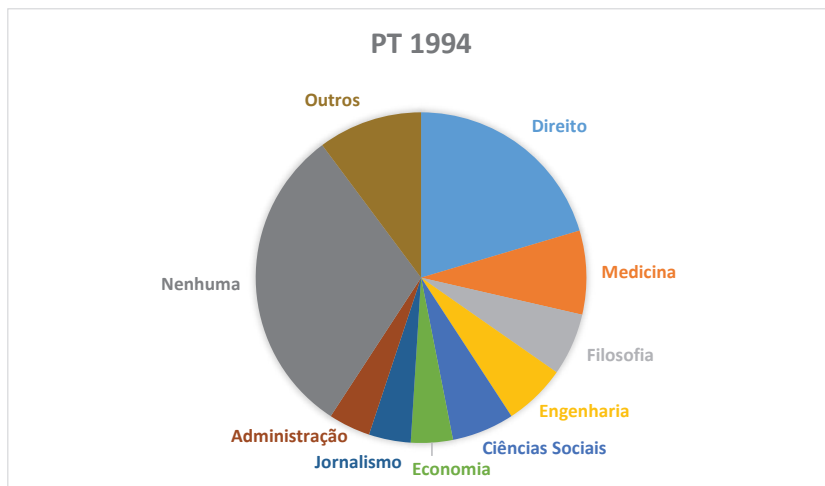
Podemos colaborar com esse debate ao olhar também para a formação acadêmica dos parlamentares. Mais uma vez, escolhemos apenas um curso por eleito, mesmo que este tenha feito outros, o que foi decidido a partir dos seguintes critérios, sendo o primeiro o mais importante: 1) curso concluído ajudou o parlamentar a entrar para a vida política e; 2) curso que teria ligação com a profissão exercida pelo deputado. A seguir, traçamos um perfil para os dois partidos no ano de 1994:

Gráfico 3A – Cursos concluídos na graduação pelos deputados federais eleitos pelo PSDB em 1994



Fonte: Elaborado pelos autores

Gráfico 3B – Cursos concluídos na graduação pelos deputados federais eleitos pelo PT em 1994*



Fonte: Elaborado pelos autores

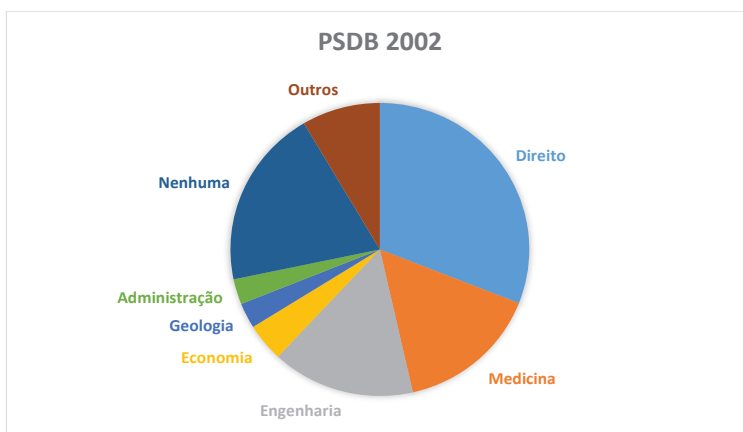
No tocante à formação acadêmica dos deputados, vemos uma variedade menor do que no caso das profissões. Um curso bastante tradicional se destaca nos dois grupos: Direito, com 16 parlamentares do PSDB, e dez do PT. O único curso que aparece no quadro do PSDB e não se destaca no PT é Psicologia. A grande diferença entre os gráficos diz respeito à categoria “nenhuma”, indicando que cerca de 30% dos petistas não concluíram ou nem mesmo começaram curso superior, ante 20% do PSDB, diferença que não chega a ser expressiva.

Entre os peessedebistas, vemos a presença de outros cursos tradicionais, dentre os quais a Medicina, com 13 parlamentares, além de Economia (seis) e Engenharia (seis). Há cinco outros cursos não representados no gráfico, uma vez que somente tiveram a presença de um deputado peessedebista em cada um deles.

No caso do PT, a variedade de cursos é um pouco maior, incluindo os cinco “outros” não representados. Excluindo Direito, poucos cursos se destacaram, uma vez que o segundo mais frequentado conta com apenas quatro petistas: o de Medicina.

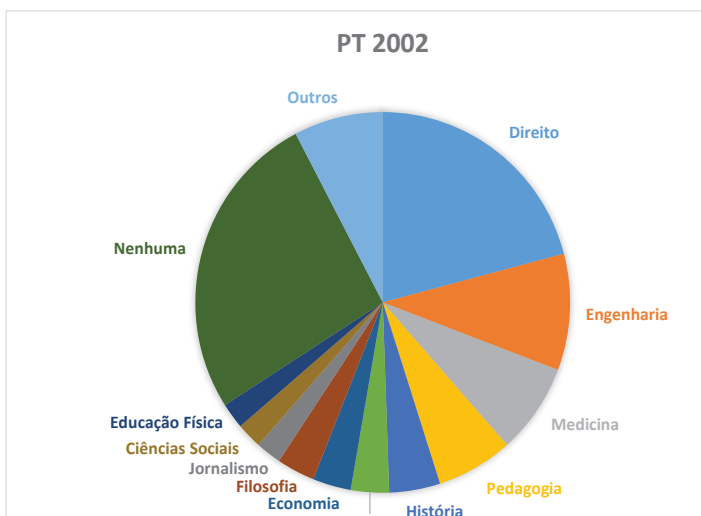
Para melhores efeitos comparativos, faz-se mister olhar para a mesma variável em 2002, cujos dados são apresentados a seguir.

Gráfico 4A – Cursos concluídos na graduação pelos deputados federais eleitos pelo PSDB em 2002



Fonte: Elaborado pelos autores

Gráfico 4B – Cursos concluídos na graduação pelos deputados federais eleitos pelo PT em 2002



Fonte: Elaborado pelos autores

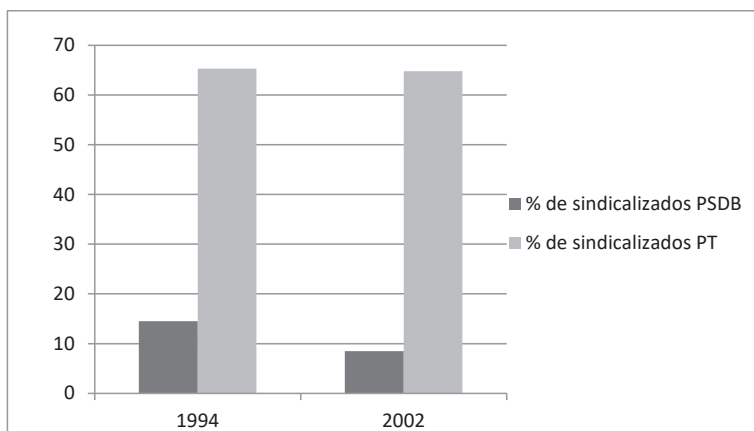
O primeiro aspecto que destacamos ao olhar comparativamente esses gráficos diz respeito aos cursos que lideram as amostragens. Em ambos os casos, Direito, Medicina e Engenharia, extremamente tradicionais, ocupam os primeiros lugares para os dois partidos, embora em diferentes ordens. No caso do Direito, primeiro lugar tanto para o PT quanto PSDB, os dois partidos viram aumentar o número de parlamentares que o cursaram. No PSDB, enquanto em 1994 havia 16 bacharéis, oito anos depois eram 22, contabilizando 30% de toda a bancada. No caso do PT, o número quase dobrou, pois eram dez os que tinham cursado Direito em 1994, e 19 em 2002, ou seja, 21% da bancada.

No PSDB, em 2002, o número de parlamentares sem formação acadêmica (14) continuou praticamente igual ao de 1994 (12). Além dos cursos representados no gráfico, há outros seis contabilizados na categoria “outros”. Já no PT, a variedade é bem maior do que a apresentada pelo partido oito anos antes. Foram nada menos que 25 cursos – sete deles inclusos como “outros”. Apesar de três cursos tradicionais aparecerem na frente, Pedagogia surge em quarto lugar com seis parlamentares petistas, certamente devido ao histórico vínculo do partido com professores e sindicatos. Há de se destacar também os cursos de História, Letras, Filosofia e Ciências Sociais, o que corrobora a tese de Rodrigues (2002) de maior apelo da esquerda aos cursos de humanas. Apesar de mais de um quarto da bancada não ter formação acadêmica, em termos proporcionais o número é menor que em 1994, quando 30% dos petistas não tinham começado ou concluído um curso.

O passado sindical dos parlamentares é outra questão que merece nossa atenção, uma vez que, como vimos, é algo que divide a literatura política, especialmente a do PT. Nosso intuito não será o de diferenciar as entidades sindicais, mas apenas delinear os parlamentares que tiveram ou não algum histórico de militância no sindicalismo brasileiro.

No gráfico a seguir, apresentamos percentuais comparativos dos dois partidos nos anos estudados e, depois, desagregamos os dados para aferir o número de ex-diretores sindicais, no caso do PT.

Gráfico 5 – Percentual de sindicalizados entre os eleitos para a Câmara dos Deputados por PSDB e PT, 1994 e 2002



Fonte: Elaborado pelos autores

Como podemos ver, o número de petistas que tiveram algum passado sindical é muito maior do que o de peessedebistas. Estes foram de nove, em 1994, para seis, em 2002 – longe dos 32 e 59 petistas eleitos em 1994 e 2002, respectivamente. Apesar disso, vemos que, percentualmente, o número caiu para os dois partidos, de forma muito mais acentuada para o PSDB. No caso do PT, apesar da subida em números absolutos, a quase imperceptível queda da porcentagem sobre sindicalizados se explica pelo aumento no tamanho total da bancada.

Pelo fato de o número de peessedebistas que fizeram parte do movimento sindical ser baixo, decidimos desagregar os dados para ex-diretores sindicais apenas para o PT, relativo aos dois anos. O que percebemos é que o número de sindicalizados que também foram, em algum momento, diretores sindicais, é alto, especialmente em 2002, quando atinge quase 85%. Nossa hipótese é de que ter um alto grau hierárquico em um sindicato foi um fator *sine qua non* para a escalada do petista na vida política, uma vez que ficava em evidência perante a mídia e a categoria representada. Os parlamentares petistas, em pesquisa realizada por Francisco Carvalho, admitiram que “ter uma base política e social” foi extremamente importante para a sua eleição (CARVALHO, 2006, p. 88), remetendo à sua força perante

movimentos populares, trabalhistas e sindicais. Rodrigues (2014, p. 102) corrobora a ideia, afirmando que, no caso dos sindicalistas, “o PT foi, de longe, a principal porta de entrada para a atividade parlamentar”.

Este é até aqui o principal ponto de diferenciação entre os eleitos dos dois partidos: o compromisso sindical do PT, o acionamento da estrutura sindical oficial e seus reflexos eleitorais.⁷

Tabela 3 – Deputados federais eleitos pelo PT em 1994 e 2002 que ocuparam cargos de direção em sindicatos

	Diretores sindicais		
	SIM (%)	NÃO (%)	TOTAL (%)
PT 1994	68,8	31,2	100,0
PT 2002	84,7	15,2	100,0

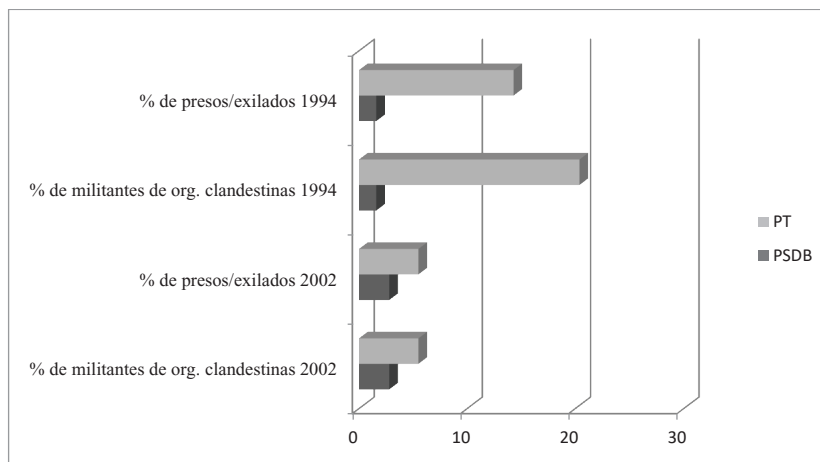
Fonte: Elaborada pelos autores

Os passos seguintes se detêm na experiência política dos parlamentares em foco, começando por uma variável pouco considerada: a participação política na resistência à ditadura (1964-1985). Grandes nomes do PSDB, como José Serra e Aloysio Nunes Ferreira, participaram daquele processo, assim como luminares do PT, a exemplo de José Dirceu e José Genoíno.

O Gráfico 6 revela números mais expressivos para os petistas que foram remanescentes da oposição, armada ou não, à ditadura.

⁷ Sobre o compromisso social do PT, ver também: D'Araujo, 2009, 2011.

Gráfico 6 – Deputados federais eleitos por PT e PSDB em 1994 e 2002 que participaram da resistência à ditadura militar



Fonte: Elaborado pelos autores

Há uma diferença nítida entre os dados de 1994 e 2002, pois a ditadura militar terminou em 1985, muito mais perto cronologicamente da primeira eleição analisada. No PSDB, em 1994, havia apenas um deputado que havia sido preso por ter militado em organização clandestina – Osmânio Pereira, de Minas Gerais. Oito anos depois, além de Osmânio Pereira, reeleito, Aloysio Nunes Ferreira, de São Paulo, um ex-guerrilheiro dos anos 1970, também se elegeu. Na bancada do PT em 1994, foram dez ex-militantes de organizações clandestinas, e sete os que foram presos e/ou exilados. Em 2002, o número caiu bastante, representando apenas 5,5% de todo o grupo petista. Assim, vemos que, no geral, os números indicam uma maior entrada de ex-participantes dos movimentos de resistência no PT, o que se coaduna com a ideia de que uma proposta de esquerda era a mais adequada para suceder ao governo ditatorial.

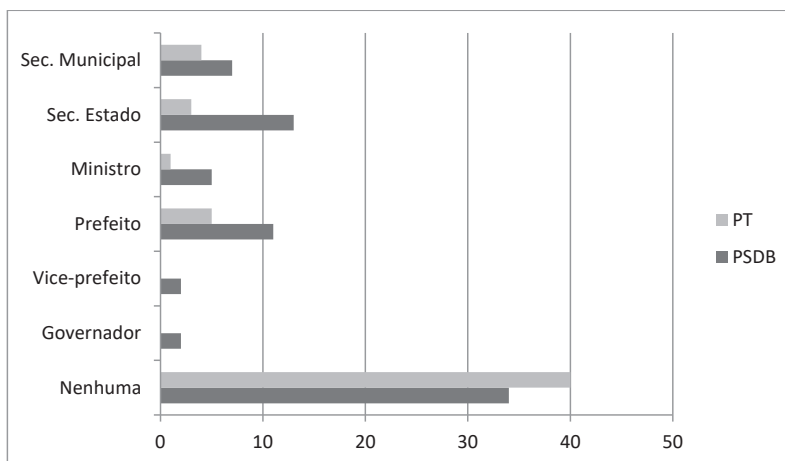
Como a literatura é praticamente consensual ao afirmar que o PSDB é um partido que já nasceu com grande experiência político-partidária, vamos, a seguir, mostrar os dados das experiências anteriores dos parlamentares dos partidos na política formal, começando pelo Poder Executivo.

Tabela 4 – Experiência de deputados federais eleitos por PSDB e PT no Executivo, nos três níveis da federação, 1994 e 2002 (%)

PSDB				PT			
1994		2002		1994		2002	
SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO
45,2	54,8	59,2	40,8	18,4	81,6	24,2	75,8

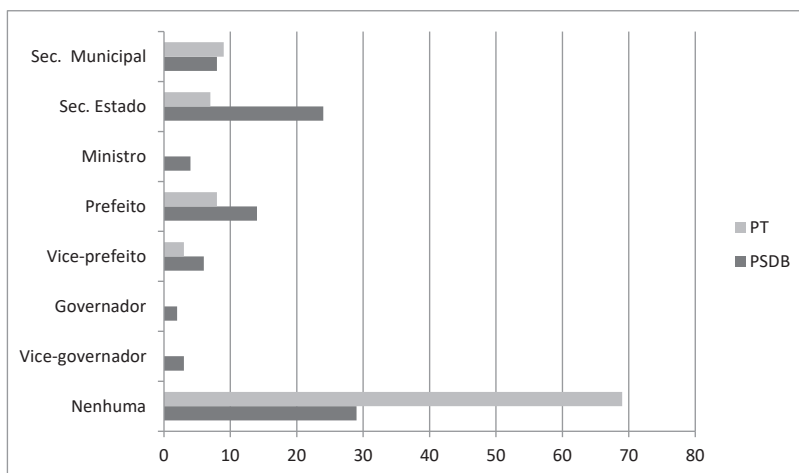
Fonte: Elaborada pelos autores

Gráfico 7A – Cargos exercidos no Executivo por peessedebistas e petistas antes de serem eleitos em 1994 (N)



Fonte: Elaborado pelos autores

Gráfico 7B – Cargos exercidos no Executivo, nos três níveis da federação, por peessedebistas e petistas antes de serem eleitos em 2002 (N)



Fonte: Elaborado pelos autores

A partir da Tabela 4, fica evidente a maior experiência no Executivo dos parlamentares peessedebistas em comparação com os do PT. Enquanto o PSDB atinge cerca de 60% de deputados com alguma passagem no Executivo antes de 2002, o PT não atinge 25%. Outra constatação é a de que quando o PSDB assume o Executivo, em 1994, havia cerca de 45% de deputados com alguma experiência no Executivo, bem maior do que quando o PT assumiu o poder em 2002 (24,2%).

Ao destrinchar os dados sobre os cargos anteriores dos deputados federais, os únicos que não foram preenchidos por peessedebistas e petistas foram os de presidente e vice-presidente, ausentes nos dois gráficos. O cargo de vice-governador apenas está presente no segundo gráfico. É importante frisar que usamos números absolutos para destacar todos os cargos que foram exercidos em alguns momentos por esses parlamentares, lembrando que muitos deles exerceram mais de um cargo no Executivo antes de se tornarem deputados federais.

O número de parlamentares petistas (40) sem experiência no Executivo ao assumir uma cadeira na Câmara dos Deputados em 1994 é tão alto

que praticamente impede qualquer tentativa de análise dos poucos cargos ocupados por petistas no Executivo até então. O que podemos destacar é a presença de cinco ex-prefeitos e do experiente Hélio Bicudo, que chegou a ser ministro interino da Fazenda ainda no governo João Goulart.

No caso do PSDB, o que se destaca ainda é o número de ex-secretários de governos estaduais (13), seguido de ex-prefeitos (11). Também vemos a presença de dois ex-governadores: Roberto Figueira Santos, da Bahia, que também foi ministro da Saúde no governo Sarney, e Franco Montoro, ex-governador do maior estado do país, e ministro do Trabalho no gabinete parlamentarista de Tancredo Neves.

Em 2002, o PSDB continuou com experiência parecida entre seus parlamentares, destacando, mais uma vez, o número de ex-secretários de estado (24), muitos dos quais trabalharam em governos comandados pelo PSDB a partir de 1994. No caso do PT, além do alto número de parlamentares eleitos sem experiência no Executivo (69), destacamos também o número de ex-secretários municipais (nove), muitos dos quais atuantes em prefeituras comandadas pelo PT na década de 1990.

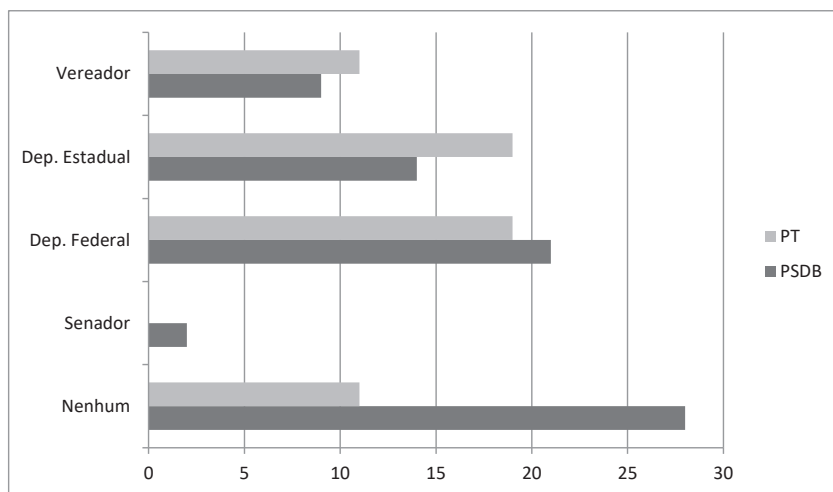
A seguir, continuamos a explorar as experiências anteriores dos parlamentares eleitos pelas duas legendas em 1994 e em 2002. Agora, no entanto, veremos as passagens desses políticos por cargos no Legislativo antes de assumirem suas cadeiras nos anos estudados.

Tabela 5 – Experiência de deputados federais eleitos por PSDB e PT no Legislativo, nos três níveis da federação, 1994 e 2002 (%)

PSDB				PT			
1994		2002		1994		2002	
SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO
54,8	45,2	87,3	12,7	77,6	22,4	79,1	20,9

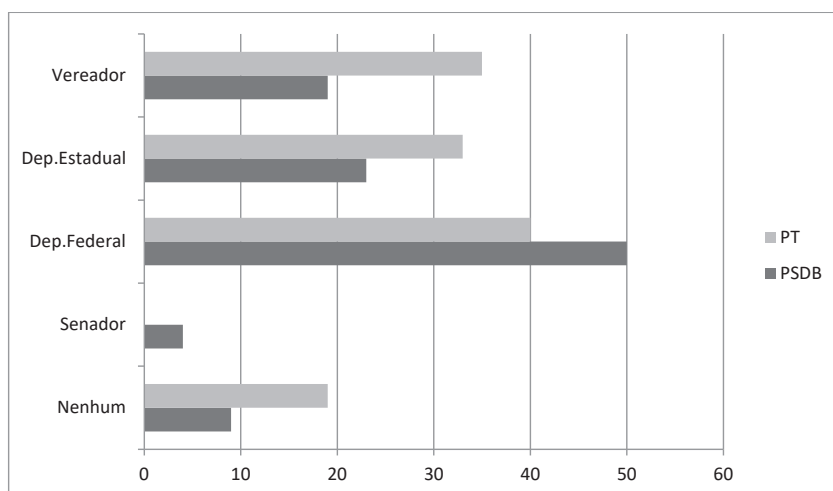
Fonte: Elaborada pelos autores

Gráfico 8A – Cargos exercidos no Legislativo, nos três níveis da federação, por peessedebistas e petistas antes de serem eleitos em 1994 (N)



Fonte: Elaborado pelos autores

Gráfico 8B – Cargos exercidos no Legislativo, nos três níveis da federação, por peessedebistas e petistas antes de serem eleitos em 2002 (N)



Fonte: Elaborado pelos autores

Na Tabela 5, encontramos uma surpresa ainda pouco notada pela literatura: apesar de ter nascido dentro do Parlamento na década de 1980, o maior número de deputados inexperientes no Legislativo, em 1994, está no PSDB, se comparado ao PT. Este vinha com quase 80% de seus parlamentares com alguma experiência no Legislativo, o que contradiz a tese tão comum de que se tratava de um partido com pouca experiência na política formal. No PSDB, por oposição, 55% dos parlamentares não havia exercido qualquer cargo legislativo.

Com experiência em governos estaduais e na Presidência, depois de oito anos, quase 90% dos parlamentares peessedebistas já tinham alguma experiência parlamentar quando eleitos em 2002. No PT, cerca de 80% dos deputados federais, nesse ano, também eram experientes no Legislativo. Ou seja, aqui também os dois partidos ficam mais iguais, ou seja, mais profissionalizados. O que se destaca para o PT, no entanto, é o alto número de ex-vereadores, mais de 1/3 da bancada eleita, o que pode ser explicado pela estratégia do partido na “escolha de candidatos regionais e lideranças expressivas” (CARVALHO, 2006, p. 84).

Esses números contrastam com parte da literatura que credita ao PSDB maior experiência no Legislativo. O que vemos, pelos dados, é que, apesar de esta tese se confirmar em relação ao Executivo, os parlamentares petistas, já em 1994, tinham grande experiência em cargos no Legislativo o que pode ter sido decisivo para sua forte e aguerrida oposição ao governo Fernando Henrique, assim como teria sido fundamental na sustentação política dos mandatos de Lula da Silva.

Considerações finais

Na comparação das trajetórias políticas dos deputados federais eleitos por PSDB e PT em 1994 e 2002, anos em que cada um dos dois partidos chegou à Presidência da República, a principal contribuição foi desconstruir o mito de que o PT entrou em sua primeira disputa presidencial com o PSDB (1994) trazendo em seu arcabouço menos experiência política. Isso não se aplica ao campo legislativo. Ademais, durante o trabalho, procuramos acrescentar às discussões correntes dados que ajudam a comprovar ou retificar determinadas hipóteses difundidas pela literatura especializada.

Entre elas, o fato de que, do ponto de vista da composição parlamentar, os dois partidos foram ficando mais parecidos.

Uma grande diferença entre as duas agremiações, nos dois momentos enfocados, reside na questão regional, principalmente para os petistas, que expandiram seus redutos eleitorais, dispersando-se em todo o Brasil. De fato, ambas as legendas passaram a disputar o mesmo espaço eleitoral. As duas também se tornaram mais convergentes quanto à sua composição social, política e econômica em 2002, dada a maior capacidade do PT para aumentar seu alcance eleitoral, a partir do seu processo de “normalização” dos anos 1990 (HUNTER, 2008). O PSDB popularizou-se e o PT, embora continuasse menos educado formalmente, elevou seus indicadores educacionais. Em termos ocupacionais, também se nota um aspecto importante em comum: ambos os partidos ficam mais diversificados, deixando de lado setores e profissões mais convencionais, com exceção do Direito, tornando-se mais plurais, com destaque para o PT.

A maior contribuição empírica desse trabalho diz respeito à experiência legislativa anterior: no caso do PT, em 1994, quase 80% de seus membros já tinham alguma passagem pelo Poder Legislativo, em um dos três níveis da federação, enquanto o PSDB não atingiu 55% (ver Tabela 5). Isso mostra que, embora tivessem origens diferentes, houve uma entrada maciça de petistas em câmaras municipais, estaduais e a federal nos anos 1980, o que lhes rendeu *expertise* parlamentar que os gabaritou para fazer oposição sistêmica ao governo FHC. É fato que, em 2002, a taxa de experiência no Legislativo ficou maior para o PSDB (87,2%), superando o PT, visto que este ficou com 79,1%. O PSDB avançou nesse quesito depois de oito anos como partido governista (1995-2002).

Outros achados são relevantes para marcar as poucas diferenças que se delinearão entre os dois partidos. Um diz respeito à questão de gênero. As mulheres têm espaço maior no PT do que no PSDB. Outro importante remete ao vínculo sindical. A estrutura oficial dos sindicatos no Brasil e suas diretorias são plataforma crucial para injetar recursos e quadros no PT. Notamos também que em seus anos iniciais, o PT reuniu mais ativistas que combateram a ditadura, em coerência com as utopias desses militantes de construir um governo de esquerda e de trabalhadores como sucedâneo da

ditadura militar. Outra marca do partido é a presença de servidores públicos, organizados em suas agremiações sindicais. Dessa forma, embora haja um conjunto de fatores que façam os dois partidos ficarem mais parecidos na corrida eleitoral, os vínculos iniciais com sindicatos, centrais sindicais, serviço público e movimentos sociais, ex-militantes da oposição não consentida à ditadura, bem como a alta absorção de profissionais de variadas ocupações dão ao PT recursos de poder distintos dos do PSDB. Todos foram acionados para ampliar seu capital eleitoral.

Essa distinção já é menor em 2002. Neste momento, mudanças significativas já aconteceram também dentro do PSDB que vai se tornando mais popular no que concerne aos seus eleitos. Há, assim, um movimento de convergência quanto à experiência e à composição social dos dois partidos, enquanto a disjuntiva ideológica torna-se mais profunda.

Enfim, observar os perfis dos eleitos pelo PSDB e PT em 1994 e 2002 mostrou-se um recurso fecundo na medida em que, empiricamente, chegou-se a conclusões que relativizam alguns valores e mitos sobre nossa classe política e suas clivagens ideológicas, notadamente no que se refere a capacidades políticas acumuladas no Legislativo.

Referências

BRAGA, M. S. S.; COSTA, V. M. F.; FERNANDES, J. L. M. Dinâmicas de funcionamento e controle do poder nos partidos políticos Os casos do PT e PSDB no Estado de São Paulo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** (Online), v. 33, p. 1-26, 2018.

BRASIL. Congresso Nacional. Seção **Quem são os Deputados**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa>. Acesso em: 5 ago. 2018.

CARVALHO, Francisco Cristiano Noronha. **O crescimento da bancada do PT na Câmara dos Deputados entre 1994 e 2002**. Orientador: David V. Fleischer. 2006. 112 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

D'ARAUJO, M. C. **A elite dirigente do governo Lula**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2009.

D'ARAUJO, M. C. PSDB e PT e o Poder Executivo. **Desigualdade & Diversidade**, Dossiê Especial, p. 65-100, 2º sem. 2011.

Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, pós-1930. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2001.

- DUVERGER, M. **Os Partidos Políticos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- HUNTER, W. The Partido dos Trabalhadores: still a party on the left? *In*: KINGSTONE, P.; POWER, Timothy. **Democratic Brazil revisited**, University of Pittsburgh Press, 2008, p.15-32.
- KECK, M. E. **PT - A lógica da diferença**: o partido dos trabalhadores na construção da democracia brasileira. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.
- MAYER, R. **Os partidos como organizações**: um estudo comparado do PSDB & PT. Orientadora: Luciana Fernandes Veiga. 86 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.
- MELO, C. R. The 2014 Elections and the Brazilian Party System. **Brazilian Political Science Review**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 93-114, 2015.
- MENEGUELLO, R. **PT - A Formação de Um Partido (1979-1982)**. 1. ed. São Paulo: Paz & Terra, 1989.
- PANEBIANCO, A. **Political Parties: Organization & Power**. Cambridge (UK): Cambridge University, 2005.
- REIS, F. W. Identidade política, desigualdade e partidos brasileiros. **Novos Estudos Cebrap**, n. 87, p. 61-75, 2010.
- RODRIGUES, L. M. Partidos, Ideologia e Composição Social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, p. 31-47, 2002.
- RODRIGUES, L. M. A composição social das lideranças do PT. *In*: **Partidos e sindicatos: escritos de sociologia política** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009, p. 1-26.
- RODRIGUES, L. M. **Pobres e ricos na luta pelo poder, novas elites na política brasileira**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2014.
- ROMA, C. A institucionalização do PSDB entre 1988 e 1999. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 49, p. 71-92, jun. 2002.
- ROMA, C. Organizaciones de partido en Brasil: el PT y el PSDB bajo perspectiva comparada. **América Latina Hoy**, v. 44, p. 153-184, 2006.
- TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). **Consulta de Resultados Eleitorais**. 2002. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2002/candidaturas-votacao-e-resultados/resultado-da-eleicao-2002> Acesso em: 5 ago. 2018.
- VIEIRA, S. M. **O Partido da Social Democracia Brasileira**: Trajetória e Ideologia. Orientador: Fabiano Guilherme Mendes Santos? 2012. 186 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Rio de Janeiro, 2012.

Parliamentary experience and trajectories of congressmen elected by PSDB and PT in 1994 and 2002: breaking myths

Abstract

The group of congressmen who are elected by PSDB and PT in 1994 and 2002 are analyzed from the social, politic and economic criteria. The study confirms the usual theses according to which PT's congressmen were more connected to trade union movements, less educated and had more varied occupations. In contrast, this paper reveals that most of PT's congressmen had more experience in the Chamber of Deputies, contradicting the conception of being outsider. By comparing the two groups of congressmen in elections that they got the Presidency for the first time, and supposing that experience makes difference, we defend the hypothesis that the know-how of PT's congressmen was important to his role as opposition to Fernando Henrique, in 1994, as well to support Lula da Silva in 2003.

Keywords: Workers's Party. Brazilian Social Democratic Party. Parliamentary experience. Social composition of the parties.

Recebido em 24/08/2018
Aprovado em 26/08/2019

Competição intrapartidária nas eleições para deputado federal: um estudo exploratório sobre São Paulo em 2014

Cíntia Pinheiro Ribeiro de Souza¹

Luís Felipe Guedes da Graça²

Resumo

Esse artigo aborda o tema da competição intrapartidária nas eleições proporcionais de lista aberta. Embora a literatura espere que as regras eleitorais brasileiras incentivem a concorrência direta por votos entre correligionários, poucos são os esforços para mensurar os níveis dessa competição. A partir de correlações de votos, por zonas eleitorais, discutimos os graus de sobreposição espacial das candidaturas dentro de quatro partidos na disputa pelo cargo de deputado federal no estado de São Paulo em 2014. Encontramos variações nos níveis de competição intrapartidária que indicam diferentes estratégias de coordenação na seleção de candidatos. Essa variedade mostra que, além dos incentivos das regras eleitorais, as respostas estratégicas dos agentes a essas regras não devem ser negligenciadas ao tratar desse tema.

Palavras-chave: Eleições. Deputado federal. Competição intrapartidária. Representação. São Paulo

Introdução

Os partidos brasileiros são tradicionalmente considerados fracos em sua atuação na arena eleitoral, principalmente nas disputas por cargos proporcionais. Essa fragilidade tem sido questionada por trabalhos mais

1 Pós-doutoranda na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutora em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). cprsouza@gmail.com

2 Professor do departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutor em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). lfgraca@gmail.com



Direito autoral e licença de uso: Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra, forneça um link para a licença, e indicar se foram feitas alterações.

recentes e encontra, nas mudanças trazidas pela reforma eleitoral de 2015³, um teste à capacidade dos partidos em coordenar suas ações. Dentre as alterações da lei, a mudança do art. 108 do Código Eleitoral de 1965⁴ passa a exigir, do candidato, um mínimo de votos nominais igual a 10% do quociente eleitoral. Essa mudança traz um custo claro para os partidos que não coordenarem sua atuação eleitoral ao angariarem votos que poderão não ser traduzidos em cadeiras. Concentrar votos em apenas um candidato ou deixar que candidatos concorram pelos mesmos votos pode gerar ineficiência na busca por cargos no Legislativo.

O objetivo deste artigo é discutir o protagonismo, ou a figuração, dos partidos na coordenação das eleições proporcionais brasileiras. A ideia central a orientar este exercício é explorar a discussão sobre o tamanho da competição intrapartidária na disputa para o cargo de deputado federal. O caso analisado é o do Estado de São Paulo, o distrito com a maior magnitude eleitoral – 70 cadeiras – nesse tipo de eleição. Ao explorar a intensidade dessa competição dentro de alguns partidos, buscamos discutir o quanto esses contribuem para a definição das estratégias de campanha e dos resultados eleitorais proporcionais.

Os candidatos aos cargos legislativos no Brasil têm sido vistos pela literatura como muito independentes dos partidos e das lideranças durante o processo eleitoral (MAINWARING, 1993; CAREY; SHUGART, 1995; NICOLAU, 2006; SAMUELS, 2008). Grande parte dessa visão se deve ao sistema eleitoral de lista aberta que opera no país. A existência do voto preferencial é fonte de muitas expectativas teóricas sobre o funcionamento dos partidos políticos, as coalizões de governo e a relação entre representantes e representados. O fato de os eleitores ordenarem os nomes nas listas de candidatos eleitos de partidos e coligações cria competição intrapartidária, situando a persona do candidato, em vez de reputação partidária, como crucial para a conquista de um assento no órgão representativo. Baixa capacidade de controle de líderes partidários no processo de seleção de candidaturas e predominância de redes de financiamento ligadas mais aos candidatos que aos partidos reforçariam o caráter personalista da dis-

3 Lei nº 13.165 de 2015, de 29 de setembro de 2015 (BRASIL, 2015).

4 Lei nº 4.737 de 1965, de 15 de julho de 1965 (BRASIL, 1965).

puta. As decorrências desse incentivo seriam custos baixos para decisões que fragilizem identidades partidárias, como o estabelecimento de relações paroquialistas com o eleitorado, infidelidade partidária, migração de candidatos eleitos e fraca disciplina legislativa (MAINWARING, 1995). Parte da literatura, no entanto, tem buscado rever criticamente as hipóteses iniciais sobre como funcionam coalizões governativas e partidos políticos no Brasil (LIMONGI; FIGUEIREDO; 1999; BRAGA 2008, BOLOGNESI, 2013). Há mais racionalidade, coordenação e equilíbrios estáveis no sistema político brasileiro do que apresentado pelas expectativas do começo dos anos 1990.

A ideia de competição intrapartidária é central nas concepções sobre como funcionam as eleições legislativas no Brasil. No entanto, ela continua pouco explorada pela literatura. Carey e Shugart (1995), ao discutirem formas classificatórias de sistemas eleitorais a partir dos incentivos personalistas que promovem, usam a ideia de competição intrapartidária como um fator dicotômico, que existe quando o voto é preferencial e a lista é ordenada pelo eleitor, ou que está ausente quando a composição da lista é feita pelo partido. É essa crença de natureza dicotômica que ajuda a explicar a pouca atenção dada a medidas ou questionamentos sobre o grau dessa competição intrapartidária dentro de cada partido.

Argumentamos aqui que a competição intrapartidária precisa ser analisada como algo além de um evento meramente dicotômico. Logicamente, a competição intrapartidária existe apenas em sistemas que possuem voto preferencial, mas ela pode tomar gradações diferentes. A atuação dos partidos e líderes partidários na escolha dos candidatos e de estratégias de campanhas tem efeitos diretos sobre a competição intrapartidária.

Dois candidatos competem por um voto quando apresentam suas candidaturas ao eleitor e buscam convencê-lo de que cada um deles é a melhor escolha. Assim, a competição intrapartidária deve ser entendida como a disputa eleitoral entre membros do mesmo partido pelo voto de um eleitor. Na disputa eleitoral por cargos na Câmara de Deputados, os candidatos concorrem em distritos iguais aos Estados da Federação. Por se tratar de uma disputa com magnitude que varia de 8 a 70 cadeiras, para conseguir sucesso eleitoral, os candidatos precisam conquistar somente uma fração

do eleitorado. Cada candidato possui eleitores potenciais diferentes definidos por ligações geográficas, temáticas ou sociais com os representados. Os partidos podem utilizar essas informações sobre o eleitorado potencial dos candidatos para orientar suas nomeações. Caso exista intensa competição intrapartidária, no sentido que mais de um candidato do partido dispute o mesmo voto potencial, o partido estará, como um todo, empregando de forma ineficiente seus recursos. Esse cenário é prejudicial tanto ao partido quanto aos candidatos envolvidos na disputa pelo mesmo voto. Ao partido, por dispersar esforços repetidos na conquista do mesmo eleitor potencial, inflando seus custos, e aos candidatos, por verem suas chances individuais de eleição serem negativamente afetadas.

Assim, a competição intrapartidária pode ser afetada por iniciativas de coordenação dos dirigentes partidários, principalmente na formação da lista de candidatos. Estratégias eleitorais coletivas, a ideologia dos partidos e a escolha de participar em uma coligação com partidos maiores ou menores são fatores que influenciam na competição intrapartidária quando considerada como um fenômeno mais amplo que o direito de escolha do eleitor. Incentivos institucionais importam, mas as maneiras pelas quais os agentes reagem e lidam com as regras acarretam consequências. A literatura que foca exclusivamente em incentivos das regras eleitorais perde de vista o aprendizado dos atores envolvidos em jogos que, como os eleitorais, se repetem periodicamente.

Esse artigo busca verificar graus de competição intrapartidária usando sobreposição espacial entre os candidatos. Ele se divide em três partes e conclusão. Após essa breve introdução, a primeira parte apresenta, de forma resumida, o debate sobre as expectativas da literatura acerca de sistemas eleitorais e seus impactos nos partidos políticos. A segunda parte discorre sobre competição e coordenação intrapartidária no Brasil. A terceira parte se dedica à abordagem mais empírica na qual discutimos e apresentamos uma forma exploratória de medir competição intrapartidária que considera a correlação das votações entre os candidatos por zona eleitoral. Por fim, concluímos o artigo com alguns apontamentos acerca de pesquisas futuras sobre o tema.

Sobre sistemas eleitorais e partidários

A literatura sobre sistemas eleitorais e partidários se preocupou principalmente em compreender como as variáveis institucionais associadas às regras eleitorais e à conformação dos sistemas partidários influenciam na governabilidade dos países. Os atritos gerados pela dualidade de objetivo das eleições gerais – formar governo e gerar representação – percorrem todo o debate sobre sistemas eleitorais e sistemas partidários. Visões majoritárias e proporcionais sobre as eleições como o instrumento da democracia não compartilham das mesmas expectativas (POWELL, 2000). Em geral, a governabilidade – ou clareza de responsabilidade sobre as ações – varia inversamente à representatividade de um sistema. Por isso, pode-se afirmar que, por um lado, as regras eleitorais que promovam resultados mais proporcionais e fragmentação partidária contribuem para o aumento da representatividade e diminuem a governabilidade (eficiência) dos sistemas políticos. Por outro lado, quando os resultados são menos proporcionais e existe menos fragmentação partidária, gera-se mais governabilidade à custa de uma diminuição da representatividade.

Há um esforço para classificar os sistemas eleitorais em função dos incentivos e efeitos esperados a partir deles. No tema da construção das listas partidárias, separam-se os sistemas eleitorais entre os que promovem mais personalismo e aqueles que geram mais partidarismo na atuação dos representantes. Conforme a classificação ordinal de Carey e Shugart (1995), três critérios são chave para compreender os sistemas eleitorais e seus incentivos para os políticos construírem ligações centradas no partido ou no indivíduo. O primeiro critério trata do acesso à lista de candidatos do partido. Esse controle se refere tanto ao controle exercido sobre o acesso ao direito de figurar na lista de candidatos quanto sobre a ordenação dos candidatos na lista. A ausência de preordenação dos candidatos de uma lista sob sistema proporcional permite, por exemplo, que haja competição entre candidatos de uma mesma legenda. Os autores propõem que o controle pode ser estrito se os líderes selecionam os candidatos e preordenam a lista como nos sistemas de lista fechada; intermediário, se os líderes selecionam a lista mas não a ordenam; e precário, se os líderes não selecionam os candidatos e tampouco os ordenam – como na seleção via primárias. Samuels

(2008) observa, no Brasil, um processo que reforça a seleção de candidatos com perfil mais focado em si próprios. Como, segundo o autor, existiria um processo de nomeação da lista de candidatos descentralizado e com pouco controle das lideranças, as ligações entre candidatos e partidos seriam fracas.

O segundo critério de Carey e Shugart (1995) mensura se o esforço conjunto dos candidatos de um mesmo partido na busca por votos afeta, de alguma forma, a sorte do partido na quantidade de cadeiras que recebe por mecanismo de transferência de votos. Nos sistemas que possuem transferência, os votos recebidos pelo candidato de um partido específico contribuem também para o número de cadeiras ganho pelo partido como um todo. Assim, os votos do candidato são conjugados com os votos do partido se esses são primeiramente somados aos votos de seus companheiros de legenda como um conjunto que determina quantas cadeiras recebe o partido. A fórmula brasileira prevê essa conjugação dos votos de candidatos e partidos. Em outros sistemas, os votos do candidato são conjugados parcialmente aos votos do partido se os votos do candidato são somados apenas aos de listas ou candidatos específicos dentro do partido para determinar as cadeiras que o partido tem direito. Assim, um candidato pode ser eleito com a ajuda dos votos de eleitores que o preferiram em segundo lugar de uma lista, por exemplo. Já a ausência de conjugação dos votos do candidato com os votos do partido implica que o candidato deverá obter por conta própria os votos necessários para ser eleito. O exemplo clássico dessa fórmula é o voto único não transferível (SNTV), conhecido no Brasil pela alcunha de “Distritão”.

O terceiro critério captura a escolha do eleitor, se esses escolhem um partido, múltiplos candidatos ou apenas um candidato específico de um partido. Na situação em que a escolha se dá por um partido, espera-se que o peso da reputação partidária seja muito maior que no caso de o eleitor possuir a opção de também escolher o nome do candidato.

Da combinação desses três critérios, resultam sistemas eleitorais que variam dos sistemas de lista fechada em um turno – aquele que mais incentiva o partidarismo – ao voto único não transferível sem seleção de candidatos, ou que mais incentiva o personalismo. Os achados dessa literatura,

no entanto, enfrentam críticas. Santos (2006), por exemplo, não encontra efeitos claros dos modelos de listas eleitorais na competição partidária e no desempenho institucional.

Por um lado, os sistemas eleitorais que geram incentivos para um partidarismo maior dos representantes são vistos de forma positiva porque, em tese, partidos fortes trazem mais inteligibilidade para o processo decisório e diminuem os custos de governabilidade. Quando as lideranças dos partidos conseguem controlar os representantes de maneira que esses últimos sejam disciplinados na arena parlamentar, espera-se que haja mais disciplina e lealdade partidária, além da predominância de políticas programáticas voltadas para as questões nacionais (COX, 1987).

Por outro lado, os sistemas eleitorais que geram incentivos para um personalismo maior dos representantes são vistos de maneira negativa. Em tese, o personalismo é sinônimo para partidos fracos, pois as lideranças têm pouco ou nenhum controle sobre os representantes. Se os líderes são fracos, torna-se mais difícil resolver problemas de ação coletiva entre os representantes do partido porque, sem a coerção do líder, suas preferências incongruentes podem levar os representantes à indisciplina e até mesmo à baixa lealdade partidária e à troca de partido. O personalismo também pode gerar incentivos para uma atuação do tipo paroquialista (CAIN, FERREJOHN; FIORINA, 1987, SHUGART; CAREY, 1992). Esse tipo de atuação é percebido como danoso para a governabilidade porque aumentaria os custos de negociação entre o Executivo e o Legislativo já que essa última se daria em bases individualizadas. Quando essas características estão associadas a sistemas multipartidários, o tom pessimista se torna ainda mais forte (MAINWARING, 1993, 1997).

O sistema eleitoral proporcional de lista aberta, adotado no Brasil, é enquadrado como forte empecilho para a coordenação da lista de candidatos. Bergman, Shugart e Watt (2013) indicam que, nesse sistema, há alinhamento entre os incentivos de candidatos individuais e de partidos que buscam maximizar a quantidade de cadeiras ganhas no Legislativo. Para os autores, a formação de um *pool* partidário de votos para a distribuição de cadeiras faz com que um partido seja indiferente a distribuição interna de votos e veja cada candidato potencial como capaz de trazer mais

votos para o partido. Para eles, há incentivos para os dirigentes partidários estabelecerem uma competição intrapartidária no estilo *laissez-faire*. Há incongruência nessa premissa dos autores que descarta a atuação dos dirigentes para coordenar a lista de candidatos em sistemas proporcionais de lista aberta. Partidos dependem da votação conjunta dos candidatos para o cálculo de atribuição de cadeiras e é do interesse dos dirigentes aumentar a quantidade de votos que o partido recebe, já que isso lhes dá maior poder de negociação com o governo na formação de coalizões. No caso do Brasil, a quantidade de cadeiras do partido no Legislativo também afeta o acesso a financiamento eleitoral público que é composto por fundos e por tempo de rádio e televisão. Uma política de livre concorrência na competição intrapartidária pode gerar problemas para partidos e candidatos quando existe a disputa entre correligionários pelo mesmo voto. Para o partido, essa disputa significa que esforços de campanha estão sendo desperdiçados no mesmo eleitor potencial. O partido poderia receber esse mesmo voto com menos recursos, o que permitiria realocar esforços no aumento da quantidade total de votos do partido. Para o candidato, a competição intrapartidária, no sentido apresentado acima, dificulta a maximização de seus votos e pode afetar diretamente a sua posição na lista do partido⁵. A negligência, a priori, acerca do papel de coordenação, dos dirigentes partidários, na formação da lista, implica na expectativa de que esses atores não buscarão remediar ineficiências, do ponto de vista partidário, na busca pelo sufrágio.

No caso brasileiro, a falta de incentivos eleitorais para coordenação seria agravada por outras questões. A combinação de representação proporcional e barreiras baixas para a obtenção de representação (definidas pelo quociente eleitoral) resultariam em alta fragmentação partidária (MAINWARING, 1997, p. 68). Além disso, o federalismo seria uma dificuldade⁶ a mais para

5 Samuels (2001) encontra que o aumento na qualidade da competição intrapartidária – ou seja, na qualidade dos competidores no interior do partido – gera aumento dos gastos de campanha.

6 Chhibber e Kollman (2004) contribuem para a qualificação do argumento de Mainwaring sobre a influência do federalismo sobre a arena eleitoral, porque aqueles autores enfatizam que a agregação dos votos e a nacionalização dos partidos estão relacionadas diretamente com a percepção de centralização das políticas públicas. “Quando existe descentralização e as lideranças regionais barganham muito com as nacionais, os eleitores acabam desejando que seus partidos regionais alcancem representação nacional; enquanto haja, de outro modo, centralização, os eleitorais e os candidatos percebem os benefícios de seus partidos regionais se ligarem, em cooperação, junto aos partidos nacionais para influenciar escolha do presidente e obter recursos/ políticos dado o protagonismo da União nas políticas econômicas” (CHHIBBER; KOLLMAN, 2004, p. 182).

as lealdades partidárias porque os políticos acabariam sendo mais leais aos interesses de seu estado, que também é seu distrito eleitoral, do que à ideologia do partido (MAINWARING, 1997, p. 83). A fraqueza dos partidos brasileiros residiria justamente na incapacidade de coordenação entre suas executivas estaduais e sua executiva nacional de maneira a dar coerência às ações. Como as eleições proporcionais para a Câmara acontecem em distritos eleitorais que coincidem com os limites geográficos de cada estado da federação, as lideranças políticas estaduais costumam ter a prerrogativa de escolher os candidatos da lista do partido para a disputa no distrito. Sem a existência de prévias internas nos partidos com os filiados para escolher os nomes das listas, as convenções acabariam por ter caráter meramente homologatório (NICOLAU, 2006, p. 695). Esse cenário de pouco controle gera a expectativa de falta de coordenação, o que reforça a percepção de prevalência do personalismo e da ineficiência da lista como mecanismo eleitoral.

Essa expectativa, no entanto, desconsidera problemas informacionais que justificam a delegação do processo de seleção das executivas partidárias nacionais para as executivas partidárias estaduais. Ambas compartilham o objetivo similar: obter mais votos e conseguir mais cadeiras. Para isso, precisam contar com bons candidatos e estratégias eleitorais eficientes na distribuição de recursos. É intuitivo que as executivas nacionais deleguem às executivas estaduais o papel de selecionar os nomes da lista, até mesmo pela proximidade ao distrito dos líderes do partido no estado. O conhecimento local acerca da dinâmica política é útil para evitar sobreposição geográfica ou temática de candidatos. Por isso, essa delegação pode ser vista em termos de coordenação descentralizadora em vez de simples fraqueza ou omissão dos dirigentes nacionais. As executivas nacionais diminuem os custos de informação para decidir quais os melhores nomes e as executivas estaduais podem influir nesta escolha para melhor resguardar os interesses regionais. Isso não significa que os políticos, uma vez eleitos, vão considerar estritamente os interesses regionais na arena parlamentar. Há evidências em favor da atuação mais partidária que regional dos representantes na Câmara dos Deputados (CHEIBUB; FIGUEIREDO; LIMONGI, 2009).

Estamos cientes de que o argumento da delegação decisória da lista para a executiva partidária estadual como forma de diminuir os custos de informação envolvidos no processo de seleção de candidatos coloca em um mesmo patamar partidos mais estruturados no sentido institucional em alguns estados e lideranças personalistas que controlam instâncias partidárias estaduais. Independentemente de como a seleção é feita em nível local, a partir de processos partidários institucionalizados ou pela escolha de uma liderança personalista local, esperamos que a descentralização traga ganhos informacionais para o processo.

Sobre a arena parlamentar, os estudos da área têm mostrado que a expectativa de partidos fracos na arena eleitoral não se traduz em partidos fracos também na arena legislativa. Nesta última, o que se vê é coordenação e coerência partidária na atuação dos representantes (FIGUEIREDO; LIMONGI, 1995, 1999; LIMONGI; FIGUEIREDO, 1995; FOWERAKER, 1998).

Competição e coordenação na arena eleitoral brasileira

As instituições que reforçam a capacidade de coordenação dos partidos políticos fora da arena legislativa se constituem como uma agenda de pesquisa em desenvolvimento, em particular para os esforços revisionistas de teses sobre a fraqueza dos partidos (SHUGART; CAREY, 1992; CAREY; SHUGART, 1995; MAINWARING, 1993, 1995, 1997; NICOLAU, 2006).

Alguns estudos já são capazes de mostrar padrões de coordenação partidária. Guarnieri (2011) apresenta a existência de estruturas partidárias no Brasil fora da organização legislativa e o funcionamento formal dessas últimas de baixo para cima por meio de convenções. Os partidos variam na quantidade de estruturas e diretórios que possuem e de mecanismos – por exemplo, as comissões provisórias –, e estes são utilizados pelas lideranças para centralizar decisões da vida partidária. A quantidade de comissões provisórias é usada pelo autor como *proxy* de centralização de poder no interior dos partidos, indicando maior capacidade das lideranças controlarem o processo intrapartidário. Isso cria a situação em que partidos com estruturas internas mais estáveis, como diretórios, possuem maior descentra-

lização decisória, o que pode dificultar a coordenação, enquanto partidos com maior quantidade de estruturas provisórias têm processos decisórios mais centralizados.

Braga (2008) e Bolognesi (2013) discutem o processo de seleção de candidatos para cargos legislativos dentro dos partidos brasileiros. Braga (2008) ressalta a exclusão de atores que não sejam dirigentes partidários do processo de seleção. Esses últimos controlam o acesso à lista, escolhida por órgão executivo do partido ou por líderes partidários e homologada em convenções estaduais. Não obstante, esses dirigentes também ordenam a lista de maneira informal ao distribuírem desigualmente recursos como o acesso ao fundo partidário e ao tempo de televisão. Já Bolognesi (2013), observando o grau de democracia e inclusão no processo de seleção, encontra variações entre os partidos, mas também reforça que os responsáveis por selecionar os candidatos (selectorate) são líderes e delegados partidários. Essa centralidade é indicativa de que existe um mecanismo de controle partidário através da formação da lista de candidatos.

No campo eleitoral, Braga e Amaral (2013) destacam o papel dos partidos no controle do processo de seleção de candidatos de forma estratégica na busca de uma lista de pleiteantes viável eleitoralmente. Segundo os autores, são evidências dessa composição estratégica a não utilização de todas as candidaturas possíveis – contradizendo as expectativas de Bergman, Shugart e Watt (2013) –, a utilização de candidatos “puxadores” de votos e a organização da lista considerando critérios geográficos e de diversidade social. Graça e Souza (2014), assim como Avelino, Biderman e Barone (2012), apresentam indícios de articulações estratégicas partidárias nas disputas proporcionais. Avelino, Biberman e Barone (2012) mostram que vitórias dos partidos para o cargo de prefeito melhoram as votações do partido em eleições proporcionais que acontecem nos dois anos seguintes. Já Graça e Souza (2014) mostram como o caráter alternado das eleições municipais e estaduais/nacional permite aos partidos lançarem candidatos a prefeito que, mesmo sem grandes chances de sucesso eleitoral, conseguem tirar benefícios da exposição garantida pela campanha posteriormente. Expor-se como candidato a prefeito, mesmo sem sucesso, traz retornos eleitorais para eleições proporcionais futuras.

Em relação aos diagnósticos de personalismo e competição intrapartidária acirrada do sistema eleitoral brasileiro, é preciso compreender que, embora as eleições proporcionais incentivem o personalismo pela possibilidade de escolha do nome do candidato pelo eleitor, o pool partidário dos votos individuais dos candidatos e a seleção dos candidatos da lista, apesar de não ordenada, pelos dirigentes partidários, serve como forma de contrabalancear esses incentivos.

A expectativa de que haja competição intrapartidária entre os candidatos de uma mesma lista partidária merece mais atenção. Esta se fundamenta no fato de que a lista é aberta e, ainda que exista pool partidário dos votos individuais do candidato para definir a quantidade de cadeiras do partido, a ordenação dos candidatos eleitos se dá em função de sua votação nominal. É por isso que se prevê competição intrapartidária entre os candidatos de uma mesma legenda. As percepções dessa competição se tornam mais fortes quando consideramos que a lei faculta aos partidos lançarem candidatos até 1,5 vezes o número de cadeiras a serem ocupadas no distrito (conforme a Lei das Eleições de 1997) cuja magnitude⁷ varia entre oito e 70 cadeiras.

Essa perspectiva de competição intrapartidária, no entanto, não considera que a montagem da lista de candidatos pelo partido, feita por dirigentes que agem de forma racional, deve ter um objetivo: transformar o máximo de votos potenciais em candidatos do partido em votos depositados na urna. Se há influência dos dirigentes partidários na montagem da lista, a eficiência na transformação de votos potenciais em votos depositados deve ser o seu motor principal. A influência desses atores na composição de governos ou no papel de oposição depende da quantidade de cadeiras que seu partido tem. Essa última também afeta o recebimento de recursos financeiros diretos e indiretos (tempo de rádio e TV) para eleições futuras.

Assim, os dirigentes partidários devem se preocupar não só com a seleção dos candidatos como forma de controle sobre a atuação legislativa deles, mas também com a estratégia eleitoral de seu conjunto de

⁷ A magnitude dos distritos, inclusive, é tomada como indicador capaz de aumentar a competição intrapartidária (SILVA, 2017).

candidatos. Não basta selecionar os candidatos por seus atributos pessoais ou dedicação ao partido. Para maior eficiência eleitoral do partido como um todo, os candidatos também devem ser selecionados de forma a acomodar no distrito nomes que somem mais votos em vez de dividir o eleitorado da legenda. Por isso, os líderes dos partidos deveriam selecionar pleiteantes levando em consideração a diversidade social dos candidatos e de suas propostas (mulheres, negros, ambientalistas), privilegiar nomes com prestígio em setores específicos do eleitorado (sindicalistas, ativistas de movimentos sociais, líderes religiosos, entre outros), e, finalmente, as diferentes regiões do distrito para evitar superposição de candidatos (NICOLAU, 2006, p. 695).

Caso o eleitor realmente fosse apresentado a todos os candidatos envolvidos na campanha e esses competidores percorressem todas as cidades do estado, a expectativa de alta competição intrapartidária seria razoável. Na realidade, a chance de um eleitor ter contato com uma candidatura depende de uma série de fatores que a literatura clássica não considera na construção da expectativa de competição intrapartidária: a distribuição geográfica, temática e identitária das candidaturas. O vínculo entre candidato e eleitor, consumado pelo voto depositado na urna, é feito a partir, principalmente, de apelos que envolvem uma oferta de representação localizada, temática ou identitária. Os políticos sabem que a chance de receber o voto de um eleitor aumenta quando esses se identificam com alguma dessas características que o candidato busca representar. O julgamento do candidato sobre a chance de transformar votos potenciais em votos na urna guia as escolhas de como utilizar os recursos escassos que possui para sua campanha. Candidatos têm diferentes eleitores-alvo. É por essa razão que não observamos políticos que possuem história ligada a uma parte do estado fazendo campanha muito longe dali, não vemos candidatos conservadores evangélicos fazendo campanha em passeatas LGBT ou candidatos ligados a sindicatos fazendo campanha em bairros de classe alta. O voto se disputa na rua, mas nos locais onde se pode encontrar seu público-alvo.

Estudos de geografia eleitoral têm mostrado que a votação da maioria dos candidatos se caracteriza por padrões concentrados de votação, muitas vezes referentes a um conjunto de municípios que compõem um território mais restrito que a área de todo o distrito, que no caso das eleições

legislativas é o estado (AMES, 2003; CARVALHO, 2003; TERRON, 2009).⁸ Embora a unidade de competição eleitoral proporcional seja o estado, é comum a conformação de subdistritos informais dos candidatos⁹. A dificuldade, e mesmo a ineficiência, de fazer campanha em todo o estado leva os candidatos a procurar seus eleitores por cortes sociais ou geográficos. Silva (2017), inclusive, indica que o aumento da magnitude dos distritos, ou seja, mais vagas em disputa, reforça a concentração de votos dos pleiteantes.

Há outros indicadores, além da concentração territorial de votos, que podem ajudar a identificar estratégias coletivas de campanha, o que relativizaria a competição intrapartidária como regra no Brasil. Braga e Amaral (2013) trabalham com a hipótese de que os partidos vêm reduzindo estrategicamente o número de nomes na lista mesmo que a regra permita apresentar um número grande de candidaturas. Partindo do pressuposto de que os líderes controlam a seleção dos nomes, os autores defendem, através de uma tipologia de candidatos (bons de votos e supercandidatos), que os partidos têm buscado concentrar recursos nas candidaturas com potencial de angariar votações expressivas.

Os partidos pequenos ou coligados podem usar de coordenação interna para favorecer apenas um nome com maior potencial de votação no horário eleitoral gratuito, por exemplo, como estratégia eleitoral coletiva. Partidos pequenos usam de coligações proporcionais para conseguir cadeiras nas casas legislativas municipais, estaduais e federal. Esse é o caso do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) que, reiteradamente, fez alianças com o PT com o objetivo de ultrapassar o quociente eleitoral e conseguir eleger deputados federais em diversos estados. Essa estratégia reforça o papel do

8 Apenas alguns candidatos com características específicas costumam ter potencial para angariar votos de maneira mais dispersa, quiçá em todos os municípios do distrito (ex-secretários de governo costumam obter votação mais dispersa segundo Ames (2003). Celebidades, ex-atletas, comunicadores, representantes de entidades de classe e líderes religiosos também têm potencial para arregimentar votos dispersos, enquanto a maioria dos candidatos obtém votação de maneira concentrada, estratégia essa que pode lhes poupar recursos de campanha, por exemplo (SOUZA; GRAÇA, 2012).

9 A ideia de subdistritos informais aqui é utilizada para reforçar o fato de que os próprios candidatos consideram possuir um território menor que o estado no qual seus votos estão distribuídos. Não se trata essa ideia de subdistritos informais como ausência de competição interpartidária da forma como Silva (2013) critica a literatura.

partido na formação da lista, já que requer que os votos do partido sejam concentrados em poucos candidatos para que esses sejam eleitos. Samuels (1997) levanta essa hipótese de concentração de recursos em candidatos de maior potencial ao tratar do PT. A estratégia de concentrar recursos em um candidato pode ser ótima do ponto de vista eleitoral ainda que o apelo seja personalista em sua essência. Tais candidatos podem servir como porta-vozes do partido, destacando a posição da legenda acerca de temas importantes, ou podem apenas destacar sua reputação e seus atributos pessoais. Neste último caso, o lema principal do candidato Enéias Carneiro do Prona, “Meu nome é Enéias”, é um bom exemplo dessa personalização.

A existência de candidatos com diferentes eleitores-alvo abre, ao partido, a possibilidade de criar diferentes combinações de candidaturas que sejam estratégicas para os objetivos eleitorais do partido. Esse último pode escolher disputar ou não diferentes grupos a partir da lista que compõe. Essa estratégia de lista pode envolver candidatos de potenciais diferentes, assim como recortes territoriais, temáticos e identitários diversos.

Por um lado, partidos podem apresentar listas de candidatos com perfis muito semelhantes, colocando esses na disputa pelos mesmos eleitores potenciais. Esse cenário deve ser justamente classificado como alta competição intrapartidária, já que, para conseguir maximizar o potencial de seus votos nos eleitores mais adequados ao seu perfil, um candidato deve retirar votos de um correligionário. Do ponto de vista partidário, essa possibilidade indica aplicação ineficiente de recursos, ao passo que ambos usarão tempo e dinheiro na busca pelo mesmo voto, o que inflaciona desnecessariamente os custos. Do ponto de vista dos candidatos, a existência de outro pleiteante do mesmo partido pelo mesmo eleitorado-alvo dificulta a ambos participarem em plena capacidade na disputa pelo topo da lista partidária.

Por outro lado, o dirigente partidário pode construir uma lista de candidatos na qual não existam sobreposições de eleitor-alvo entre candidatos. Nesse cenário, os pleiteantes do partido se veriam sem concorrentes internos na busca por eleitores, tendo apenas que vencer candidatos com perfis similares de outros partidos. Dessa forma, uma competição intrapartidária, pela existência dessas segmentações comuns no eleitorado, poderia ser transformada em uma competição menos atroz. A necessidade

de ocupar o topo da lista ainda persiste; mas, nesse cenário, seria possível aos candidatos envolvidos maximizar seus votos potenciais com o menor ruído interno possível. Para o partido, esse cenário de menor competição entre seus candidatos é preferível, já que evita a multiplicação de gastos na disputa pelo mesmo voto potencial. Para o candidato, esse cenário reduz a possibilidade de que sua posição na lista seja diminuída por fatores que poderiam ser controlados, o que pode facilitar o alcance de seu objetivo: o cargo ou a demonstração de força eleitoral para outras disputas.

A competição intrapartidária, então, deve ser considerada como um fenômeno gradativo. Quanto mais a lista partidária apresentar candidatos que se sobrepõem nos perfis de eleitores potenciais, mais ineficiente ela será. Nesse caso, o partido estará lançando candidatos para disputar votos de perfil igual, multiplicando os esforços para conseguir atingir esses votos. Essa configuração, na nossa compreensão, deve ser classificada como alta competição intrapartidária. Quanto menor for a sobreposição geográfica, temática ou identitária de candidaturas, mais eficiente, do ponto de vista do partido, será a lista; e esse fato deve ser classificado como baixa competição intrapartidária. Ou seja, mesmo em um sistema no qual o eleitor define a ordem dos candidatos que irão ocupar as cadeiras do partido, esse último ainda possui o desafio de montar a lista de nomes que consiga equilibrar, de forma positiva, a quantidade de votos recebidos e de esforços dispendidos.

Partidos e lideranças partidárias controlam a lista de candidatos (BRAGA, 2008, BOLOGNESI, 2013). A regra da candidatura nata não existe mais. E, ainda que as lideranças se sintam pressionadas a dar espaço para aqueles que já possuem cargos eletivos buscarem a reeleição, há sempre, à disposição de uma liderança hábil, o recurso de trabalhar com as movimentações dentro do partido em torno das ambições progressivas e regressivas dos políticos.

Análise empírica

Para discutir em que nível realmente ocorre competição intrapartidária, esse artigo analisa a eleição para deputado federal do estado de São Paulo em 2014. Essa é uma análise, sobretudo exploratória, que utiliza

grades de correlações das votações dos candidatos por zona eleitoral para encontrar a competição intrapartidária esperada pela teoria. Portanto, tratamos da sobreposição geográfica das candidaturas. Há, ainda, as dimensões temática e identitária que não serão tratadas sistematicamente nesse primeiro esforço, apesar de serem abordadas na discussão de exemplos. A escolha do estado de São Paulo como caso se deve a ele ser o que possui maior magnitude eleitoral, com 70 vagas para deputado federal em disputa, permitindo aos partidos lançar listas que possuem diversos nomes. Esse cenário seria aquele que geraria mais dificuldades ao partido para coordenar sua lista. Distritos com magnitudes maiores aumentam a proporcionalidade dos resultados (COX, 1991) e trazem mais competidores para a disputa eleitoral (LAGO, 2009). Além disso, como apresenta Silva (2017), a magnitude dos distritos seria um indicador de maior competição, inclusive, intrapartidária.

A escolha do uso das correlações dos votos de cada candidato por partido nas zonas eleitorais deve ser justificada. Essa medida busca lidar com dois problemas: primeiro, usar agregações territoriais que nos permitam ver competição dentro de grandes municípios e, segundo, compreender, de forma resumida, se há competição intrapartidária no sentido que dois candidatos tendem a ter mais ou menos votos nas mesmas zonas eleitorais. Medidas que utilizam o município como base, como no caso dos cálculos de número efetivos de candidatos, muitas vezes obscurecem ou exacerbam disputas eleitorais espaciais em municípios maiores. Nesse sentido, o uso das zonas eleitorais pode ser benéfico. Essas são unidades gerenciadas por cartórios eleitorais que podem conter de parte de um município a um conjunto de municípios. No estado de São Paulo, em 2014, havia 425 zonas eleitorais. Em termos de número de eleitores, a menor zona eleitoral foi uma das sete zonas eleitorais do município de Marília (2.019 votos) e a maior foi uma das 85 zonas eleitorais da cidade de São Paulo (201.476 votos).

O uso da correlação nos permite verificar se realmente existe competição intrapartidária nas mesmas zonas eleitorais e o grau dessa competição entre candidatos específicos. Caso haja candidatos com perfis de votações muito similares – ou seja, que recebem mais votos que a própria média nas mesmas zonas eleitorais –, esperamos que eles possuam uma correlação alta e positiva entre seus votos. Caso a competição intrapartidária seja de fraca

a moderada, esperamos que a correlação entre os votos, por zona eleitoral, exista, mas seja fraca. E, no limite, se existir forte coordenação espacial entre as candidaturas, esperamos uma correlação negativa entre as votações dos candidatos, ou seja, que um tenha mais votos nos locais em que o outro tenha menos votos. A análise usando a correlação¹⁰ das votações é interessante porque considera, no seu cálculo, as médias dos votos de cada candidato, permitindo comparar nomes com alta e baixa votação, além de permitir identificar individualmente os pares de candidatos que possuem alta correlação nas suas votações. Dividimos os valores possíveis das correlações em cinco categorias. Correlações entre $-0,2$ e $0,2$ foram consideradas fracas, entre $0,2$ e $0,6$, ou $-0,2$ e $-0,6$, foram consideradas moderadas, já as correlações acima de $0,6$ ou abaixo de $-0,6$ foram consideradas fortes. O sinal indica se os votos dos candidatos andam atrelados no sentido de aumentarem ou diminuir juntos (correlação positiva), ou o contrário, quando um aumenta o outro diminui (correlação negativa). Essas categorias expressam um critério rígido do que seria uma correlação fraca ou ausente porque os valores escolhidos como limite são conservadores.

A forma de agregar as correlações em torno de uma medida partidária é uma das questões metodológicas a serem discutidas. Escolhemos aqui duas formas de apresentar esses dados. A primeira delas mostra quantos candidatos estavam envolvidos em correlações positivas moderadas e altas. Essa medida indica a população de candidatos que enfrentou alguma forma de competição entre correligionários. Esses dados são apresentados também ponderados pelo total de candidatos do partido. Essa primeira forma de apresentar os dados é mais intuitiva, porque ajuda a compreender quantos dos pleiteantes encontraram competidores dentro da própria sigla. Essa maneira de apresentar os dados, no entanto, não considera que um candidato pode ter correlações moderadas ou fortes com mais de um candidato. Para lidar com isso, a segunda forma de apresentar traz também a quantidade de pares de correlações entre candidatos que possuem correlações positivas moderadas ou fortes. Para oferecer uma informação comparável entre partidos, ponderamos esse número pelo total de pares

10 Utilizamos aqui a correlação de Pearson = $\frac{\text{Covariância}(X,Y)}{\sqrt{\text{Variância}(X) \cdot \text{Variância}(Y)}}$. Sendo x e y as votações de dois candidatos por zona eleitoral.

de correlações existentes¹¹. Essa perspectiva de apresentar os dados enfatiza quantos pares de candidatos tiveram conflitos em relação ao universo de competição possível entre pares de candidatos do partido.

Para verificar a competição intrapartidária, apresentamos dados dos quatro partidos que elegeram mais deputados federais pelo estado de São Paulo em 2014 – o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) com 14 deputados, o Partido dos Trabalhadores (PT) com 10 deputados, o Partido Republicano Brasileiro (PRB) com oito deputados e o Partido da República (PR) com seis deputados¹². A escolha por esses partidos contempla uma diversidade de cenários estratégicos para os candidatos uma vez que PSDB e PT concorreram coligados com outros partidos e são legendas com organização partidária estruturada, ao passo que PR e PRB concorreram sem coligação e dependentes de puxadores de voto em suas legendas.¹³

A prática da coligação implica um cálculo maior por parte do dirigente partidário para a coordenação da lista porque, uma vez coligados, o pool partidário dos votos e a ordenação nominal da lista se realiza com todos os outros candidatos da coligação. Por essa razão, ao montar a lista, os dirigentes de partidos coligados devem buscar um equilíbrio no lançamento das candidaturas. Não devem lançar nomes em excesso, pois, assim, podem correr o risco de pulverizar a votação nominal de seus candidatos tornando-os mal posicionados na lista da coligação como um todo. Tampouco devem permitir uma concentração muito alta de votação na figura de puxadores de votos porque os votos excedentes ao quociente eleitoral beneficiarão todos os nomes da coligação, independentemente do partido. Já para dirigentes de partidos não coligados, a concentração de votos em puxadores de votos ou a pulverização não prejudicam o pool partidário dos

11 Esse valor é dado pela combinação da quantidade de candidatos par a par sem repetição.

12 Os dados das bancadas na eleição foram consultados no site da Câmara dos Deputados, na data de 16 de novembro de 2018, e estão disponíveis neste link: <http://www2.camara.leg.br/deputados/liderancas-partidarias/bancadas/bancada-na-eleicao>.

13 O PSDB concorreu coligado com o Democratas (DEM) e o Partido Popular Socialista (PPS); já o PT concorreu coligado com o PCdoB. O PR contava com a candidatura à reeleição de Tiriirica que havia sido o candidato mais votado na eleição de 2010, com mais de 1,3 de milhões de votos, e o PRB tinha Celso Russomanno, que havia liderado toda a disputa no primeiro turno para a prefeitura de São Paulo em 2012 e terminou em terceiro lugar com 1,3 milhões de votos.

votos para a definição das cadeiras, especialmente em 2014, quando não havia ainda a regra de desempenho individual dos candidatos relativos a 10% do quociente eleitoral.

Da perspectiva do candidato, independentemente de coligação, disputar votos diretamente com um puxador ou com qualquer outro concorrente representa uma dificuldade a mais. Além disso, representa uma ineficiência do partido no emprego de recursos múltiplos com a finalidade de conquistar um mesmo eleitorado. Ainda que um candidato possa se beneficiar da votação de um puxador de votos e, por conseguinte, ser eleito, consideramos que a maximização dos votos de um candidato e a conquista de um cargo a partir de votos nominais próprios trazem mais segurança à posição do indivíduo, inclusive quanto a futuras candidaturas eleitorais.

A lógica da apresentação de dados seguirá a ordem dos partidos apresentada acima com dados sobre todas as candidaturas e com um recorte daquelas que receberam mais de 30 mil votos para realçar a competição intrapartidária entre as mais viáveis eleitoralmente. Escolhemos esse recorte porque ele nos permite focar naqueles candidatos com maior desempenho diminuindo a inflação causada por correlações altas entre candidatos sem grandes chances de eleição. Além disso, o valor de 30 mil votos se aproxima, para o Estado de São Paulo em 2014, dos 10% dos votos válidos¹⁴ estabelecidos pela nova regra eleitoral aprovada em 2015 (Lei nº 13.165/2015).

A Tabela 1 apresenta a descrição das médias, das medianas e dos desvios-padrões das correlações de votos encontradas para os candidatos dos partidos analisados aqui. É possível observar essas medidas para o conjunto de candidatos em geral do partido e para os candidatos com mais de 30 mil votos. No conjunto geral de candidatos, as médias e as medianas das correlações são baixas, não obstante apresentem variação, conforme os desvios-padrões apresentados. A maior parte das combinações de pares de candidatos nos partidos tem correlação de votação por zona eleitoral muito

14 Em 2014, o quociente eleitoral do Estado de São Paulo para Deputado Federal foi de 303.738 votos após a retotalização do resultado das eleições pelo Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo. Disponível em: <http://www.tre-sp.jus.br/imprensa/noticias-tre-sp/2014/Dezembro/retotalizacoes-alteram-lista-de-deputados-estaduais-e-federais-eleitos>. Acesso em: 10 jan. 2019.

próxima de zero. Os desvios-padrões, no entanto, são maiores, mostrando que, embora exista grande quantidade de valores próximos de zero, também há casos de correlações mais fortes. Observamos, ainda, que as médias das correlações de votos no PSDB e no PT são ligeiramente maiores que aquelas de candidatos no PR e no PRB. No conjunto de candidatos com mais de 30 mil votos, esse retrato muda. As médias das correlações de votos entre esses candidatos, embora bastante baixas, são maiores no PRB e no PT, seguidos do PR e do PSDB. Isso pode indicar que alguns partidos, como o PSDB, podem ter sido mais eficientes para coordenar os esforços dos candidatos mais competitivos entre si, todavia a coordenação não tenha sido a mais eficiente no conjunto geral de candidaturas.

A seguir, vamos explorar mais detidamente as correlações dos candidatos de cada um desses quatro partidos.

Tabela 1 – Média, mediana e desvio-padrão das correlações dos votos por zona eleitoral de candidatos de quatro partidos para Deputado Federal 2014 – SP*

Partido	Candidatos			Candidatos com mais de 30 mil votos		
	Média	Mediana	Desvio-padrão	Média	Mediana	Desvio-padrão
PSDB	0,075	0,01	0,144	0,016	-0,02	0,151
PT	0,057	0,01	0,120	0,069	0,00	0,147
PRB	0,028	0,0	0,096	0,102	0,04	0,231
PR	0,026	0,0	0,080	0,044	-0,01	0,14

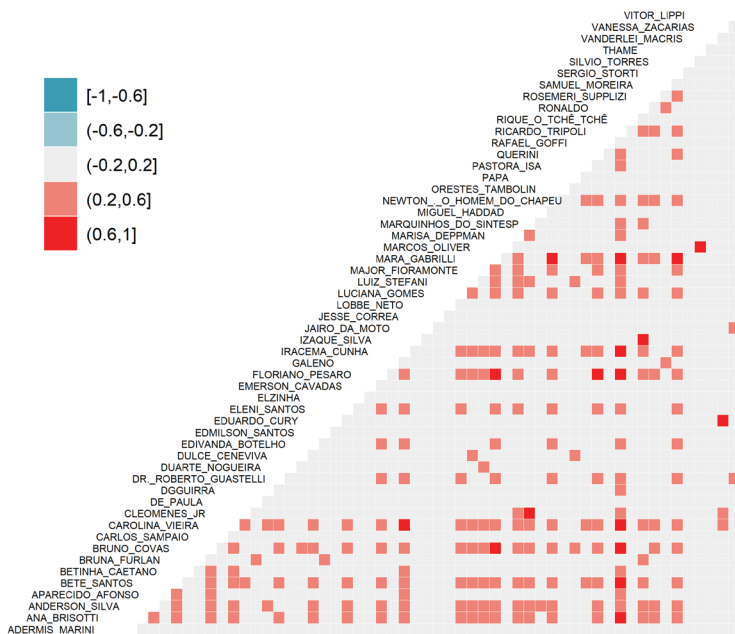
*Correlações e estatísticas calculadas a partir de dados extraídos do Repositório de Dados Eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral (2019).

Fonte: Elaborada pelos autores (2019).

PSDB

Na eleição de 2014, o PSDB teve 54 candidatos que receberam somados mais de 3,1 milhões de votos, sendo Eleni Santos a candidata menos votada (85 votos) e Bruno Covas o candidato que mais recebeu sufrágios (352 mil votos). A correlação entre as votações desses 54 candidatos por zona eleitoral pode ser verificada no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Grade de correlações dos votos por zona eleitoral dos candidatos do PSDB para deputado federal 2014 – SP*



*Correlações e estatísticas calculadas a partir de dados extraídos do Repositório de Dados Eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral (2019).

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

O gráfico 1 apresenta uma matriz das correlações por zona eleitoral das votações dos candidatos a deputado federal do PSDB. Cada quadrado representa a correlação entre a votação de dois candidatos. Os quadrados à direita do nome do candidato são as correlações com os candidatos cujo nome apareceu antes dele se a grade é lida de cima para baixo. Os quadrados da linha abaixo do nome do candidato são as correlações com os candidatos cujo nome vem após o dele. As correlações foram divididas em cinco categorias¹⁵, como é apresentado pela legenda do gráfico. Correlações negativas fortes têm cor azul mais escuro, correlações negativas moderadas

15 Os símbolos “(“ e “)” indicam que o valor não está contido pela categoria, já os símbolos “[“ e “]” indicam que o valor está contido na categoria.

possuem cor azul mais claro, correlações fracas ou ausência de correlação estão em cinza-claro, correlações positivas moderadas são representadas pelo vermelho mais claro e, por fim, correlações positivas fortes ficam em vermelho-escuro.

Dos 54 candidatos, 18 apresentaram alguma forma de correlação forte, ou seja, maior que 0,6 (33,3% do total). O que significa que um terço dos candidatos teve algum outro pleiteante disputando diretamente votos com ele. Caso consideremos também as correlações moderadas (acima de 0,2), esse número sobe para 41 (76% do total). É importante notar que, apesar do alto valor, boa parte dos candidatos ou enfrentou apenas correlações moderadas (23 ou 42,6%) ou não enfrentou qualquer forma de correlação nos seus votos (13 ou 24% do total). Esta forma de olhar os dados foca na quantidade de candidatos que tiveram pelo menos um concorrente do mesmo partido com correlação de voto moderada ou forte.

Outra forma de olhar os dados é considerar que cada combinação de candidatos pode tomar um valor fraco, moderado ou forte e que é preciso levar em consideração todo esse espaço de variação na análise. Assim, podemos observar melhor a quantidade de correlações moderadas e fortes que a lista partidária gerou. Das 1.431 correlações produzidas pela combinação dois a dois dos 54 candidatos, apenas 17¹⁶ (1,2% do total) apresentaram valor considerado alto (acima de 0,6), 226 (15,8% do total) com correlação moderada (entre 0,2 e 0,6) e 1.188 (83% do total) com correlação fraca (entre 0,2 e -0,2). Essa distribuição de correlações entre as votações dos candidatos indica que há alguma competição intrapartidária, mas ela não parece ser disseminada.

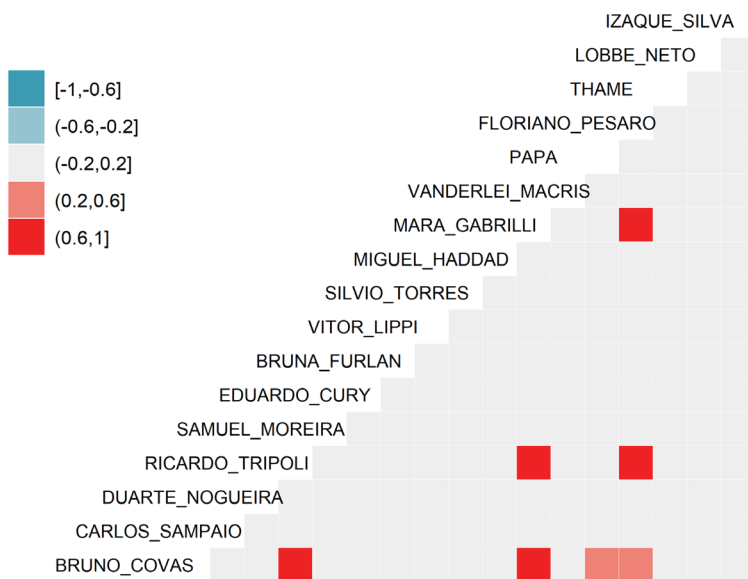
Essa diferença entre as duas formas de ver os dados decorre do fato de que, como mostram as grades de correlação, as combinações de correlações com valores altos tendem a acontecer com o mesmo grupo de candidatos. Dessa forma, os 18 candidatos que tiveram alguma correlação forte com outro representam apenas 17 combinações. Não obstante, por mais que, proporcionalmente, essas correlações fortes atinjam uma pequena

16 Esse número é menor que os 19 candidatos apresentados acima uma vez que se refere às combinações. Uma combinação envolve dois candidatos. Duas combinações podem envolver quatro candidatos se não existir repetição ou, três, caso o mesmo candidato esteja nas duas combinações.

parte das combinações possíveis entre esses candidatos, do ponto de vista do indivíduo, a existência de uma única combinação caracterizada por correlação forte indica competição direta com um correligionário. No entanto, considerar o número de combinações como unidade, aumenta a quantidade de relações possíveis e permite observar maior variação já que um mesmo candidato pode estar envolvido em correlações de diferentes intensidades com outros candidatos.

Como os partidos que disputam vagas lançam candidatos muito diversos, é preciso verificar a correlação entre os candidatos considerados de maior potencial. Para isso, no Gráfico 2 apresentamos a mesma grade de correlações do Gráfico 1; mas, somente entre os candidatos que obtiveram mais de 30 mil votos.

Gráfico 2 – Grade de correlações dos votos por zona eleitoral dos candidatos do PSDB (mais de 30 mil votos) para deputado federal 2014 – SP*



*Correlações e estatísticas calculadas a partir de dados extraídos do Repositório de Dados Eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral (2019).

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Dos 54 pleiteantes a deputado federal disputando pelo PSDB, 17 obtiveram mais de 30 mil votos. Desses, quatro apresentaram pelo menos outro candidato com votação que possui correlação forte com a sua e um apresentou apenas uma correlação moderada. O cenário da disputa de votos entre aqueles nomes que podem ser considerados da elite do partido é de menor competição intrapartidária que entre todos os candidatos. Entre os primeiros, apenas cinco apresentaram correlação moderada ou forte com outro candidato do mesmo grupo.

Considerando as 136 possíveis combinações entre esses candidatos e as respectivas correlações de voto, apenas cinco (3,7% do total) apresentam coeficiente acima de 0,6 e apenas duas (1,5%) apresentam correlação moderada. Não obstante, a busca de votos entre a elite do partido pareça ser mais eficiente, é preciso ressaltar que há altas correlações entre esse grupo, por exemplo, a correlação entre as votações de Mara Gabrilli e Floriano Pesaro (0,88). Mara Gabrilli também apresenta correlações fortes com Ricardo Tripoli (0,69) e Bruno Covas (0,67). Esses últimos são protagonistas de uma correlação de 0,66 entre si e, por fim, Floriano Pesaro e Ricardo Tripoli também têm votações altamente correlacionadas (0,62).

No caso do PSDB em SP, as candidaturas de Gabrilli, Tripoli e Pesaro levantam uma questão interessante. Pesaro foi último eleito pelo PSDB, com 113 mil votos. O último eleito pela coligação foi Alexandre Leite do DEM, com 109 mil votos e, o primeiro suplente, Thame do PSDB, com 106 mil votos. Isso mostra que, embora tenha tido sucesso em se eleger, a votação de Pesaro ficou relativamente próxima do limite para garantir a vaga. Tendo apresentado correlações fortes com outros candidatos mais bem posicionados na lista do PSDB, Pesaro disputou, potencialmente, os mesmos eleitores com esses nomes, posicionando-o de maneira arriscada frente a esses últimos. É interessante notar que Pesaro, Gabrilli e Tripoli defendem plataformas de valores pós-materialistas; porém, cada um deles com uma ênfase específica (Gabrilli com os direitos de minoria das pessoas com deficiência, Pesaro com os direitos de minoria LGBT e Tripoli com questões ambientais). As correlações altas de suas votações e a complementaridade de suas plataformas fazem pensar que esses candidatos estariam dividindo um mesmo eleitorado potencial. Contudo, resta saber se, caso algum deles se ausentasse da eleição, seus eleitores migrariam para os

outros dois candidatos ou não. Se essa migração ocorresse, isso evidenciaria um excesso de candidatos para mobilizar os mesmos eleitores nas respectivas zonas eleitorais. Do ponto de vista dos candidatos, isso representaria uma dificuldade a mais na busca de maximizar seus votos. Nesse cenário, do ponto de vista dos dirigentes, isso também seria um sinal de ineficiência; afinal, o partido poderia alcançar o mesmo resultado com um esforço menor e parte dos recursos poderia ser mais bem aproveitada em outras candidaturas. Entretanto, caso não houvesse a migração dos votos de um candidato ausente para outro de plataforma similar, esse fato poderia mostrar que os candidatos, apesar de serem relativamente semelhantes, atendem em sua multiplicidade a subgrupos de eleitores dentro de cada zona de maneira exclusiva. Sendo assim, seria mais vantajoso para o partido conservar os três candidatos ou procurar recrutar outro candidato que agregasse tais plataformas em um único esforço.

Resta saber se esses indicadores de competição eleitoral se mantêm similares para outros partidos.

PT

O Partido dos Trabalhadores, em 2014, teve 68 candidatos que receberam pouco menos de 2,4 milhões de votos em conjunto. A candidatura que teve menos votos foi a de Geraldinho, “O iluminado”, com 356 votos. E Andrés Sanchez recebeu mais votos, com cerca de 170 mil votos. As 2.278 correlações entre esses 68 candidatos podem ser vistas no gráfico 3.

Gráfico 3 – Grade de correlações dos votos por zona eleitoral dos candidatos do PT para deputado federal 2014 – SP*



*Correlações e estatísticas calculadas a partir de dados extraídos do Repositório de Dados Eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral (2019).

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Dos 68 candidatos presentes na lista do PT, 25 (36,8,2%) tiveram pelo menos outro candidato com correlação de votos considerada forte, 29 (42,7%) apresentaram apenas correlações moderadas e 14 (20,6%) não tiveram qualquer correlação moderada ou forte com seus votos. O percentual de candidatos que tiveram pelo menos uma correlação moderada ou forte com outro candidato é similar ao encontrado para o PSDB.

Considerando todas as 2.278 combinações e suas correlações, apenas 19 (0,8% do total) apresentaram coeficiente maior que 0,6, 219 (9,6%) apresentaram correlação moderada e as 2.040 (89,6%) combinações restantes apresentaram correlações fracas ou inexistentes. Olhando por esse indicador, apesar de mais candidatos envolvidos, os candidatos da lista

do PT parecem ter experimentado uma competição intrapartidária menor que os candidatos da lista do PSDB, já que somente 10,4% das combinações possíveis apresentaram correlação moderada ou forte, enquanto no PSDB foram 17%.

O gráfico 4, apresentado a seguir, mostra as correlações dos votos por zona eleitoral dos 27 candidatos do PT que obtiveram mais de 30 mil votos. Nele, é possível observar que, também entre a elite dos candidatos do partido, não predomina a competição intrapartidária forte. Desses 27, seis tiveram pelo menos uma correlação forte com a votação de outro candidato e outros 13 apresentaram apenas correlações moderadas. Isso conferiu, ao grupo de candidatos com mais de 30 mil votos, o mesmo padrão de cerca de 4/5 de candidatos com correlações moderadas ou fortes apresentada pelo grupo geral. Diferentemente do PSDB, a competição entre os candidatos no PT não apresentou queda quando mudamos o foco de todos os candidatos para aqueles com mais de 30 mil votos. As correlações, no entanto, foram em sua maioria moderadas.

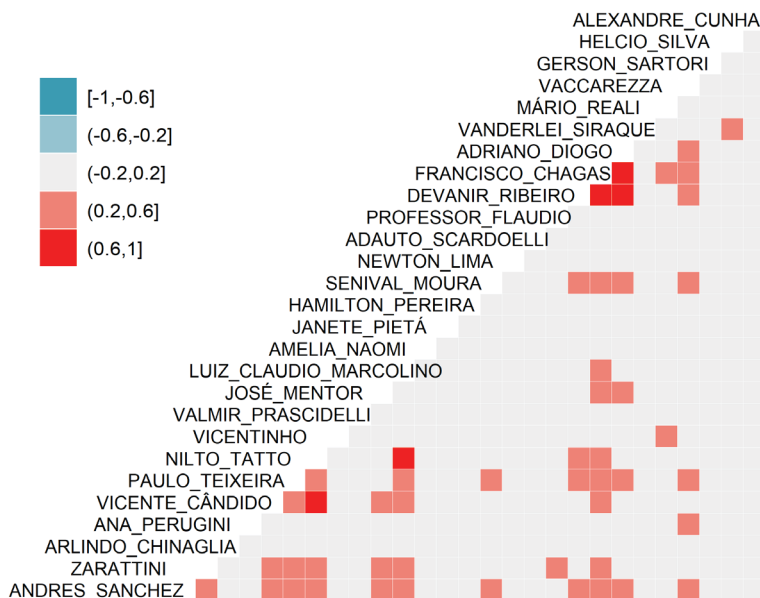
Dentre as 351 combinações possíveis de candidatos, somente cinco (1,4%) apresentaram correlações consideradas fortes. As correlações moderadas, todavia, foram um pouco mais frequentes na elite do partido, com 48 casos de 351 (13,7%). Apesar de não representarem ocorrências muito frequentes, há casos de correlações fortes entre as votações, por exemplo: Nilto Tatto e Vicente Cândido (0,83), ou de Adriano Diogo e Francisco Chagas (0,75).

A título de exemplo, levantamos duas situações que nos chamaram a atenção no PT. Uma delas são as correlações fortes entre três suplentes do partido. Na coligação PT-PCdoB, Devanir Ribeiro, sindicalista, foi o décimo suplente com 60 mil votos, Francisco Chagas, sociólogo, foi o décimo primeiro suplente com 58 mil votos e Adriano Diogo, geólogo e sanitarista, foi o décimo segundo suplente com 54 mil votos. A correlação das votações de Francisco e de Adriano foi da ordem de 0,75, a de Adriano e de Devanir foi de 0,68, e a de Devanir e de Francisco foi de 0,6. Caso houvesse coordenação entre esses três suplentes, possivelmente, um deles poderia estar na lista de eleitos, pois suas votações individuais somadas e fortemente correlacionadas nas zonas eleitorais ultrapassam razoavelmente

o número de votos do último eleito da coligação, José Mentor, com cerca de 82 mil votos. *Ceteris paribus*, se o candidato mais mal posicionado dos três, Adriano, fosse capaz de obter 15% dos votos dos outros dois candidatos, isso já seria suficiente para posicioná-lo dentre os eleitos. Contudo, para isso, seria necessário que os apelos específicos deles pudessem ser resumidos sob uma mesma plataforma. Ainda assim, reconhecemos que as decisões envolvidas em torno de uma coordenação desse tipo seriam complexas, afinal, os três candidatos alcançaram desempenho semelhante.

A análise dos casos do PSDB e do PT trata de partidos tradicionais no estado de São Paulo, providos, nesse local, de estruturas partidárias organizadas. É possível argumentar que esses fatores facilitariam a existência de alguma coordenação na montagem da lista de candidatos com a finalidade de diminuir a competição intrapartidária. Não obstante, seguindo os achados de Guarnieri (2011) sobre a força dos partidos fracos, talvez a existência dessas estruturas partidárias dificulte a centralização de poderes no partido e, por conseguinte, a coordenação na formação da lista. Para verificar se os achados sobre a extensão e a intensidade da competição intrapartidária são enviesados pela escolha desses casos, apresentamos também os dados para o PRB e o PR, exemplos menos tradicionais de organização partidária.

Gráfico 4 – Grade de correlações dos votos por zona eleitoral dos candidatos do PT (mais de 30 mil votos) para deputado federal 2014 – SP*

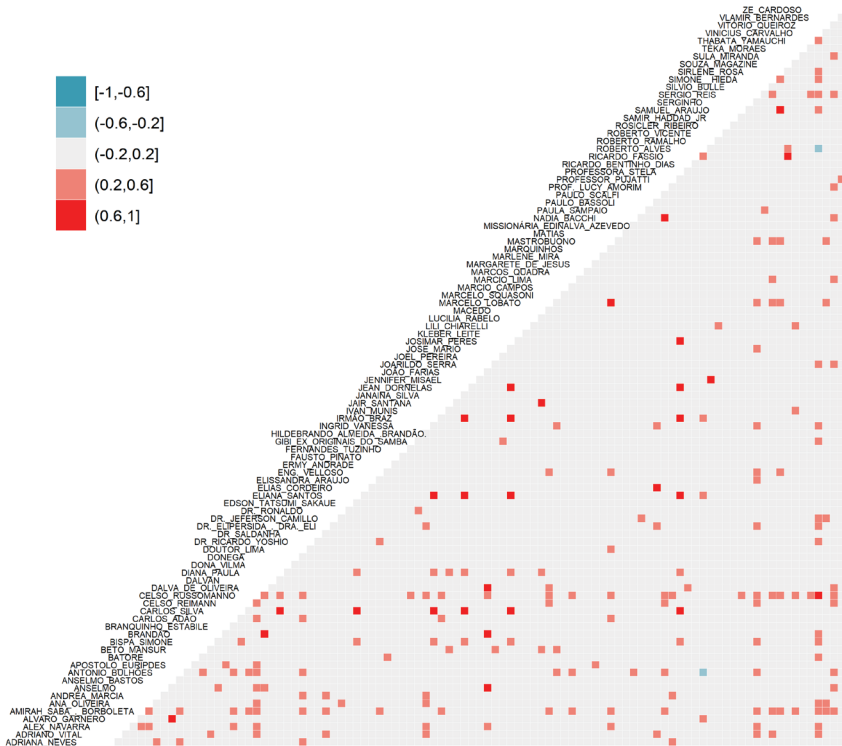


*Correlações e estatísticas calculadas a partir de dados extraídos do Repositório de Dados Eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral (2019).
Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

PRB

O PRB lançou 96 candidatos que obtiveram pouco mais de 2,2 milhões de votos. Dessa maneira, o partido apresentou uma quantidade de candidaturas consideravelmente maior que o PT (68) e que o PSDB (54). Ermy Andrade recebeu apenas 41 votos, sendo o menos votado do partido, e Celso Russomanno foi o recordista de votos, com mais de 1,5 milhões. O gráfico 5 apresenta as 4.560 correlações resultantes das combinações possíveis de candidatos.

Gráfico 5 – Grade de correlações dos votos por zona eleitoral dos candidatos do PRB para deputado federal 2014 – SP*



*Correlações e estatísticas calculadas a partir de dados extraídos do Repositório de Dados Eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral (2019).
 Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Considerando os 96 candidatos lançados pelo partido, 29 (30,2%) apresentaram pelo menos outro concorrente que teve correlação de votos considerada forte. A maior parte, no entanto, 46 candidatos (47,9%), teve ao menos uma correlação moderada apenas; enquanto os outros 21 (21,9%) tiveram apenas correlações fracas. O PRB seguiu o padrão do PSDB e do PT de cerca de um terço de candidatos com pelo menos um competidor direto pelo voto e 4/5 com competição moderada.

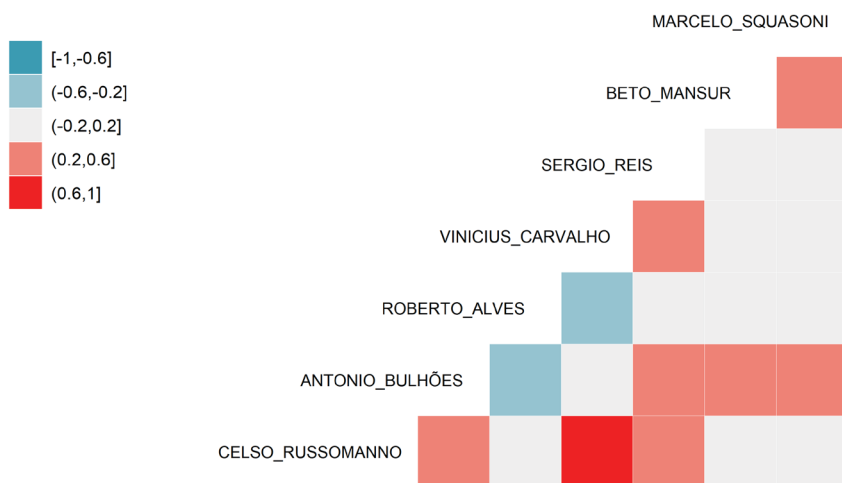
Das 4.560 combinações possíveis, apenas 29 apresentaram correlações consideradas fortes (0,6% do total) e 193 apresentaram correlações

moderadas (4,2%). Apesar de nove das 29 correlações fortes serem acima de 0,9, no geral, o partido não parece ter colocado muitos de seus candidatos para competirem pelo mesmo voto. É interessante notar que o PRB é o primeiro dos partidos analisados até aqui a apresentar correlações negativas moderadas entre os pares de candidatos Antônio Bulhões e Roberto Alves (-0,26) e Roberto Alves e Vinicius Carvalho (-0,23).

Apesar da presença de um grande puxador de votos, o desempenho dos outros candidatos do partido parece ter sido preservado do embate direto com esse último. A única correlação forte entre as votações de Russomanno e de outro candidato ocorreu com um nome que conseguiu se eleger com mais de 80 mil votos. Praticamente todas as correlações, entre a votação de Russomanno e de outros candidatos, classificadas como moderadas aconteceram com nomes de desempenho pouco expressivo, que obtiveram menos de 10 mil votos, número relativamente distante da votação do primeiro suplente do partido – 21 mil votos. As duas exceções ficam por conta das correlações moderadas (0,51 e 0,5, respectivamente) com as votações de Antônio Bulhões, eleito com 137 mil votos, e de Sérgio Reis, eleito com 45 mil votos. Em resumo, a correlação forte ou moderada de Russomanno com candidatos eleitos do PRB não impediu que as votações desses últimos ultrapassassem 10% do quociente eleitoral. Apesar disso, o PRB teve um candidato eleito em 2014, Fausto Pinato, que não ultrapassaria a regra dos 10% do quociente eleitoral criada em 2015 pois recebeu apenas 22 mil votos.¹⁷

17 A correlação entre a votação de Fausto Pinato e Celso Russomanno foi de apenas -0,04, todavia.

Gráfico 6 – Grade de correlações dos votos por zona eleitoral dos candidatos do PRB (mais de 30 mil votos) para Deputado Federal 2014 – SP*



*Correlações e estatísticas calculadas a partir de dados extraídos do Repositório de Dados Eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral (2019).

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

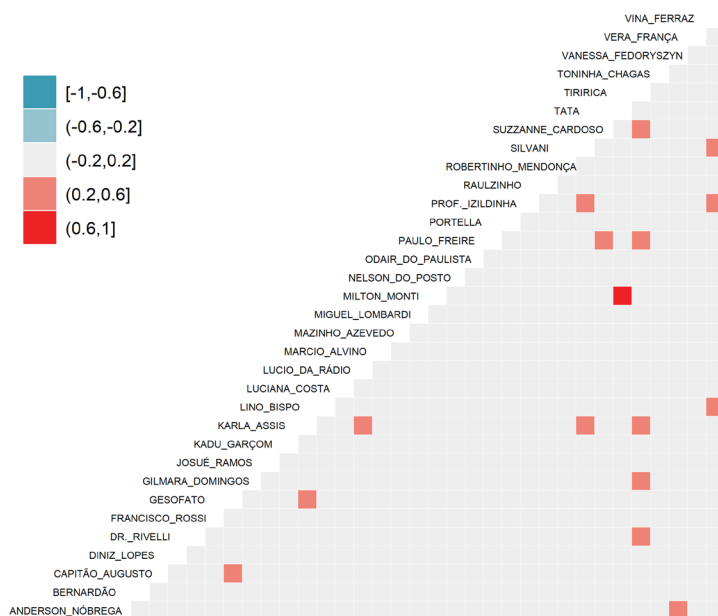
Dos 96 candidatos do PRB, apenas sete alcançaram mais de 30 mil votos. Desses sete, dois apresentaram correlação positiva forte entre as suas votações, outros quatro tiveram pelo menos uma correlação positiva moderada e apenas dois, Roberto Alves e Antonio Bulhões, apresentaram correlação moderada negativa entre si.

Como o gráfico 6 mostra, considerando as combinações possíveis, a correlação entre os votos de dois deles, Celso Russomanno e Vinicius Carvalho, foi forte (0,63). Outras sete combinações (33,3%) apresentaram correlações moderadas positivas e duas, como afirmamos anteriormente, apresentaram correlação moderada negativa (9,5%%). Pelo número de combinações com correlação moderada ou forte da elite do partido, é possível notar que existiu mais competição intrapartidária dentro do PRB se comparada à do PT e do PSDB; mas, não deve ser classificada como intensa, já que envolveu mais correlações moderadas do que fortes.

PR

O Partido da República teve 33 candidatas a deputado federal em São Paulo que receberam, em conjunto, pouco menos de 1,7 milhões de votos. Essa votação se concentrou principalmente no candidato Tiririca que recebeu mais de um milhão de votos. Na eleição anterior, em 2010, o PR já havia optado por lançar uma lista relativamente enxuta de candidatas e concentrar recursos, principalmente o tempo de televisão, no candidato Tiririca (SOUZA, 2016). Portanto, o menor número de candidatas lançadas pelo partido possivelmente já sinaliza um esforço de coordenação. A grade de correlações das 528 combinações possíveis entre os candidatos é apresentada no gráfico 7.

Gráfico 7 – Grade de correlações dos votos por zona eleitoral dos candidatos do PR para deputado federal 2014 – SP*



*Correlações e estatísticas calculadas a partir de dados extraídos do Repositório de Dados Eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral (2019).

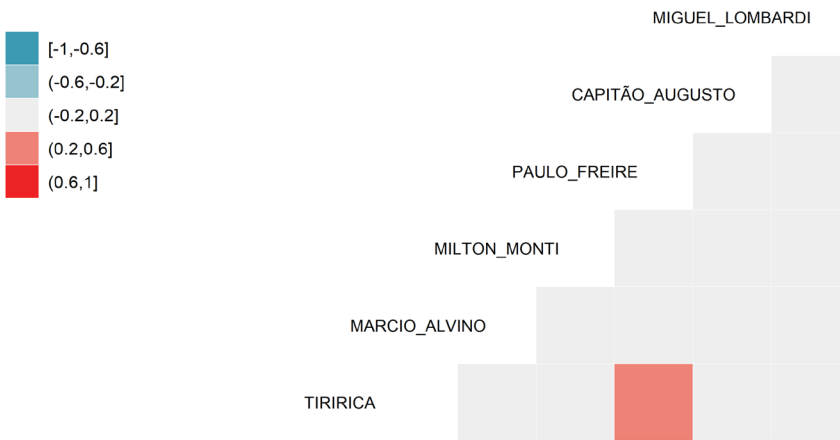
Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Dentre os 33 candidatos, apenas dois (6,1%) apresentaram entre si uma correlação considerada forte e outros 15 (45,5%) apresentaram apenas correlação moderada com pelo menos algum outro candidato do partido. Os outros 16 (48,5%) não obtiveram correlação ou somente correlação fraca com outro candidato. Assim, o PR lançou a lista de candidatos que teve menor competição intrapartidária se considerarmos essa forma de mensuração.

Das 528 combinações possíveis de candidaturas lançadas pelo PR, apenas uma (0,2%) apresentou correlação forte, sendo o coeficiente 0,88 entre Milton Monti e Tata. Outras 16 combinações (2,8%) apresentaram correlações moderadas. Essa distribuição de correlações de votos por zona eleitoral entre os candidatos indica que a disputa intrapartidária pelo mesmo voto foi baixa. O gráfico 8, que mostra os seis candidatos do PR com mais de 30 mil votos, reforça essa percepção de eficiência, já que há apenas uma correlação moderada entre as votações de Tiririca e Paulo Freire (6,7% das combinações possíveis para o grupo de elite).

No caso de Tiririca, o puxador de votos do PR, apesar de muito bem votado, não impediu o bom desempenho de outros candidatos do partido porque a correlação de seus votos com os de outros nomes bem colocados no PR foi fraca. A única exceção, uma correlação moderada (0,55) entre os votos de Tiririca e de Paulo Freire, não se tornou um obstáculo à eleição desse último com 113 mil votos. Inclusive, as poucas correlações moderadas dos votos de Tiririca com outros candidatos do PR ocorreram com quatro nomes de pouca expressão que tiveram menos de mil votos. Ademais, os dirigentes parecem ter acertado na coordenação, pois a correlação entre os votos de outros candidatos do partido entre si foram pouco frequentes. A partir da mudança de regras da reforma de 2015, o desafio passa a ser desconcentrar os votos do puxador para não expor demasiadamente o último eleito da lista a perder uma vaga por conta da nova regra de desempenho individual de 10% do quociente eleitoral.

Gráfico 8 – Grade de correlações dos votos por zona eleitoral dos candidatos do PR (mais de 30 mil votos) para deputado federal 2014 – SP*



*Correlações e estatísticas calculadas a partir de dados extraídos do Repositório de Dados Eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral (2019).
Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

A análise dos quatro partidos indica que a expectativa de haver intensa competição intrapartidária nas eleições proporcionais brasileiras deve ser tomada como uma hipótese que ainda precisa de comprovação empírica e não como algo que decorre diretamente das regras eleitorais. Caso tomemos a hipótese da competição intrapartidária como uma afirmação de que se espera que tenhamos muitos candidatos de um mesmo partido disputando o mesmo voto, utilizar correlações das votações dos candidatos por zona eleitoral pode ser uma forma empírica de se aproximar da questão. Candidatos que possuem votações mais altas nas mesmas zonas eleitorais terão suas votações correlacionadas e estarão, em princípio, competindo pelo mesmo eleitor-alvo. A agregação de vários candidatos competindo entre si no mesmo partido seria um indicador de uma competição intrapartidária alta.

Parte da dificuldade em considerar se os dados desse estudo indicam alta competição intrapartidária está em definir o que seriam níveis altos,

médios e baixos desse conceito cuja operacionalização, em geral, inexistente. A Tabela 2, a seguir, sumariza os achados desse artigo sobre a proporção de candidatos envolvidos e de combinações possíveis que foram classificadas como correlações altas ou moderadas por partido. Nela, é possível verificar que o PSDB apresentou a maior proporção de combinações de candidaturas caracterizadas por correlações de votos moderadas ou fortes. Essa soma, no entanto, chegou a apenas 17% das combinações possíveis e as correlações foram principalmente moderadas. O PT apresentou 10,4% das combinações de candidaturas possíveis com correlações de votos altas ou moderadas, enquanto o PRB apresentou 4,8%. O PR parece ter montado a lista de candidatos mais eficiente, já que as combinações possíveis apresentaram correlações de votos altas ou moderadas em apenas 3% delas.

Tabela 2 – Combinações de candidaturas com correlações altas e moderadas por partido*

Partido	Candidatos como unidade			Combinações como unidade		
	Candidatos com correlação alta (a)	Candidatos com correlação moderada (b)	Candidatos com correlações altas e/ou moderadas (a+b)	Combinações com correlação alta (c)	Combinações com correlação moderada (d)	Correlações altas e moderadas (c+d)
PSDB	33,3%	74%	76%	1,2%	15,8%	17%
PT	36,8%	76,5%	79,4%	0,8%	9,6%	10,4%
PRB	30,2%	47,9%	78,1%	0,6%	4,2%	4,8%
PR	6,1%	45,5%	51,5%	0,2%	2,8%	3%

*Correlações e estatísticas calculadas a partir de dados extraídos do Repositório de Dados Eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral (2019).

Fonte: Elaborada pelos autores (2019).

Considerando os candidatos envolvidos, a competição intrapartidária aparece nos dados, mas com diferentes graduações. Com exceção do PR, as listas partidárias colocaram cerca de um terço dos candidatos frente a pelo menos outro correligionário que teve votos correlacionados com os daqueles de forma forte. As ineficiências da lista, se tomarmos também como competição as correlações moderadas, chegam a quase 80% dos candidatos do PSDB, PT e PRB. O PR montou a lista mais eficiente, já que pontua

consistentemente abaixo dos outros nas duas formas de mensuração utilizadas aqui.

Como a literatura que produziu a expectativa teórica de alta competição intrapartidária não apresentou um indicador de referência e, portanto, o que seriam níveis altos ou baixos dessa competição, a afirmação sobre o quanto esses dados revelam da competição intrapartidária deve ser tomada com cuidado. A expectativa de intensa competição intrapartidária, todavia, na nossa opinião, não parece ter ocorrido nas quatro listas partidárias analisadas. Há, sim, variação na exposição de candidatos a concorrentes diretos. É possível discutir o quanto a aposta em puxadores de votos que geraram concentração de votos do PR, em Tiririca, principalmente, e do PRB, em Celso Russomanno, indicavam, até aquele momento, estratégias mais eficientes em evitar competição intrapartidária que as estratégias de partidos mais tradicionais no distrito, como PSDB e PT, que possuíam um leque maior de candidatos viáveis. Essa estratégia de concentrar votos em um grande puxador de votos parece ter trazido frutos para os dois partidos, enquanto PSDB e PT, ao que indica, foram menos eficientes na formação de suas listas. A estratégia de um grande puxador de votos implica um risco maior após a mudança da legislação, em 2015, que estabeleceu um desempenho mínimo individual de 10% do quociente eleitoral.

Para julgar as estratégias partidárias específicas, são necessários estudos de caso mais aprofundados. As correlações fortes encontradas neste estudo, consideradas tanto pela quantidade de candidatos atingidos, quanto pela proporção das combinações totais possíveis atingidas, alcança uma menor parte das candidaturas. A forma de operacionalizar a ideia de competição intrapartidária usada neste artigo, de usar correlações entre a votação de diferentes candidatos por zona eleitoral, ainda precisa de mais debates sobre a sua robustez e adequação. Consideramos, no entanto, que ela é uma forma promissora de explorar os dados para analisar o problema da competição intrapartidária.

Considerações finais

Este artigo se enquadra na literatura que busca explorar e discutir, a partir de dados eleitorais, as estratégias dos partidos nas eleições proporcionais de lista aberta. A literatura que foca em incentivos do sistema eleitoral aponta que os partidos teriam grande dificuldade em organizar a disputa em distritos de magnitude tão grande quanto no Brasil nos quais os candidatos precisam buscar votos em suas campanhas individuais. A expectativa é de competição intrapartidária intensa.

Essa expectativa não considera, todavia, que é importante, para o partido e os candidatos, organizar a disputa para evitar desperdício de esforços e perda de cadeiras. Considerando a ideia de que candidatos possuem eleitores-alvo, competição intrapartidária existiria apenas se os pleiteantes disputassem o apoio desse mesmo conjunto de pessoas. A intensidade dessa disputa pode variar entre os partidos a depender da estratégia de formação da lista de candidatos.

Para analisar essa variação, examinamos as correlações da votação por zona eleitoral dos candidatos a deputado federal de São Paulo de quatro partidos: PSDB, PT, PRB e PR. As correlações de votação nos permitem verificar quais votações possuem uma distribuição espacial parecida, indicando disputa pelo mesmo eleitorado.

Os dados não revelam uma competição intrapartidária forte disseminada como era a expectativa da literatura e mostram diferentes estratégias eleitorais. No PSDB e no PT, a existência de múltiplos quadros viáveis na disputa gera certa ineficiência. Correlações moderadas e fortes, nesses casos, poderiam ser mais bem coordenadas para garantir maior chance eleitoral para os candidatos envolvidos e fazer com que esses partidos, que disputaram a eleição coligados, obtivessem mais cadeiras. No PRB e no PR, a figura de um candidato com votação extraordinária garantiu muitas cadeiras e, principalmente no caso do PR com Tiririca, não atrapalhou as chances de outros candidatos viáveis. Nesses casos, partidos menos tradicionais parecem ter conseguido organizar melhor a disputa por vagas na Câmara dos Deputados.

Referências

- AMES, B. **Os entraves da Democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2003.
- AVELINO, G.; BIDERMAN, C.; BARONE, L. S. Articulações intrapartidárias e desempenho eleitoral no Brasil. **Dados**, v. 55, n. 4, p. 987-1013, 2012.
- BERGMAN, M. E.; SHUGART, M. S.; WATT, K. A. Patterns of intraparty competition in open-list & SNTV systems. **Electoral Studies**, v. 2, n. 2, p. 321-333, 2013.
- BOLOGNESI, B. A seleção de candidaturas no DEM, PMDB, PSDB e PT nas eleições legislativas federais brasileiras de 2010: percepções dos candidatos sobre a formação das listas. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, n. 46, p. 45-68, 2013.
- BRAGA, M. do S. Organizações partidárias e seleção de candidatos no estado de São Paulo. **Opinião Pública**, v. 14, n. 2, p. 454-485, 2008.
- BRAGA, M. do S.; AMARAL, O. E. do. Implicações do processo de seleção de candidatos na competição partidária: o caso brasileiro. **Rev. Sociol. Polit.**, v. 21, n. 46, p. 33-43, 2013.
- BRASIL. **Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965**. Institui o Código Eleitoral. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/codigo-eleitoral-1/codigo-eleitoral-lei-nb0-4.737-de-15-de-julho-de-1965>. Acesso em 16 nov. 2018.
- BRASIL. **Lei nº 13.165, de 29 de setembro de 2015**. Altera as Leis nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral, para reduzir os custos das campanhas eleitorais, simplificar a administração dos Partidos Políticos e incentivar a participação feminina. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13165.htm. Acesso em 16 nov. 2018.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. **Bancada na eleição**. 2018. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/deputados/liderancas-partidarias/bancadas/bancada-na-eleicao>. Acesso em 16 nov. 2018.
- CAIN, B.; FERREJOHN, J.; FIORINA, M. **The Personal Vote**: Constituency Service and Electoral Independence. Cambridge: Harvard Uni. Press, 1987. p. 45-67.
- CAREY, J.; SHUGART, M. S. Incentives to Cultivate a Personal Vote: A Rank Ordering of Electoral Formulas. **Electoral Studies**, v. 14, n. 4, p. 417-439, 1995.
- CARVALHO, N. R. **E no início eram as bases**: Geografia política do voto e comportamento legislativo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- CHEIBUB, J. A.; FIGUEIREDO, A. M. C.; LIMONGI, F. Partidos políticos e governadores como determinantes do comportamento legislativo na Câmara dos Deputados, 1988-2006. **Dados**, v. 52, n. 2, p. 263-299, 2009.
- CHHIBBER, P. K.; KOLLMAN, K. **The Formation of National Party Systems**: Federalism and Party Competition in Canada, Great Britain, India and the United States. Princeton: Princeton Uni. Press, 2004. p. 101-221.

COX, G. W. **The efficient secret: the Cabinet and the development of political parties in Victorian England.** New York: Cambridge Uni. Press, 1987.

COX, G. W. SNTV and d'Hondt are 'equivalent'. **Electoral Studies**, v. 10, n. 2, p. 118-132, 1991.

FIGUEIREDO, A. M. C.; LIMONGI, F. Mudança Constitucional, Desempenho do Legislativo e Consolidação Institucional. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 29, p. 175-200, 1995.

FIGUEIREDO, A. M. C.; LIMONGI, F. **Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional.** Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1999.

FOWERAKER, J. Review Article: Institutional Design, Party Systems and Governability – Differentiating the Presidential Regimes in Latin America. **British Journal of Political Science**, v. 28, n. 4, p. 651-676, 1998.

GRAÇA, L. F. G.; SOUZA, C. P. R. Uso estratégico de eleições alternadas? Efeitos da candidatura para prefeito sobre a votação dos concorrentes ao cargo de deputado federal no Brasil. **Opinião Pública**, v. 20, n. 3, p. 326-345, 2014.

GUARNIERI, F. A força dos partidos “fracos”. **Dados**, v. 54, n. 1, p. 235-258, 2011.

LAGO, I. Magnitud de distrito y número de partidos. **Revista Española de Ciencia Política**, [S. l.], p. 9-23, 2009.

LIMONGI, F.; FIGUEIREDO, A. M. C. Partidos políticos na Câmara dos Deputados: 1989-1994. **Dados**, v. 38, n. 3, p. 497-523, 1995.

MAINWARING, S. Presidentialism, Multipartyism and Democracy: The Difficult Combination. **Comparative Political Studies**, v. 26, n. 2, p. 198-228, 1993.

MAINWARING, S. **Sistemas Partidários em Novas Democracias: O Caso do Brasil.** Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas; Mercado Aberto, 1995. p. 51-96.

MAINWARING, S. Multipartyism, Robust Federalism, and Presidentialism in Brazil. In: MAINWARING, S.; SHUGART, M. S. (Ed.). **Presidentialism and Democracy in Latin America.** Cambridge: Cambridge Uni. Press, 1997. p. 55-109.

NICOLAU, J. O Sistema Eleitoral de Lista Aberta no Brasil. **Dados**, v. 49, n. 4, p. 689-720, 2006.

POWELL, G. B. **Elections as Instruments of Democracy: Majoritarian and Proportional Visions.** New Haven: Yale University Press, 2000.

SAMUELS, D. Determinantes do voto partidário em sistemas eleitorais centrados no candidato: evidências sobre o Brasil. **Dados**, v. 40, n. 3, p. 493-535, 1997.

SAMUELS, D. When Does Every Penny Count?: Intra-Party Competition and Campaign Finance in Brazil. **Party Politics**, v. 7, n. 1, p. 89-102, 2001.

SAMUELS, D. Political Ambition, Candidate Recruitment, and Legislative Politics in Brazil. In: MORGENSTERN, S.; P. SIAVELIS (Ed.). **Pathways to Power in Latin America.** State College: PSU Press, 2008. p. 76-91.

SANTOS, A. M. Regras eleitorais importam? Modelos de listas eleitorais e seus efeitos sobre a competição partidária e o desempenho institucional. **Dados**, v. 49, n. 4, p. 721-749, 2006.

SHUGART, M. S.; CAREY, J. **Presidents and Assemblies: Constitutional Design and Electoral Dynamics**. New York: Cambridge Uni. Press, 1992.

SILVA, G. P. Uma avaliação empírica da competição eleitoral para a Câmara Federal no Brasil. **Opinião Pública**, v. 19, n. 2, p. 403-429, 2013.

SILVA, G. P. Mesmas instituições, mesmos resultados? Comparando o efeito da competição eleitoral sobre os níveis de concentração de votos. **Opinião Pública**, v. 23, n. 3, p. 682-713, 2017.

SOUZA, C. P. R.; GRAÇA, L. F. G. Padrões de dependência espacial de votação e gastos de campanha: análise exploratória dos deputados federais e estaduais do Rio de Janeiro (2002 a 2010). **Em Debate**, Belo Horizonte, v. 4, n. 2, p. 53-62, 2012.

SOUZA, C. P. R. **Candidatos diferentes, campanhas iguais?** Um estudo sobre estratégias de gastos de campanha de candidatos a deputado federal no estado de São Paulo em 2010. Orientador: Jairo Nicolau. 2016. 239 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

TERRON, S. **A Composição de Territórios Eleitorais no Brasil: Uma Análise das Votações de Lula (1989-2006)**. Orientador: Jairo Nicolau. 2009. 182 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO (TRE-SP). **Retotalizações alteram lista de deputados estaduais e federais eleitos**. 18 dez. 2014. Disponível em: <http://www.tre-sp.jus.br/imprensa/noticias-tre-sp/2014/Dezembro/retotalizacoes-alteram-lista-de-deputados-estaduais-e-federais-eleitos>. Acesso em: 10 jan. 2019.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). **Repositório de Dados Eleitorais**. 2019. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais-1/repositorio-de-dados-eleitorais>. Acesso em: 10 jan. 2019.

Intraparty competition in elections for federal deputy: an exploratory study on São Paulo in 2014

Abstract

This article addresses the issue of intraparty competition in open list proportional elections. Although the literature expects that Brazilian electoral rules encourage direct competition for votes among co-partisans, there are few efforts to measure the levels of this competition. Through voting correlations, by electoral zones, we discuss the degrees of spatial overlapping of candidacies within four parties in the race for the office of federal deputy in the state of São Paulo in 2014. We find variations in the levels of intraparty competition that indicate different coordination strategies in the selection of candidates. This variety shows that, besides the incentives of electoral rules, the agents' strategic responses to these rules should not be neglected when dealing with this theme.

Keywords: Elections. Federal deputies. Intraparty competition. Representation. São Paulo.

Recebido em 06/02/2019
Aprovado em 26/08/2019

Estabilidade na mudança: famílias de partidos e a hipótese do congelamento do sistema partidário no Brasil (1982-2018)¹

Fernando Guarnieri²

Resumo

Neste artigo, pretendo estudar a dinâmica do sistema partidário brasileiro a partir da hipótese do “congelamento” do sistema partidário de Lipset e Rokkan (1967). Quando agrupamos os partidos em famílias, vemos que, entre os anos 1990 até o fim da primeira década do século XXI, o sistema partidário brasileiro parece tão “congelado” quanto o europeu. Após 2010, assim como na Europa, pequenos partidos de direita ganham força, mas o apoio das grandes famílias “esquerda” e “direita” permanece relativamente constante. Também constato alguma estabilidade quando agrupamos os partidos conforme sua genealogia. Essa dinâmica é similar àquela dos sistemas partidários europeus. A contribuição do artigo está em ser o primeiro a testar explicitamente a aplicação da hipótese do congelamento do sistema partidário de Lipset e Rokkan para o caso brasileiro, assim como o primeiro a sugerir a construção de famílias partidárias de modo sistemático utilizando as sugestões de Mair e Mudde (1998).

Palavras-chave: Sistema Partidário. Volatilidade. Família de partidos.

A hipótese do congelamento dos sistemas partidários

Ao explicar a origem do sistema partidário europeu, Lipset e Rokkan (1967) descrevem como, entre meados do século XIX e começos do século XX, uma série de clivagens sociais se organizou em partidos. Essas

1 Os dados e o script para a replicação das figuras e tabelas utilizados neste artigo podem ser solicitados para fhguarnieri@iesp.uerj.br

2 Professor adjunto do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Doutor em ciência política pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: fhguarnieri@iesp.uerj.br



Direito autoral e licença de uso: Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra, forneça um link para a licença, e indicar se foram feitas alterações.

clivagens se deram em torno, principalmente, das duas grandes revoluções: a revolução nacionalista e a revolução industrial. Da construção dos estados nacionais, que, na Europa, somente teve seu fim em meados do século XIX, surgiram as clivagens Centro vs Periferia, opondo as forças centralizadoras aos antigos potentados locais e a clivagem Estado vs Igreja, opondo os proponentes e os opositores ao Estado laico. Destas clivagens, teriam nascido os partidos liberais, regionais, conservadores e religiosos. Na revolução industrial, houve conflitos em torno de interesses materiais, como a oposição entre as elites urbanas e rurais refletida na clivagem Rural vs Urbano e a clivagem Trabalhadores vs Burguesia. Destas clivagens, teriam nascido os partidos agrários, camponeses, trabalhistas, socialistas e sociais-democratas (CARAMANI, 2004).

Essa dinâmica em que clivagens sociais se partidariam deveria renovar o sistema partidário constantemente conforme novos conflitos surgem. Isso até certo ponto ocorre, como demonstra a aparição dos partidos comunistas após a revolução russa, e dos partidos verdes e congêneres no período pós-industrial. No entanto, conforme observado por Lipset e Rokkan (1967, p. 50): “[...] *the party systems of the 1960's reflect, with few but significant exception, the cleavage structures of the 1920's*”. Essa proposição ficou conhecida como a hipótese do “sistema partidário congelado”.

Outros pesquisadores confirmaram esses achados (ROSE; URWIN, 1970) e se tornou um consenso que, até os anos 1960, o sistema partidário de fato refletia as estruturas de clivagens dos anos 1920. No entanto, vários autores questionaram a continuidade do congelamento em épocas posteriores.

Maguire (1983) replica o trabalho de Rose e Urwin para além dos anos 1960 e seus dados questionam a ideia de um sistema estável. Pedersen (1983) mostrou como, neste período, a volatilidade agregada era alta; mas, seus dados cobriam apenas o período entre 1960 e 1980 não podendo ser comparado com o período entre 1920 e 1960. Dalton, Flanagan e Beck, utilizando survey, chega à conclusão de que “[...] *the structure of democratic party systems, frozen for so much of our lifetimes, is beginning to thaw*” (DALTON; FLANAGAN; BECK, 1984, p. 457); mas, seu trabalho também cobre um período limitado.

Apesar dessas várias opiniões em contrário, Peter Mair (1993, p. 127), explorando as deficiências apontadas acima, afirmava em 1983 que: “[...] *electorates in Europe in the 1980s have in general proved as stable and as predictable as they were at the period in which Rokkan referred to the freezing hypothesis. At least up to now, the general pattern shows more rather than less stability*”.

Mat Golder (2003, p. 8), dez anos depois de Mair, comenta que, apesar de novos partidos serem comuns na Europa,

[...] only 7.8% of new parties have ever managed to enter government and less than 1% have ever been a formateur ... [o]f those parties that have actually entered government, half have since disappeared. This means that parties established prior to 1930 have been surprisingly successful at keeping the door to government participation shut to new parties.

Estes últimos trabalhos mostram que, quando se avaliam períodos mais amplos, a hipótese do congelamento se sustenta. O problema do escopo temporal é que, ao se concentrar apenas nos períodos após os anos 1960, como acontece com os *surveys*, perde-se uma perspectiva comparada. Quando são comparados períodos maiores de tempo, vemos que não houve muitas mudanças. Utilizando uma base de dados que cobria o período entre os anos 1920 e 1990, Mair (1997) mostra que sempre houve volatilidade nos sistemas partidários europeus, mas a volatilidade agregada média seria baixa (9%) tanto no período anterior aos anos 1960 quanto no período posterior.

Outro problema é que a maior parte dos críticos focou mais na estabilidade de partidos individuais do que na permanência das clivagens. O problema de se focar em partidos individuais é de que a proposição de Lipset e Rokkan fala da estabilidade das clivagens e não se deve tomar como automático o reflexo de certas clivagens em determinados partidos. As clivagens são representadas por famílias de partidos e não por partidos individuais. Voltarei a esta importante distinção mais à frente.

Apesar da proposição de Lipset e Rokkan ser colocada como uma hipótese, estes autores, na verdade, não desenvolvem uma teoria para o congelamento do sistema partidário. Mais recentemente, outros autores tentaram desenvolver esta teoria. Mair (1993, 1997) defende que a

resiliência dos novos partidos se daria menos pela permanência das divisões sociais e mais pela capacidade de as organizações partidárias se adaptarem aos novos tempos. Caramani (2008) explica a persistência da estrutura de clivagens pela supremacia da clivagem esquerda-direita com o predomínio dos partidos conservadores, liberais e sociais-democratas. Esse predomínio seria algo comum a todos os países europeus.

Do ponto de vista empírico, a questão do congelamento do sistema partidário recebeu variado tratamento. Os críticos da ideia de estabilidade do sistema partidário recorriam a três fontes de evidências: os padrões de volatilidade agregada utilizando o índice desenvolvido por Pedersen (1979); o “sucesso” de novos partidos à esquerda e à direita (KITSCHHELT, 1997); e o declínio das organizações partidárias (LAWSON; MERKL, 1988).

Pedersen (1979, 1983) procura verificar a estabilidade do sistema partidário europeu como proposta por Lipset e Rokkan (1967) e, para isso, cria um índice de volatilidade que se tornou o padrão na literatura. Esse índice consiste na soma de ganhos ou perdas dos partidos entre dois períodos de tempo dividido por dois. Agregam-se ganhos ou perdas individuais sem levar em consideração a direção deste ganho ou perda. Por meio deste índice, Pedersen (1979, p. 1) afirma que:

During the 1960s it was a widely held view among political scientists that European party systems were inherently stable structures which - with a few exceptions - reflected the societal cleavage structures of the past (Lipset and Rokkan, 1967: 50). This view was even bolstered with strong empirical evidence pertaining to the party system at the level of the electorate.

[...]

These are developments which are by now clearly visible. They seem to indicate that even if party systems may still reflect the traditional cleavage structure in the society, the significant exceptions that Rokkan and Lipset were talking about are no longer few, but constitute a larger and growing part of all European party systems.

Mainwaring e Zoco (2007) discutem a questão da estabilidade do sistema partidário ao examinarem 47 democracias. Eles defendem que um sistema partidário estável reforça uma efetiva representação programática. Em sistemas instáveis, é difícil para o eleitor saber quais são os partidos e o que eles defendem; e isso acaba enfraquecendo a capacidade das siglas

partidárias funcionarem como atalhos informacionais para uma decisão em bases programáticas. Para medir a estabilidade do sistema partidário, os autores utilizam o índice de volatilidade de Pedersen. Sua conclusão é que sistemas partidários com maior duração são mais estáveis que sistemas mais recentes.

Já em trabalho mais recente Maiwaring, Gervasoni e España-Najera (2016), seguindo Powell e Tucker (2014) e outros estudos, principalmente os que se dedicavam às democracias pós-comunistas, diferenciam entre volatilidade no interior do sistema e volatilidade extrassistema, isto é, entre a troca de votos entre partidos que já se encontravam no sistema partidário e entre estes e novos partidos. A entrada de novos partidos daria uma ideia melhor da transformação dos sistemas partidários. Para verificar estas volatilidades eles constroem uma base de dados cobrindo 67 países e um recorte temporal com dados desde 1945 ou da data em que o regime se tornou de fato competitivo. Sua conclusão é que novos entrantes tiveram menos sucesso em democracias há mais tempo estabelecidas, o que seria consistente com a noção de sistema partidário congelado de Lipset e Rokkan (1967). Já democracias mais jovens teriam, na média, sistemas partidários instáveis.

Embora a diferenciação entre volatilidade interna e externa permita aferir de algum modo a estabilidade do sistema partidário, há um problema de agregação na análise de Pedersen (1979, 1983) e Maiwaring, Gervasoni e España-Najera (2016). A unidade de análise destes autores é o partido individual. Os autores procuram tirar conclusões sistêmicas a partir da soma de comportamentos individuais. Mas, como lembra Peter Mair (1997, p. 65):

Putting these points together suggests an important distinction between the individual party organization, on the one hand, and the organized expression of the cleavage, on the other, in that the latter is capable of incorporating more than one party. In other words, there is no simple one-to-one correspondence between an individual party organization and the presence of a cleavage, for while the political relevance of the latter requires expression in some form of political organization, such a political organization may nevertheless include two or more parties competing for more or less the same constituency. Thus while individual parties may rise and fall, the major 'alternatives' may therefore persist. In France, for example, despite 'marked organizational fragmentation both at the level of interest articulation

and at the level of the parties [. . .] no analyst of French politics is in much doubt about the underlying continuities of sentiment and identification on the right no less than on the left of the political spectrum'.

Para Mair (1997), índices como o de Pedersen não permitem distinguir mudanças entre aliados em certas clivagens e mudanças entre adversários. Uma troca de votos entre socialistas e comunistas, por exemplo, seria equivalente a uma troca de votos entre esses partidos e um partido de direita. As duas situações indicariam instabilidade; mas, apenas a segunda refletiria instabilidade de clivagens, ou uma real mudança no sistema partidário. Enquanto a medida de volatilidade partidária nos dá o grau de incerteza sobre quais partidos farão parte do governo a volatilidade entre famílias nos indica o grau de incerteza quanto ao tipo de política que será implementada pelo governo.

Portanto, além da distinção entre volatilidade intra e extrassistema, é necessário distinguir a direção desta volatilidade. E esta seria captada pela distinção entre a volatilidade partidária e volatilidade entre famílias de partidos. Rokkan (1970) já defendia que a estabilidade do sistema partidário europeu poderia ser constatada pela limitada variação de tipos de partidos que surgiram com a massificação da política.

A dificuldade em se medir a volatilidade entre famílias de partidos está justamente na definição do que seriam estas famílias. A classificação de partidos em famílias é essencial para se comparar sistemas partidários tanto entre países quanto no tempo (ELFF e POSTBOX, 2013; FREIRE; TSATSANIS, 2015)³. Essa abordagem remonta ao estudo clássico de Rokkan (1970), que, como vimos, baseou sua categorização de partidos em quatro “clivagens críticas”: sujeito vs cultura dominante; igrejas vs governo; economia primária vs secundária; e trabalhadores vs empregadores ou proprietários. Com base nestas clivagens, von Beyme (1985) e Seiler (1980) vão propor algumas famílias. O primeiro autor vai identificar como famílias ou “grupos ideológicos”: liberais, conservadores, partidos operários,

3 É importante diferenciar a classificação de partidos em famílias da tipologia dos partidos. Enquanto a primeira diz respeito ao sistema partidário e sua relação com clivagens sociais, políticas, religiosas etc. As tipologias dizem respeito ao partido individual e sua organização. Sobre tipologia de partidos ver: Gunther e Diamond (2003), Krouwel (2006) e Wolinetz (2002).

partidos agrários, partidos regionais, partidos cristãos, partidos comunistas, partidos fascistas, partidos de protesto e movimentos ecológicos; já Seiler (1980) identifica oito “famílias políticas”: partidos burgueses, partidos operários, partidos centralistas, partidos populistas, democratas cristãos, partidos anticlericais, partidos agrários e partidos comunistas.

O artigo de Mair e Mudde (1998) é o primeiro estudo sistemático que procura identificar os fatores que caracterizariam uma família de partidos. Os autores identificam quatro abordagens na literatura que propõem critérios para a classificação destas famílias: aquelas que identificam as famílias pela origem dos partidos, aquelas que focam na filiação institucional a associações internacionais, aquelas que procuram similaridades nas políticas propostas ou na ideologia e, por fim, aquelas que olham apenas para o nome ou a sigla do partido. Após criticar essas abordagens, os autores sugerem que as famílias sejam identificadas apenas por sua origem e por sua ideologia. No primeiro caso, interessa como os partidos surgem, quais movimentos estão em sua base e quais clivagens refletem. No segundo caso, sugerem aferir a ideologia a partir da análise do conteúdo dos programas partidários.

Ao se classificar os partidos em famílias, é possível investigar a volatilidade no interior delas. Em estudo recente de König, Marbach e Osnabrügge (2013), por exemplo, utilizam os programas de partidos de 25 países em um período entre 1945 e 2010 para identificar sua posição na escala esquerda-direita e classificá-los em famílias. Os autores mostram que desta perspectiva o sistema partidário europeu havia realmente se congelado mesmo após o texto de Lipset e Rokkan (1967). A distribuição da posição ideológica de cada família no tempo é praticamente constante e, apesar da entrada de novos partidos, os partidos mais antigos estão presentes e com força em quase todo o período. Conforme König, Marbach e Osnabrügge (2013, p. 468), “[...] compared to the puzzling volatility of existing estimates, we find that parties more modestly change their left-right positions over time”.

Famílias de partidos e a estabilização do sistema partidário no Brasil

A discussão sobre o congelamento do sistema partidário ficou praticamente limitada à Europa Ocidental. Em uma das poucas tentativas de se estender a análise para outros países, Mair analisa os casos do leste europeu pós-comunismo. Mair escreve pouco tempo depois da transição para um sistema eleitoral competitivo e questiona se realmente já se podia falar em sistema partidário em democracias tão recentes ecoando análises como a de Maiwaring (1999) sobre as democracias da terceira onda. A conclusão de Mair (1997) é que esses sistemas apresentam muito mais um padrão de instabilidade.

No Brasil, a discussão assume contornos semelhantes ao colocado por Mair com relação aos países pós-comunistas. Nossa democracia seria muito jovem para que pudéssemos falar em sistema partidário, isto é, em um padrão de interação previsível entre partidos. A volatilidade eleitoral seria a medida por excelência desta instabilidade.

Nos anos 1990 vários autores argumentaram que arranjos institucionais, como o adotado pelo Brasil a partir da Constituição de 1988 – que combinou presidencialismo, federalismo e representação proporcional de lista aberta –, gerariam incentivos a um comportamento individualista por parte dos políticos, a partidos fracamente enraizados e a sistemas partidários instáveis. Isso levaria a crises de governabilidade e à instabilidade democrática (MAINWARING, 1991,1999; LAMOUNIER, 1992, 1994).

A comprovação empírica deste diagnóstico estava na volatilidade eleitoral. Paulo Peres (2002, p. 5), analisando os trabalhos que aplicaram o índice de Pedersen às eleições brasileiras, conclui que, destes trabalhos, “[...] podemos extrair conclusões opostas quanto à funcionalidade do sistema representativo brasileiro, passando pela constatação de sua efetividade crescente até a afirmação de sua total debilidade”. Essa constatação se deve a problemas nos critérios analíticos e metodológicos daqueles trabalhos. Para superá-los, o autor busca ampliar os casos analisados, olhando para os estados, e utiliza, além da volatilidade partidária, a volatilidade ideológica, conforme proposta por Bartolini e Mair (1990).

A conclusão de Peres (2002, p. 24) é a de que:

A volatilidade eleitoral partidária vem caindo sistematicamente desde 1986-1990, chegando a ser cerca da metade do que era naquele período. Além de apresentar uma curva descendente, o resultado da última sequência eleitoral, que é de 15,5 pontos, significa uma estabilização importante. No que se refere à volatilidade eleitoral ideológica, o índice também apresentou uma queda acentuada desde 1986-1990 até a última eleição, em 1998, chegando a apresentar uma volatilidade ideológica de apenas 1,7; menor do que a média de países europeus com democracias bem mais antigas.

Braga (2010) chega às mesmas conclusões de Peres (2002): a volatilidade partidária estava em queda. Comparando a taxa de volatilidade brasileira com a de 38 outras democracias, dentre elas as da Europa Ocidental, a autora mostra que somente nove delas tinham índices mais baixos que o do Brasil. A autora constata a mesma queda para volatilidade ideológica (BRAGA, 2010, p. 55).

Em trabalho de 2011, Peres, Ricci e Rennó procuram entender os determinantes da volatilidade eleitoral no Brasil; após criticarem a “falácia ecológica” de análises mais agregadas, esses autores analisam a evolução da volatilidade nos estados da federação chegando a conclusões semelhantes à de Braga (2010) e Peres (2002): a volatilidade nos estados, apesar de bem heterogênea, apresentava quase sempre uma tendência à queda o que se refletia na queda da média da volatilidade nacional.

Todos estes trabalhos estavam mais preocupados com a institucionalização do sistema partidário brasileiro do que em testar a hipótese do congelamento deste sistema. Não faria muito sentido testar o congelamento de um sistema que não fosse institucionalizado. Essa questão, da institucionalização ou não do sistema, ainda se encontra em aberto, no entanto a estabilização da volatilidade eleitoral em níveis relativamente baixos, apontada pelos trabalhos acima, nos permite perguntar se, no caso brasileiro, as clivagens que deram origem ao atual sistema partidário ainda estruturam esse sistema.

Para testar a hipótese do congelamento, é necessário identificar famílias de partidos no Brasil⁴. Como sugerido por Mair e Mudde (1998),

4 Os poucos trabalhos que encontrei na literatura nacional sobre partidos que tratam explicitamente de famílias de partido são os de Bolognesi (2014) e Codato, Bolognesi e Roeder (2015), que comparam partidos de direita

podemos fazer isso de dois modos: observando a origem dos partidos e observando sua ideologia. A proposta de Peres (2002), seguida por Braga (2010), de medir a volatilidade ideológica no Brasil se aproxima de um teste da “hipótese” de Lipset e Rokkan (1967), embora não tenha sido elaborada com esse intuito precípuo. A divisão entre esquerda e direita permite identificar semelhanças entre os partidos, certa familiaridade.

No Brasil, seguindo Singer (2002), a maioria dos eleitores brasileiros, mesmo os de baixa escolaridade, se divide em esquerda, centro e direita e tende a votar de acordo com a sua preferência ideológica. Portanto, utilizando a classificação ideológica, seria possível identificar três grandes famílias.

A classificação dos partidos em famílias ideológicas não é trivial e sem controvérsias. Conforme Mair e Mudde (1998) a análise da ideologia requer uma abordagem mais abrangente e aprofundada do que normalmente se aplica à análise de posições políticas, e requer a avaliação de uma variedade mais ampla de fontes documentais). Tarouco e Madeira (2013) foram uns dos poucos autores que empreenderam tal análise. Esses autores utilizam a categorização do Manifesto Research Group (MRG) que tem como base teórica a *teoria da saliência*, segundo a qual os partidos competem enfatizando em seus programas temas diferentes onde eles têm reconhecida competência (TAROUCO; MADEIRA, 2013, p. 153).

Utilizando categorias do MRG, classificam os programas partidários de sete partidos brasileiros – aqueles que obtiveram cadeiras em todas as legislaturas desde 1982 mais o Democratas (DEM)/Partido da Frente Liberal (PFL) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) – e os posicionaram em uma escala esquerda-direita pela diferença entre a proporção de texto nos programas dedicada a categorias de direita e a proporção dedicada a categorias de esquerda. Embora essa classificação seja a mais adequada conforme a sugestão de Mair e Mudde, infelizmente ela gerou resultados muito diversos de outras classificações ideológicas, posicionando quase todos os partidos analisados à esquerda, o que impede seu uso no presente artigo.

no Cone Sul e no Brasil, respectivamente. Estes autores se referem ao trabalho de Ennsner (2012) que, por sua vez, retrabalha as sugestões de Mair e Mudde (1998)

Outra iniciativa para classificar os partidos em famílias ideológicas foi levada a cabo por Power e Zucco Jr. (2009, 2012). Estes autores realizaram *surveys* com parlamentares brasileiros onde, entre outras coisas, aferem a percepção destes sobre o posicionamento ideológico de uma série de partidos e constroem uma “cartografia ideológica do sistema partidário brasileiro” (POWER; ZUCCO JR., 2009, p. 219). Os autores realizaram sete ondas de *surveys* que correspondem às sete legislaturas desde a redemocratização. Foram entrevistados um total de 1.146 deputados federais que posicionaram os partidos em uma escala entre 1 (esquerda) e 10 (direita). A conclusão a que os autores chegam é de que “[...] *although individual Brazilian parties have clearly undergone ideological change since the late 1980s, the main legislative parties can be arrayed clearly on a classic left-right scale and that the overall ordering has been relatively stable across time*” (POWER; ZUCCO JR., 2009, p. 219).

A Tabela 1 mostra a classificação dos partidos em cada ano, conforme posições identificadas no *survey* de Power e Zucco Jr. (2011). Para classificar os partidos em famílias conforme sua ideologia, agrupei à esquerda os partidos com score menor que 4 e à direita partidos com score maior que 6. Os partidos de centro são aqueles com score entre 4 e 6.

Tabela I – Scores de Classificação Ideológica dos Partidos por Ano

Partido	Ano						
	1990	1993	1997	2001	2005	2009	2013
PCdoB	1,22	1,49	1,61	1,69	2,70	2,68	2,77
PT	1,50	2,03	1,93	2,19	3,62	3,60	3,73
PSOL	-	-	-	-	-	1,61	1,73
PCB	1,92	-	-	-	-	-	-
PSTU	-	2,09	-	-	-	-	-
PSB	2,21	2,35	2,81	2,85	3,48	3,75	4,05
PPS	-	2,94	3,03	3,76	3,86	4,85	4,67
PDT	3,12	3,51	3,26	3,43	4,07	4,09	4,22
PSDB	3,95	4,37	5,86	6,09	5,91	5,83	6,04
PV	-	-	-	-	-	4,59	4,63
PMDB	4,89	5,03	5,48	5,97	5,83	5,85	6,08
PP	-	6,30	-	-	-	-	-
PSD	-	-	-	-	-	-	6,58
PR	-	-	-	-	-	6,89	6,91
PTB	6,92	6,75	7,28	7,12	6,70	6,57	6,45
PL	7,24	7,36	7,48	7,05	6,88	-	-
PRN	7,43	8,32	-	-	-	-	-
PDC	7,43	-	-	-	-	-	-
PFL	7,74	7,51	8,10	8,21	7,77	-	-
PPR	-	7,75	-	-	-	-	-
DEM	-	-	-	-	-	7,89	8,07
PP_PPB	-	-	8,38	8,57	7,78	7,72	7,46
PDS	8,47	-	-	-	-	-	-

Fonte: Power e Zucco Jr. (2011)

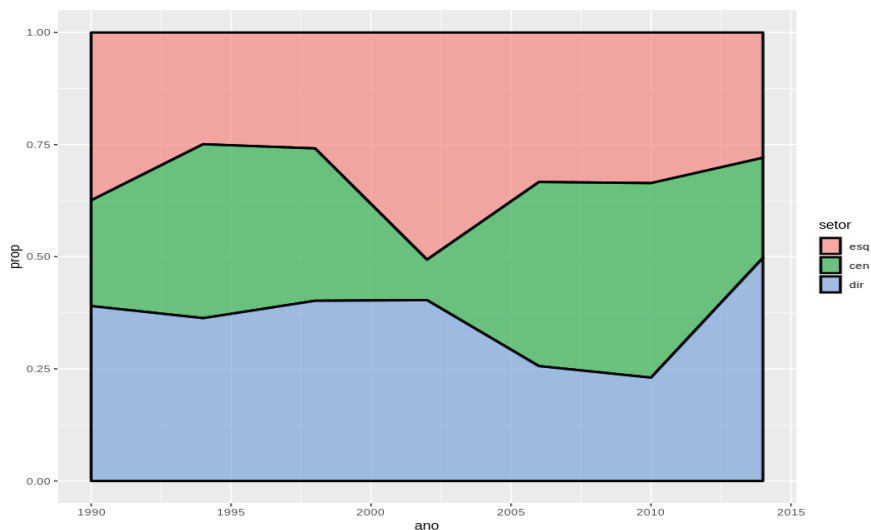
A Figura 2 mostra a evolução dos votos com os partidos classificados nestas grandes famílias. O que se vê é uma relativa continuidade, muito próxima àquela vislumbrada no sistema europeu. Esquerda e direita começam e terminam com fatias de votos muito próximas. Se, em 1990, alguém apostasse que, nos próximos 25 anos a esquerda teria os mesmos

30% dos votos que obteve naquela eleição erraria apenas duas vezes por mais de 5%. Há um aumento da participação da esquerda no total de votos nas eleições de 2002, casada com a chegada do Partido dos trabalhadores (PT) à presidência. Estes votos vêm basicamente do centro já que a direita não perde votos nestas eleições. Isto está de acordo com outros trabalhos (LIMONGI; GUARNIERI, 2014, 2015) onde se mostrou que a vitória do PT em 2002 se deu, em grande parte, devido à implosão do PSDB no Nordeste do país. A partir de 2002 a fatia da esquerda volta aos mesmos patamares de antes.

Já a direita, que conseguiu manter sua fatia até as eleições de 2002, perdeu votos a partir de 2006, somente se recuperando nas eleições de 2014. Mais uma vez, a oscilação é muito pequena e se dá mais por troca de votos com partidos do centro do que em trocas com a esquerda. Infelizmente, no momento em que este artigo foi escrito, não se encontravam disponíveis os dados do último *survey* que cobre as eleições de 2018 quando partidos novos de direita ganharam uma grande fração dos votos à custa dos partidos de centro.

É bom lembrar que o centro é ocupado por partidos diferentes e que a posição ideológica destes partidos muda com o tempo. Em 1990, tínhamos apenas o PMDB no centro. Neste ano, os parlamentares entrevistados por Thimoty Power posicionaram o PSDB à esquerda. Em 1994 e 1998, o PSDB passou a ser considerado um partido de centro. Em 2002, o PSDB passou à direita e deixou o PMDB sozinho novamente no centro, o que pode explicar, junto com o crescimento do PT, a forte contração dos votos nesta família. Em 2006, o PDT se juntou ao PMDB e ao PSDB no centro. Em 2010, PPS e PV também se juntaram à família; e, em 2014, o PSDB passou novamente à direita, acompanhado, pela primeira vez, pelo PMDB. Isso reforça a importância de se observar famílias e não partidos individuais para se avaliar a estabilidade do sistema.

Figura 2 – Distribuição da fatia de votos de famílias de partidos agrupados conforme a ideologia



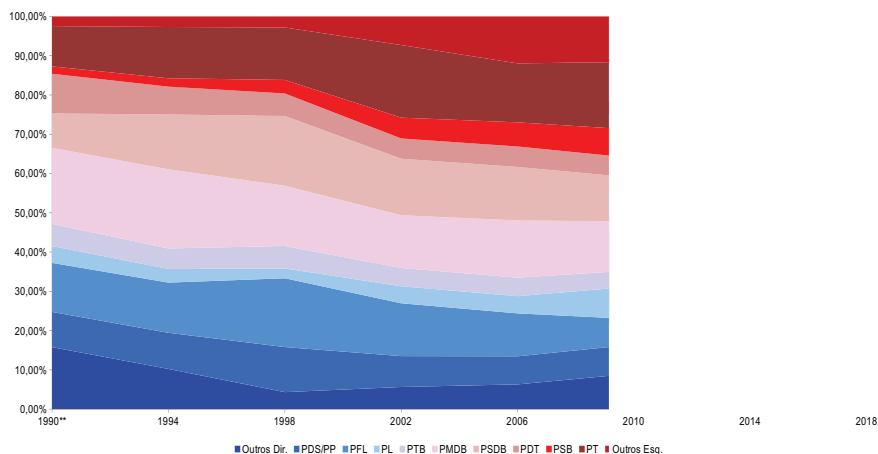
Fonte: Adaptada de Power e Zucco Jr. (2011).

Para termos uma noção mais refinada da dinâmica interpartidária no interior das famílias ideológicas a Figura 3 mostra a evolução de votos de alguns partidos classificados conforme a ideologia. Aqui podemos ter alguma ideia das trocas de votos entre partidos, embora qualquer conclusão nesta direção envolva o risco de cometermos uma falácia ecológica.

A Figura 3 mostra que, desde 1990, houve certa oscilação com o predomínio do centro-direita entre 1990 e 1998, da esquerda, entre 2002 e 2010 e da direita após 2010. É notável o aumento da parte de votos que foi para “outros partidos de esquerda” em 2006 e para “outros partidos de direita” a partir de 2010. Se o primeiro movimento pareceu atingir mais o PT, o segundo tirou votos do centro (PMDB e PSDB). O PT, que dividia a esquerda com o PDT em 1990, passou a dominar esse campo a partir de 1998, mas perdeu essa hegemonia em 2006 com a entrada de partidos como o PSOL. Já o DEM/PFL e o PP/PDS, que dominavam a direita, enfraqueceram com o tempo. O aumento dos votos da direita efetivou-se

todo a partir de partidos pequenos como o PRB e o PSL. No entanto, esse crescimento não ocorreu com a retirada de votos da esquerda, mas sim com votos advindo de partidos de centro-direita como o PMDB e PSDB.

Figura 3 – Distribuição da fatia de votos de partidos selecionado classificados conforme a ideologia



Fonte: Adaptada de Tribunal Superior Eleitoral (ano 1990 - 2010?).

Embora a classificação em esquerda e direita permita estabelecermos semelhanças ente os partidos, não se trata propriamente de uma clivagem no sentido elaborado por Lipset e Rokkan (1967). Como define Bartolini e Mair (1990) com base em Ray e Taylor (1970) clivagens requerem não apenas estratificação social (de acordo com a classe, religião etc.) e consciência de grupo (de acordo com diferentes valores e/ou preferências) mas também certa organização (na forma de um partido político, sindicato etc.) que ajude o grupo a perceber seus interesses e/ou suas crenças.

Mair e Mudde (1998) sugerem que, além da ideologia, a origem dos partidos também poderia ser utilizada para classificá-los em famílias. Por origem, os autores entendem uma identidade “genética” compartilhada. Partidos que foram mobilizados pelos mesmos movimentos ou que estavam no mesmo lado de uma clivagem no momento em que surge a democracia de massa (quando há ampliação do sufrágio) são considerados da mesma família.

O atual sistema partidário brasileiro surge com a abertura democrática entre o final dos anos 1970 e começo dos 1980 do século XX. As principais clivagens que levarão à estruturação do sistema estavam ligadas ao modo como as elites políticas se posicionaram diante da transição. Conforme Przeworski (1991), a transição para a democracia no Brasil teria se efetivado por uma emancipação pactuada, isto é, por negociações entre as forças da ditadura e as forças democráticas. Neste tipo de transição, despontariam quatro atores políticos: os “linha-dura” e os “reformistas”, no interior do bloco autoritário, e os “moderados” e os “radicais”, na oposição (O’DONNELL, 1982).

A eleição indireta de Tancredo Neves para presidente, em 1984, permite identificarmos esses quatro atores na transição brasileira. Tancredo era o candidato de uma aliança entre os reformistas e os moderados. Os primeiros estavam representados no Partido da Frente Liberal, o PFL. Os moderados faziam parte do PMDB principal partido de oposição ao regime militar. Tancredo tinha como adversário Paulo Maluf do PDS. Maluf teve sua carreira política associada ao presidente Costa e Silva, líder dos linha-dura. A candidatura de Maluf ocorreu contra a vontade dos militares reformistas. Estes preferiam o nome do coronel na reserva do exército e ex-ministro Mario Andreazza, mas foram derrotados na convenção do partido. Essa derrota fez com que várias lideranças políticas do PDS, ligadas aos reformistas, abandonassem o PDS e fundassem o PFL.

Antes da eleição indireta de Tancredo, partidos de esquerda o PT e o PDT, junto com o PMDB, buscaram mobilizar a população para pressionar pela aprovação da emenda do deputado Dante de Oliveira (PDT) para que as eleições de 1984 fossem diretas. Apesar de levar multidões às ruas, a emenda foi derrotada. Com a derrota, o PMDB encampou a candidatura de Tancredo Neves. O PT se recusou a apoiar esta candidatura e o PDT rompeu com o governo assim que o vice-presidente José Sarney, que vinha do PFL, assumiu o governo após a morte de Tancredo.

Assim temos os quatro atores que aparecem no momento de transição para a democracia e que se distinguem por um maior ou menor apoio ao pacto de emancipação. De um lado, temos os linha-dura, agrupados no PDS, e os reformistas, representados pelo PFL; de outro, temos os

moderados, representados pelo PMDB e os radicais, onde se encontram o PT e o PDT.

Havia uma quinta força, agrupada no PTB, que não se combina facilmente com nenhum dos quatro atores, mas que vai ser uma força constante em todo período. Esse partido surgiu sob o patrocínio do governo militar com o intuito de impedir que Leonel Brizola, que viria a se tornar presidente do PDT e que era uma das principais lideranças da esquerda, refundasse a sigla que comandava o país na época do golpe de 1964 (BENEVIDES, 1989). Atuava como braço auxiliar do PDS em troca de posições no governo. Esse tipo de atuação do partido, de caráter instrumental, foi constante em todo período pós-democratização com outros partidos sendo formados com o intuito de tentar enfraquecer e dividir a oposição.

Novos partidos surgiram por conta de cisões no interior daqueles que apareceram no momento da transição e por fusões e incorporações em momentos posteriores. Nesse sentido, temos verdadeiras famílias com ancestrais, descendentes e matrimônios. O PSDB, por exemplo, é “filho” do PMDB e tem como irmãos o PC do B, o PPS, o PCB e o PPL, embora estes irmão em nada se pareçam. De uma cisão do PTB surgiu o PT do B que resolveu mudar seu nome para AVANTE. O PL, cria do PFL, e o PRONA se “casaram” e formaram o PR que adotou os pequenos PGT e PTN⁵. E temos, também, o PDS que, em vários casamentos, se transformou em PPR, PPB e, por fim, em PP.

Existem também partidos que surgem de fora do sistema. Partidos genuinamente novos. São partidos que nascem de novas clivagens de caráter ideológico, como o Partido Verde, o PHS e o PSB ou religioso, como o PDC, PSC e o PATRI. Estes formarão uma sexta família, embora seus membros tenham em comum apenas a origem externa e um forte componente ideológico.

A partir destas seis forças, podemos tentar agrupar os partidos atuais conforme sua vinculação genética a um destes atores. O Quadro 1 mostra as seis famílias e os partidos que as compoariam⁶.

5 Os partidos brasileiros, quando surgem, costumam adotar siglas que já existiam. Temos assim vários PSDs na história brasileira, assim como PTNs e PPs etc.

6 Toda classificação imbuete algo de arbitrário e demanda alguma justificativa. Na classificação pela origem, pode causar estranheza a classificação do PCdoB e do PCB na família originada pelo PMDB. Justifico essa classificação

Quadro 1 – Famílias de partidos conforme sua origem

Linha-dura	PP/PPB/PPR/PDS, PRP, PRTB
Reformistas	PFL, PR/PL/PGT/PTN, PRB, PSD
Moderados	PMDB, PCdoB, PPS, PSDB, PCB, PPL
Radicais	PT, PDT, PSTU, PCO, PSOL
Instrumentais	PTB, AVANTE/PTdoB, PTN, PROS, PTC/PRN/PJ, PMB, SOLIDARIEDADE
Novos	PSB, PSC, PMN, PV, PHS, PDC, PSL, PATRI/PEN, NOVO, REDE

Fonte: Adaptada de Tribunal Superior Eleitoral (<https://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/historico>) e de Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro (DHBB) do CPDOC-FGV (<https://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb/>).

A Figura 3 mostra a evolução da proporção de votos de cada família. Vemos que, na eleição de 1986, reformistas e moderados dominaram a arena eleitoral, como seria esperado visto que são essas forças que comandaram a transição para a democracia. Como vimos PFL e PMDB se juntaram na candidatura Tancredo Neves e ganharam a presidência. Após a morte de Tancredo, José Sarney assumiu o governo e, às vésperas das eleições de 1986, fez um pacote econômico, o “Plano Cruzado”, que conseguiu, por um curto período de tempo, mas o suficiente para cobrir o período eleitoral, breçar a escalada da inflação. O sucesso deste plano econômico fez com que o PMDB e o PFL elessem todos os governadores de estado e uma maioria de representantes para a Câmara dos Deputados.

Com o tempo, reformistas e moderados foram perdendo espaço, com algumas oscilações. Embora essas famílias tenham se dividido internamente em vários partidos, sua fatia de votos declinou quando comparamos os dois limites temporais da Figura 4. Mas, esse declínio não foi igual para as duas famílias. Enquanto os reformistas mantiveram e até expandiram um pouco sua fatia de votos nos dois extremos da figura, perdendo poucos

pelo fato de estes partidos, junto com o MR8 que se transforma no PPL, e que somente foram legalizados após 1985, terem atuado politicamente no interior do PMDB. A classificação do PRB na família reformista e não nos novos se deve ao fato de suas lideranças terem atuado majoritariamente no PL que teve sua origem em dissidentes do PFL. O Solidariedade foi classificado como instrumental pelo fato de sua principal liderança, Paulinho da Força, ter atuado no PTB antes de migrar para o PDT.

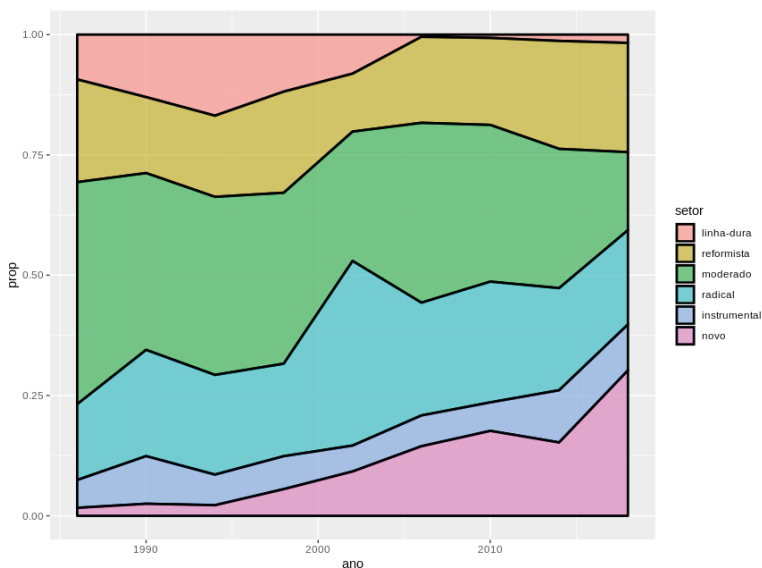
votos nas eleições intermediárias, os moderados perderam constantemente sua participação chegando a 2018 com menos da metade da proporção de votos que recebiam na década de 1990. Em 2018, os dois partidos que mais perderam votos e cadeiras foram o PMDB e o PSDB.

Os radicais já recebiam em 1986 uma fatia significativa de votos que mantiveram até o final do período, em 2018, com momentos de expansão como em 2002. Isso se deve, em parte, à hegemonia do PT na família. Os partidos instrumentais seguiram o mesmo padrão, mantendo a mesma fatia de votos em todo o período.

linha-dura pelo voto de partidos novos. Os novos partidos veem sua participação no total de votos aumentar desde 2002. Em 2018, com a maciça votação do PSL, a fatia de votos dos novos partidos ultrapassou os 25%. Isso se deve a um aumento do número de partidos nesta família assim como da quantidade de votos que estes partidos receberam. A imagem invertida do sucesso dos novos partidos é o declínio dos linha-dura que, a partir de 2006, passaram a ter participação ínfima na arena eleitoral.

Com exceção da “troca” entre os linha-dura e novos partidos o sistema aparenta certa estabilidade. Metade das famílias – os reformistas, os radicais e os instrumentais – chegaram a 2018 com praticamente a mesma fatia de votos que tinha em 1986. Toda ação se concentra na entrada de novos partidos e no declínio dos linha-dura. A queda dos moderados foi muito acentuada nas eleições de 2018, mas ainda não podemos afirmar que se estabeleceu um padrão. Esta família sempre teve entre 30% e 40% dos votos com exceção das eleições de 1986, 2002 e 2018. Portanto, as eleições de 2022 mostrarão se voltamos a esse padrão ou se o avanço de novos partidos vai passar a atingir os moderados agora que os linha-dura têm uma participação ínfima nos votos.

Figura 4 – Distribuição da fatia de votos de famílias de partidos agrupados conforme a origem



Fonte: Adaptada de Tribunal Superior Eleitoral (1990-2010).

A Tabela 2 mostra a evolução da volatilidade entre famílias ideológicas e de origem medida pelo índice de Pedersen⁷. Vemos que a média de volatilidade entre famílias é relativamente baixa⁸, tanto para o agrupamento pela origem (0,13) quanto quando agrupamos por ideologia (0,18). As maiores oscilações na família de origem ocorreram em 2002 e 2006, justamente quando começou o crescimento dos novos partidos e houve o declínio dos linha-dura. Os anos de 2002 e 2006, junto a 2014, também apresentaram a maior oscilação entre famílias ideológicas.

7 O uso da volatilidade como indicador de estabilidade do sistema partidário e o modo como ela é operacionalizada são criticadas por autores como Peres (2013) e Bértoa *et al.* (2017). Embora concorde com essas críticas e as sugestões de aprimoramento faço aqui o uso tradicional do índice de Pedersen (1979).

8 A magnitude da volatilidade e sua comparação trazem tantos problemas quanto sua operacionalização (PERES, 2013). Mair, 1993, sugere que, para uma escala que vai de 0 a 100, valores abaixo de 20 são considerados baixos. É neste sentido que observamos que a volatilidade que encontramos é relativamente baixa. Ver também: Braga, 2010.

Tabela 2 – Índice de Volatilidade de Pedersen entre Famílias de partidos classificados conforme sua origem e ideologia

Ano	Origem	Ideologia
1990	0,15	-
1994	0,05	0,15
1998	0,08	0,05
2002	0,23	0,25
2006	0,23	0,32
2010	0,05	0,03
2014	0,10	0,27
2018	0,16	-
Média	0,13	0,18

Fonte: Adaptada de Tribunal Superior Eleitoral (ano?) e de Power e Zucco Jr. (2011).

Assim, percebemos que, quando pensamos em termos de famílias partidárias, a hipótese do congelamento proposta por Lipset e Rokkan (1967) parece se aplicar tão bem ao Brasil quanto se aplica às democracias europeias apesar de a democracia brasileira ser jovem, o que a levaria a ter maiores oscilações (MAIR, 1997, MAINWARING; ZOCO, 2007). Nosso sistema partidário permite certa previsibilidade em termos programáticos e em termos de genealogia das elites no poder. As eleições de 2018 apresentam um desafio a esta estabilidade das elites com novos partidos substituindo partidos tradicionais, principalmente à direita. No entanto, em linhas ideológicas, a distribuição das forças políticas parece se manter razoavelmente.

Considerações finais

Neste trabalho, procurei verificar se a hipótese de Lipset e Rokkan (1967) – segundo a qual o sistema partidário europeu havia se congelado – se aplicaria ao caso brasileiro. Embora esta hipótese tenha sido contestada por vários trabalhos empíricos que mostraram a instabilidade do sistema europeu com base em medidas de volatilidade eleitoral como o índice de Pedersen (1979), estes trabalhos cometiam o equívoco de tomar a volatilidade de partidos individuais como um indicador de estabilidade

de clivagens partidárias (MAIR, 1993, 1997). A hipótese de Lipset e Rokkan propõe a estabilidade das clivagens e não diz nada sobre a votação dos partidos individuais.

Para se verificar a estabilidade das clivagens políticas, é necessário classificar os partidos em famílias que correspondam a estas clivagens. Essa classificação não é algo trivial e uma primeira abordagem sobre o modo de fazê-la foi o trabalho de Mair e Mudde (1998). De fato, quando classificamos os partidos europeus conforme grandes famílias, verificamos que as mudanças foram pequenas, tratando-se mais de oscilações.

No Brasil alguns trabalhos se dedicaram a verificar a estabilidade do sistema partidário olhando para a volatilidade partidária; portanto, para os partidos individualmente (MAINWARING, 1991, 1999; PERES, 2002; BRAGA, 2010). Autores como Peres (2002) e Braga (2010), verificaram a volatilidade ideológica, classificando os partidos em esquerda e direita e Maiwaring, Gervasoni e España-Najera (2016) verificaram a volatilidade extrassistema, classificando os partidos entre os que já estavam no sistema e aqueles que vêm de fora. Apesar disso, não há nenhum trabalho que procure testar a validade da hipótese do congelamento e que siga as recomendações de Mair e Mudde (1998) para se identificar famílias partidárias.

Seguindo Mair e Mudde, propus a classificação dos partidos brasileiros em famílias conforme sua ideologia, aferida legislatura a legislatura pelo Brazil Legislative Survey de Power e Zucco Jr. (2009, 2012), e origem, construída a partir da genealogia dos partidos seguindo a classificação de O'Donnell da posição das elites políticas no momento da transição para a democracia.

Quando classificamos os partidos em famílias, vemos que a hipótese do congelamento se aplica tão bem ao Brasil quanto à Europa. O que temos assistido, aqui como lá, é a substituição das elites partidárias, principalmente à direita, por novas lideranças. Isso impacta, de alguma forma, na volatilidade das famílias por origem; mas, afeta menos a volatilidade entre famílias ideológicas. Essa relativa estabilidade das famílias ideológicas é importante, pois diz respeito ao vínculo programático entre eleitor e representante. Embora o eleitor possa estar buscando novas siglas partidárias, ele faz isso dentro do mesmo espectro ideológico e, à esquerda, entre os partidos “tradicionalistas”.

Referências

- BARTOLINI, S.; MAIR, P. **Identity, Competition, and Electoral Availability: The Stability of European Electorates, 1885-1985**. Cambridge; New York; Port Chester: Cambridge University Press, 1990.
- BENEVIDES, M. V. **O PTB e o trabalhismo: partido e sindicato em São Paulo, 1945-1964**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.
- BÉRTOA, Fernando Casal; DEEGAN-KRAUSE, Kevin; HAUGHTON, Tim. The volatility of volatility: Measuring change in party vote shares. *Electoral Studies*, v. 50, p. 142-156, 2017.
- BOLOGNESI, B. (Org.) **A direita no Cone Sul: dinâmicas de poder nos partidos políticos de Argentina, Brasil e Chile**. Projeto de pesquisa apresentado à Chamada MCTI/CNPq nº 14/2014, jun. 2014.
- BRAGA, M. do S. S. Eleições e democracia no Brasil: a caminho de partidos e sistema partidário institucionalizados. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 4, p. 43-73, jul./dez. 2010.
- CARAMANI, D. **The nationalization of politics: the formation of national electorates and party systems in Western Europe**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- CARAMANI, D. Party systems. *In: CARAMANI, D. Comparative politics*. Oxford: Oxford University Press, 2008. p. 319-347.
- CODATO, A.; BOLOGNESI, B.; ROEDER, K. M. A nova direita brasileira: uma análise da dinâmica partidária e eleitoral do campo conservador. *In: CRUZ, S. V. e; KEYSEL, A.; CODAS, G. Direita, volver!: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015. p. 115-143.
- DALTON, R. J.; FLANAGAN, S. C.; BECK, P. A. Political forces and partisan change. *In: DALTON, R. J.; FLANAGAN, S. C.; BECK, P. A.; ALT, J. E. Electoral change in advanced industrial democracies: Realignment or dealignment*. Nova Jersey: Princeton Legacy Library, 1984. p. 451-476.
- ELFF, M.; POSTBOX, D. On the distinctiveness of party families. In: Prepared for delivery at the 71th Annual Conference of the Midwest Political Science Association, Palmer House Hilton, Chicago, Illinois. 2013.
- ENNSER, Laurenz. The homogeneity of West European party families: The radical right in comparative perspective. *Party Politics*, v. 18, n. 2, p. 151-171, 2012.
- FREIRE, A.; TSATSANIS, E.. Party families, ideological distinctiveness and cohesion: A strong test of the heuristics of the concept of “familles spirituelles”. In: ECPR General Conference, Montreal. 2015.

- GOLDER, M. An evolutionary approach to party system stability. **Unpublished manuscript**. 2003. Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.558.4782&rep=rep1&type=pdfv>. Acesso em: 10 dez. 2018.
- KITSCHOLT, H. European party systems: continuity and change. *In*: JONES, E.; PAUL M. HEYWOOD, P. M.; RHODES, M.; SEDELMEIER, U. **Developments in West European Politics**. London: Palgrave, 1997. p. 131-150.
- KÖNIG, T.; MARBACH, M.; OSNABRÜGGE, M. Estimating party positions across countries and time – A dynamic latent variable model for manifesto data. **Political Analysis**, v. 21, n. 4, p. 468-491, 2013.
- LAMOUNIER, B. Estrutura institucional e governabilidade na década de 1990. *In*: VELLOSO, J. P. dos R. (Org.). **O Brasil e as reformas políticas**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992. p. 24-47.
- LAMOUNIER, B. A democracia brasileira de 1985 à década de 1990: a síndrome da paralisia hiperativa. *In*: VELLOSO, J. dos R. **Governabilidade, sistema político e violência urbana**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1994. págs. 25-64?
- LAWSON, K.; MERKL, P. **When parties fail**. Emerging Alternative. Princeton: Princeton University Press, 1988.
- LIMONGI, F.; GUARNIERI, F. Competição partidária e voto nas eleições presidenciais no Brasil. **Opinião pública**, v. 21, n. 1, p. 60-86, 2015.
- LIMONGI, F.; GUARNIERI, F. A base e os partidos: as eleições presidenciais no Brasil pós-redemocratização. *Novos estudos CEBRAP*, n. 99, p. 5-24, 2014.
- LIPSET, S. M.; ROKKAN, S. **Party systems and voter alignments: cross-national perspectives**. [Contributors: Robert R. Alford and others]. New York: Free press, 1967.
- MAGUIRE, M. Is there still persistence?: electoral change in Western Europe, 1948-1979. *In*: DAALDER, H.; MAIR, P. (Ed.). **Western European Party Systems: Continuity and Change**. London: Sage, 1983. p. 67-94
- MAINWARING, S. Politicians, parties, and electoral systems: Brazil in comparative perspective. **Comparative Politics**, v. 24, n. 1, p. 21-43, 1991.
- MAINWARING, S. **Rethinking party systems in the third wave of democratization: the case of Brazil**. Stanford: Stanford University Press, 1999.
- MAINWARING, S.; GERVASONI, C.; ESPAÑA-NAJERA, A. Extra-and within-system electoral volatility. **Party Politics**, v. 23, n. 6, p. 623-635, jan. 2016.
- MAINWARING, S.; ZOCO, E. Political sequences and the stabilization of interparty competition: electoral volatility in old and new democracies. **Party politics**, v. 13, n. 2, p. 155-178, 2007.
- MAIR, P. Myths of electoral change and the survival of traditional parties: The 1992 Stein Rokkan Lecture. **European Journal of Political Research**, v. 24, n. 2, p. 121-133, 1993.

MAIR, P. **Party system change: approaches and interpretations**. Oxford: Oxford University Press, 1997. MAIR, P.; MUDDE, C. The party family and its study. **Annual review of political science**, v. 1, n. 1, p. 211-229, 1998.

O'DONNELL, G. Notas para el estudio de procesos de democratización política a partir del estado burocratico-autoritario. **Desarrollo económico**, v. 22, n. 86, p. 231-248, 1982.

PEDERSEN, M. N. The dynamics of European party systems: changing patterns of electoral volatility. **European Journal of Political Research**, v. 7, n. 1, p. 1-26, 1979.

PEDERSEN, M. N. Changing patterns of electoral volatility in European party systems, 1948-1977: Explorations in explanation. In: DAALDER, H. W.; MAIR, P. (Ed.). **Western European party systems: continuity and change**, 1983. p. 29-66.

PERES, P. S. Sistema partidário e instabilidade eleitoral no Brasil. In: PINTO, C. R. J.; SANTOS, A. M. (Org.). **Partidos no cone sul: novos ângulos de pesquisa**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2002. p. 13-46.

PERES, P. S. Institucionalização do sistema partidário ou evolução da competição?: uma proposta de interpretação econômica da volatilidade eleitoral. *Opinião pública*, v. 19, n. 1, p. 21-48, 2013..

PERES, P.; RICCI, P.; RENNÓ, L. R. A variação da volatilidade eleitoral no Brasil: um teste das explicações políticas, econômicas e sociais. **Latin American Research Review**, v. 46, n. 3, p. 46-68, 2011.

POWELL, E. N.; TUCKER, J. A. Revisiting electoral volatility in post-communist countries: New data, new results and new approaches. **British Journal of Political Science**, v. 44, n. 1, p. 123-147, 2014.

POWER, T. J.; ZUCCO JR., C. Estimating ideology of Brazilian legislative parties, 1990-2005: a research communication. **Latin American Research Review**, Baltimore, v. 44, n. 1, p. 218-246, 2009.

POWER, T. J.; ZUCCO JR., C. **Brazilian Legislative Surveys (1990-2013)**. Harvard Dataverse, V5. 2011. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1902.1/14970>. Acesso em: 10 dez. 2018.

POWER, T. J.; ZUCCO JR., C. Elite preferences in a consolidating democracy: the Brazilian legislative surveys, 1990–2009. **Latin American Politics and Society**, v. 54, n. 4, p. 1-27, 2012.

PRZEWORSKI, A. PRZEWORSKI. **Democracy and the market: Political and economic reforms in Eastern Europe and Latin America**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

ROKKAN, S. **Citizens, Elections, Parties: Approaches to the Comparative Study of the Processes of Development**, by Stein Rokkan, with Angus Campbell, Per Torsvik, and Henry Valen. New York: McKay, 1970.

ROSE, R; URWIN, D. W. Persistence and change in western party systems since 1945. **Political Studies**, v. 18, n. 3, p. 287-319, 1970.

SEILER, D.-L. **Partis et familles politiques**. Paris: Presses universitaires de France, 1980.

SINGER, A. **Esquerda e Direita no Eleitorado Brasileiro**: a identificação ideológica nas Disputas Presidenciais de 1989 e 1994. São Paulo: Edusp, 2002.

TAROUCO, G.; MADEIRA, R. M. Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, n. 45, p. 149-165, mar. 2013.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). 2018.

VON BEYME, K. **Political parties in Western democracies**. Mishawaka: Palgrave Macmillan, 1985.

Stability in change: families of parties and the hypothesis of ‘freezing party system’ in Brazil (1982-2018)

Abstract

In this article I intend to study the dynamics of the Brazilian party system based on the “freezing” hypothesis of the party system of Lipset and Rokkan (1967). When we group the parties into families we see that between the 1990s and the end of the first decade of the 21st century, the Brazilian party system seems as “frozen” as the European system. After 2010, as in Europe, small right-wing parties gain strength, but the support of the large “left” and “right” families remains relatively constant. I also find some stability when grouping the parties according to their genealogy. This dynamic is similar to that of European party systems. The contribution of the article is to be the first to explicitly test the application of the Lipset and Rokkan’s hypothesis of the freezing of the party system to the Brazilian case, as well as the first to suggest the construction of party families in a systematic way using the suggestions of Mair and Mudde (1998).

Keywords: Party system. Volatility. Party families.

Recebido em 09/12/2018

Aprovado em 17/06/2019

Classes sociais nas relações entre professores e alunos^{1,2}

Howard S. Becker

Os maiores problemas dos trabalhadores do setor de serviços são frequentemente observados em função de sua relação com seus clientes ou consumidores, ou seja, aqueles para os quais seu serviço são contratados e prestados (BECKER, 1951). Trabalhadores dessas esferas ocupacionais possuem tipicamente alguma imagem do que viria a ser o cliente “ideal” aos seus serviços: e é justamente nos termos desta ficção que eles formam suas concepções sobre como seu trabalho deve ser conduzido e quais seriam as técnicas apropriadas para sua realização. Desde que os clientes se aproximem dessa categoria de cliente “ideal”, o trabalhador do setor de serviços não terá “problemas com o cliente”.

Em uma sociedade urbana altamente diferenciada, entretanto, a clientela variará muito, e, frequentemente, apenas uma fração do total dos potenciais clientes se enquadrarão na categoria do cliente “ideal”. Tais trabalhadores costumam, desse modo, classificar os clientes de acordo com a distância desses ante a categoria “ideal” dos clientes que eles gostariam de atender.

Essa variação da clientela com relação à categoria “ideal” de clientes – definida por um determinado grupo ocupacional – enfatiza a íntima

1 Conforme o autor esclarece em nota prévia ao texto, este artigo resultou de uma pesquisa financiada pela Comissão de Educação, Treinamento e Pesquisa em Relações Raciais da Universidade de Chicago, tendo sido publicado no ano de 1952 no periódico norte-americano **The Journal of Educational Sociology**. Como o leitor poderá notar, o texto sintetiza os principais resultados da tese de doutorado defendida por Howard S. Becker, aos 23 anos de idade, em 1951, na Universidade de Chicago, intitulada “Role and Career Problems of The Chicago Public School Teacher” (BECKER, 1951b).

2 Tradução: Humberto Garcia, licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Revisão: Prof. Dr. Eduardo V. Bonaldi, Departamento de Sociologia e Ciência Política, UFSC.



Direito autoral e licença de uso: Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra, forneça um link para a licença, e indicar se foram feitas alterações.

relação das instituições no setor de serviços com a sociedade na qual essas instituições estão inseridas. Se tal sociedade não prepara as pessoas para exercerem seus papéis enquanto “clientes” da maneira desejada pelos membros de uma determinada ocupação no setor de serviços, surgirão conflitos e problemas para os trabalhadores desse setor na condução de seu trabalho. Nesse sentido, um dos principais fatores que afetam a produção social de clientes “ideais” é a diversidade cultural das classes sociais que compõem a estrutura da sociedade. As culturas específicas dessas diferentes classes sociais podem operar de maneira a produzir clientes com comportamentos que se afastam da categoria “ideal” desejada por um determinado grupo ocupacional, tornando, assim, seu trabalho extremamente difícil.

Lidamos aqui com esse problema conforme ele se apresenta na experiência dos funcionários de uma grande instituição do setor de serviços, isto é, o sistema público educacional de Chicago, discutindo as maneiras segundo as quais os professores desta cidade observam, classificam e reagem às diferenças comportamentais das crianças com as quais trabalham a partir das diferentes origens sociais de tais crianças. O material aqui apresentado é relevante não apenas para a reflexão acerca dos problemas próprios à organização ocupacional da carreira dos professores do sistema público de ensino de Chicago, mas também para a análise das diferentes oportunidades educacionais disponíveis para crianças oriundas das diversas classes sociais próprias ao espaço urbano da cidade. Warner, Havighurst e Loeb (1944), bem como Hollingshead (1949), demonstraram diferentes maneiras através das quais as escolas costumam favorecer e selecionar crianças das classes médias. Allison Davis (1950) apontou para determinados fatores próprios às culturas específicas das classes sociais que tornam crianças das classes pobres menos adaptáveis do que crianças de classes médias aos padrões de trabalho e de comportamento exigidos na escola. O presente artigo inscreve-se como uma contribuição ao conhecimento produzido pela literatura supracitada ao analisar as maneiras a partir das quais professores de escola pública reagem às diferenças culturais existentes entre crianças de classes sociais específicas e, ao fazê-lo, como esses professores perpetuam a discriminação de nosso sistema educacional contra as crianças oriundas das classes baixas.

Esta análise é baseada em 60 entrevistas com professores do sistema público de ensino de Chicago³. Tais entrevistas foram orientadas ao redor dos problemas gerais da prática docente, não tendo sido especificamente direcionadas à formulação de percepções ou de sentimentos, por parte dos professores, sobre seus estudantes de diferentes classes sociais. Como, porém, essas diferenças de classe representavam, para os entrevistados, um dos fatores mais relevantes acerca dos problemas experienciados com seus alunos, elas foram frequentemente trazidas às entrevistas pelos próprios professores. Assim, os professores tipicamente distinguiam três classes sociais às quais os alunos pertenciam: (1) o estrato mais baixo, composto por diferentes frações da classe pobre; (2) o estrato mais alto, provavelmente composto pela classe média-alta e (3) o estrato intermediário entre ambos, provavelmente composto pela classe média-baixa e pelas frações mais “altas” da classe pobre. Para os propósitos deste artigo, convencionamos qualificar esses grupos como classe baixa, média-alta e média-baixa, embora deve-se entender que tal terminologia refira-se tão-somente à classificação dada pelos professores e não às descrições sociológicas tradicionais.

Procederemos tratando de três problemas recorrentes na forma como os professores tematizam seus ajustes às culturas de classe social de seus alunos ao longo das entrevistas: (1) o problema do *ensino* propriamente dito; (2) o problema da *disciplina*, e; (3) o problema da *adequação moral* dos estudantes aos padrões de moralidade valorizados pelos próprios professores. Será discutido em cada caso as variações nas formas e nos níveis de ajustes necessários, por parte dos professores, às características e propriedades apresentadas pelos alunos oriundos das diferentes classes sociais distinguidas nas entrevistas.

I

Um problema básico em todo tipo de ocupação é a performance bem-sucedida de uma determinada tarefa: no setor de serviços, no qual atividades de trabalho são prestadas a seres humanos, as particularidades de cada um dos clientes tornam-se uma enorme variável que afeta a forma como o trabalho poderá ser conduzido. Uma professora conta que considera ter

3 A pesquisa deu origem à tese de doutoramento do autor “Role and Career Problems of the Chicago Public School Teacher” (BECKER, 1951b).

feito seu trabalho de maneira satisfatória quando consegue causar mudanças observáveis nas habilidades e nos conhecimentos das crianças que possam ser atribuídas ao seu trabalho como docente:

Bem, eu diria que uma professora é bem-sucedida quando ela está transmitindo material para as crianças e recebe alguma resposta delas. Vou lhe dizer uma coisa: ensinar é uma área muito gratificante, porque você pode ver as crianças crescendo sob suas mãos. Você pode ver a diferença nelas antes e depois de cinco meses com você. Você pode ver onde elas começaram e onde elas chegaram. E é tudo por sua causa. É realmente recompensante nesse sentido, você pode ver os resultados e saber que eles foram consequência do seu trabalho.

Esta professora sente que tem mais chances de sucesso quando seus pupilos estão interessados em estar presentes e se esforçarem na escola e são treinados em casa para serem hábeis em suas tarefas escolares. Seus problemas surgem quando ela tem de trabalhar com grupos de alunos que não correspondem a tais especificações, pois as técnicas docentes são geralmente formuladas para ensinar um modelo “perfeito” de estudante, sendo, logo, incompatíveis com a realidade própria à docência, o que pode deixar os professores com o sentimento de que fracassaram ao tentar performar suas tarefas básicas enquanto docentes.

Sobre esse ponto, A. Davis (1947) nos descreve as posturas distintas da classe pobre e da classe média diante da questão da educação e, particularmente, sobre o trabalho escolar:

Então, nosso sistema educacional, que, depois da família, é a forma mais eficaz de ensinar bons hábitos de trabalho à classe média, é largamente ineficaz e irrealista com grupos sociais desprivilegiados. A educação falha em motivar os trabalhadores desse grupo porque nossa sociedade e escolas não possuem *recompensas reais* para oferecer a eles. Crianças e adultos da classe baixa não irão se esforçar na escola ou no trabalho apenas para agradar ao professor ou ao patrão. Eles não irão aprender a ser ambiciosos, conscientes e a se esforçarem nos estudos, como se a escola e o trabalho fossem apenas um jogo de desenvolvimento do caráter, o qual se joga apenas pelo prazer de jogar. De fato, eles sabem que aqueles que se esforçam na escola normalmente pertencem a famílias que já possuem ocupações, casas e a aceitação social, recompensas que a escola promete através da educação. Os trabalhadores desprivilegiados também sabem que suas chances de conseguirem uma formação educacional suficiente para alcançarem tais recompensas são muito pequenas. Já que podem conquistar as recompensas de prestígio e de aceitação social em suas próprias comunidades pobres sem precisar de muita educação escolar, não levam a sério, portanto, a motivação ensinada pela escola (p. 99).

Conforme essas diferenças culturais produzem variações da imagem do estudante “ideal”, professores tendem a descrever as crianças com quem trabalham em termos das classes sociais às quais elas são identificadas.

Crianças da classe baixa, oriundas de comunidades pobres, são caracterizadas como pertencentes ao grupo mais difícil de se educar, carentes de interesse escolar, habilidades de aprendizado e de treinamento externo à escola:

Elas não têm os hábitos corretos de estudo. Elas também não parecem se esforçar. É claro que não é culpa delas; não foram criadas corretamente. Afinal, pais de uma vizinhança que nem aquela não estão exatamente interessados... Mas, como eu estava dizendo, essas crianças não aprendem rápido. Grande parte delas não parece, de fato, estar interessada em se educar. Não acho que estejam. É difícil conseguir qualquer coisa com crianças assim. Elas simplesmente não respondem.

Já os termos usados para descrever crianças da classe média-alta contrastam fortemente com a descrição anterior.

Numa vizinhança que nem essa acontece algo com as crianças, você sente que está alcançando muito mais. Você joga uma ideia e vê que ela gruda. As crianças sabem do que você está falando e refletem sobre isso. Elas, então, aparecem com projetos, ideias e informações adicionais, e isso faz você se sentir bem. Elas vão a lugares e veem coisas e sabem do que você está falando. Por exemplo, você pode estar ensinando estudos sociais ou geografia... Você traz algo e uma criança diz “Ah, eu vi isso em um museu que meus pais me levaram”. Você pode trabalhar melhor assim.

As crianças de classe média-baixa despertam, por sua vez, sentimentos ambivalentes nos professores. Embora sejam motivadas a se esforçar na escola, elas carecem de treinamento fora dela.

Bom, elas são muito tranquilas aqui, muito tranquilas. Não são difíceis de lidar. Veja bem, elas aprendem respeito em casa e respeitam o professor. Elas querem estudar e ser bem-sucedidas... É claro, elas não são muito brilhantes. Você sabe o que quero dizer. Mas, elas são boas crianças e fáceis de trabalhar.

Resumidamente, as diferenças entre os grupos tornam possível para a professora sentir que realizou um bom trabalho apenas quando ensina crianças de classe média-alta; com os outros grupos, ela tende a sentir, em maior ou menor escala, que falhou.

Essas diferenças nas habilidades das crianças em desempenhar o trabalho escolar, conforme percebida pelos professores, têm consequências importantes. Em primeiro lugar, elas acarretam diferenças nas técnicas de ensino utilizadas. Uma jovem professora do ensino fundamental contrasta as técnicas usadas por ela nas escolas de “comunidades pobres” e em escolas “melhores”:

Na escola S----- há diversos garotos que estavam apenas esperando completar dezesseis anos para que pudessem sair da escola. Na escola L-----, todo mundo – bom, uma grande percentagem, devo dizer – iria para o ensino médio, para a universidade. Isso certamente fez diferença no desempenho deles em sala de aula. Você tinha que lecionar de maneira diferente nas diferentes escolas. Por exemplo, na S-----, se houvesse demonstrações de química, elas precisavam ser bastante espalhafatosas, com sons e fumaça, para que os alunos se interessassem. Isso não era necessário na L-----. Na S-----, se você estivesse ensinando eletricidade ou algo parecido, era necessário usar a máquina de eletricidade estática e fazê-los dar as mãos ao redor dela para que recebessem um pequeno choque.

Adiante, a professora sente que essas diferenças, quando percebidas por seus superiores, criavam diferentes expectativas quanto ao seu trabalho e aos resultados esperados de suas diferentes turmas. Ela considera que a quantidade de trabalho e de esforço requerido dela para atingir as mesmas metas de ensino varia de maneira inversa ao status social de seus pupilos. Tal professora compara escolas pertencentes aos dois extremos das classes sociais:

Você tem que ser cuidadosa e corresponder às expectativas quanto ao desenvolvimento dos currículos. Em uma escola como a D----- [escola em um bairro pobre], simplesmente não se espera que você realize todo aquele trabalho. É quase impossível. Por exemplo, no segundo ano, espera-se que a gente ensine aos alunos como soletrar nove palavras por semana. Bom, eu consigo fazer isso aqui na K----- [escola “melhor”], eles conseguem aprender nove palavras por semana. Mas a melhor turma que já tive na D----- só conseguiu aprender até seis palavras por semana, e eles tiveram que se esforçar muito para atingir isso. Então eu nunca completei a meta anual do ensino de soletrar. Eu não conseguiria. E, de fato, isso nem era esperado de mim.

Uma consequência desse tipo de situação – na qual se espera menos dos professores cujos alunos são mais difíceis de ensinar – é o alargamento, a cada ano letivo, do fosso entre o que as crianças deveriam ter aprendido e aquilo que elas de fato aprenderam. O diretor de uma escola, na qual se observa o alargamento supracitado, descreve a degeneração desse problema em uma luta para a transmissão de, ao menos, alguns conteúdos

curriculares fundamentais, uma vez que os efeitos cumulativos do referido problema levaram a escola a um ponto no qual o cumprimento integral do currículo torna-se simplesmente impossível:

As crianças chegam nas séries seguintes com uma habilidade de leitura muito precária. Isso significa que todo o processo escolar enfoca a leitura. Não é assim na escola S----- [grupo de classe média-baixa], onde eles têm ciência, história etc. Em uma escola assim, eles ensinam a ler da primeira a quarta série e usam a própria leitura para o aprendizado da quinta até a oitava. Eles usam a leitura para aprender outras coisas. Bem, essas crianças não chegam neste nível aqui. Somos obrigados a ficar ensinando as crianças a ler. Nossos professores se dão por satisfeitos quando os alunos saem daqui sabendo ler e resolver problemas matemáticos muito simples. Você vê que eles não dão muita atenção às ciências e outras matérias. Eles não têm tempo para isso. Estão apenas tentando ensinar o básico... É por causa disso que nossa escola é diferente de outras como a S-----.

As consequências dessas diferenças nas práticas docentes dos professores, com base nas diferenças de classe dos grupos de alunos com quem trabalham, operam de maneira a perpetuar as próprias características culturais específicas das classes sociais de seus alunos, apontadas frequentemente como problemáticas pelos professores.

II

O segundo maior problema dos professores na sua relação com os alunos diz respeito à questão da disciplina. Willard Waller (1932) demonstrou no que consiste tal problema quando escreveu que: “Professor e aluno se confrontam na escola a partir de um conflito original de desejos, e mesmo que tal conflito possa vir a ser reduzido em certa proporção ou mesmo que venha a ser dissimulado, ainda assim ele persiste” (p.197). Precisamos reconhecer a existência desse conflito, seja em sua forma real ou potencial, como presente na relação entre o professor e os alunos: relação na qual o professor busca manter o controle da situação, enquanto o aluno busca rompê-lo⁴. Esse conflito é sentido até mesmo com relação às crianças que não apresentam maiores dificuldades ao trabalho docente; uma professora, que considerava seus alunos como portadores de conduta exemplar, nos diz:

4 Apesar de todas as ocupações no setor de serviços tenderem à problemática do controle sobre os clientes, esse problema é indiscutivelmente agravado em contextos como aquele em vigor nas escolas, onde os indivíduos para os quais os serviços são prestados não se encontram nesses contextos a partir de sua própria volição, mas sim em função dos desejos de outros grupos (seus pais, neste caso).

Há essa tensão o tempo todo. Entre você e os estudantes. “Dá nos nervos!”. Educar é divertido se você gosta de sua matéria, mas é a disciplina escolar que deixa seus nervos à flor da pele, sabe? Sempre há essa tensão. Pessoas, às vezes, dizem: “Nossa, você dá aulas. Isso é trabalho fácil, ficar sentada o dia todo”. Eles não sabem como é ser professora. “Dá nos nervos!”.

O nervosismo da professora ocorre por causa de seu medo de perder o controle, por ela definido em termos de limites que ela impõe aos alunos. Independentemente de quais sejam tais limites (e há grande variação entre eles), a professora acredita que as tentativas de as crianças transgredi-los são uma questão de “disciplina”. A forma e a intensidade do problema da agressividade manifestam-se de diferentes maneiras entre alunos das diferentes classes sociais, conforme descrito por Davis (1950, p. 34-5):

A agressividade dos adolescentes de classe média-baixa é geralmente ensinada na forma de habilidades sociais e econômicas que lhes permitem competir com eficácia nessas áreas... Nas famílias de classe baixa, por outro lado, agressões físicas, socialmente inculcadas e aprovadas, são um comportamento tão normal quanto em comunidades fronteiriças [*frontier communities*]⁵.

Essas diferenças de educação recebidas pelos alunos induzem a reações diferentes por parte dos professores.

Nas escolas de “comunidades pobres”, as crianças são consideradas como mais difíceis de serem controladas, uma vez que elas tenderiam ao comportamento impassível de limitações e a demonstrações recorrentes de violência física. As entrevistas estão repletas de descrições sobre as dificuldades suscitadas por esse padrão de comportamento. Em um estudo paralelo sobre professores iniciantes, Miriam Wagenschein (1950, p. 58-9) nos deu o seguinte sumário das experiências de professores iniciantes em escolas de classes pobres:

São impressionantes os relatos que esses professores fornecem sobre o que um grupo de crianças *pode* vir a fazer. Uma jovem professora branca adentrou a sala de aula de sua nova turma e foi recebida com um comentário de “Mais uma droga de uma branca”. Uma outra

5 *Frontier communities* é o termo que designava, no vocabulário da sociologia norte-americana da época, as localidades recentemente ocupadas por processos de migração interna da população branca e protestante, áreas pouco urbanizadas, de baixa densidade demográfica e com presença ainda incipiente das instituições estatais.

foi “encurralada” em sua mesa pela turma ao tentar ser mais restritiva ao comportamento deles. Há relatos de professores que foram mordidos, chutados e empurrados nas escadarias. Outro professor nos disse que um aluno do segundo ano jogou uma garrafa de leite nele, bem como outro aluno do primeiro ano que tinha um temperamento tão forte que foram necessários o diretor e dois policiais para retirá-lo da sala de aula. Em outra escola, após uma briga no parquinho, o diretor recolheu 32 lâminas das crianças de uma sala de primeiro ano. Algumas professoras temem ser atacadas por pessoas irritadas nos bairros em que lecionam. Outras professoras relatam que seus pupilos carregam pedaços de vidro e já ameaçaram outros alunos com tais armas, enquanto outros já atacaram alunos com agulhas médicas. Um garoto se irritou com sua professora e arrancou o paralamas do carro dela.

Nessas escolas, a maior parte do tempo dos professores é dedicado à disciplina; como um deles nos diz: “É sempre uma questão de tentar mantê-los na linha”. Essa ênfase na disciplina desvia as escolas de sua função primária de lecionar e, assim, acaba por discriminar crianças em termos das oportunidades educacionais que elas terão.

As crianças de classe média-baixa são, por outro lado, tidas pelos professores como mais dóceis e com menos problemas disciplinares:

Essas crianças eram muito mais quietas e fáceis de trabalhar. Nunca causavam perturbação enquanto brincavam. Essa foi uma ótima escola para trabalhar. Tudo era ótimo. Era fácil de trabalhar com essas crianças...

Já as crianças de classe média-alta são percebidas, por vezes, como difíceis de lidar e constantemente narradas como “mimadas”, crianças que tinham “demais” ou ainda “neuróticas”; elas não se portam da maneira submissa como os professores consideram apropriado. Uma entrevistada nos falou sobre um grupo desses:

Acredito que a maioria dos professores prefere não lecionar nesse tipo de escola. Essas crianças são mais papricadas e, como dizemos, mais inclinadas a mandar na escola. A culpa é dos pais. As crianças não são acostumadas a receber ordens em casa e naturalmente também irão querer receber ordens na escola.

Os professores desenvolvem métodos para lidar com problemas de disciplina. Tais métodos costumam variar conforme a classe social das crianças e a natureza dos problemas em si. A maneira básica como os professores mais bem-sucedidos disciplinam suas turmas é estabelecer uma relação de autoridade já no primeiro encontro com uma nova turma:

Você não pode nunca deixá-los estar em vantagem sobre você, senão já era. Então eu começo com uma postura rígida. No meu primeiro dia com uma nova turma, eu já os faço saber quem manda... Você tem que começar de maneira dura e depois ir relaxando aos poucos. Se você começar relaxada, eles rirão de você quando tentar se impor.

Uma vez estabelecido esse tipo de relação, é considerado importante que a professora tenha um comportamento consistente para manter o respeito e obediência a ela:

Eu faço com que eles saibam que eu falo sério. Isso é algo que você precisa fazer. Não diga nada que você não cumpra. Alguns professores dizem qualquer coisa para manter as crianças quietas, ameaçam em qualquer ocasião. Depois não seguem ou não conseguem cumprir as ameaças. Depois disso, as crianças naturalmente não ligam mais. Você nunca deve dizer algo que não vá cumprir.

Nas difíceis escolas de “comunidades pobres”, os professores sentem a necessidade de aplicarem medidas severas, até mesmo incluindo violência física (nominalmente ilegais):

Tecnicamente você não deveria encostar em uma criança. Bem, eles não encostam, tecnicamente. Mas há diversas maneiras de lidar com uma criança para não ficar evidente... E, depois, é a palavra do professor contra a da criança; e nisso ela não tem chances. Como a senhora ----- . Quando ela se enfurece com uma criança, ela a leva até o corredor. Lá, ela a coloca contra a parede. Ela tem um jeito de segurar o queixo da criança, só que com força, de maneira que ela bata a cabeça contra a parede. Não deixa marca alguma. Mas, quando a criança de volta à sala de aula, não consegue enxergar direito. É algo realmente brutal. Há um monte de truques desses por aí que a gente fica sabendo.

Onde essas práticas não ocorrem, há ainda punições violentas, como broncas e censuras. Entretanto, como nem todos os professores são emocionalmente preparados para esse tipo de comportamento, eles têm de achar outras maneiras de lidar com problemas de disciplina:

A pior coisa que eu posso fazer é perder os nervos e começar a berrar... Você tem de acreditar no que diz para esta tática funcionar... Se você não acredita verdadeiramente no que diz, fica evidente para as crianças, que saberão que você não fala sério, e isso apenas piora a situação... Eu procuro fazer de um modo diferente. Sempre que eles começam a bagunçar demais eu vou até o piano e... toco algo para que todos entrem no ritmo, ou algo assim, até que eles se acalmem... Isso que chamamos de “amansamento”. Parece funcionar comigo. É praticamente a única coisa que posso fazer.

Alguns professores ainda recorrem às reuniões com pais de alunos, tática esta que é limitada pelo fato de que, geralmente, tais pedidos de reunião são ignorados. O poder disciplinatório dos professores é também limitado pelo seu medo de retaliação por parte dos estudantes: “Alguns alunos são bem grandes, e seria necessário uma pessoa maior que eu para lidar com eles. Eu nem gostaria de tentar”.

Tais sanções não se demonstram necessárias nas escolas de classe média-baixa, sendo suficientes apenas algumas repreensões:

As crianças aqui na escola Z----- são fáceis de ensinar. Elas são mais dóceis. Essa é a melhor maneira de defini-las. Elas te obedecem e fazem o que é requerido delas. Você pode levá-las a qualquer lugar e dizer: “Estou contando com vocês, não desapontem a sua escola. Mostre o espírito da Z-----”. E elas se comportarão... Elas podem ser ameaçadas, pois têm medo. São dóceis, flexíveis, de maneira que você pode trabalhar com elas. Têm medo dos pais e do que eles podem fazer se elas se meterem em encrenca na escola. Além disso, elas têm medo da administração da escola. Têm medo de ser encaminhadas ao diretor. Assim podemos lidar com elas.

Crianças da classe média-alta frequentemente agem de uma maneira que pode ser interpretada como “mau comportamento”, mas que não representa, de fato, um ataque consciente à autoridade do professor. Muitos professores ignoram tais características por acreditarem que são atreladas ao “brilhantismo” e à “inteligência” desses alunos. Quando as circunstâncias não permitem tal interpretação, os professores sentem-se impedidos de agir se faltarem sanções eficazes para lidar com tais crianças:

Eu tento métodos diferentes, como deixar as crianças de fora de atividades físicas em quadra ou sem poder sair durante os intervalos. Mas isso nem sempre funciona. Eu tenho um garoto na turma que simplesmente não se importava quando eu usava esse tipo de punição. Ele disse que não gosta de atividades físicas de qualquer maneira. Eu não sei o que irei fazer com ele.

O poder disciplinatório de professores em escolas desse tipo é limitado ainda mais por algumas crianças que sabem como utilizar o poder de influência de seus pais como ferramenta de controle sobre os trabalhadores da escola.

Deve-se ressaltar, por fim, que os problemas de disciplina dos alunos tendem a se tornar menos importantes quanto mais longa é a carreira de

um professor em uma determinada escola, de maneira a criar uma reputação que coage as crianças a se comportarem sem que o professor precise entrar em qualquer tipo de disputa de poder com elas⁶:

Eu não tenho problemas com as crianças. Uma vez que você estabelece uma reputação e elas sabem o que esperar de você, passam a te respeitar e você não terá mais problemas. É claro que isso é diferente para uma professora nova, mas quando ela se estabelece isso deixa de ser um problema.

III

O terceiro tipo de problemas que trataremos é a questão da *adequação moral*. Esse problema surge quando algumas ações de possíveis “clientes” podem soar ofensivas quando comparadas à conduta moral esperada e valorizada pelo trabalhador do setor de serviços; esses “clientes” tornam-se, assim, moralmente inaceitáveis a partir dos padrões desses trabalhadores. No caso dos entrevistados, os professores consideram que alguns de seus alunos possuem condutas inaceitáveis em termos de saúde e higiene, sexualidade e agressividade, ambição e esforço escolar, bem como a falta de respeito aos mais velhos.

Crianças da classe média-baixa não apresentam problemas quanto a isso e são descritas como limpas, bem-vestidas, esforçadas e de comportamento moderado. Já as crianças de classe média-alta, que vivem nos “melhores” bairros, carecem de polidez e respeito aos mais velhos:

Algumas crianças vêm de famílias ricas. Isso não é algo muito bom. Elas não estão acostumadas a realizar tarefas em casa. Possuem empregadas e empregados que fazem tudo para elas, ao invés de ter de fazer por si próprias... Elas não fazem nada. Por exemplo, se elas derrubarem roupas no chão, simplesmente deixam lá, sem que ocorra a elas ter que recolhê-las. Para elas, isso é trabalho do faxineiro. Uma delas chegou a me dizer: “Se eu fizer isso, não haverá trabalho para o faxineiro”. É bem difícil lidar com crianças assim.

Ademais, essas crianças são consideradas como mais inclinadas a transgredirem limites morais definidos pelos professores, em particular aqueles relacionados ao fumo e a bebidas; é particularmente chocante, para tais professores, que “boas” crianças tenham tais vícios.

6 Isso é parte do processo de ajustamento ao trabalho docente descrito detalhadamente em Becker (1952).

Mas são as crianças que vivem em bairros pobres que ofendem mais profundamente a moralidade tida pelos professores como adequada; elas são vistas como imorais e carecendo de respeito em quase todas as esferas de moralidade e de cuidado de si mencionadas até aqui, seja por suas ações, por sua fala ou aparência. Neste último aspecto, elas enojam e deprimem os professores originados de estratos médios da sociedade. Até uma jovem professora, cujo linguajar carregado pelos jargões típico aos músicos de jazz simboliza uma moralidade não convencional, mostrou-se horrorizada com a ausência da escova de dentes na vida de seus alunos de classe pobre:

É deprimente, sabe? Quer dizer, isso te derruba. Vou te dar um exemplo. Uma criança uma vez reclamou de dor de dente. Pensei em dar uma olhada e ver se podia ajudá-la de alguma maneira, até que vi sua boca. Eu quase vomitei quando vi. Os dentes dela estavam todos podres, todos eles. Tudo sujo e podre. Cara, quer dizer, eu fiquei chocada, sabe? Eu disse a ela: “Você não tem escova de dentes?” Ela disse que não, pois eram apenas seus dentes de leite e sua mãe lhe havia dito que não precisava. Fiquei irritada com isso e olhei a boca de todos eles. Cara, nunca vi algo assim. Estavam praticamente todos do mesmo jeito. Somente um quarto deles tinha escova de dentes quando perguntei. Poxa, isso é terrível! E eu não engulo essa história de dentes de leite, até porque eu sei que eles ganham os molares quando têm seis anos. Até falei com eles, mas de que adianta? A boca da criança tava podre. Nunca tinham ouvido falar de escova de dentes ou de ir ao dentista.

Essas crianças são mais frequentemente associadas a comportamentos ilegais, nas falas dos professores, algo que pode lhes gerar problemas com as autoridades. A maturidade sexual delas também é perturbadora (de acordo com os padrões da classe média) para os professores:

Tem algo sobre essas crianças, algumas delas não são boas garotas. Tem uma que está na minha turma faz dois anos já. Ela ganha dinheiro como prostituta. Já teve vários filhos... Isso é uma influência perigosa para o resto da turma.

Muitas professoras relatam ficar chocadas quando descobrem que palavras comuns têm conotações obscenas para alunos de classe baixa:

Um dia eu decidi ler uma história para eles. Eu li “O Gato de Botas” [*Puss in Boots*], e eles simplesmente começaram a rir. Eu não entendia o que eu havia dito que causou aquilo. Eu comecei a ler a história novamente, e tentei achar o que poderia ter sido. Não compreendia o que poderia ter feito eles rirem. Não havia nada na história. Mais tarde, uma outra professora me perguntou o que aconteceu. Ela era uma das professoras mais

antigas. Expliquei que não sabia; que eu apenas li uma história e eles acharam muito engraçado. Ela me perguntou qual história e eu disse que era o “Gato de Botas”. Ela disse “Ah, eu devia ter te avisado para não ler essa”. Pelo que entendi “Gato” [“*Puss*”] significa algo diferente para eles⁷”. Quer dizer algo horrível – nem quero dizer o quê. Para nós não quer dizer nada.⁸

Warner, Havighurst e Loeb (1944) afirmaram que “[...] a menos que os valores da classe média na América mudem, devemos esperar que a influência da escola favoreça os valores da prosperidade material, sucesso individual, frugalidade e ascensão social” (p. 172). Nesse sentido, novamente, as crianças dos “bairros pobres” violam a moral adequada que os professores esperam dela:

Muitas dessas crianças não entendem o valor da educação. Não têm interesse algum em melhorar. E, como resultado, não se importam com a escola e com os trabalhos escolares. Isto torna mais difícil nossa tarefa de educá-los. Esse tipo de problema é ainda pior em uma escola como a ----- . Essa é uma escola ruim. Bem ruim, para falar a verdade. Temos uma situação muito dura lá, um monte de vagabundos, devo dizer. Daquele tipo que não dá para ensinar. Eles nem querem estar lá, daí não dá para fazer nada. E muitos dos outros alunos são indiferentes às vantagens de se ter uma educação. Como resultado dessa indiferença, não se importam com as lições de casa.

Tal comportamento das crianças da classe pobre é ainda mais agonizante para esta professora, que considera tal fato incompreensível; ela não consegue imaginar que qualquer ser humano poderia se comportar dessa maneira desinteressada ante os estudos. A professora entrevistada a seguir demonstra a ansiedade resultante da inexperiência de uma outra docente ao não conseguir dar uma explicação racional para o referido desinteresse dos alunos:

Tivemos uma dessas professoras na escola que costumava vir conversar comigo. Eu sei que era terrível para ela. Eu não acho que ela jamais havia tido contato com negros antes de trabalhar aqui, e ela ficou mistificada e sem saber o que fazer. Ela ficou perdida. Ela veio chorando a mim um dia e disse: “Eles não querem aprender, nem mesmo isso. Por quê?”. Bom, aí ela me pegou.

7 O termo em inglês *puss*, referência afetiva ao animal (“gatinho/gatinha”), também é comumente desdobrado na corruptela *pussy*, gíria que designa o órgão sexual feminino.

8 Entrevista conduzida por Miriam Wagenschein em pesquisa acima citada. A falta de significados comuns simboliza a considerável distância moral e cultural entre a professora e seus alunos socialmente desprivilegiados.

É importante ressaltar que o comportamento das “melhores” crianças é menos perturbador para os professores, mesmo quando moralmente inadequado às expectativas deles, pois, neste caso, eles sentem que há uma explicação racional para tal comportamento. Um exemplo disso é dado a seguir:

Quer dizer, elas são mimadas, sabe? Grande parte delas é apenas criança. É natural que estejam acostumadas a ter as coisas feitas do seu jeito e que não gostem de obedecer ordens. Bom, se eu estou dando aula, elas irão receber ordens e pronto. Mesmo aquelas que não foram tão mimadas, ou não receberam tanta atenção por não ser o(a) caçula, mesmo que sua mãe as amasse mas não lhe desse tanta atenção, essas também são difíceis de lidar.

IV

Demonstramos neste artigo que os problemas experienciados pelos professores ao trabalharem com alunos variam de acordo com o grau em que estes últimos são capazes de demonstrar as qualidades idealmente esperadas pelos professores. Em uma sociedade urbana estratificada existem diversos grupos com diferentes culturas e estilos de vida que, por sua vez, produzem crianças que não se adequam à imagem “ideal” de aluno: fato este que pode impossibilitar, no limite, a eficácia do trabalho pedagógico dos professores junto a esses alunos. Programas criados com a intenção de aumentar as oportunidades educacionais de grupos menos privilegiados em nossa sociedade deveriam abarcar a maneira segundo a qual professores interpretam e reagem aos traços culturais de tais grupos, bem como as consequências institucionais deste comportamento⁹. Tais programas seriam mais eficazes se buscassem produzir professores que pudessem lidar com esses problemas que grupos menos privilegiados apresentam a eles, sem reagirem às variações de classe social dos alunos de maneira que acabem por perpetuar as desigualdades existentes.

Podemos traçar agora uma perspectiva geral. Profissionais no setor de serviços dependem da sociedade para prover clientes adequados às características existentes na imagem do cliente “ideal” para a condução de sua

9 Uma das mais importantes consequências institucionais dessas preferências orientadas pela origem de classe é o constante movimento de transferência para fora das escolas de classe baixa por parte dos professores, fato que impede não somente que essas escolas retenham professores experientes, como também que assegurem maior continuidade em suas tarefas docentes e administrativas.

atividade de trabalho. Entre outros fatores, as culturas das classes sociais podem produzir clientes que, de alguma maneira, não estão ajustados a essas especificações, fazendo emergir e agravar, portanto, alguns dos problemas da relação entre trabalhador e cliente no setor de serviços, conforme apresentados neste artigo.

Ao focar neste problema, alcançamos um dos elementos básicos da relação entre instituições e sociedade, pois as diferenças entre formas idealizadas e a realidade explicitam os pressupostos implícitos que as instituições, por meio de seus funcionários, projetam sobre a sociedade na qual estão inseridas. Todas as instituições possuem pressupostos acerca da natureza da sociedade e dos indivíduos com os quais têm de lidar, e para compreendê-las plenamente, precisamos alcançar esses pressupostos e a forma como eles estão incorporados nas interações sociais. Talvez possamos começar nosso trabalho sobre este problema, de maneira mais adequada, estudando as instituições que, assim como a escola, criam pressupostos e expectativas socialmente irrealistas, devido à sua flagrante incompatibilidade com a própria realidade social.

REFERÊNCIAS

- BECKER, H. S. The professional dance musician and his audience. **American Journal of Sociology**, v. LVII, p. 136-141, sept. 1951.
- _____. "Role and Career Problems of the Chicago Public School Teacher" Chicago, 326 f. **Tese** (Doutorado em Sociologia), Universidade de Chicago, 1951b.
- _____. The Career of the Chicago Public School Teacher. **American Journal of Sociology**, v. LVII, p. 470-77, mar. 1952.
- DAVIS, A. The Motivation of the Underprivileged Worker. In: WHYTE, W. (Org.). **Industry and Society**. New York: McGraw-Hill Book Co., 1947.
- _____. **Social-Class Influences Upon Learning**. Cambridge: Harvard University Press, 1950.
- HOLLINGSHEAD, A. **Elmtown's Youth**. New York: John Wiley & Sons, 1949.
- WAGENSCHHEIN, M. **Reality Shock': A Study of Beginning School Teachers**. M. A. Thesis – Dept. of Sociology, Univ. of Chicago, Chicago, 1950.
- WALLER, W. **Sociology of Teaching**. New York: John Wiley and Sons, 1932.
- WARNER, W. L.; HAVIGHURST, R. J.; LOEB, W. J. **Who Shall Be Educated?** Nova Iorque: Harper and Bros, 1944.

A formação política de uma comunidade de imigrantes alemães no sul do Brasil: o caso de Santa Cruz do Sul (da Primeira República ao Regime Militar, 1889-1965)

Andrius Estevam Noronha¹

Resumo

Esse trabalho aborda um estudo sobre a formação política de uma comunidade de imigrantes alemães no sul do Brasil, mais especificamente o Município de Santa Cruz do Sul, localizado a 200 km de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul. O recorte temporal dessa análise está situado entre os anos de 1889, período de implantação da República, até 1965, ano de implantação do Ato Institucional nº 02 no contexto do Regime Militar. A partir de uma revisão bibliográfica sobre a história política local, apoiada em fontes jornalísticas, institucionais e no banco de dados eleitorais de Santa Cruz do Sul pretendemos descrever a dinâmica da política local em quatro partes: a primeira, uma análise da fragilidade da cultura democrática local e sua tendência em aderir ao autoritarismo e ao conservadorismo; a segunda, uma abordagem sobre as relações entre política e religião na Primeira República; a terceira, uma caracterização da cultura do continuísmo e conservadorismo eleitoral que se perpetuou após a Revolução de 1930; a quarta, uma descrição da posição da elite local no movimento pela Legalidade e na implantação do Regime Militar.

Palavras-chave: Santa Cruz do Sul. Autoritarismo. História política local/regional. Regime militar. Brasil República.

¹ Doutor em História, Professor da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). E-mail: andriusds@hotmail.com



Direito autoral e licença de uso: Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra, forneça um link para a licença, e indicar se foram feitas alterações.

Introdução

As pesquisas que têm Santa Cruz do Sul como estudo de caso indicam que as elites locais tendiam a ser cooptadas pela política regional e nacional, sendo influenciadas pela dinâmica ocorrida nessas escalas. Construiremos um painel da evolução política da cidade com o objetivo de visualizar os posicionamentos e a capacidade de mobilização liderada pela elite frente às transformações que ocorreram em âmbito estadual e nacional. A cidade está localizada a 200 km da capital do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, e teve sua origem na imigração alemã na segunda metade do século XIX. Sua principal atividade econômica é a produção fumageira, amplamente abordada em estudos nas diferentes áreas do conhecimento: Economia, Sociologia, História, Antropologia e Ciência Política.

Além do interesse de vários pesquisadores em entender a dinâmica local, a cidade conta com uma estrutura universitária que contribuiu para ampliar e qualificar os trabalhos acadêmicos sobre sua historiografia local. Resumidamente, podemos apontar alguns estudos, por exemplo, o de Silvana Krause (2002), que analisou o comportamento da elite de Santa Cruz do Sul na implantação da República, nas relações com o Partido Republicano Riograndense (PRR), na Revolução Federalista e na Revolução de 1930; Olgário Vogt (1997) analisou as transformações na economia fumageira local com a instalação da empresa anglo-americana British American Tobacco em 1917 (a partir de 1955 passou a ser Souza Cruz); Marco André Cadoná (2002) analisou a participação dos empresários e políticos locais no movimento pela Legalidade; minha pesquisa de doutorado (NORONHA, 2012) foi sobre um estudo prosopográfico da elite local de Santa Cruz do Sul com o intuito de compreender a rede de relações da comunidade por meio da perspectiva religiosa. O *corpus* documental dessa pesquisa foi constituído por necrológios, jornais e entidades patronais que apresentam na sua narrativa informações de cunho político.

A quantidade de pesquisas sobre a história de Santa Cruz do Sul não caberia nesse artigo; portanto, nos limitaremos a compreender o comportamento político dessa comunidade entre 1889 até 1965. Para isso, dividimos essa análise em quatro partes: a primeira aborda a cultura política local, que se caracteriza pela fragilidade de uma prática democrática e pela

tendência em aderir ao autoritarismo, à violência e ao conservadorismo; a segunda aborda o esvaziamento da cisão religiosa na política local no contexto da I República através de um panorama do desempenho eleitoral entre católicos, representados pelo Partido do Centro Católico (PCC), e protestantes, representados pelo Partido Liberal (Federalistas), para que possamos compreender a progressiva estratégia do Partido Republicano Riograndense em cooptar lideranças dessas duas forças eleitorais da cidade; a terceira aborda a consolidação de uma coesão local frente a disputas nacionais objetivando estratégias de desenvolvimento econômico para a indústria de Santa Cruz no pós-1930 e a evolução eleitoral no contexto democrático; a quarta faz uma análise da atuação da elite local na Legalidade e implantação do Regime Militar.

A fragilidade de uma cultura democrática: a prática política e eleitoral de Santa Cruz do Sul

A partir da análise das referências bibliográficas amplamente discutidas nos campos da Sociologia, História, Antropologia – Silvana Krause (2002), Marco André Cadoná (2002), Olgário Vogt (1997), Luciana Job (2003) – e, mais especificamente, no campo da Ciência Política, – João Pedro Schmidt (2004a, 2004b 2004c) –, construímos uma radiografia da cultura política de Santa Cruz do Sul ao longo do século XX. Os pesquisadores permitem observar, de um lado, a tendência da elite em aderir aos partidos hegemônicos em âmbito estadual e nacional e, por outro, a facilidade de setores médios urbanos serem cooptados por ideologias autoritárias no período entre guerras, como o nazismo e o integralismo.

Em relação à análise da dinâmica partidária, Schmidt afirma que há uma tendência de a elite, tanto no executivo quanto no legislativo municipal, se aproximar dos partidos ligados ao campo “liberal-conservador”². O grupo de partidos que congregavam esse campo mostrou-se hegemô-

2 João Pedro Schmidt emprega os conceitos liberal-conservador e progressista-populista nos períodos de 1945 até 1985, sem entrar em detalhes sobre eles. O autor procura identificar a posição desses partidos à luz da conjuntura histórica de cada período no Brasil pós-Estado Novo. Entre 1945 e 1964, os liberais conservadores eram o Partido Social Democrático (PSD), União Democrática Nacional (UDN) e Partido Libertador (PL), já o progressista populista era o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); na ditadura o primeiro grupo vai ser a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o segundo o Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

nico entre 1945 e 1964 em relação ao conjunto de todos os municípios do Rio Grande do Sul. Na cidade de Santa Cruz do Sul, o Partido Social Democrático (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN) obtinham expressiva votação e estiveram no comando do executivo em quase todas as gestões do período. Schmidt (2004a) registra que, do ponto de vista ideológico, a comunidade tendia a apoiar representantes da elite política conservadora, tanto nas eleições nacionais quanto regionais.

Esse comportamento conservador pode ser explicado, principalmente, por dois motivos: em primeiro lugar, pela trajetória histórica de tolerância ou mesmo aceitação de grupos políticos de extrema direita que se organizaram no município; em segundo lugar, pela própria conjuntura nacional/estadual, marcada de um lado, pela imposição do movimento de nacionalização cultural por parte de Vargas, por outro pelo autoritarismo e intervencionismo de Estado, desde a Primeira República, por meio da cooptação de integrantes da elite local pelo Partido Republicano Rio-Grandense. Esse último fato complicou a capacidade de negociação da elite local, pois a cidade era oriunda da colonização alemã e tinha no seu discurso regional a questão étnica como determinante para o sucesso empresarial.

No entanto, a Campanha de Nacionalização posta em prática pelo primeiro governo Vargas (1930-1945), contribuiu para que várias comunidades de descendentes de imigrantes alemães e italianos deslocassem seu discurso regional/local, anteriormente fundamentado no fator étnico, para o econômico. As cidades passaram a exaltar seu principal produto de exportação. Como exemplo, temos a cidade de Novo Hamburgo, fundada por imigrantes alemães, que organizaram a Festa Nacional do Calçado; a cidade de Caxias do Sul, fundada por imigrantes italianos, que organizaram a Festa Nacional da Uva e do Vinho. Na mesma esteira de mudanças, a partir de 1949, a elite de Santa Cruz do Sul iniciou um movimento cultural de organização e promoção da Festa Nacional do Fumo.

Pesquisas realizadas por Olgário Vogt (2007) demonstram que, na década de 1930, foram organizadas células do Partido Nazista e da Ação Integralista Brasileira (AIB) que atuaram na cidade. Para o autor, não seria estranho, nesse período, algumas pessoas da comunidade, simpatizantes do nazismo, se cumprimentarem como na Alemanha da década de 1930

com o jargão: “*Heil Hitler*”. Para Schmidt (2004b) a formação do Partido Nazista na comunidade de Santa Cruz do Sul deve ser avaliada, sobretudo, por sua peculiaridade local; afinal, as notícias vindas da Alemanha e o sentimento de pertencimento ao Estado alemão constituíram bases para a formação cultural dos pequenos núcleos isolados no Rio Grande do Sul.

Na cidade, o núcleo se reunia no Hotel Rathskeller. O perfil dos integrantes foi composto por imigrantes alemães que residiam na década de 1930 em Santa Cruz do Sul com a intenção de cooptar alguns comerciantes e funcionários públicos para a organização de células na cidade e, assim, construir o partido nazista na região da mesma forma como foi feito em Santa Catarina. A partir de 1938, o registro da agremiação foi cassado pelo governo federal e posto na ilegalidade. Essa medida não despertou reclamação ou crítica, o que permite concluirmos que o Partido Nazista não estava enraizado na cultura política da cidade.

Os membros da elite local não simpatizavam com o nazismo como podemos perceber na pesquisa de Leandro Silva Telles (1980), que abordou a trajetória biográfica do médico e empresário local, Heinz Von Ortemberg. Esse integrante foi herói da Primeira Guerra Mundial. Estabeleceu residência em Santa Cruz, participou na construção da Mercur S/A., indústria de artefatos de borracha e foi o primeiro médico do Hospital Santa Cruz. Com a deflagração da Segunda Guerra, Ortemberg retornou para a Alemanha, para ser reincorporado ao Exército, porém a Gestapo, polícia secreta Nazista, possuía informações sobre a atuação do médico em Santa Cruz e colocava em dúvida sua lealdade ao Exército alemão. Ortemberg passou por complicações ao regressar à Alemanha e retornou ao Brasil com urgência.

Em minha pesquisa sobre o estudo prosopográfico (NORONHA, 2012), não foram encontrados integrantes da elite que possuíssem algum vínculo empresarial, familiar ou político com membros do partido nazista local. Mas, devemos ter cautela nessa conclusão. Não foram registrados nos obituários de Santa Cruz do Sul quaisquer vínculos com a ideologia nazista, pois isso representaria uma dificuldade nas negociações políticas e econômicas em uma comunidade de imigrantes alemães no interior do Brasil. Dessa forma, dificilmente as fontes biográficas necrológicas

revelariam alguma ligação dos indivíduos pesquisados com o nazismo. Schmidt avalia que a simpatia pelo nazismo por parte de setores da elite política brasileira teria influenciado o ambiente local, haja vista que o próprio contexto internacional estava marcado pela emergência de múltiplas ideologias³.

Em relação ao integralismo, René Gertz (1991) demonstra que esse grupo obteve grande sucesso no Rio Grande do Sul, principalmente nas regiões de colonização alemã e italiana, pois seu lema “*Deus, Pátria, Família*”, que foi cultuado pela Ação Integralista Brasileira, aproximou vários setores da Igreja Católica ao movimento.

De acordo com Schmidt (2004b), essa vinculação facilitou a penetração desse movimento na comunidade de Santa Cruz do Sul. Porém, a Ação Integralista Brasileira contando com núcleos em quase todos os distritos do município, não conseguiu eleger um só vereador, e seu candidato a prefeito nas eleições de 1935, Dario Bittencourt, obteve pouco mais de 50 votos. O perfil dos eleitores e simpatizantes da Ação Integralista Brasileira (AIB) tornava difícil sua massificação, pois ela era constituída por setores da classe média urbana, característica presente na comunidade local, pois a maioria dos encontros ocorria na Sociedade Ginástica, e a elite local tendia a frequentar o Clube União.

Em 1938, com a implantação do Estado Novo, a organização foi desmantelada, mas ressurgiu no Partido de Representação Popular (PRP), no período democrático-populista (1945-1964), com grande força política e eleitoral local. Schmidt avalia que o sucesso do PRP nas eleições de Santa Cruz do Sul se explica pelo fato de que os antigos representantes da AIB abandonaram o discurso antidemocrático e aderiram ao processo de institucionalização. Essa adesão resultou no sucesso eleitoral desse partido, que o transformou na terceira força política da região. Assim, não podemos considerar conclusiva a tese de que a comunidade possuiria um alinhamento automático com organizações de extrema direita. Outro fator que dissuadia a comunidade em relação à velha AIB foi seu forte discurso nacionalista. Este caso não atraiu grande aceitação em uma comunidade de

3 O período de 1918 até 1945 foi marcado por fortes transformações de ordem política que modificaram a dinâmica do mundo Ocidental; sobre o assunto ver parte um “A era das Catástrofes” em Hobsbawm (1996).

imigrantes alemães. Já no contexto do PRP essas questões foram superadas, pois tanto a comunidade deixou de atuar na defesa da identidade étnica quanto o partido abandonou seu forte teor nacionalista, o que contribuiu para sua afirmação na vida política local.

No campo da esquerda socialista⁴, Schmidt (2004c) afirma não encontrar organização partidária alinhada a III Internacional, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB) ou Partido Socialista Brasileiro (PSB). Os dados eleitorais disponíveis dessas duas agremiações na cidade, durante o período de 1945 até 1964, mostram que obtiveram inexpressiva votação. Vale destacar que, mesmo com notas publicadas no jornal *Kolonie* a respeito de comemorações pelo Dia Internacional do Trabalho⁵, a conjuntura da época não gerou clima favorável à formação de partidos de esquerda na vida política local. Na comunidade, a “ameaça comunista” foi diariamente explorada pelos integrantes da UDN de Santa Cruz, como o advogado Arthur Germano Fett, pai da escritora gaúcha Lya Luft, proprietário da residência que viria a se tornar sede do Sindicato da Indústria do Fumo. Na gestão presidencial de Eurico Gaspar Dutra (1945-1950), o PCB foi posto na ilegalidade, com manifestações de apoio por parte da elite local contidas nas atas de reuniões da Câmara de Vereadores e da Associação Comercial e Industrial publicadas no jornal local.

Em relação à prática de uma cultura autoritária, Schmidt (2004c) avalia que a tendência de quebra da ordem democrática, somada à cultura autoritária brasileira, moldou a formação da cultura política local. Podemos afirmar que a reprodução dos posicionamentos da elite foi influenciada por esse padrão de relação política que ocorreu no âmbito nacional.

Para Silvana Krause, a primeira crise envolvendo a política nacional e a comunidade de Santa Cruz do Sul ocorreu durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), período no qual as diferenças culturais do espaço

4 Schmidt identifica como esquerda socialista os partidos que, ao longo do período democrático (1945-1964), tinham forte aproximação com organizações sindicais, estudantis e de camponeses. Além disso, tinham alguma aproximação com o marxismo. Os principais partidos da esquerda socialista no período foram o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Socialista Brasileiro (PSB).

5 Pesquisadores que leram o jornal *Kolonie* encontraram reportagens de comemoração do 1º de maio, Dia Internacional do Trabalho, com desfiles e bandeiras vermelhas pelas ruas da cidade na década de 1920. Mesmo com essa cultura, não vamos encontrar indícios de organização do sindicalismo internacional na comunidade.

local entraram em colisão com o sentimento patriótico brasileiro que estava em vigor após a declaração de guerra:

A 1ª guerra mundial também gerou conflitos entre as zonas coloniais alemãs e o governo brasileiro. O rompimento das relações diplomáticas entre o Brasil e a Alemanha criou incidentes violentos em Porto Alegre (saques a empresas “alemãs”, incêndios à sede de sociedades alemãs etc.), e em zonas do interior (fechamento de escolas, proibições da imprensa em língua alemã etc.) (KRAUSE, 2002, p. 172).

A partir da década de 1920, mediante uma estratégia de valorização da cultura nacional e de desregulamentação cultural das comunidades de imigrantes alemães e italianos posta em prática pelo governo federal, intensificaram-se as tensões com práticas germânicas em vigor, como a língua escrita em jornais, o aprendizado do alemão em escolas e a comunicação cotidiana nos estabelecimentos públicos e privados. O ápice foi durante a campanha de nacionalização de Getúlio Vargas, que proibiu a reprodução de qualquer documento ou manifestação que não tivesse um elemento valorativo do patriotismo brasileiro.

Schmidt (2004a) destaca um padrão comportamental muito recorrente nas disputas eleitorais tanto no interior quanto na sede. As eleições foram marcadas por práticas de violência, ocorridas principalmente por meio de ameaças físicas, entre os integrantes da elite local. No contexto de análise, ocorreram uma tentativa de assassinato no início do século e um assassinato na década de 1960 com envolvimento direto de integrantes da elite local. Os fatos tiveram grande repercussão em âmbito estadual. Isso demonstra que a cidade não era tão pacata nas disputas locais. Nesse sentido, reproduzimos, de maneira comparada, os dois exemplos de maior repercussão na história política do município:

O primeiro, descrito por Silvana Krause (2002), foi a tentativa de assassinato de Carlos Trein Filho, considerado uma das figuras mais importantes da história política do município. Exerceu o cargo de diretor da Colônia de 1869 até 1872 e permaneceu com o título até 1881; foi vereador na primeira legislatura, em 1878; dedicou-se à Igreja Evangélica, ao Colégio Sinodal (atual Mauá) e foi um dos principais líderes da maçonaria

local⁶. Sem dúvida, uma das figuras de maior influência política, cultural e econômica na comunidade. Na noite de 13 de junho de 1903, Trein foi atacado por três homens no momento em que se dirigia à loja maçônica. O político recebeu vários golpes de faca. Estes não chegaram a ser fatais, pois, de acordo com Krause, era uma noite muito fria e Trein usava um casaco grosso. O caso é um mistério até hoje, mas as suspeitas recaíram sobre a oposição, representada pelos integrantes do PRR (partido hegemônico no governo do Estado), visto que Trein, ligado aos Federalistas, aglutinou setores da oposição local.

O segundo ocorreu no início da década de 1960, quando o deputado estadual de Santa Cruz do Sul Euclides Nicolau Kliemann, do PSD, foi assassinado pelo vereador do PTB Floriano Peixoto Karan de Menezes. O deputado Euclides Kliemann era filho caçula do empresário João Nicolau Kliemann, integrante de uma das famílias mais tradicionais do setor de beneficiamento de fumo local. O crime ocorreu nas dependências da Rádio Santa Cruz, no meio de uma entrevista transmitida ao vivo entre as duas lideranças políticas. O fato repercutiu em âmbito estadual, pois vitimou um político conhecido que, naquele contexto, era uma das lideranças do PSD na Assembleia Legislativa.

Os fatos acima apontam, por um lado, a dificuldade de resolução pacífica dos conflitos e, por outro, demonstram que a elite de Santa Cruz do Sul tendia a estabelecer, ao longo do século XX, um padrão autoritário nas relações sociais e políticas. De acordo com Schmidt (2003b), isso se explica pela tendência à quebra da normalidade democrática que era característica não apenas da comunidade, mas de toda a política nacional. O autor destaca que a comunidade sofreu com as interferências na vida política local promovidas pelos governos estaduais de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros, bem como com as arbitrariedades contra a população durante a campanha de nacionalização de Vargas. Esse quadro de repressão estadual, somado ao desapego da elite nacional por um padrão de comportamento

6 A maçonaria teve um peso político importante para a comunidade de Santa Cruz do Sul, em especial para o grupo filiado ao protestantismo. Em minha tese de doutorado (NORONHA, 2012) e no trabalho de Krause (2002), foi realizado um estudo relacionando às redes de relações políticas e econômicas das principais famílias da cidade com a maçonaria.

democrático, que ficou claro com o Golpe Militar de 1964, moldaram a cultura política da cidade.

Negociação e cooptação do PRR na I República: a neutralização da cisão religiosa na política local

A participação política da elite de Santa Cruz do Sul até a proclamação da República sempre foi problemática. Mesmo com o crescimento econômico da vila e a emergência de uma elite comercial e industrial, esse segmento esbarrava no obstáculo religioso para consolidar sua inserção política. Os empresários protestantes de Santa Cruz do Sul viviam em um espaço local com maioria católica, uma média de 55% de católicos para 45% de protestantes, pouca variação, inseridos em um espaço regional e nacional com mais de 90% da população católica⁷. Para Krause (2002, p. 175), “[...] os imigrantes e colonos alemães filiados à religião luterana, em especial no período imperial, eram vistos como um perigo à fé católica professada pelo estado”. Nesse contexto, intensificou-se o engajamento dos imigrantes alemães protestantes para ampliar seu espaço de atuação no campo político. Os evangélicos das regiões de colonização encontraram no Partido Liberal alguns políticos que defendiam os acatólicos, como Gaspar Silveira Martins e Carl von Koseritz.

Krause (2002) observou que, durante o Império, ocorreu uma articulação entre setores do PL e as lideranças políticas e empresariais da cidade. Esse grupo firmou negociações para além da questão religiosa, em razão de interesses em comum. Esse tipo de aliança contribuiu para que fossem fortalecidas as relações entre os integrantes da Loja Lessing, ligados à maçonaria e majoritariamente protestantes com o grupo católico. Esse contato permitiu a projeção do Major Frederico Guilherme Bartholomay (maçom e protestante) à política regional, pois ele foi o primeiro deputado provincial eleito por Santa Cruz do Sul.

7 Para maiores informações, Noronha (2012, p. 112) organizou o Gráfico 6 – Tendência da população católica e protestante de Santa Cruz do Sul entre 1849-1900 que reuniu dados sistematizados por Krause sobre a vida religiosa da cidade.

A proclamação da República mudou radicalmente a relação entre a elite política protestante e o Estado brasileiro, pois a separação entre a igreja e o Estado permitiu ampliar o peso político desse segmento. Vale destacar que esse grupo se beneficiaria, de um lado, pelo nível de escolaridade de sua população e, por outro, pela emergência de uma classe média urbana e industrial.

A reação dos católicos com a separação entre a Igreja e o Estado, promovida pela Proclamação da República, resultou na criação de um partido com a finalidade de unir diferentes grupos com interesses em comum. Em maio de 1890, os jesuítas gaúchos fundaram o Partido do Centro Católico, antes da promulgação da nova constituição republicana que entraria em vigor após 1891. No entanto, essa agremiação teve vida curta, pois os jesuítas superestimaram o apoio que receberiam dos pecuaristas católicos da metade sul e dos empresários católicos das regiões de colonização. Isso ocorreu justamente pela própria identidade existente entre a igreja e o império, fazendo com que a elite agrária católica e os comerciantes da mesma religião aderissem ao PRR, o que ocorreu na cidade de Santa Cruz a partir de 1900.

Em meu trabalho de doutorado, Noronha (2012, p. 91) reúne, no banco de dados eleitorais de Santa Cruz do Sul, as votações de 1891, 1896, 1897 e 1900 para os cargos de âmbito local na disputa envolvendo o PRR e o Partido do Centro Católico. Analisando a dinâmica dessas duas agremiações entre 1891 até 1900, percebemos que o PRR oscilou de maneira mais intensa, chegando a uma mesma eleição, a de 1896, a ter 66% de votos para seus vereadores e 23,20% para intendente. O Centro Católico manteve uma relativa estabilidade, pois conseguiu reunir, em nove anos de atuação, um eleitorado convicto até sua extinção em 1900, sendo cooptado pelo PRR, que se beneficiaria na disputa eleitoral com o PL (que nessa época era Federalista, mas manteve-se registrado no banco de dados eleitorais de Santa Cruz como PL, na maioria protestante) nas eleições de 1897, quando alcançaria mais de 80% dos votos, em um contexto em que o PRR estava cooptando lideranças católicas e protestantes da cidade⁸.

8 Para maiores informações, consultar a "Tabela 2 – Relatório eleitoral comparado entre o PRR e o PCC" e o "Gráfico 2 – Desempenho eleitoral do PRR e do PCC em Santa Cruz (1891-1900)" em Noronha (2012, p. 91-92) que

Krause (2002) afirma que a elite local procurava estabelecer uma relação de autonomia frente ao Partido Republicano Rio-Grandense. Com isso, visava a garantir cargos para seus representantes sem uma adesão incondicional. Mesmo assim, as relações entre PRR e a elite de Santa Cruz do Sul foram tensas, o que permite observar uma cautela desse segmento em abandonar as agremiações ligadas aos Federalistas (antigo PL) e o PCC no período da I República.

Entendemos que o PRR adotou, nos primeiros anos da República em Santa Cruz do Sul, uma política de “cooptar” ou formar algumas lideranças naturais da localidade, isto quando não conseguia indicar um “funcionário” ao lugar. Neste sentido, o Partido do Centro Católico cumpria um papel importante na medida em que possibilitou em alguns momentos uma aglutinação de forças locais para não permitir o fortalecimento maior dos federalistas (pois o Partido do Centro Católico tinha seus quadros políticos naturais de Santa Cruz do Sul). (KRAUSE, 2002, p. 149).

Avaliamos que, no início da vila, o partido que melhor representaria os interesses dos empresários protestantes no contexto do Império era o Partido Liberal, nas figuras de Silveira Martins e Koseritz (ambos maçons e anticlericais). No banco de dados eleitorais de Santa Cruz do Sul, durante a I República essa agremiação continuaria a ser registrada com a mesma sigla, mas sabemos que foi reconhecido como Partido Federalista e teve como principal líder local o comerciante Carlos Trein Filho, que aglutinou toda a oposição ao PRR naquele contexto, sendo vítima de um atentado em 1903. Comparamos a atuação do PRR e do PL na cidade de Santa Cruz do Sul. Conseguimos levantar os dados eleitorais de 1896, 1897, 1900, 1922 e 1924 para cargos de âmbito local e regional.

Percebemos que o PL perdeu espaço eleitoral na medida em que o PRR cooptou lideranças protestantes ligadas aos Federalistas. Esse partido iniciou com 23,20% nas eleições de 1896 e ampliou seu percentual para 37% nas eleições para vereador do ano seguinte. Nas eleições de 1922 e 1924, conseguiu mais de 80% dos votos⁹. Segundo Love (1975), a oposição ao

ilustram a dinâmica eleitoral entre as duas agremiações. Lançamos mão do Banco de Dados Eleitorais de Santa Cruz do Sul.

9 Para informações adicionais, a Tabela 3 – Relatório eleitoral comparado entre PRR e PL em Noronha (2012, p. 93) traz informações de cada eleição entre os anos citados. A fonte utilizada foi o Banco de Dados Eleitorais de Santa Cruz do Sul.

PRR era forte nas regiões da fronteira, mas era muito fraca na zona colonial alemã e italiana, fato que garantiu a vitória de Castilhos na Revolta Federalista. O quadro eleitoral de Santa Cruz do Sul comprova essa tendência; após 1897 o PRR manteve sua hegemonia na política local, conseguindo vencer todas as disputas com o PL, que aglutinava os Federalistas.

Para Pedro Dutra Fonseca (1983), a trajetória da oposição gaúcha é bem mais complexa em comparação com os outros estados da federação, pois se pode afirmar que ela descende do PL, dominante no Rio Grande do Sul nas últimas décadas do Império. Vale destacar que Krause aponta esse partido como o mais forte na Vila de Santa Cruz, pois foi de lá que emergiram nomes como o de Frederico Guilherme Bartholomay. Fonseca (1983) destaca que, uma vez proclamada a República, o PRR ganhou adeptos monarquistas, especialmente do Partido Conservador. O campo majoritário do PL, ainda sob a orientação de Gaspar Silveira Martins, passou à oposição com a nova sigla: Partido Federalista, registrado no banco eleitoral de Santa Cruz como PL.

Em relação à disputa eleitoral entre os partidos com alguma identidade religiosa, conseguimos reunir os resultados das eleições de 1896, 1897 e 1900 para os cargos de âmbito local, comparativamente, o desempenho do Partido do Centro Católico e do Partido Liberal nessas três eleições.

Em meu trabalho (NORONHA, 2012, p. 94), observei que os dois partidos tendiam a cair até 1900, tendo em vista a estratégia bem-sucedida do PRR de cooptar os líderes das duas forças políticas. Mas, comparando somente a disputa entre o PL (com maioria protestante) e o PCC (católico), percebemos que o primeiro teve uma queda mais expressiva. Isso não significa que os protestantes tivessem perdido espaço político local; bem pelo contrário, encontraram no PRR poder de barganha para uma atuação política mais sólida em comparação com a agremiação representada por Carlos Trein Filho e que havia sido derrotada na Revolta Federalista¹⁰.

10 Para maiores detalhes quanto aos números de cada eleição, consultar a “Tabela 4 – Relatório eleitoral comparado entre PCC e PL” e o “Gráfico 4 – Desempenho eleitoral do PCC e do PL em Santa Cruz (1896-1900)” em Noronha (2012, p. 94) com base no banco de dados eleitorais de Santa Cruz do Sul.

Na medida em que o PCC e o PL perdiam força eleitoral, tendo em vista a consolidação da separação entre igreja e Estado, provocou progressivo esvaziamento do discurso ideológico que foi assentado no interesse religioso. Krause (2002) aponta para uma articulação mais acentuada entre protestantes e católicos para barganhar interesses políticos e econômicos comuns via PRR. Analisado a filiação religiosa dos vereadores de Santa Cruz do Sul, ao longo de 1905 até 1966, percebemos que a maioria foi filiada à religião protestante, mas isso nunca foi considerado um empecilho nas relações sociais.

Para os protestantes seria fundamental obter um nível de articulação política com a comunidade católica, pois esse grupo possuía um canal de negociação com o governo estadual. Exemplo disso ocorreu em 1915, quando os empresários do fumo, majoritariamente protestantes, receberam uma carta de recomendação feita pelo intendente municipal Galvão Costa, na época indicado pelo PRR e filiado ao catolicismo, para uma reunião com o governador Borges de Medeiros na capital estadual, Porto Alegre:

São portadores desta os adiantados industrialistas aqui estabelecidos João Nicolau Kliemann, José Carlos Kohmann, Adolfo Iserhard, José Etges Filho, Theodoro Schilling, Guilherme Presser, Helmuth Schütz, os quais desejam entender-se pessoalmente com V. Exa. sobre assunto de grande relevância para Santa Cruz que diz respeito ao seu mais importante fator de riqueza econômica local, o fumo. (INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. Correspondência de Galvão Costa a Borges de Medeiros em 13.01.1915.? *apud* KRAUSE, 2002, p. 149).

Podemos observar que a reunião tinha como pauta a criação de uma grande indústria de cigarros de capital nacional, a Cia. de Fumos Santa Cruz S/A, que seria fundada por esses integrantes da elite local em 1918; além disso, comentaram sobre os planos de fundar uma Associação Comercial e Industrial e trataram da possibilidade da filial da British American Tobacco (B.A.T.) se instalar na cidade. Vale destacar que na época a empresa estava indecisa entre Rio Pardo e Santa Cruz, mas, tendo em vista do potencial da agricultura familiar e da disponibilidade de recursos para a instalação da empresa estrangeira na cidade, Santa Cruz acabou recebendo-a em 1917. Assim, o empresariado local possuía no PRR um canal de negociação política com o poder público estadual.

Podemos afirmar que o contexto da I República foi importante na medida em que neutralizava uma cisão político-religiosa que havia na comunidade de Santa Cruz na época do Império. A separação do Estado e da Igreja Católica, combinada com a progressiva estratégia de cooptação dos integrantes da elite local pelo PRR, ligada aos dois grupos, fez recrudescer essa polarização. Os resquícios de divergências entre católicos e protestantes na política local foram desregulados após a Revolta Federalista. Para os protestantes, a adesão ao PRR significou a abertura de um canal de diálogo com o poder público central, enquanto que para os empresários católicos esse partido representava o perfil de um novo regime que havia deposto a Monarquia.

A elite local frente ao conservadorismo e continuísmo no pós-1930

Em relação à Revolução de 1930, ficou evidente, a partir da análise das fontes biográficas e empresariais, a apreensão quanto aos resultados desse conflito na vida política e econômica da cidade. A frente única, liderada pelo governador Getúlio Vargas, conseguiu neutralizar as históricas divergências que ainda existiam no Rio Grande do Sul que foram ocasionadas por duas revoltas: a de 1893-95 e a de 1923. Silvana Krause (1991, p. 183) observou, em uma reportagem do jornal *Kolonie*, a adesão de várias entidades da comunidade na revolução de 1930:

O povo deste município, compenetrado da grandeza extraordinária da causa que empolga o Rio Grande do Sul e a Pátria, resolveu organizar, sem distinções de cores partidárias, uma junta revolucionária com o escopo de dar maior eficiência no concurso de Santa Cruz do Sul ao movimento sagrado da Redenção da Pátria, no momento em que se decide o seu destino. Patriotas de Santa Cruz do Sul! O Rio Grande com o seu pró-homens à frente confia no vosso auxílio. Parafraseando a resposta que o presidente do Estado, Dr. Getúlio Vargas, deu ao major Plínio Tourinho [...] deveis bradar com os que já estão se batendo pela regeneração da República. Bravo! Marchamos com o Rio Grande ao vosso encontro, vamos todos, Exército e Povo. Vinde juntar os vossos nomes aos daqueles que já se acham inscritos na lista dos voluntários que vão pagar o seu tributo no campo da honra [...]. Santa Cruz, 9 de outubro de 1930. A Junta Revolucionária. José W. Koelzer, Gaspar Bartholomay, Artur G. Fett, Guilherme Hildebrandt, Alfredo Ludwig, Felipe Jacobus Filho, Fernando Werlang, Pedro Corrêa, F. C. Tasch, Ricardo Hoffmann Filho, Artur Jäeger, Marciano L. Ferreira, João C. Frantz, Adão Bapp, Leopoldo Strohschöen e Mario Carneiro.¹¹

¹¹ Trecho extraído do Jornal *Kolonie*, dia 10 de outubro de 1930 (KRAUSE, 2002).

Krause afirma que vários integrantes da elite de Santa Cruz do Sul apoiaram o movimento liderado por Getúlio Vargas, mas esse apoio não foi tão explícito. Por exemplo, no processo de implantação do regime republicano em 1889, em que as diferenças religiosas poderiam contribuir para um clima de polarização entre os adeptos do novo regime e os apoiadores do antigo.

João Pedro Schmidt (2004b) aponta que se a adesão ao movimento de 1930 foi ampla nos setores empresariais e político local, não foi tranquila na vigência do governo de Getúlio Vargas até 1945. Nesse período, importantes transformações ocorreram na sociedade brasileira, como a urbanização e a industrialização. Esse processo fundou a formação de uma nova identidade nacional que entrou em choque com a cultura comunitária das regiões de colonização alemã e italiana no interior do estado. A assimilação forçada, orquestrada pelo Estado brasileiro, de maneira progressiva após a Primeira Guerra Mundial, intensificou-se com Vargas. Isso foi um duro golpe nas relações entre o governo federal e a comunidade. O ápice dessa crise foi, sem dúvida, a Segunda Guerra Mundial, quando o Brasil novamente entrou em guerra contra a Alemanha, e, de acordo com Eric Hobsbawm (1996), as questões étnicas estavam mais intensas nesse conflito do que o período anterior, a Primeira Guerra, marcado por disputas de mercado.

O contexto da Segunda Guerra atingiu todos os setores da economia e da política local. Este desconforto pode ser retratado pelo posicionamento da Associação Comercial e Industrial de Santa Cruz do Sul nos períodos de 1942 até 1944:

[...] foi proposto e achado bom que, no próximo boletim mensal, se fizesse um apelo ao comércio, às indústrias e a toda população para que conservassem suas casas embandeiradas durante os festejos da Semana da Pátria e outros feriados nacionais para não deixar dúvidas sobre o patriotismo santa-cruzense [...]. (CADONÁ, 2002, p. 55)¹².

Vale destacar que, a partir de 1945, o comportamento político local foi influenciado pelas mudanças que ocorreram por meio da implantação

12 Trecho extraído da Ata de reunião da diretoria da ACI nº 10, de 09 de julho de 1942 (CADONÁ, 2002).

do regime democrático no Brasil pós-Vargas. Percebemos, pela primeira vez, que foi consolidado um discurso político de maneira democrática durante as eleições de Santa Cruz do Sul. Fato que anteriormente não era discutido de maneira explícita, pois a publicidade eleitoral era canalizada pelo “Coronel” e não para a defesa de um regime.

Esse quadro influenciou o comportamento da elite local, visto que o pós-Segunda Guerra acabou gerou transformações na política nacional¹³. Com o fim do Estado Novo, ocorreram a organização de vários partidos e o retorno às eleições dentro de uma normalidade democrática estável. Havia pluripartidarismo, eleições organizadas e reguladas pela Justiça Eleitoral. Na verdade, foi a primeira vez que o Brasil passou por uma conjuntura de relativa estabilidade, durante duas décadas, interrompida pelo Golpe de 1964. Na cidade de Santa Cruz do Sul se estruturaram os seguintes partidos: Partido Social Democrático (PSD), Partido da Representação Popular (PRP), Partido Libertador (PL), União Democrática Nacional (UDN), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e Partido Comunista do Brasil (PCB).

Este último teve seu registro cassado em 1947. Apesar da frágil estrutura democrática brasileira, essa experiência teve resultado significativo, pois enraizou culturalmente o conceito de “democracia”, tanto nos discursos da elite nacional quanto da elite local¹⁴. João Pedro Schmidt mensura, através dos resultados eleitorais em diferentes momentos da política brasileira, as variáveis “conservadorismo” e “continuísmo” na prática da cultura política local. Ele comparou os grupos políticos que estavam no poder executivo e legislativo de Santa Cruz do Sul. O autor afirma que o bloco conservador manteve-se hegemônico no quadro geral das eleições para a prefeitura tan-

13 O pensamento político mudou com o fim da Segunda Guerra. Figuras como Getúlio Vargas, que simpatizavam com o fascismo, passaram a adotar uma postura democrática. Mesmo que esse processo fosse conturbado pela luta contra o comunismo, é inegável que o engajamento da elite ocidental girava em torno do fortalecimento e da defesa da democracia. Pelo menos entre 1945 até a Revolução Cubana de 1959, era regra na América Latina. Outro fator de mudança da ordem cultural foi a expansão da rede telefônica, do rádio e da televisão. Esses instrumentos deram os primeiros passos para a cultura global e de massa. Isso viria a influenciar diretamente a cultura do consumo do cigarro, que era benéfico para a indústria fumageira de Santa Cruz do Sul.

14 Esse foi talvez o grande mérito do período de 1945 até 1964. Mesmo com sua fragilidade, a cultura de respeito às instituições começou a ganhar corpo. Todos os eventos que ocorreram no pós-Estado Novo tinham como justificativa preservar a “ordem democrática”; inclusive o próprio Golpe de 1964 era chamado de “Revolução Democrática”.

to no período democrático (1945-1964) quanto no regime militar (1964-1985). Por outro lado, no que tange às eleições para governador e para a presidência, o campo progressista teve significativa votação, mesmo com a elite política local pertencendo majoritariamente ao bloco conservador.

Schmidt (2004c, p. 3) demonstra que o continuísmo não fez parte da trajetória eleitoral da comunidade, pois a tendência que encontramos entre 1945 e 1964 foi de hegemonia do bloco conservador e de progressivo deslocamento do voto para a oposição nas eleições majoritárias (presidente, prefeito, senador e governador). Após o Golpe de 1964, ocorreu a mesma tendência: a concentração hegemônica do conservadorismo no início e a progressiva transferência de votos para a oposição¹⁵.

João Pedro Schmidt (2004c) analisou o desempenho dos partidos políticos no contexto democrático-populista (1945-1966) em Santa Cruz do Sul e encontrou um padrão de semelhança no desempenho do PTB e PSD na escala nacional. O autor destaca que, nas eleições locais, havia uma hegemonia acentuada do PSD na fase inicial e um progressivo crescimento eleitoral do PTB, combinado com a emergência da UDN, que acabaria se alinhando ao PSD até o Golpe de 1964. O dinamismo eleitoral de 1945 até o AI-2, implantando em 1965, acompanhou com certa semelhança o padrão de evolução na escala regional e nacional. A tabela, apresentada seguir, feita por Schmidt (2004a), permite visualizar o desenvolvimento dos partidos ao longo dos anos de 1947-1982 na Câmara Municipal de Vereadores.

15 Para maiores detalhes consultar a “Tabela 5: Voto na situação e na oposição – 1945-1964” em Noronha (2012, p. 99) que reúne informações coletadas e sistematizadas por Schmidt no Banco de Dados Eleitorais de Santa Cruz do Sul.

Tabela 1 – Vereadores eleitos por campo ideológico – 1947-1982*

Ano	Partidos Liberal-Conservadores	Partidos Populista-Progressistas
1947	PSD 09	PTB 01
	PL 02	
	PRP 01	
1951	PSD 05	PTB 05
	PL 02	
	PRP 01	
1955	PSD 05	PTB 04
	PL 02	
	PRP 02	
1959	PSD 04	PTB 05
	PL 02	
	PRP 01	
	PDC 01	
1963	PSD-UDN 06	PTB 03
	PDC 01	
	PL 01	
1968	Arena 10	MDB 03
1972	Árena 11	MDB 06
1976	Arena 10	MDB 09
1982	PDS 10	PMDB 09
		PDT 02

* Informações extraídas do Banco de Dados Eleitorais de Santa Cruz do Sul.

Fonte: Schmidt (2004a, p. 8).

Schmidt identificou uma tendência de predomínio do PSD e sua progressiva queda no contexto democrático. Esse grupo iniciou com nove vereadores, sendo a maior bancada no processo eleitoral pós-Vargas. Nas eleições de 1951, registrou-se um aumento extraordinário do PTB, que saltou de um para cinco vereadores; e, no mesmo período, Getúlio Vargas se preparou para retornar à Presidência da República. Isso pode ter contribuído para o aumento eleitoral desse partido na cidade. O PSD perdeu

quase metade dos nove vereadores, com cinco no pleito de 1951, e manteve essa tendência até a promulgação do Ato Institucional nº 02, enquanto que o PTB obteve um crescimento expressivo, chegando a ser a maior bancada em 1959¹⁶.

Certamente o assassinato do deputado estadual Euclides Kliemann, do PSD, por um vereador do PTB contribuiu para a queda desse partido nas eleições de 1963; além disso, a UDN local firmou aliança com o PSD em 1963, deslocando seu peso eleitoral com sua cruzada “antiGoulart”. O envolvimento do presidente da República na defesa do vereador do PTB repercutiu mal, pois João Goulart pagou a defesa de Karan de Menezes, contratando o advogado Pedro Simon. Este iniciou sua carreira política pelo PTB e também se tornou uma das principais lideranças do MDB no período da ditadura, chegando a ser governador estadual no período democrático pós-1985.

A tendência que encontramos na formação política local foi de adesão aos grupos políticos hegemônicos em âmbito estadual e nacional. É exatamente por meio desses casos que temos como pretensão a compreender se essa elite possuiu a capacidade de manter a unidade política em um contexto de crise entre o governo estadual e nacional. O período de 1961 até 1964 é interessante para entendermos a capacidade de negociação local frente às crises institucionais.

A elite local frente à crise de âmbito regional/nacional: o caso da Legalidade e do Regime Militar, 1961-1965

Observando os noticiários do principal jornal do município, *Gazeta do Sul*, percebemos que a década de 1960 foi tumultuada na vida política local, pois ocorreram dois fatos que levaram a elite de Santa Cruz do Sul a tomar posições contraditórias em um espaço relativamente curto de tempo: o movimento pela Legalidade, liderado pelo governador Leonel Brizola, que tinha como objetivo garantir a posse do presidente João

16 Em Noronha (2012, p.101) o Gráfico 5 – Dinâmica eleitoral dos partidos na Câmara Municipal de Santa Cruz do Sul, 1947-1963 ilustra a tendência de cada agremiação partidária com base no Banco e Dados eleitorais de Santa Cruz do Sul.

Goulart, e a implantação do regime militar após o Golpe de 1964. Essa contradição permite observarmos que a prioridade desse segmento foi a manutenção da integridade da cidade em uma eventual guerra civil.

Entre os meses de agosto e setembro de 1961 a conjuntura nacional se desestabilizou. A renúncia de Jânio Quadros, poucos meses depois da posse, não chegou a causar preocupação entre a elite de Santa Cruz do Sul, mas o engajamento do então governador do Estado, Leonel Brizola, em conjunto com o comandante do III Exército, com sede em Porto Alegre, liderando a campanha pela Legalidade, forçou esse segmento a atuar no apoio ao processo sucessório, embora João Goulart e Brizola fossem do PTB, partido de oposição local.

A Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul, apreensiva com os rumos que vêm tomando os acontecimentos, dentro da crise determinada pela surpreendente renúncia do Presidente Jânio Quadros, vem fazer o seu pronunciamento pela legalidade em prol da integridade da ordem constitucional. Como sucessor legal do presidente renunciante deverá assumir a presidência da república o Dr. João Goulart, e como expressão legítima do poder civil da República, é do seu dever esclarecer o povo brasileiro sobre as verdadeiras causas do afastamento do presidente tão expressivamente consagrado pelas urnas de 1960. [...] Se, todavia, ao revés, ficasse constatado que a renúncia do Dr. Jânio Quadros foi ato de sua espontânea determinação e atitude livremente assumida, então estaremos aqui para afirmar ao Dr. João Goulart a nossa solidariedade de democratas e a nossa colaboração de brasileiros, prontos a prestigiar todas as suas iniciativas que visem ao progresso do País. Santa Cruz do Sul, 28 de agosto de 1961¹⁷.

A adesão da elite ao movimento pela Legalidade mostrou uma ação política voltada para a defesa do espaço local, refletindo assim seu forte caráter comunitário. Nesse artigo, podemos visualizar o posicionamento da Câmara de Vereadores no mesmo dia:

Em reunião permanente desde sexta feira última, acompanha apreensiva e perplexa o desenrolar dos acontecimentos surgidos com a renúncia de sua Ex.^a o Presidente da República Sr. Jânio Quadros.

Pela unanimidade de seus membros manifesta suas convicções democráticas pela defesa da legalidade, e pela manutenção das prerrogativas constitucionais e livre exercício dos mandatos pelos governantes eleitos pela vontade soberana do povo brasileiro.

17 Trecho extraído de *Gazeta do Sul*, 29 de agosto de 1961, p.1.

Lança veemente protesto contra as tentativas para subversão da ordem constitucional e consequentemente implantação do regime de força, contrariando assim a vontade soberana do povo brasileiro manifestada através das urnas livres.

Apela ao povo santa-cruzense no sentido de que se mantenha sereno e unido, confiando no patriotismo e convicções democráticas dos responsáveis pelos destinos da Nação.

Santa Cruz, 28 de agosto de 1961.

Elemar Gruendling – Presidente.¹⁸

Nessa ocasião a bancada do PTB era a maior na Câmara Municipal, com cinco vereadores, mas o apoio ao movimento pela Legalidade não representaria um posicionamento favorável a João Goulart ou Brizola. Na pesquisa de Cadoná (2002) constatamos que a elite local sempre esteve majoritariamente representada por agremiações de caráter conservador, estando ligada ao bloco PSD/UDN durante o período democrático-populista.

Para Skidmore (1988), se dependesse da maioria da classe política no Congresso Nacional da época, ou dos governadores e outras agremiações partidárias, Goulart não assumiria o poder em setembro de 1961. Esses mesmos setores estiveram, com certeza, representados politicamente na cidade de Santa Cruz do Sul, e o apoio à legalidade aconteceu porque o governo gaúcho e o III Exército estavam engajados e determinados a travar o conflito armado.

Anteontem, quinta-feira, no recinto da Câmara de Vereadores desta cidade, por iniciativa do Dr. Arno Schmidt, devidamente credenciado pelo deputado Milton Dutra, como o Coordenador local do Comitê Pró-Resistência Democrática, reuniram-se os membros do legislativo santa-cruzense, vereadores Elemar Gruendling, Ottomar Muench, Dr. Luiz A. Jacobus, Flórisio P. Karan Menezes, Júlio de Oliveira Viana, Querino Pereira de Aquino, Dr. Patrick Francis Fairon, Lindolfo Spengler, Harry Werner e José Alvino dos Santos, o Dr. Arno Schmidt, o Sr. Edmundo Hoppe, Prefeito Municipal, Deputado Norberto H. Schmidt, Dr. Arthur G. Fett, Carlos Edmundo Steffens, Carlos Mauricio Werlang, Sebaldo Kroth, Carlos Hoppe, Arno Frantz, Roque Coimbra, Roberto Hartungs, Waldomiro Gil, Jürgen Klemm, Milton Nagel, Lothário Bartholomay, e dezenas de outras pessoas gradas da cidade.¹⁹

A criação do Comitê, além de mostrar o nível de engajamento local, permite visualizar a capacidade de construção de um posicionamento

18 *Gazeta do Sul*, ano 17, nº 103, 29 de agosto de 1961, p. 2.

19 *Gazeta do Sul*, ano 17, nº 105, 02 de setembro de 1961, p.1.

homogêneo frente aos acontecimentos nacionais. Outros estudos apontam para essa tendência: Carina Martiny (2010) ao tratar da elite de São Sebastião do Caí durante a transição do Império para a República, em 1889, e Silvana Krause (2002) ao se ocupar com o caso de Santa Cruz. Outro exemplo foi a Revolta Federalista de 1893-1895; embora polarizasse a elite gaúcha, permite observar um comportamento da elite local visando a manter a vila na neutralidade²⁰. Esse quadro reforça a hipótese de que o empresariado de Santa Cruz do Sul negociava para garantir a estabilidade local, embora isso estivesse em divergência com seus reais interesses ou posicionamentos ideológicos. Buscava neutralizar e homogeneizar as posições para não abrir fissuras que pudessem desestabilizar sua rede local.

Abertos os trabalhos pelo Sr. Presidente da Câmara de Vereadores, explicou sua Senhoria os motivos da reunião bem como fez explanações sobre a atual situação política quando o Rio Grande do Sul, pela pessoa de seu ilustre governador se levantou e se mantém em defesa da constituição federal e da ordem legal. Em seguida passou a palavra ao Dr. Arno Schmidt, que comunicou, preliminarmente, ter recebido do Deputado Milton Dutra, Coordenador Geral, em todo o Estado, dos comitês pró-resistência democrática, um ofício credenciando-o como coordenador local do referido comitê para a defesa democrática do país e conseqüentemente da posse do vice-presidente Dr. João Goulart. O comitê local deveria receber inscrições de voluntários e da constituição de uma guarda. Explicando, também, que o movimento era despedido de qualquer intenção ou interesses partidários, era de congraçamento de todos os partidos políticos em defesa da Legalidade. O Dr. Luiz Jacobs sugeriu, logo após, um serviço de doação de sangue. Falou ainda o estudante Jürgen Klemm, presidente da UESC, lendo um manifesto daquela União de Estudantes em favor da preservação da constituição federal. Falaram ainda os senhores Ottomar J. Muench, Floriano P. Karan Menezes, Júlio de Oliveira Viana, Querino Pereira de Aquino, Harry Werner e Dr. Patrick F. Fairon, todos se solidarizando com a formação do comitê.²¹

Outras instituições marcaram presença na defesa da Legalidade, como o jornal *Gazeta do Sul*, que teve como principal representante Francisco José Frantz (diretor do jornal e diretor da ACI na década de 1960). A União dos Estudantes de Santa Cruz do Sul (UESC) foi representada pelo estudante Jürgen Klemm, presidente da entidade e futuramente empresário do setor de alimentos. Ele investiu na carreira política, se tornou

20 O empresário do ramo do fumo Theodoro Schilling conseguiu arregimentar uma força local que objetivava manter a Vila de Santa Cruz “neutra” no conflito durante a ocupação serrana em 1893.

21 *Gazeta do Sul*, ano 17, nº 105, 02 de setembro de 1961, p.1.

vereador pelo Partido Democrático Cristão (PDC) e, depois pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Assumiu também a direção da ACI, construindo assim um modelo de trajetória que foi descrito por Wright Mills em seu estudo da elite de cidades pequenas dos EUA²².

Havendo, assim, identidade de pontos de vista, quanto à criação do comitê local pró-resistência democrática, o presidente dos trabalhos submeteu à apreciação dos presentes a organização do comitê local pró-resistência democrática, o presidente dos trabalhos submeteu à apreciação dos presentes a organização do Comitê. Com todos os presentes como componentes, o que foi calorosamente aplaudido. Foi organizada a diretoria que, por aclamação, ficou assim constituída:

Presidente: Dr. Arno W. Schmidt

Vice-Presidente: Dr. Patrick F. Fairon, Sebaldo Kroth, Ottomar J. Muench, Roberto Hartungs e Jürgen Klemm.

1º Secretário: Floriano Peixoto Karan Menezes

2º Secretário: Carlos Hoppe

1º Tesoureiro: Carlos Edmundo Steffens

2º Tesoureiro: Roque Coimbra

Com. de Propaganda: Lothario Bartholomay e Francisco Frantz.²³

Apesar de não ter ocorrido o pior, uma guerra civil, esse fato merece ser destacado, pois deixa clara a unidade e a capacidade de negociação da elite local frente a crises envolvendo o governo estadual e federal. Os mesmos integrantes da elite local que apoiaram o movimento pela Legalidade, em agosto/setembro de 1961, apoiariam o Golpe de 1964, aderindo ao Regime Militar, reforçando a tese de que em crises nacionais a elite local aderiria ao grupo hegemônico.

22 Para Mills, as cidades médias ou pequenas dos Estados Unidos da primeira metade do século XX possuem grupos de famílias distintas do restante da comunidade, pois controlam a produção majoritária da riqueza e formam a opinião pública local. Esse grupo é constituído pelos proprietários e editores da imprensa, tanto de jornais quanto de emissoras de rádio, fato que encontramos na análise biográfica dos empresários de Santa Cruz do Sul no mesmo contexto. Mills revela que, além do capital simbólico ou cultural, o principal ponto de distinção, prestígio e manutenção da posição social de uma elite local é o controle do capital econômico, visualizado através dos seus estabelecimentos comerciais, localizados na rua principal da cidade; das indústrias, que, normalmente, são as maiores no município; e na direção das sociedades anônimas de capital aberto que se constituem localmente, pois esse grupo é acionista majoritário desses empreendimentos. O autor infere que essa condição foi moldada, progressivamente, através do convívio coletivo comum, mais homogêneo e antropologicamente próximo, condição facilitada numa escala local ou provinciana. Sobre o assunto ver o segundo capítulo de "MILLS, C. Wright. **A elite do poder**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965".

23 *Gazeta do Sul*, ano 17, nº 105, 02 de setembro de 1961, p.1.

Jorge Ferreira (1997) destaca que o apoio de vários setores da elite brasileira a João Goulart deve-se ao formalismo e a legalidade do processo. O autor destaca que os golpistas como o governador da Guanabarra, Carlos Lacerda, e o núcleo duro das forças armadas perderam força pela simples razão de que praticaram atos ilegais. No caso da mobilização da elite local e regional na Legalidade e em perspectiva comparada ao Golpe de 1964, percebemos um padrão de adesão ao legalismo. Cadoná (2002) destaca que, no dia seguinte à derrubada de João Goulart, todas as agremiações partidárias, as associações e os sindicatos manifestaram seu apoio aos militares. Esse apoio veio após as turbulentas manifestações ilegais que ocorreram no início de 1964 e não foram reprimidas por Goulart, que perdeu a chamada “moral legalista” que levou a unidade dos militares e da elite brasileira a derrubá-lo em 31 de março daquele ano.

A repressão às reivindicações trabalhistas e o controle da inflação por meio de repressão aos movimentos populares foram as principais razões que fizeram a elite local aderir ao regime. Esse apoio ficou evidenciado na análise dos noticiários veiculados pelo jornal *Gazeta do Sul* nos primeiros anos de comemoração do regime:

1º Aniversário da Revolução Democrática: Foram brilhantes os festejos / Foi realizado ontem 31 de Março, a festa do 1º aniversário da revolução democrática, onde foi realizada uma missa em ação de graças, coros, desfiles de nossos estudantes, corpo de bombeiros e nosso glorioso 8º Regimento de Infantaria, no palanque estavam as principais autoridades de nosso município.²⁴

Câmara homenageia Forças Armadas no Aniversário da Revolução de Março / Foi homenageado o 8º R. I. pela Câmara de Vereadores pelo 1º aniversário da revolução democrática que desmantelou a articulação comunista, contaram com a presença do Cel. Antonio Joaquim da Silva Neto, que falou da importância da revolução para a manutenção dos setores democráticos brasileiros, em seguida homenagearam o glorioso exército os vereadores Sildo Goetter, pelo PDS, Luceval Schiedeck pelo PL, Guilherme Dorfey, pelo PRP, Roberto A. Hartungs, pelo PTB; e Jürgen Klemm, pelo PDC.²⁵

2º Aniversario da Revolução Democrática Brasileira / Escreve Tenente Coronel Irani Siqueira: No próximo dia 31 de março toda a Nação Brasileira estará comemorando o 2º aniversário do patriótico movimento libertador de 31 de março de 1964. Iniciamos hoje a semana de festi-

24 *Gazeta do Sul*, ano 21, nº 37, 1º de abril de 1965, p.1.

25 *Gazeta do Sul*, ano 21, nº 40, 8 de abril de 1965, p.1.

vidades relacionadas a tão grande acontecimento, que mudou definitivamente os rumos da Pátria, orientando-a em direção ao futuro promissor, em sua liberdade democrática e cristã. Nesta fase da história da nacionalidade, quando se realiza no país grandiosa obra de restauração nacional, através de uma verdadeira REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA, que se confunde com o próprio destino da pátria, não devemos nos impressionar, nem olhar com pessimismo, por um ou outro aspecto que nos pareça negativo. Se existirem, são tão diminutos que, dada a grandeza do que se realiza, se perdem e se desfazem. Sabemos que só mesmo por obra de um milagre seria possível, da noite para o dia, de um ano para o outro, mudar e renovar completamente um país, antes enfraquecido pelo caos político, econômico e social, sob a égide de um governo irresponsável e infiltrado de comunistas e na triste iminência de desaparecer como nação soberana. Milagre, inspiração, proteção divina, já foi isto, sim, o afastamento definitivo, de nossos horizontes, da ameaça vermelha!

[...]

Expressamos, portanto, agora mais do que nunca, a certeza de que, se cada cidadão, de qualquer credo ou classe social, trabalha com honra, lealdade e dignidade, persistindo no cumprimento do dever para com a pátria que lhe deu berço; se todos se irmarmos em um ideal comum, em breve chegaremos ao objetivo almejado: o da consolidação da nossa liberdade, e veremos o Brasil firmar-se no conceito das nações e a nossa vontade estará sempre mobilizada no sentido de que nossa família, nossa Pátria, jamais sofram o cativo do comunismo.

Tenhamos fé e coragem, Deus está conosco, porque a cruz e a espada uniram-se para salvar nossas instituições.²⁶

Quando foi decretado o Ato Institucional nº 02, a elite local manifestou seu apoio, deslocando o debate em torno dos acontecimentos políticos para o discurso de valorização do trabalho. O artigo publicado no jornal ilustra o posicionamento e os valores defendidos por esse segmento:

Bem recebido o Ato nº 02

Prefeito Orlando Baumhardt: "A hora não é de fazer política, mas de trabalhar pelo Brasil: Povo quer paz e tranquilidade para trabalhar, e não lhe importam as fofocas políticas. Presidente da Câmara Victor Baumhardt: Presidente Castelo Branco procura acertar e está acertando. Extinção dos partidos foi medida muito boa.

Eis o que declarou o prefeito Orlando Baumhardt:

Apoio integralmente o Ato Institucional nº 02. A medida é acertada, pois a hora não é de fazer política, mas de trabalhar pelo Brasil. É chegado o momento de, todos unidos, construirmos uma Pátria grande para nós e nossos filhos.

26 *Gazeta do Sul*, ano 22, nº 36, 26 de março de 1966, p.1.

E ressalta:

O ato era necessário. Tanto assim, que até era esperado. O povo recebeu a medida com muita simpatia, pois o que todos queremos é paz e tranquilidade para podermos trabalhar e produzir. Ao povo não interessam as fofocas políticas.

Eis o que declarou o presidente da Câmara:

Sou admirador incondicional de nosso presidente Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco. E justifico: todas as atitudes por ele tomadas mostram claramente seu único propósito: acertar. E vem fazendo satisfatoriamente, não dando ouvido a certos grupos, na maioria das vezes unicamente interessados em tirar proveito político da situação. Sua meta é unicamente endireitar este país, criando um clima de confiança no governo, o que logicamente encoraja as classes produtoras a novos investimentos, proporcionando maior produção e mais oportunidade de emprego. Em resumo: é um presidente cuja política é única e exclusivamente de criar condições para o progresso, o bem-estar e a felicidade do povo brasileiro.

Se nosso presidente decretou o AI 02, foi porque havia necessidade de fazê-lo. Quanto ao cancelamento do registro de todos os partidos creio que foi uma medida acertada, pois a proliferação de partidos só enfraquece a todos eles. Sou da opinião que devemos reunir os reais valores, em apenas dois partidos. A Nação brasileira certamente muito lucrará com isso.²⁷

A maioria dos integrantes da elite local ingressou no partido de sustentação do Regime Militar: a ARENA. Essa postura, no entanto, não ocorreu de maneira homogênea, pois uma parcela de integrantes do antigo PTB iria se filiar ao partido de oposição, o MDB, que seria minoria na primeira década do regime.

Considerações finais

Esse trabalho procurou caracterizar a formação política do Município de Santa Cruz do Sul entre os anos de 1889 até 1965 tendo como base uma análise bibliográfica em diferentes áreas do conhecimento. Lançamos mão de fontes documentais constituídas por peças jornalísticas produzidas pela imprensa local e documentos institucionais da Câmara de Vereadores ou da Associação Comercial e Industrial além do banco de dados eleitorais da cidade. Buscamos compreender a dinâmica da cultura política local que foi tema analisado por outros pesquisadores que argumentam existir uma fragilidade da prática democrática local.

²⁷ *Gazeta do Sul*, ano 21, nº 127, 30 de outubro de 1965, p.1.

Há uma tendência histórica de vários grupos sociais da comunidade em aderir ao autoritarismo, à violência e ao conservadorismo. Citamos alguns conflitos que ocorreram ao longo do século XX e que tiveram impacto na vida cotidiana, como a tentativa de assassinato do líder local Carlos Trein Filho, ou mesmo, na década de 1960, o assassinato do deputado estadual Euclides Nicolau Kliemann. Além disso, por se tratar de uma comunidade de imigrantes alemães, em que a relação entre católicos e luteranos sempre foi tensa desde a Reforma Protestante do século XVI e, portanto, importante para a compreensão da política local da colônia até a I República.

Com isso, foi realizada a descrição do panorama eleitoral do desempenho de católicos, representados pelo Partido do Centro Católico, e protestantes, representados pelo Partido Liberal (Federalistas). Constatamos que ocorreu uma gradual perda de força da cisão religiosa na comunidade ao longo da I República, que pode ser visualizado quando comparamos isoladamente cada agremiação partidária com os resultados de cada pleito no contexto de 1889 até 1930.

Esse processo, segundo análises de Schmidt e Krause, ocorreu por conta da conjuntura histórica de consolidação da separação entre Igreja e Estado, muito forte com a derrocada da Monarquia e a implantação da República. Merece destaque a forte influência do positivismo no Rio Grande do Sul, de tendência anticlerical, representado pelo Partido Republicano Riograndense, hegemônico no estado, procurou, ao longo da I República, cooptar lideranças das duas forças eleitorais de Santa Cruz do Sul. Com o esvaziamento do discurso ideológico assentado na questão religiosa, os líderes do PRR acabaram obtendo sucesso no estabelecimento de uma base eleitoral homogênea e hegemônica na comunidade.

A análise sobre a dinâmica eleitoral no pós-1930 permitiu visualizar os vínculos entre as transformações nacionais e seu impacto na esfera local, como foi possível observar em Schmidt o crescimento gradual do campo “progressista populista” em diferentes eleições. Mas a conjuntura histórica de maior engajamento da defesa do espaço local foi o posicionamento da elite local no Movimento Pela Legalidade. A cidade organizou um comitê de alistamento para uma eventual guerra civil, no entanto, os mesmos in-

tegrantes que se engajaram nessa mobilização apoiaram o Golpe de 1964. Os eventos políticos analisados nesse texto somente reforçam a tese de outros pesquisadores sobre a tendência de grupos locais em defender seu espaço de atuação estabelecendo vínculos com os segmentos dominantes.

Referências

- CADONÁ, M. A. **Expansão e consolidação do capitalismo e formação da classe industrial em Santa Cruz do Sul (1940 a 1976)**. 2002. 120 f. Relatório de Pesquisa. Departamento de Ciências Humanas, Núcleo de Pesquisa Social, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2002.
- FERREIRA, J. A Legalidade Traída: os Dias Sombrios de Agosto e Setembro de 1961. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 149-182, 1997.
- FONSECA, P. D. **RS: economia e conflitos políticos na República Velha**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.
- GAZETA DO SUL. **Jornal Gazeta do Sul**. ano 17, nº 103, 29 de agosto de 1961. Editora Santa Cruz Ltda.: Santa Cruz do Sul, 1961. Disponível no Arquivo do Grupo de Comunicações Gazeta do Sul, Fundo Jornais Antigos.
- GAZETA DO SUL. **Jornal Gazeta do Sul**. ano 17, nº 105, 02 de setembro de 1961. Editora Santa Cruz Ltda.: Santa Cruz do Sul, 1961. Disponível no Arquivo do Grupo de Comunicações Gazeta do Sul, fundo: jornais antigos.
- GAZETA DO SUL. **Jornal Gazeta do Sul**. ano 21, nº 37, 1º de abril de 1965. Editora Santa Cruz Ltda.: Santa Cruz do Sul, 1965. Disponível no Arquivo do Grupo de Comunicações Gazeta do Sul, fundo: jornais antigos. GAZETA DO SUL. **Jornal Gazeta do Sul**. ano 21, nº 40, 8 de abril de 1965. Editora Santa Cruz Ltda.: Santa Cruz do Sul, 1965. Disponível no Arquivo do Grupo de Comunicações Gazeta do Sul, fundo: jornais antigos.
- GAZETA DO SUL. **Jornal Gazeta do Sul**. ano 21, nº 127, 30 de outubro de 1965. Editora Santa Cruz Ltda.: Santa Cruz do Sul, 1965. Disponível no Arquivo do Grupo de Comunicações Gazeta do Sul, fundo: jornais antigos.
- GAZETA DO SUL. **Jornal Gazeta do Sul**. ano 22, nº 36, 26 de março de 1966. Editora Santa Cruz Ltda.: Santa Cruz do Sul, 1966. Disponível no Arquivo do Grupo de Comunicações Gazeta do Sul, fundo: jornais antigos.
- GERTZ, R. **O perigo alemão**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1991.
- KRAUSE, S. **Migrantes do tempo: vida econômica, política e religiosa de uma comunidade de imigrantes alemães na República velha**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.
- HOBSBAWM, E. **Era dos Extremos: o breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

JOB, L. da C. **Os colonos do fumo: tobacco pays my bills**. Estudo antropológico sobre política, etnia e identidade no Universo da Agricultura Familiar Fumageira em Santa Cruz do Sul Vale do Rio Pardo – RS. Orientador: Daisy Macedo de Barcellos?. 2003. 120 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2003.

LOVE, J. **O regionalismo gaúcho**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

MARTINY, C. **“Os seus serviços públicos e políticos estão de certo modo ligados à prosperidade do município”**: constituindo redes e consolidando o poder: uma elite política local (São Sebastião do Caí, 1875-1900). Orientador: Eliane Cristina Deckmann Fleck?. 2010. 362 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos São Leopoldo, 2010.

MONTALI, L.

NORONHA, A. E. **Beneméritos empresários**: história social de uma elite de origem imigrante do sul do Brasil (Santa Cruz do Sul, 1905-1966). Orientador: Flávio Madureira Heinz ?. 2012. 370 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

SCHMIDT, J. P. **Capital social e participação política em Santa Cruz do Sul: um paradoxo**. 2004a. Disponível em: <http://online.unisc.br/acadnet>. Acesso em: 5 maio 2005.

SCHMIDT, J. P. **Comportamento eleitoral e ideologias em Santa Cruz do Sul**: o nazismo, o integralismo e a esquerda. 2004b. Disponível em: <http://online.unisc.br/acadnet>. Acesso em: 10 maio 2005.

SCHMIDT, J. P. **Continuismo e conservadorismo nas eleições de Santa Cruz do Sul**. 2004c. Disponível em: <http://online.unisc.br/acadnet/moduloEleicoes>. Acesso em: 8 maio 2005.

SKIDMORE, T. E. **De Getúlio Vargas a Castelo Branco**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

TELLES, L. da S. **Heinz Von Ortemberg**: o médico do Kaiser e de Santa Cruz do Sul. Porto Alegre; São Lourenço de Brindes: Escola Superior de Teologia; APESC, 1980.

VOGT, O. **A produção de fumo em Santa Cruz do Sul – RS (1849-1993)**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997.

VOGT, O. O Alemanismo e o “perigo alemão” na literatura brasileira da primeira metade do século XX. **Signo**, Santa Cruz do Sul, v. 32 n 53, p. 225-258, dez, 2007.

The political formation in a German immigrants community in southern Brazil: the case of Santa Cruz do Sul (from the First Republic to the Military Regime, 1889-1965)

Abstract

This paper presents a discussion on the political formation in a German immigrants community in southern Brazil, more precisely in the city of Santa Cruz do Sul, which is located 200 km away from Porto Alegre, the capital of Rio Grande do Sul. The period analyzed is from 1889, which represents the Republic implementation, to 1965, the year when the second Institutional Act was instituted, within the Military Regime context. Based on a literature review on the local political history, supported by journalistic and institutional sources as well as electoral database of Santa Cruz do Sul, it is intended to describe the local politics dynamic into four parts: the first, analyses the fragility of the local democratic culture and its tendency to authoritarianism and conservatism; the second, approaches the relations between politics and religion in the First Republic; the third, characterizes the electoral continuity and conservatism, which was perpetuated after the Revolution of 1930; the fourth, describes the local elite position towards the legality movement as well as in relation to the military regime implementation.

Keywords: Santa Cruz do Sul. Authoritarianism. Local/regional political history. Military regime. Brazil Republic.

Recebido em 06/10/2017
Aprovado em 26/03/2019

BROWN, W. *Undoing the Demos: Neoliberalism's Stealth Revolution.* New York: Zone Books, 2015

Alexandre Marinho Pimenta¹

Um dos últimos livros da professora de Ciência Política da Universidade da Califórnia, Wendy Brown, *Undoing the Demos: Neoliberalism's Stealth Revolution*, trata de uma das questões mais significativas e preocupantes do jovem século XXI: os processos de fenecimento da democracia. A estratégia de Brown é revisitar e retificar o entrelaçamento entre neoliberalização e desdemocratização. Ou, para usar sua original definição, analisar a “revolução silenciosa” realizada pelo neoliberalismo *contra* a democracia.

Mas a autora não se limita a destrinchar a dinâmica de tal crise da democracia. No início do livro, a autora sinaliza ao leitor que sua recente obra será também um espaço para a discussão dos dilemas atuais da intervenção e da imaginação política democrática. Sendo assim, a avaliação da obra deve ser dupla, unindo estratégias e força argumentativas da pesquisadora à pertinência prático-política de sua construção teórica e propostas explícitas.

Entendendo democracia no sentido mais “aberto” e “cru” possível, próximo à conotação geral de autogoverno do povo (BROWN, 2015, p. 20) e uma pretensão a isso, Brown não vê o governo do *demos* como um destino inevitável da história humana ou mesmo um caminho seguro para o paraíso na Terra. Acima de tudo, trata-se “[...] uma forma vazia que pode

¹ Mestre em Sociologia e Doutorando em Ciência Política pela Universidade de Brasília. Distrito Federal, Brasil. E-mail: alexmpimenta1@gmail.com.



Direito autoral e licença de uso: Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra, forneça um link para a licença, e indicar se foram feitas alterações.

ser preenchida por uma variedade de conteúdos ruins e instrumentalizada por propósitos que vão desde o nacionalismo xenofóbico ao colonialismo racial, do heterossexismo ao capitalista hegemônico” (BROWN, 2015, p. 202)². Por tais razões, a questão democrática deve ganhar mais centralidade no debate público, inclusive nos programas de esquerda.

A divisão do livro se dá em duas partes principais: *Razão neoliberal e vida política* e *Disseminando a razão neoliberal*. Ademais, há um instigante epílogo intitulado como *Perdendo a democracia crua e a inversão da liberdade em sacrifício* – para nós, como veremos, o ponto forte do livro.

A estadunidense parte da tese de que o neoliberalismo não é apenas uma modalidade de capitalismo, mas “[...] uma forma peculiar de razão que configura todos os aspectos da existência em termos econômicos” (BROWN, 2015, p. 17); que nos interpela a agir como agentes de mercados mesmo em situações e contextos de não mercado.

Para Brown, tal configuração se choca com os elementos e os valores básicos da democracia, da esfera pública e da política em si. Por isso, o futuro da democracia em geral, ou melhor, até mesmo o futuro da limitada democracia liberal-burguesa, está em jogo com a disseminação da razão neoliberal, que não só coloniza como destrói todas suas instituições, normas e condutas. O governo do/pelo econômico tem sido uma forma de “desmonte da democracia ‘por dentro’” (BROWN, 2015, p. 18). E mais: limita nossa forma de vida a um confinamento no “reino das necessidades”, uma espécie de “pré-história” para Marx (BROWN, 2015, p. 43).

Durante todo o livro, vê-se um constante diálogo com a obra de um dos principais pensadores do século XX que possibilitou essa noção alargada de neoliberalismo e se tornou essencial para diversos desdobramentos contemporâneos da teoria crítica: Foucault, sobretudo em sua fase genealógica. Na primeira parte do livro, Brown se concentra no curso sobre *O Nascimento da Biopolítica* (1978-1979). Já na segunda parte, lança mão do conceito de racionalidade política como instrumento para refletir a disseminação e hegemonização da razão neoliberal, sobretudo nas novas formas de gestão, jurisdição e educação.

² As citações desta resenha são de minha tradução.

A “economização” da vida política e de outras dimensões da vida humana no neoliberalismo é tematizada pelo filósofo francês, como lembra Brown, através de uma concomitante diferenciação e radicalização frente às formulações clássicas da economia política sobre uma razão de Estado mínimo. Esse movimento aponta, em última instância, para a produção de um *homo oeconomicus* singular: um sujeito que age como empresário de si mesmo; o ser humano como capital humano. O neoliberalismo inauguraria, para Foucault, uma nova arte de governar, baseada na regulação da sociedade e Estado pelas lógicas mercantis de empreendimento, produtividade e competitiva – tornados esses valores e consensos consolidados institucionalmente.

Contudo, a autora busca atualizar tais enunciados. Em um cenário de pós-financeirização e sua respectiva crise, Brown afirma que o sujeito-empresa fora substituído pelo sujeito enquanto um portfólio de investimentos; a liberdade e interesse individual, pelo sacrifício e pelas exigências macroeconômicas; o governo pela governança e uma (perversa) responsabilização; o estado nacional pelas instâncias transnacionais... E assim por diante. O sujeito neoliberal, de uma forma geral, escancara seu caráter servil, quanto mais sua racionalidade se torna acachapante.

Brown também enfrenta a indiferença de Foucault frente à democracia (para ela, encarnada na figura do *homo politicus*) e o capital em si. Essas duas lacunas no edifício foucaultiano da biopolítica, em grande parte são tributárias da oposição do francês ao marxismo. “Foucault desviou seu olhar do capital como uma força histórica e social. [...] No entanto, capital e capitalismo não são redutíveis a uma ordem de razão” (BROWN, 2015, p. 75). Para a autora, a teoria marxista trata de imperativos sistêmicos do capital para além do nível discursivo-institucional, que devem ser consideradas na análise formas dominantes de racionalidade e governo em determinado contexto histórico. Da mesma forma, tal teoria consegue equacionar as promessas ideológicas de liberdade e democracia e os regimes de dominação burguesas realmente existentes, um dos pontos cegos de Foucault.

Todavia, para o objetivo do livro, não se trata de “[...] corrigir Foucault com Marx, mas trazer certas dimensões da análise de Marx do

capitalismo à apreciação foucaultiana da razão neoliberal para gerar uma rica explicação da desdemocratização neoliberal” (BROWN, 2015, p. 77).

Essa crítica construtiva da autora, ao mesmo tempo em que tornam mais complexa e dinâmica as formulações foucaultianas, aprofundam, paradoxalmente, a gravidade e a paralisia de nosso momento histórico. Isso porque, no exato momento em que anuncia o *homo politicus*, que se contrapõe ao *homo juridicus* e *homo legalis* de Foucault, e este se mostra como ponta de resistência à lógica do capital à racionalidade política do neoliberalismo, ela denuncia, no mesmo ato, sua morte prematura. Nasce enquanto vítima mortal:

[...] o *homo politicus* é a vítima mais importante da ascensão da razão neoliberal, sobretudo porque sua forma democrática seria a principal arma contra a consolidação de tal razão como uma racionalidade dominante, o recurso para se opor com um conjunto de reivindicações e outra visão da existência. (BROWN, 2015, p. 87).

A revolução em tela é silenciosa não apenas pela disseminação surda de uma racionalidade, mas também porque ocorre “[...] em nome do livre mercado, dos países e homens livres – mas destrói a base de liberdade para exercício da soberania dos estados e sujeitos” (BROWN, 2015, p. 108). A soberania política de todos é reduzida à razão neoliberal que lhes exigem constantes sacrifícios.

Outro paradoxo, este assumido pela autora, é o fato de encarar o neoliberalismo como onipresente enquanto razão normativa, apesar de desunificado e cuja racionalidade política não absorve todos os discursos. Este recurso pode ser interessante enquanto orientação metodológica, possibilitando uma ferramenta analítica que consiga abarcar tempos, regiões e características diversas sem cair em um particularismo fragmentador. Todavia, ao longo do livro, essa definição nos coloca frente a um estranho ente quase metafísico (e de traços muito estadunidenses), cuja resistência, em mais um nível, também parece estar bloqueada por completo. Ente este cuja disseminação aparece *descrita*, por meio de diversos caminhos e temporalidades, mas não *explicada*. Ou seja, vemos em quais pontos a

racionalidade política neoliberal é antidemocrática. Mas por quais motivos a nova racionalidade derrotou a anterior? Onde está sua força de atração/sedução? Qual a relação entre o nível discursivo e o não discursivo, como a lógica do capital enunciada por Brown? Esta poderia explicar algo sobre como se ganhou as almas e os corações visados por Thatcher?

Essas perguntas sequer são realizadas de fato. *De fato*, pois não se integram à argumentação da autora de forma consolidada. Em seu epílogo, trata rapidamente das sedutoras promessas da política econômica “*trickle-down*” dos anos 1980, mas para explicar que estas já não existem (BROWN, 2015, p. 213). Ao tratar das agricultura iraquiana pós-invasão estadunidense, apenas indiretamente nos diz como a razão neoliberal chegou lá (pelas armas) e por quais motivos (disputa imperialista, assalto de recursos e regiões estratégicas, interesses monopolistas). O *link* entre lógica do capital e razão neoliberal não é problematizado de frente. Aliás, para não ser injusto, no final do capítulo em questão, lemos: “A governança neoliberal facilita uma fusão mais aberta e eficaz do poder político e econômico, que elimina em grande parte o escândalo da corrupção, uma vez que apaga as diferenças nas metas e na governança entre Estados e capital” (BROWN, 2015, p. 150).

Mas não avança muito mais que isso; então, logo à frente, utiliza o mesmo exemplo iraquiano para reforçar Foucault contra Marx, já que se está diante de uma determinação jurídica (a consolidação da racionalidade neoliberal no Iraque foi mudanças legislativas internas) e não econômica.

O contrapeso da teoria marxista não se apresenta como se pretendia inicialmente. Ao contrário, já nasce morto, como o *homo politicus* durante a exposição do livro. A impressão dada é de uma racionalidade que atua na desarticulação das bases da democracia e de uma cidadania plena, porque isso condiz com sua essência-natureza: anônima, autônoma e antidemocrática. O mercado exige sacrifício, mas parece não se beneficiar com isso, nem este em si, muito menos seus agentes. Chegamos à seguinte definição circular: o poder se exerce como poder porque é poder.

Não que falte à autora um ingênuo “otimismo”. Mas parece que suas lentes teórico-metodológicas não possibilitam enxergar de forma mais

realista as contradições e as fissuras do mundo social e político e as novas formas de resistência que tanto pretende analisar. Ora, os indivíduos “dispensáveis e desprotegidos” (BROWN, 2015, p. 134) da perversa responsabilização neoliberal, decorrente de uma inversão do contrato social, em nenhuma instância se voltam contra o *homo oeconomicus*, ainda que não seja sob a forma de um *homo politicus*? Além disso, o fenecimento da democracia e o bloqueio da política, por diversas vezes mencionados no livro, mostram-se fatos já consumados, invalidando a motivação e a promessa inicial do livro, somente restando ao pensamento assumir a forma de uma melancólica coruja de Minerva.

Concordamos nesse ponto com Wacquant quando critica os limites da abordagem foucaultiana sobre o neoliberalismo (na qual inclui Wendy Brown). Para ele, tal adoração é “[...] excessivamente ampla e promíscua, superpovoada por uma proliferação de instituições, todas aparentemente infectadas pelo vírus neoliberal, e descamba para um solipsismo crítico” (WACQUANT, 2012, p. 507). Criticando também o que chama de concepção economicista, o autor, a partir de Bourdieu, vê a importância de se colocar a centralidade da reconfiguração do Estado e da dinâmica classista na análise do neoliberalismo. Proposta, no entanto, que não é nosso objetivo aqui analisar, mas que converge em alguns aspectos à crítica imanente aqui realizada.

Por fim, temos um internamente contraditório epílogo, mas também instigante e forte – exatamente por ser contraditório, também, com várias teses problemáticas do livro. No início, temos uma Wendy Brown com pretensões mais modestas, resumindo sua obra apenas como uma análise da gramática e dos termos da racionalidade neoliberal (BROWN, 2015, p. 201), já que pensar quais formas de democracia e resistência podem existir sobre a hegemonia desta não faz tanto sentido: sua onipresença apenas pode ser vencida com advento de outra racionalidade sociopolítica. Sua derrota somente virá com sua derrota. A argumentação circular retorna. Mas logo à frente, a nosso ver, o ponto forte do livro, a autora desenvolve a noção de “sacrifício compartilhado”, um complemento da racionalidade neoliberal que a aproxima da lógica fascista. Recorrendo à antropologia, analisa as dinâmicas psíquicas que envolvem o sacrifício. A noção se mostra, então, muito frutífera e condiz com as diversas experiências de austeridade

ocorridas desde o advento da Grande Recessão. Mais ainda: aqui Brown enxerga, pela primeira e única vez, possíveis contradições e saídas da onipresença já comentada. A lógica do sacrifício pode inverter-deslocar os polos da relação do sacrifício além de ter em seu interior uma promessa de restauração, reequilíbrio de forças e harmonia. A autora se permite pensar: e se o descontentamento frente ao engodo sacrifício compartilhado neoliberal se canalizar para uma força política buscando uma alternativa?

De qualquer forma, apesar dos desníveis entre início, meio e fim (epílogo), ainda se está diante de uma obra pertinente e rica. Ainda que não se desenvolva, de uma maneira mais prolongada, um diálogo com teóricos contemporâneos da desdemocratização e da recente articulação entre Marx e Foucault (autores como Rancière, Balibar, Agamben, Dardot e Laval aparecem apenas de passagem no texto), as competentes incursões nos teóricos clássicos já valem a leitura.

Referências

BROWN, Wendy. **Undoing the Demos: Neoliberalism's Stealth Revolution**. New York: Zone Books, 2015.

WACQUANT, Loïc. Três etapas para uma antropologia histórica do neoliberalismo realmente existente. **Cad. CRH**, Salvador, v. 25, n. 66, p. 505-518, dez. 2012.

Recebido em 08/04/2018
Aprovado em 27/08/2019

Será a distribuição dos horários de trabalho uma categoria significativa para a teoria do valor?

DAL ROSSO, S. **O ardil da flexibilidade:** os trabalhadores e a teoria do valor. São Paulo: Boitempo, 2017. 286 p.

Maria Crisneilândia Bandeira de Oliveira'

Sadi Dal Rosso, professor do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, é autor de livros, entre eles: *A jornada de trabalho na sociedade* (1986), *A Regulação social do trabalho* (2003) e *Mais trabalho: A intensificação do trabalho na sociedade contemporânea* (2008). Em 2017, lançou a obra; *O ardil da flexibilidade: os trabalhadores e a teoria do valor*, por meio da qual o autor apresenta o trabalho de forma crescente, sempre com mais horas de trabalho, porque as horas laborais constituem a essência do valor.

Durante muito tempo, a distribuição das horas laborais eram entendidas como algo quase que “inerente ou natural” à duração da jornada pelo fato de prevalecer sistematicamente a rigidez na partição dos horários. Inclusive os trabalhadores lutaram para construir uma jornada de tempo integral como sua bandeira; e, em muitos países, o trabalho controlou o capital no regulamento das horas laborais. E construíram horários fixos das 8 às 5 horas ou das 9 às 6 horas, sem trabalho noturno e sem trabalho em fins de semana.

1 Atualmente cursa doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Nove de Julho (Uninove) – 2018. Mestra em Educação pela Universidade Nove de Julho (Uninove). E-mail: neybandeira2000@yahoo.com.br



Direito autoral e licença de uso: Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra, forneça um link para a licença, e indicar se foram feitas alterações.

O advento do neoliberalismo, por sua vez, com base na decisão individual e contratação direta com o empregador, abriu confronto com essa vitória da jornada de tempo integral. A jornada de tempo integral passou a ser denominada de rígida, porque os horários se repetiam, contrapondo-se à disposição flexível, que representaria a modernidade e seria fator importante para a globalização. O capital tenta impor a flexibilidade de horários para o trabalho, a começar pela parte do discurso em que “flexível” é ‘moderno’.

Se o cerne da teoria do valor são as horas laborais, o autor pergunta se a dimensão de distribuição, repartição, partilha, divisão, disposição, administração das horas exerce algum papel na teoria do valor, se contribui com a produção de valor ou não. A discussão dessa questão está pouco presente na literatura internacional e menos ainda na brasileira. E, mesmo para os clássicos da literatura crítica, ela passou sem ser desenvolvida. Em prefácio, intitulado: “Flexibilidade, tempos e horários”, o autor menciona: “O futuro do labor foi caracterizado como o momento do trabalho flexível, ao passo que o trabalho rígido descrevia o tempo passado” (p. 11). Nessa perspectiva, o trabalho flexível apresenta-se para a sociedade como uma forma positiva, de uma sociedade em transformação.

Dal Rosso chama a atenção, pois, para a categoria de “trabalho rígido e trabalho flexível”, propondo uma reflexão para as formas de contratação dos trabalhadores e trabalhadoras e qual tipo de trabalho exercem.

Com vistas a responder à questão suscitada, o autor divide a obra em três partes. A primeira, intitulada: “Flexibilidade de horas e teoria do valor”. Trabalho rígido e trabalho flexível sempre existiram na história do trabalho. “[...] horários flexíveis fizeram parte das práticas de trabalho durante todo o percurso da história” (p. 22).

A construção do “trabalho rígido” ocorre em meio à luta dos trabalhadores pela regulamentação do trabalho em horários de tempo integral: a luta pela duração da jornada de trabalho em oito horas diárias, contra o trabalho noturno, pelos fins de semana sem trabalho.

Mas, onde e quando surgiu essa qualificação de horários flexíveis? Existem várias histórias ou estórias sobre a gênese da flexibilidade de horários.

Com o crescimento da economia alemã ocidental pós-Segunda Guerra Mundial, a mão de obra passou a ser interna logo em princípio, pois o estímulo à imigração não aconteceria de forma rápida. Desse modo, a proposta da economista Christel Kaemmerer era investir na ideia de “tempos de trabalhos flutuantes” ou “flectempo”, trabalho destinado às mulheres e que ganhou outros países da Europa, introduzindo-se nos Estados Unidos no início da década de 1970.

Conta o autor que “[...] flexibilidade e flexível” aparecem como elementos identificadores de processos de crescimento e transformação do capitalismo” (p. 44); no entanto, com o fordismo/keneyasianismo, que vigoraram com força entre 1930 e 1970, perdeu-se a capacidade de responder com precisão às demandas provenientes das grandes contradições geradas no âmbito do capitalismo.

Dal Rosso recorre a Harvey (1989), na obra *A condição pós-moderna* para maior compreensão do que denominamos “acumulação flexível”. Ele emprega os termos de rigidez e flexibilidade. Rigidez envolve a relação dos trabalhadores com o Estado e as empresas privadas, quando não há variação nos horários. Descreve o regime como possibilidade de uma relação direta à rigidez do fordismo. Já flexibilidade tem a ver mais com toyotismo. Com esse modelo de alteração significativa nas relações de trabalho, a ideia de flexibilidade pode incluir um processo legitimador de um conjunto de práticas, políticas e organizacionais nem sempre favoráveis à criação de igualdade.

A partir de 1980, a flexibilidade ganhou os mercados, com um grande incentivo dos governos nacionais e tomando formas desreguladoras do trabalho com suas políticas de mercado livre; assim, desregulamentar ou flexibilizar “[...] consiste num processo de retirar direitos construídos, [...]. Em síntese, desregulamentar significa desconstruir direitos sociais” (p. 65).

Seguindo a lógica do capital e das várias formas de trabalho, com tempo e horários flexíveis, Dal Rosso chama a atenção para a forma como os horários flexíveis são incorporados na dinâmica do labor: “[...] tempo de trabalho é o tempo da vida humana que se desdobra na ativação de sua capacidade de transformação do universo [...]” (p. 73).

No campo efetivo da produção econômica, essa realidade tem um impacto significativo, uma vez que as tentativas organizacionais de acelerar

os processos produtivos são metas das organizações empresariais. “Todo trabalho assalariado é pensado, organizado e distribuído dentro de horários visando a alcançar os objetivos das empresas” (p. 92).

Esta primeira parte do livro é, toda ela, dedicada à discussão conceitual sobre a distribuição rígida e flexível do trabalho, com base na literatura brasileira e internacional. Dessa análise, resulta a pergunta se, de fato, a distribuição das horas laborais constitui uma dimensão diferente da duração da jornada ou do grau de intensidade laboral. Nossa leitura é que, o autor defende a proposta de que a distribuição da jornada constitui de fato uma dimensão distinta; neste sentido, precisa ser analisada em suas especificidades contributivas de gerar mais trabalho excedente.

Na segunda parte, intitulada “Tendências mundiais”, o autor deixa a discussão conceitual e histórica e avança em um estudo de como a flexibilização das horas já se faz presente nos países de centro capitalista mundial. Traz uma análise dos processos de desenvolvimento do trabalho flexível nos Estados Unidos, Canadá e União Europeia.

As crises econômicas decorrentes, são partes fundamentais para compreender a flexibilização do trabalho, que ganhou proporções mundiais. Nos Estados Unidos, há bastante tempo – desde a crise do petróleo de 1973 –, são empregadas formas de trabalho flexível, entre as elas: o teletrabalho, a terceirização, o trabalho em tempo parcial, as horas extras, o trabalho temporário e os arranjos flexíveis de trabalho.

Com a crise do Keynesianismo, ocorreu uma grande propagação da flexibilização das horas de trabalho nos países centrais. Nessa perspectiva, uma das modalidades em crescente expansão são os arranjos flexíveis de trabalho, chegando a 28% de todos os empregos do ano de 1997, chamando a atenção para os empregos em tempo parcial, esses são realizados praticamente por mulheres jovens e idosas, com atuação nas áreas de comércio e serviços.

A experiência no Canadá é mais visível em seu desenvolvimento desde 1992, até 1998, não sendo muito diferente da dos Estados Unidos, visto que: “O trabalho temporário chega a ocupar 10% da força de trabalho por volta de 1995” (p. 142).

Acerca da União Europeia, o autor cita que o trabalho flexível foi o mobilizador para que a crise do petróleo de 1973 fosse enfrentada. Em países como Holanda, Dinamarca, Alemanha, Suécia e Inglaterra, “o trabalho flexível representava mais de 10% dos empregos totais” (p. 144).

A flexibilização das jornadas encontra-se em pleno desenvolvimento nesses contextos. Este fato de que a flexibilidade está presente em países capitalistas ricos significa que ela é um componente novo das formas de produzir valor? Antes de concluir pela resposta do autor, vamos observar a situação da flexibilização de horários em um país, que não é totalmente da periferia, mas que contém muitos elementos da periferia em seu interior.

As análises apresentadas na segunda parte do livro referem-se a contextos de países capitalistas centrais, percussores do desenvolvimento capitalista, mas que, para o autor, diante da literatura estudada, a abrangência desse modelo se estende para as periferias, o que ainda requer uma análise mais aprofundada e, conseqüentemente, o poder de destrinchar as demandas mais prementes dos maiores afetados por esta nova ordem.

Na terceira e última parte de sua obra, “A flexibilidade laboral no Brasil”, o autor discorre que, desde os anos de 1970, o modo de organizar e gerir a esfera produtiva vem passando por transformações, acompanhadas por um processo intenso de flexibilização das relações de trabalho. No Brasil, realçando sua especificidade histórica e econômica, a flexibilização passou a se disseminar e a se intensificar com maior vigor, a partir dos anos de 1990, mais especificamente no governo de Fernando Henrique Cardoso, com a ativação do instrumento chamado de “banco de horas”.

Para uma melhor compreensão, o autor faz um estudo sistemático da presença da flexibilização de horas e horários, mediante o recurso aos censos demográficos de 2000 e 2010, analisando a realidade por setores econômicos, por condição de faixa etária, gênero, cor e raça, um esforço difícil de encontrar semelhante nas análises de flexibilidade.

No caso brasileiro, a análise das atribuições das jornadas de trabalho está pautada na Constituição de 1988, que estabeleceu 44 horas para o trabalho de tempo integral no setor privado e 40 horas semanais no setor

público como jornada de tempo integral padrão. Já Dal Rosso considera trabalho flexível aquele que é realizado em horários acima deste padrão – isto é, de 45 horas semanais ou mais, que são as horas extraordinárias –, e o desvio de horas para baixo, que compreende 39 horas semanais ou menos. As jornadas insuficientes para atender às necessidades dos indivíduos compreendem os horários de fins de semana, horários noturnos e vespertinos, estágios, trabalho com contrato definido, trabalho em tempo parcial, dentre outros emergentes. Essas características de distribuição das horas de labor irão caracterizar o trabalho flexível e ainda mais, “[...] o emprego comparativo dos dois censos torna possível a análise de mudanças, tendências e diferenças” (p. 174). Dentre os vários setores da economia, o setor educacional se enquadra dentre os mais prejudicados pela flexibilização, incluindo o setor público e privado, nos níveis, básico, médio e superior, em todas as esferas da educação. Em 2010, aproximadamente 8 milhões de pessoas trabalhavam nesse seguimento. E as pessoas que trabalhavam 39 horas semanais ou menos alcançavam o índice de 36,9%. Percebe-se, assim, que os trabalhadores deste setor foram muito atingidos pelos processos de flexibilização.

Em todos os setores empregadores dos quais temos notícias em sua forma organizada – como é o caso de bancos, finanças, transportes, e os setores primário, industrial, da construção, do comércio, da educação, da saúde –, quando o Brasil, a partir dos anos de 1980, passou a vivenciar um crescimento econômico e procurou manter-se na ordem do capital, evidencia-se que a flexibilidade não interfere apenas no modo como a atividade produtiva é vivenciada, mas se estende para além dessa. Afinal: “O modo de produção capitalista tem por objetivo acumular capital sistemática e racionalmente. É sua tendência geral” (p. 231).

Tomo um segundo exemplo do impacto da flexibilidade sobre trabalhadores por cor e raça. Os dados denunciam que, em 2010, as jornadas-padrão de tempo integral para pretos e pardos era menor, com um número de 47,2%, enquanto que para os brancos e amarelos atingia a estatística de 53% dos casos. “Como tais diferenças constituem problemas estruturais mais do que conjunturais, as políticas para transformá-las demandam, necessariamente, ações de larga duração” (p. 264).

Realizado este percurso, pelas três partes que compõem o livro, é hora de avaliar os inúmeros questionamentos que emergem das proposições que o autor analiticamente faz crítica. Entre eles; a flexibilização da jornada contribui de alguma forma com a produção de valor. Dessa forma, o leitor é convidado a buscar sua própria resposta a esta pergunta nas 286 páginas que compõem o livro.

Mas, seria difícil entender por que os empregadores voltam-se, de forma sistemática, para a adoção da forma flexível de ordenamento e distribuição das horas laborais, se não fosse com o objetivo de desconstruir uma vitória histórica dos trabalhadores, de ter uma jornada de tempo integral que os inclua no sistema capitalista e repassar para suas próprias mãos o controle dessas fatias de trabalho excedente.

Recebido em 27/08/2018

Aprovado em 29/11/2018

CONTENTS

THEMATIC DOSSIER “BRAZILIAN PARTY SYSTEMS AND POLITICAL PARTIES: DIAGNOSES AND PERSPECTIVES”

Presentation

Maria do Socorro Braga e Tiago Borges 7

Small Parties and electoral disputes in Brazil :a performance analysis between 1998 and 2014.

Leonardo da Silveira Ev 53

The emergence of PSD and the Brazilian party system

Sergio Simoni Jr, Ricardo Mendes Ribeiro..... 85

Knowing the void: ideological congruence and political parties in Brazil

Bruno Bolognesi, Flávia Roberta Babireski, Ana Paula Maciel 116

Do political parties matter in defining political careers in Brazil?

Vitor Eduardo Veras de Sandes Freitas, Diarlison Lucas Silva da Costa 150

Parliamentary experience and trajectories of congressmen elected by PSDB and PT in 1994 and 2002: breaking myths

Guilherme Leite Ribeiro, Maria Celina Soares D’Araujo..... 180

Intraparty competition in elections for federal deputy: an exploratory study on São Paulo in 2014

Cíntia Pinheiro Ribeiro de Souza, Luís Felipe Guedes da Graça..... 223

Stability in change: families of parties and the hypothesis of ‘freezing party system’ in Brazil (1982-2018)

Fernando Guarnieri 249

FREE ARTICLES

Social classes in teacher-student relations

Howard Becker 250

The political formation in a German immigrants community in southern Brazil: the case of Santa Cruz do Sul (from the First Republic to the Military Regime, 1889-1965)

Andrius Estevam Noronha 296

BOOK REVIEW

BROWN, W. Undoing the Demos: Neoliberalism's Stealth Revolution. New York: Zone Books, 2015

Alexandre Marinho Pimenta 297

Is the distribution of working hours a significant category for value theory?

Maria Crisneilândia Bandeira de Oliveira 304

Normas de publicação para os colaboradores

I. Quanto ao tipo de contribuição

- Artigos inéditos (até 30 laudas de 30 linhas por 70 toques, ou aproximadamente 60.000 caracteres, incluindo referências bibliográficas e notas).
- Ensaio bibliográfico (até 12 laudas de 30 linhas por 70 toques, ou 25.200 caracteres, incluindo referências bibliográficas e notas): resenhas críticas de apenas um livro ou de vários livros tratando de assuntos correlatos.
- Resenhas bibliográficas (até 6 laudas de 30 linhas por 70 toques, ou 6.300 caracteres): pequenas resenhas de livros recentes.

2. Quanto à avaliação para publicação

- A revista publica artigos em português, inglês e espanhol, aceitando submissões em francês, cuja publicação estará condicionada à possibilidade de tradução.
- Os originais de artigos, ensaios e resenhas submetidos à revista são lidos inicialmente pelos editores que, se considerar estarem de acordo com a política editorial da revista e cumprirem os requisitos acadêmicos indispensáveis, serão encaminhados para avaliação de pelo menos dois especialistas na área, garantindo o anonimato de autores e pareceristas.
- Na avaliação, os pareceristas deverão levar em conta o conteúdo, a relevância e a qualidade das contribuições, considerando redação, originalidade do texto, qualidade do argumento e da bibliografia, pertinência e adequação da metodologia empregada. O resultado da avaliação pode ser: a) aceitar, b) aceitar com revisões,

c) reformular e reapresentar e d) recusar. Em casos de um parecer positivo e um negativo, o trabalho será submetido a um terceiro parecerista. Quando houver a necessidade de alterações referentes apenas a aspectos gramaticais, ortográficos e de ordem normativa, com vistas a manter a homogeneidade da publicação, os editores se reservam o direito de fazer as modificações necessárias, respeitando o estilo do autor.

3. Cada artigo deve estar acompanhado por um resumo contendo entre 100 e 150 palavras, em português e em inglês, com três a cinco palavras-chave. Os autores devem enviar seus dados profissionais (instituição, cargo, titulação, principais publicações), endereço para correspondência e e-mail. Estes dados devem aparecer em página à parte, contendo também o título do trabalho.

4. As notas de rodapé devem ser indicadas por algarismos arábicos em ordem crescente no final de cada página e devem conter informações de natureza substantiva, não podendo consistir em simples referências bibliográficas.

5. As citações e as referências bibliográficas devem aparecer no corpo do texto com o seguinte formato:

- (sobrenome do autor, ano de publicação, página), conforme o exemplo: (WAGLEY, 1977, p. 160-162).

6. As referências bibliográficas, em ordem alfabética, devem estar no final do trabalho e respeitar o formato que aparece nos seguintes exemplos (pede-se atenção a pontuação, espaços, negrito e uso de maiúscula):

- Livro:

VEBLÉN, T. **A teoria da classe ociosa**. São Paulo: Livraria Pioneira, 1965.

- Coletânea:

LIPSET, S. M. (org.). **Política e Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

- Artigo em coletânea:

WALLERSTEIN, I. Three Ideologies or One? The Pseudo-Battle of Modernity. In: TURNER, S. P. (org.). **Social Theory & Sociology**. The Classics and Beyond. Oxford: Blackwell, 1996.

- Artigo em periódico:

PAIXÃO, A. L. A teoria geral da ação e a arte da controvérsia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 4, n. 11, p. 34-56, out.1989.

- Tese e dissertação acadêmicas:

MIGUEL, S. M. **Um olhar para dentro**: o movimento feminista no Rio de Janeiro. Florianópolis. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina, 1988.

7. Os gráficos, figuras, tabelas, quadros ou mapas devem ser inseridos no texto, numerados e titulados corretamente e com a devida referência. Devem estar confeccionados de maneira a permitir sua reprodução direta.

8. Os ensaios bibliográficos e resenhas devem apresentar a referência completa das obras analisadas, indicando o número de páginas de cada uma.

9. O envio de qualquer colaboração implica a cessão integral dos direitos autorais à revista Política & Sociedade. Uma nova publicação do mesmo texto, de iniciativa de seu autor ou de terceiros, fica sujeita à expressa menção da precedência de sua publicação neste periódico, citando-se a edição e data dessa publicação. A revista não se compromete a devolver os originais das colaborações enviadas.

10. As opiniões expressas nos artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

11. Os autores devem enviar seus textos preferencialmente através do site da revista (<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/politica>) ou então em formato eletrônico (Microsoft Word, OpenOffice ou RTF, desde que não ultrapassem 2MB) para o endereço ps@cfh.ufsc.br.

Para mais informações, consultar o Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política:

Tel. 55 (48) 3721-9253

Endereço eletrônico: ppgsp@cfh.ufsc.br

Portal eletrônico: <http://www.sociologia.ufsc.br>

Condições para submissão

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir.

As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

1. A contribuição é original e inédita, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista; caso contrário, justificar em “Comentários ao Editor”.

2. Os arquivos para submissão estão em formato Microsoft Word, Open-Office ou RTF (desde que não ultrapassem os 2MB)

3. Todos os endereços de páginas na Internet (URLs), incluídas no texto (Ex.: <http://www.ibict.br>) estão ativos e prontos para clicar.

4. O texto está em espaço simples; usa uma fonte de 12 pontos; emprega itálico ao invés de sublinhar (exceto em endereços URL); com figuras e tabelas inseridas no texto, e não em seu final.

5. O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos nas Normas de publicação para os colaboradores.

6. A identificação de autoria deste trabalho foi removida do arquivo e da opção Propriedades no Word, garantindo desta forma o critério de sigilo da revista.

Normas de publicación para los colaboradores

I. Sobre el tipo de contribución

- Artículos inéditos (hasta 30 folios de 30 líneas por 70 toques, o aproximadamente 60.000 caracteres, incluyendo referencias bibliográficas y notas).
- Ensayos bibliográficos (hasta 12 folios de 30 líneas por 70 toques, o aproximadamente 25.200 caracteres, incluyendo referencias bibliográficas y notas): reseñas críticas de un libro o de varios libros tratando asuntos correlativos.
- Reseñas bibliográficas (hasta 6 folios de 30 líneas por 70 toques, ó 6.300 caracteres): pequeñas reseñas de libros recientes.

2. Sobre la evaluación para publicación

- La revista publica artículos en portugués, inglés y español, aceptando envíos en francés, cuya publicación dependerá de la posibilidad de traducción.
- Los originales de artículos, ensayos y reseñas enviados a la revista serán leídos primeramente por los editores que, si consideran que están de acuerdo con la política editorial de la revista y que cumplen los requisitos académicos indispensables, los enviarán para dictámenes de por lo menos dos especialistas en la materia, garantizando el anonimato de autores y evaluadores (sistema de revisión por pares a “doble ciego”).
- Los dictaminadores deberán analizar el contenido, la relevancia y la calidad de las contribuciones, considerando redacción, originalidad del texto, calidad del argumento y de la bibliografía, pertinencia y adecuación de la metodología empleada. El resultado de la evaluación

puede ser: a) aceptar, b) aceptar con revisiones, c) reformular y presentar nuevamente y d) no aceptar. En casos de un parecer positivo y uno negativo, el trabajo será sometido a un tercer dictamen. Cuando haya necesidad de modificaciones solamente referentes a aspectos gramaticales, ortográficos y normativos, para mantener la homogeneidad de la publicación, los editores se reservan el derecho de hacer las modificaciones necesarias, respetando el estilo del autor.

3. Cada artículo debe incluir un resumen conteniendo de 100 a 150 palabras, en portugués y en inglés, con 3 a 5 palabras clave. Los autores deben enviar sus datos profesionales (institución, cargo, título, principales publicaciones), dirección para correspondencia y correo electrónico. Estos datos deben aparecer en una página separada, conteniendo también el título del trabajo.

4. Las notas de pie se deben indicar con números arábigos en orden creciente al final de cada página y deben contener información de naturaleza sustantiva, no deben ser simples referencias bibliográficas.

5. Las citas y las referencias bibliográficas deben aparecer en el cuerpo del texto con el siguiente formato:

- (apellido del autor, año de publicación, página), según el ejemplo: (WAGLEY, 1977, p. 160-162).

6. Las referencias bibliográficas, en orden alfabético, deben estar al final del trabajo y respetar el formato que aparece en los siguientes ejemplos (se solicita atención a la puntuación, espacios, negrita y uso de mayúscula):

- Libro:

VEBLEN, T. **A teoria da classe ociosa**. São Paulo: Livraria Pioneira, 1965.

- Colección:

LIPSET, S. M. (org.). **Política e Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

- Artículo en colección:

WALLERSTEIN, I. Three Ideologies or One? The Pseudo-Battle of Modernity. *In*: TURNER, S. P. (org.). **Social Theory & Sociology**. The Classics and Beyond. Oxford: Blackwell, 1996.

- Artículo en periódico:

PAIXÃO, A. L. A teoria geral da ação e a arte da controvérsia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 4, n. 11, p. 34-56, out.1989.

- Tesis y disertación académicas:

MIGUEL, S. M. **Um olhar para dentro**: o movimento feminista no Rio de Janeiro. Florianópolis. Dissertação (Maestría en Sociología Política). Universidade Federal de Santa Catarina, 1988.

7. Los gráficos, figuras, tablas, cuadros o mapas se deben introducir correctamente en el texto, numerados, con título y con la debida referencia. Deben estar confeccionados de manera tal que permita su reproducción directa.

8. Los ensayos bibliográficos y reseñas deben incluir las referencias completas de las obras analizadas, indicando el número de páginas de cada una.

9. El envío de cualquier colaboración implica la cesión total de los derechos autorales a la revista Política y Sociedad. Una nueva publicación del mismo texto, siendo iniciativa de su autor o de terceros, está sujeta a la expresa mención de la precedencia de su publicación en este periódico, citándose la edición y fecha de esta publicación. La revista no se compromete a devolver los originales de las colaboraciones enviadas.

10. Las opiniones expresadas en los artículos firmados son de la exclusiva responsabilidad de sus autores.

11. Los autores deben enviar sus textos preferentemente a través del sitio de la revista (<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/politica>) o en formato electrónico (Microsoft Word, OpenOffice o RTF) que no supere los 2MB, a la dirección ps@cfh.ufsc.br.

Para obtener más información, solicítela al Programa de Post Grado en Sociología Política:

Tel.+55 48 3721-9253

Fax +55 48 3721-9098

Dirección electrónica: ppgsp@cfh.ufsc.br

Portal electrónico: <http://www.sociologia.ufsc.br>

Condiciones para el envío

Como parte del proceso de envío, los autores deben verificar la conformidad del envío con respecto a todos los ítems enumerados a continuación. Los envíos que no estén de acuerdo con las normas se devolverán a sus autores.

1. La contribución es original e inédita, y no está en evaluación para publicación en otra revista; caso contrario, justificar en “Comentarios al Editor”.

2. Los archivos e enviar están en formato Microsoft Word, OpenOffice o RTF (no deben pasar de los 2MB)

3. Todas las direcciones de páginas de Internet (URLs), incluidas en el texto (Ej.: <http://www.ibict.br>) están activas para hacer clic.

4. El texto está en espacio simple; usa una fuente de 12 puntos; emplea itálico en lugar de subrayar (excepto en direcciones URL); con figuras y tablas incluidas en el texto, y no al final.

5. El texto obedece a los estándares de estilo y requisitos bibliográficos descritos en las Normas de publicación para los colabores.

6. La identificación del autor de este trabajo fue retirada del archivo y de la opción Propiedades en Word, asegurando de esta manera el criterio de confidencialidad de la revista.

Publication Guidelines for Collaborators

1. According to the type of contribution

- Unpublished articles (up to 30 standard pages of 30 lines with 70 characters each, or approximately 60,000 characters, including notes and references).
- Bibliographic essays (up to 12 standard pages of 30 lines with 70 characters each, or 25,200 characters, including notes and references) – critical reviews of one book only or of several books on related issues.
- Literature reviews (up to 6 standard pages of 30 lines with 70 characters each, or 6,300 characters) – short reviews of recent books.

2. Regarding the review for publication

- The journal publishes articles in Portuguese, English, and Spanish, accepting submissions in French, whose publication is dependent on the possibility of translation.
- Original articles, essays and reviews submitted to the journal are first read by the editors. If the submitted material is considered to be in accordance with the editorial policy and fulfills the essential academic requirements, it will be forwarded for evaluation by at least two experts in the field, ensuring the anonymity of both the authors and reviewers.
- In the evaluation, the peer reviewers should take into account the content, relevance and quality of the contributions, considering writing, text originality, quality of argument and literature, relevance and appropriateness of the methodology employed. The evaluation result can be one of the following: a) accept; b) accept with minor revisions; c) revise and resubmit; d) refuse. In case of a positive

and a negative review, the work is to be submitted to a third reviewer. When there is a need for changes relating to aspects of grammar, spelling and normative nature only, in order to maintain the homogeneity of the publication, the editors reserve the right to make any necessary changes, complying with the author's style.

3. Every article must be accompanied by an abstract containing between 100 and 150 words, with a version in Portuguese and English, with three to five keywords. Authors should send their professional information (institution, position, title, most important publications), mailing address and e-mail. This information should appear on a separate page that also contains the title of the article.

4. Footnotes should be indicated by Arabic numerals in ascending order at the end of each page and should contain relevant information, and may not consist of simple bibliographic references.

5. Citations and references should appear in the body of the text with the following formatting:

(author's last name, year of publication, page) according to the example: (WAGLEY, 1977, p. 160-162).

6. The references, in alphabetical order, must be at the end of the work and follow the format that appears in the following examples (please observe punctuation, spaces, bold type and capitalization as follows):

- Book:

VEBLEN, T. **A teoria da classe ociosa**. São Paulo: Livraria Pioneira, 1965.

- Collection:

LIPSET, S. M. (org.). **Política e Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

- Article from a collection:

WALLERSTEIN, I. Three Ideologies or One? The Pseudo-Battle of Modernity. *In*: TURNER, S. P. (org.). **Social Theory & Sociology**. The Classics and Beyond. Oxford: Blackwell, 1996.

- Article from a journal:

PAIXÃO, A. L. A teoria geral da ação e a arte da controvérsia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 4, n. 11, p. 34-56, out.1989.

- Academic thesis or dissertation:

MIGUEL, S. M. **Um olhar para dentro:** o movimento feminista no Rio de Janeiro. Florianópolis. Dissertation (MA in Political Sociology). Universidade Federal de Santa Catarina, 1988.

7. Graphs, figures, tables, charts or maps should be inserted in the body of the text, properly numbered and captioned and with their respective references. They must be provided in a format that allows their direct reproduction.

8. Bibliographical essays and reviews must provide complete references about the works reviewed, indicating the number of pages of each.

9. The submission of any collaboration implies the full transfer of copyrights to the journal *Política e Sociedade*. A new publication of the same text, whether by the initiative of the author or third parties, must indicate that it was previously published in this journal, citing the edition and date of publication. There is no guarantee that the original submissions will be returned.

10. The opinions expressed in signed articles are solely the responsibility of their authors.

11. Authors should send their texts preferably through the journal's website (<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/politica>) or in electronic format (Microsoft Word, OpenOffice or RTF, provided the file does not exceed 2 MB) to the address ps@cfh.ufsc.br.

For more information, please contact the Graduate Program in Political Sociology:

Phone: +55 48 3721 9253

Fax: +55 48 3721 9098

E-mail Address: ppgsp@cfh.ufsc.br

Web: <http://www.sociologia.ufsc.br>

Conditions for Submission

As part of the submission process, authors are required to confirm their submission's compliance with all of the following items. Submissions may be returned to authors that do not adhere to these guidelines.

1. The contribution is assumed to be original and unpublished, and that it is not being evaluated for publication by another journal. If this is not the case, a justification should be provided under the "Comments to the Editor" section.

2. The submission files are in Microsoft Word, OpenOffice or RTF format (provided they do not exceed 2 MB)

3. All Web page addresses (URLs) included in the text (e.g. <http://www.ibict.br>) are active and clickable.

4. The text is single-spaced; font is size 12; italics are used instead of underlining (except for URL addresses); figures and tables are included in the text, not at the end.

5. The text adheres to the stylistic and bibliographic requirements outlined in the Publication Guidelines for collaborators.

6. The identification of authorship of this work was removed from the file and from the Properties option in Microsoft Word, thus ensuring the journal's confidentiality criterion.